

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SULIANE DA SILVA CARDOSO

**QUEM SÃO ELES? OS BASTIDORES DA POLÍTICA E
A DIVERSIDADE DE PAPÉIS DOS CHEFES DE GABINETE**

Porto Alegre
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SULIANE CARDOSO

**QUEM SÃO ELES? OS BASTIDORES DA POLÍTICA E A DIVERSIDADE DE
PAPÉIS DOS CHEFES DE GABINETE**

PORTO ALEGRE

2019

SULIANE CARDOSO

**QUEM SÃO ELES? OS BASTIDORES DA POLÍTICA E A DIVERSIDADE DE
PAPÉIS DOS CHEFES DE GABINETE**

Dissertação apresentada como quesito para obtenção do grau em Mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Orientador: Dr. Rafael Machado Madeira

Co-orientador: Prof. Dr. Hermílio Pereira dos Santos

Porto Alegre

2019

Ficha Catalográfica

C268q Cardoso, Suliane da Silva Cardoso

Quem são eles? Os bastidores da política e a diversidade de papéis dos chefes de gabinete / Suliane da Silva Cardoso Cardoso . – 2019.

234 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Machado Madeira Madeira.

Co-orientador: Prof. Dr. Hermílio Pereira dos Santos Santos.

1. Chefe de Gabinete. 2. Equipe Parlamentar. 3. Legislativo Municipal. 4. Etnografia Política. 5. Recrutamento Político. I. Madeira, Rafael Machado Madeira. II. Santos, Hermílio Pereira dos Santos. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

AGRADECIMENTOS

À minha família; Dionete Pereira da Silva, Jair Peixoto Cardoso, Silvia Nowtzki, Marcos Nowtzki, Andrei Nowtzki, Andriel Nowtzki, Antônia Leda; pelo simples existir, porque são o meu lugar de acolhida, onde encontro o constante incentivo, amparo, carinho e cuidado que me preenchem e me motivam a cada dia. De vocês, carrego os melhores exemplos, os melhores aprendizados e um amor incondicional que não poderia ser traduzido em tão poucas palavras. Todas, absolutamente todas as minhas conquistas são graças à vocês. E são também por vocês. Obrigada por serem a melhor parte de mim.

À minha grande amiga, colega e parceira de todas as horas Taiane Bringhenti; se no fim somos todos histórias, eu não saberia precisar com plenitude o quanto significou que a tua história tivesse sido entrelaçada à minha. Toda a tua ajuda, o teu apoio e a tua simples presença foram indispensáveis ao longo dos dois últimos anos. Porque não fosse tu, as angústias, ansiedades e incertezas, tão naturais desse processo, teriam tido pesos muito mais difíceis de carregar. Obrigada por trazer leveza ao cotidiano de trabalho, que foi sempre regado à tantas risadas e discussões frutíferas. Que a nossa parceria acadêmica perdure pelos próximos séculos, assim como a nossa amizade.

Ao meu Orientador Prof. Dr. Rafael Machado Madeira, por toda a atenção e paciência, assim como pelas preciosas sugestões, fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e para o meu crescimento intelectual e acadêmico.

Ao meu Co-orientador, Prof. Dr. Hermílio Pereira dos Santos, pela generosidade e apoio prestados e pelos aprendizados que ultrapassam os portões da universidade, pois são também sobre as pessoas e a beleza do cotidiano, sobre o mundo da vida em si.

Aos professores Dr. Igor Grill e Dr. Augusto Neftali, por terem aceitado gentilmente o convite para a banca de qualificação, trazendo apontamentos que foram imprescindíveis para a melhora desta dissertação.

Ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), pelo apoio financeiro que possibilitou a viabilização deste estudo e por oportunizar a mim, assim como à tantos outros jovens brasileiros, o grande privilégio de acesso ao ensino de Pós-Graduação.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), por todos os espaços de apoio e aprendizados que me foram disponibilizados. Sinto-me imensamente orgulhosa em poder fazer parte da história de uma instituição como a PUCRS.

Ao Centro de Pastoral e Solidariedade da PUCRS, em especial à Jaqueline Debastiani, com quem construí uma linda relação de amizade e que através do acompanhamento, da acolhida e carinho constante, me abriu as portas para o caminho sem volta do voluntariado, atividade que preenche meus dias com experiências transformadoras através do ouvir e do compartilhar de histórias.

A todos os avôs e avós que ganhei ao frequentar a Associação de Cegos Louis Braille (ACELB), especialmente às avós Catarina e Carlota (*In Memoriam*) que me fizeram ver a vida de um outro jeito, muito mais bonito.

A todos os membros do Grupo Universitário Marista (GUM) e em especial àqueles que transformaram as quintas-feiras da semana em dias de alívio em contraste ao peso da rotina diária. Certamente levarei para a posteridade todos os aprendizados e as relações de amizade construídas.

Aos colegas e amigos Lara Sosa e Vagner Vargas, pelo companheirismo, pelas trocas e por todas as experiências, marcadas nos lugares mais bonitos da minha memória. Aos demais colegas, Alison Centeno, Amanda Muller, Débora Rinaldi, Marcelli Cipriani, Natane Hammarstron, Oscar Berg e Priscila Susin, por terem proporcionado, em meio à turbulência, momentos de descontração e tranquilidade.

Aos amigos Allan Lazzarotzo, Franciele Bonaldi, Maurício Bonaldi, Diego Bonaldi e Júlia Aguiar, porque mesmo longe nunca mantiveram-se distantes. Aos amigos Adriano Soares, Amanda Ferreira e Leonardo Souza, por todas as noites de vinho e histórias compartilhadas. À Ivna Ravello, pelo exemplo de profissional e constante incentivo. Aos amigos Jodele Viegas e Rodrigo Tadewald, por tantas e tantas experiências, trocas e aprendizados. Aos amigos Arthur Daudt, Cesar Purper, Guilherme Daudt e Ricardo Oliveira, por tudo. Por sempre.

Por fim, a todos os entrevistados que gentilmente aceitaram participar deste estudo, pela disponibilidade e pela fundamental colaboração com seus depoimentos.

A todos os citados, os meus mais sinceros agradecimentos.

SUMÁRIO

RESUMO	07
ABSTRACT	08
INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1: O QUE SE SABE SOBRE ELES? AS EQUIPES PARLAMENTARES NA HISTÓRIA E NA LITERATURA.....	14
1.1 As equipes parlamentares em âmbito internacional	15
1.2 As equipes parlamentares no Brasil.....	22
1.3 Contemporaneidade: composição e organização do gabinete.....	28
<i>Considerações</i>	38
CAPÍTULO 2: O QUE ELES FAZEM? AS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS CHEFES DE GABINETE	42
2.1 Acessos do pesquisador no mundo da política: observações iniciais.....	43
2.2 Funções administrativas, legislativas e políticas.....	55
2.3 As demandas e o papel de representação e mediação.....	74
<i>Considerações</i>	99
CAPÍTULO 3: PORQUÊ ELES? A SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E O RECRUTAMENTO DOS CHEFES DE GABINETE	104
3.1 O processo de socialização primária: o campo familiar.....	105
3.2 Espaços de socialização secundária e indicadores de recrutamento.....	120
<i>Considerações</i>	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
ANEXOS	159

RESUMO

São distintos os tipos de cargos profissionais que atuam entre as esferas políticas. O Poder Legislativo Municipal, considerado como a via mais próxima entre representantes e representados, conta com o trabalho de vereadores eleitos e suas equipes parlamentares para a viabilização de políticas que tenham impacto na vida em sociedade. O presente estudo tem como objeto de análise o cargo de chefia de gabinete, que faz parte do grupo de assessores sob a responsabilidade prioritária de auxiliar o parlamentar em tudo aquilo que lhe for solicitado, fazendo com que tenham envolvimento com as práticas e ações políticas desenvolvidas nos espaços institucionais. Permeando aspectos que vão desde sua socialização política, passando por suas práticas profissionais até o seu processo de recrutamento pretende-se, portanto, responder sobre quais são os processos de entrada dos chefes de gabinete no mundo da política e quais são as atividades exercidas pelos mesmos, a fim de compreender sobre as características destes funcionários, especificamente em relação ao âmbito legislativo municipal. Para tanto, utilizar-se-á de dois métodos de pesquisa de abordagem qualitativa: a etnografia e a narrativa biográfica. As ferramentas utilizadas foram sobretudo entrevistas abertas e semi-estruturadas, observações de campo e análise de documentos. Como resultados de pesquisa, foram identificados perfis específicos de atividades desenvolvidas pelos chefes de gabinete, assim como indicadores acerca de seus envolvimento políticos que permitem maiores informações sobre como ocorrem os processos de recrutamento.

Palavras-chave: Chefe de gabinete. Equipe Parlamentar. Legislativo Municipal. Etnografia Política. Recrutamento Político.

ABSTRACT

There are distinct types of professional charges/positions that act between the political spheres. The legislative power, considered the closest channel between representatives and represented, it counts with the work of elected city councilmen and its parliamentary *staffs* to enable policies that impact life in society. The present study has as an object of analysis the charge of *Chief of Staff*, which is part of the advisors team under the prior responsibility to help the parliamentary in all that is requested, causing them to be involved with the practices and political actions developed in the institutional spaces. Permeating aspects that range from its political socialization, passing thru its professional practices, to its recruiting process, it is intended, therefore, to answer which are the entering processes of chiefs of staffs in the political world and which activities are practiced by them, in order to comprehend this employees characteristic, specifically about the municipal legislative ambit. Therefore/ for this purpose, it will be used two research methods of qualitative approach: the ethnography and the biographic narrative. The tools used were specially open and semi-structured interviews, field observations and documents analysis. As results of the research, there have been identified specific profiles of activities developed by the chiefs of office, as well as indicators about their political involvements that allow more information about how the recruiting processes occur.

Keywords: Chief of Staff. Parliamentary Staff. Municipal Legislative. Political Ethnography. Political Recruitment.

INTRODUÇÃO

*Escrever é fácil.
Você começa com uma letra maiúscula
e termina com um ponto final.
No meio você coloca as ideias.
(Pablo Neruda)*

Imaginem a plenitude envolvida no processo de escrita de uma dissertação se fosse, de fato, como refere a memorável ironia poética atribuída à Neruda. O único problema envolvido nesse entre, que vai da letra maiúscula ao ponto final encontra-se justamente na organização e na estrutura desses pressupostos, que envolvem numerosas escolhas a serem definidas pelo pesquisador para o desenvolvimento de uma pesquisa dentro da comunidade acadêmica. São estas escolhas as decisões a formarem a estrutura de um trabalho científico sem deixar de considerar constantemente a necessidade de segurança a ser obtida pelos resultados finais, a fim de que estes possam suceder-se, como declarou Gorard (2013), de modo mais infalível possível.

Alcântara (2016) considera o ser humano como objeto central na Ciência Política e assinala que os atores políticos podem estar enquadrados ou não dentro de partidos políticos e que “sempre haverá indivíduos que, em troca de uma remuneração monetária e talvez algum outro tipo de benefícios, empenhem boa parte de sua vida na atividade política” (Idem, p. 13 - 14). Os profissionais da política encontram-se dentro de um coletivo de cargos que vão de posições no poder executivo à setores de representação tanto no âmbito nacional, quanto no municipal, incluindo entre essas ocupações os cargos de assessoria parlamentar, classificados como aqueles que exercem influência sobre as figuras políticas de variadas maneiras, tanto que se refere ao comportamento, quanto na capacidade do poder legislativo, que teria a sua capacidade diminuída drasticamente sem a participação desses profissionais (SILVA, 2013, MADONNA E OSTRANDER, 2014).

Beauvallet (2014) ressalta que os assessores constituem-se como um grupo de atores intimamente associados às práticas políticas que se encontram na base da dinâmica das instituições. No mesmo sentido, Lopez (2015) afirma que os espaços parlamentares

constituem-se como ambientes em que são possibilitadas distintas atuações profissionais e onde ocorrem as principais definições de escopos e arranjos institucionais das políticas públicas. Assim sendo, para a delimitação de objeto do presente estudo, optou-se pela escolha de um dos cargos pertencentes à equipe de assessorias parlamentares: o chefe de gabinete. Um olhar aprofundado para estes atores pode oportunizar informações relevantes para a compreensão do cargo e de suas funções dentro dos espaços institucionais, uma vez que as atividades realizadas dentro de órgãos como Câmaras Legislativas são formuladas não somente pelos parlamentares, como também pelos membros individuais de suas equipes.

Deste modo, o presente estudo pretende guiar-se a partir de dois pressupostos principais: nas atividades profissionais exercidas pelos chefes de gabinete e no modo como os atores pesquisados iniciam o seu envolvimento com a política. Assim, serão exploradas tanto as suas atribuições, formuladas em tempo presente, quanto o processo de socialização desses atores, ocorridos em tempos passados. Intenta-se descobrir, portanto, sobre quais são os processos de entrada dos chefes de gabinete no mundo da política e quais são as atividades que exercem em âmbito legislativo municipal. Partindo deste problema de pesquisa, o referente estudo objetiva realizar uma relação entre os dois processos: primeiro, buscando identificar as suas práticas profissionais dentro deste âmbito, e posteriormente, partindo da trajetória de vida destes atores, desde o processo de socialização primária até o momento de recrutamento.

A presente pesquisa conta com a utilização de dois métodos de abordagem qualitativa: a narrativa biográfica e a etnografia, através de ferramentas como entrevistas abertas e semi-estruturadas¹, a observação participante e os diários de campo, além da análise de documentos oficiais². As entrevistas com os informantes se sucederam sobretudo a partir da técnica metodológica bola de neve³, em que os participantes iniciais indicavam outros informantes a serem contatados. Posteriormente, dentre as sete entrevistas realizadas, foram escolhidas quatro para análise⁴. Três delas, de Simone, Francisco e Margarete, por representarem partidos com premissas ideológicas distintas.

¹ O modelo de entrevista pode ser conferido no Anexo 1.

² Os documentos podem ser conferidos no Anexo 2 e no Anexo 3.

³ Para mais sobre amostragem bola de neve ver em Vinuto (2014)

⁴ As transcrições das entrevistas se encontram em Anexo 6, Anexo 7, Anexo 8 e Anexo 9. Além das quatro entrevistas escolhidas para análise, algumas das informações obtidas nas outras três entrevistas também serão usadas como dados complementares.

Referente escolha se sucede a fim de avaliar se o fator partidário/ideológico possui impacto na diferenciação em relação às atividades desenvolvidas em âmbito profissional. Torna-se contundente ressaltar que a entrevista com base no método de narrativa biográfica, aplicada somente com Paulo, tem o seu aparecimento apenas durante o terceiro capítulo, uma vez que este possui como foco a trajetória e a interpretação dos indivíduos pesquisados. Objetivando manter o anonimato dos informantes⁵, seus nomes verdadeiros foram substituídos por nomes de caráter fictício⁶, assim como dos assessores, parlamentares e das cidades, bairros e estados.

Sobre a relevância do tema, ressalta-se que a profissionalização da atividade política e a complexidade da administração pública contemporânea aumentaram a importância e o número dos assessores parlamentares, sem os quais os chefes políticos teriam dificuldades para desenvolver atividades e encontrar algum tipo de resposta para as múltiplas questões especializadas que a política contemporânea encontra na arena pública (RODRIGUES, 2009). Ademais, apesar de serem fundamentais as tarefas desenvolvidas por estes atores como de auxiliares e conselheiros dos parlamentares eleitos, suas atividades não se resumem à essas funções, uma vez que também atuam como articuladores políticos importantes e contribuem diretamente para o desenvolvimento dos processos institucionais em distintas esferas.

Sintetizar a importância de estudos sobre os atores que compõem o conjunto dos cargos políticos atuantes dentro das instituições não seria possível, no entanto, a partir de um único argumento. No caso dos chefes de gabinete, a relevância de um olhar aprofundado para as ações profissionais destes atores envolve especialmente dois fatores. Primeiramente, trata-se da necessidade de preenchimento de uma lacuna bibliográfica, uma vez que não foram encontrados estudos que tivessem como prioridade de pesquisa a análise do referente cargo. Uma segunda justificativa centra-se no argumento de que o ambiente parlamentar é definido como um espaço que possibilita distintas atuações profissionais empenhadas nas principais definições de escopos e arranjos institucionais das políticas públicas (LOPEZ, 2015), justificando, desta forma, a importância de um

⁵ Todos os entrevistados também assinaram um termo de consentimento para a realização das entrevistas e a gravação de áudio das mesmas. O modelo do termo pode ser conferido no Anexo 4 deste trabalho.

⁶ Demais informações acerca da metodologia podem ser conferidas no referencial metodológico, disposto no Anexo 5 desta dissertação.

olhar aprofundado destinado para as dinâmicas e as ações dos profissionais que atuam nesses espaços.

Assim sendo, é a partir da lacuna da temática dentro da Ciência Política e da subárea de estudos legislativos, assim como da importância do papel destes atores na realidade prática das funções e atividades que impactam diretamente na vida dos membros da sociedade, a que este trabalho se justifica. Em resumo, avançar nos saberes pertencentes à esta temática confere-se como uma oportunidade de viabilização de maiores conhecimentos sobre o modo de funcionamento das instituições e de seus processos, partindo de um olhar aproximado sobre a maneira como atuam seus atores participativos entre os gabinetes parlamentares. Salienta-se, por fim, que todas as informações a serem disponibilizadas pelo presente estudo podem fornecer subsídios para que novas pesquisas com o mesmo viés sejam realizadas, contribuindo para o avanço em aspectos ainda pouco explorados, mas que se qualificam como pertinentes dentro da área científica, assim como em âmbito político e social.

Para responder ao problema de pesquisa aqui proposto, as primeiras elucidações sobre o tema visam demonstrar ao leitor as principais características acerca da história de origem e desenvolvimento das equipes parlamentares, assim como analisar sobre o modo como o tema vem sendo tratado pela literatura. O primeiro capítulo deste estudo se fundamenta, portanto, através de uma revisão bibliográfica, partindo de uma contextualização histórica sobre o tema, desde o surgimento dos cargos de assessorias até as suas definições no período contemporâneo. Deste modo, para a base teórica do referente capítulo serão utilizados autores que preocuparam-se com o tema de criação, recrutamento e desenvolvimento dos cargos públicos, incluindo entre eles os assessores parlamentares e, por consequência, os chefes de gabinete. Assim, estudos internacionais e nacionais como Hammond (1984; 1996), Madonna e Ostrander (2014), Campbell e Laporte (1981), Faoro (1975), Lopez (2015) e Cosson (2010) serão referenciados a fim da realização de um diálogo com a literatura e da formulação de análises.

O segundo capítulo parte das observações de campo realizadas nos gabinetes de uma Câmara Municipal. Assim, pretende-se discorrer, inicialmente, acerca de reflexões sobre a prática etnográfica e o estabelecimento de acessos em ambientes parlamentares, especialmente em relação ao modo de receptividade dos chefes de gabinete. Posteriormente, serão assinalados os principais aspectos sobre as atividades profissionais

desenvolvidas pelo cargo de chefia de gabinete, referentes, por exemplo, ao atendimento de demandas da população e à funções de caráter administrativo, legislativo e político. Desta forma, as diferenças sobre as dinâmicas internas de cada gabinete e entre seus funcionários serão algumas das questões tratadas, além da análise acerca da representação de papéis exercidos pelos chefes de gabinete ao longo da execução de suas tarefas e atividades. Como base teórica foram utilizados sobretudo estudos que exploram os acessos etnográficos nos ambientes políticos, como Bezerra (1999), Kuschnir (2000) e Pinto (2013) e sobre as competências dos assessores parlamentares, como Lidec (2008), Albuquerque (2009), Cerqueira (2013), Silva (2013) e Carlomagno (2013).

No terceiro capítulo, busca-se identificar como ocorre a entrada dos chefes de gabinete no mundo da política, uma vez que olhar para as trajetórias desses profissionais pode fornecer informações acerca dos indicadores considerados pelos parlamentares no processo de recrutamento. Deste modo, serão avaliadas características como o campo familiar, a formação educacional, a experiência profissional e o envolvimento partidário e militante desses indivíduos a fim de explicar as diferentes matizes de engajamento político e de recrutamento para o cargo. Assim, faz-se necessário olhar para o passado desses indivíduos, seja dentre os caminhos pessoais ou profissionais percorridos pelos mesmos. Para tanto, serão avaliados os processos de socialização política (primária e secundária), de modo a reunir informações sobre as motivações e experiências que os guiaram para as vias de entrada no universo político. Como base teórica constam autores como Rosenthal (2014), Berger e Luckmann (2002), Alcântara (2016), entre outros.

Investigar o envolvimento dos funcionários do gabinete representa, de acordo com a literatura, um bom caminho para reunir informações sobre a própria atuação dos parlamentares e, além disso, ao priorizar o cotidiano de trabalho dos atores que atuam dentro desse universo permite-se realizar descobertas que contribuem para uma maior compreensão acerca da própria forma de funcionamento desse sistema (BEZERRA, 1999; KUSCHNIR, 2000). Dentro dessa engrenagem, os chefes de gabinete encontram-se constantemente envolvidos com o atendimento de demandas dos cidadãos, com o estabelecimento de redes de relações políticas com demais agentes e órgãos, além de responsabilidades centradas na organização do gabinete e na delegação de tarefas aos demais funcionários e assessores. Quando mais disponibilizam-se, portanto, informações

sobre as atribuições destes atores, mais adquirem-se saberes sobre a própria prática de atuação recorrente nos gabinetes parlamentares.

CAPÍTULO 1: O QUE SE SABE SOBRE ELES? AS EQUIPES PARLAMENTARES NA HISTÓRIA E NA LITERATURA

Enquanto muito se aprendeu sobre a influência dos parlamentares, pouco se conhece sobre o papel de seus apoiadores não-eleitos⁷ (WINZEN, 2011, p. 27, tradução nossa).

A partir de profundas investigações são expandidas as possibilidades de descobertas acerca de tudo aquilo que outrora já fora investigado e sobre o que ainda necessita de aprofundamentos em relação a um determinado objeto. Na área da Ciência Política, as temáticas privilegiadas pelos politólogos tem sido baseadas prioritariamente em torno das instituições políticas ao invés das pessoas que desenvolvem as atividades dentro deste universo, ocasionando em escassos levantamentos e análises acerca do papel dos atores que operam nesses processos (ALCÂNTARA, 2016). Quando, por outro lado, a centralidade desses estudos destina-se de fato nos indivíduos, costumam se debruçar especialmente sobre a figura dos parlamentares eleitos em contraposição ao papel de atores distantes das posições de destaque, ou seja, entre aqueles cargos que não chegam às instituições por meio do processo eleitoral (CARLOMAGNO, 2015).

Por isso, no que se refere especificamente aos estudos sobre equipes parlamentares e seus membros, pesquisas voltadas para o assunto se encontram ainda em pequeno número. As investigações que privilegiam as assessorias parlamentares são escassas entre os pesquisadores europeus e norte-americanos, assim como também não são considerados como estudos tradicionais no Brasil (CARLOMAGNO, 2015; CARLOMAGNO E BRAGA, 2017). Apesar disso, alguns pesquisadores se esforçaram em identificar questões tangentes ao desenvolvimento, às atribuições e ao modo de organização do chamado *staff*⁸ parlamentar. Nenhum dos estudos encontrados, no entanto, dedicou sua especificidade de delimitação ao cargo do assessor político a que se pretende privilegiar nesta dissertação: a figura do chefe de gabinete.

⁷ Original: “While much has been learned about the influence of parliamentarians, little is known of the role of their unelected supporters” (WINZEN, 2011, p. 27)

⁸ O termo em inglês *staff* se traduz como “pessoal”, “equipe” ou “funcionários” e é amplamente utilizado pela literatura ao referenciar equipes parlamentares, inclusive entre os estudos brasileiros.

Assim sendo, para iniciar o debate acerca das características do cargo, faz-se importante destacar os principais pressupostos já explorados pela literatura, uma vez que, apesar de sua pouca incidência, pesquisas sobre as equipes parlamentares de governos em todos os níveis e em distintas nacionalidades são consideradas como um importante subconjunto dos estudos legislativos (HAMMOND, 1996). Dito isto, o presente capítulo intenta explorar as informações bibliográficas encontradas, mesmo quando de modo indireto⁹ sobre os chefes de gabinete a partir de três perspectivas: primeiro, no que se refere à história do desenvolvimento dos cargos de assessorias, segundo, partindo da tentativa de identificar como a temática das equipes vêm sendo tratada na área acadêmica, através do debate teórico entre autores internacionais e brasileiros sobre o assunto e, por fim, sobre como se encontram organizadas atualmente as equipes parlamentares, especialmente em âmbito legislativo municipal, em virtude do objeto de análise desta pesquisa.

1.1 As equipes parlamentares em âmbito internacional

Datado a partir do Século XVI, as características do Parlamento no período de seu surgimento são consideradas muito distintas daquelas que conhecemos hoje. As leis, por exemplo, eram estabelecidas pela tradição e o Parlamento constituía-se, de modo geral, em um órgão de consultas ao qual o monarca poderia recorrer quando e se considerasse necessário. Referente lógica permaneceu em vigor até a derrocada do absolutismo e a ascensão das democracias representativas¹⁰. Com as mudanças de funcionamento, os parlamentos passaram a trilhar novos caminhos em direção à sua transformação para o que hoje se reconhecem como instituições legisladoras (WEFFORT, 1986; DALLARI, 1995; WEBER, 2011).

Maiores informações em relação ao funcionamento interno do Parlamento do antigo regime, no entanto, são ainda escassas. Ademais, entre os estudos que datam este período, o protagonismo é destinado para a figura dos príncipes, que foram considerados como os primeiros políticos profissionais cronologicamente (BOBBIO; MATTEUCCIE PASQUINO, 1998). Por outro lado, é de conhecimento público que os monarcas dispunham de forças auxiliares para a tomada de decisões. Dentre os diversos tipos de

⁹ Indireto refere-se aqui ao fato de que a revisão bibliográfica decorre especialmente a partir do estudo da história das assessorias parlamentares, dado que não foram encontradas pesquisas específicas sobre chefes de gabinete.

¹⁰ As democracias representativas principiaram-se a partir das revoluções inglesas durante o século XVII e na revolução francesa no século XVIII.

subordinados e guias, existiam os chamados conselheiros privados, que, segundo Hobbes (1983) tinham o papel de auxiliar o monarca em assuntos do Estado e também “empenhavam-se na luta política para se colocarem à disposição de um príncipe, na gestão de cujos interesses políticos encontravam ganha-pão e conteúdo moral para suas vidas” (WEBER, 2001, p. 75).

Alcântara (2016) ressalta que a existência de conselheiros dessa natureza pode ser evidenciada ainda em momento anterior, à época do pensamento clássico romano, período em que a reflexão politológica já se encontrava centrada tanto nos homens que detinham o poder, quanto naqueles “que os rodeavam para aconselhá-los” (Idem, p. 31). A riqueza da vida política contida neste contexto, segundo o autor, chegava a pregar formas de ação relativamente próximas àquelas que encontramos no século XXI. As figuras detentoras de poder faziam estratégias que motivavam reflexões “naqueles que os assessoravam” (Ibidem, p. 37). A noção de que fossem personagens recorrentes ao longo do decorrer histórico também é apontada por Weber (2011):

Foi, entretanto, a evolução dos regimes políticos no sentido do constitucionalismo o que permitiu sentir, de maneira definitiva e urgente, uma orientação formalmente unificada do conjunto da política, inclusive a política interna, sob a égide de um só homem do Estado. *Sempre houve, por certo, fortes personalidades que ocuparam a posição de conselheiros ou - em verdade - a de guia do príncipe* (Grifo nosso, WEBER, 2011, p. 86).

Diversos exemplos acerca da existência de conselheiros podem ser constatados, desta forma, como alguns dos primeiros aparecimentos acerca de funcionários de Estado que, como definiu Weber (2011) desempenhavam um papel de colaboração àqueles que estavam à frente do reconhecimento, do poder e das decisões políticas e que, além disso, desenvolviam a função de homens de confiança, sendo estes, para o sociólogo alemão, aqueles que não tinham o interesse em governar por si mesmos, como os caudilhos carismáticos, mas que agiam a serviço e encontravam-se à disposição desses chefes políticos. A figura desses subordinados dos detentores de poder tem o seu surgimento, portanto, antes mesmo do aparecimento histórico dos partidos políticos, que teriam o seu advento apenas entre a metade do Século XIX.

Em decorrência das diversas transformações históricas nas instituições, tais como a democratização do sufrágio, a profissionalização da política, o crescimento do Estado, assim como da ascensão da democracia representativa e das chamadas instituições legisladoras, surge, posteriormente, o aparelho partidário (BOBBIO; MATTEUCCI E

PASQUINO, 1998, ALCÂNTARA, 2016). Nesse novo contexto, os sujeitos sociais passam a ser distribuídos por funções específicas dentro dos partidos políticos e desenvolvem uma atividade profissional que lhe garantem um funcionamento continuado em que “são os partidos políticos que vão demarcar uma mudança significativa nesse processo a partir do qual o pessoal político poderá “viver da política”, nos termos weberianos” (CERQUEIRA, 2013, p.20).

São muitos os tipos de empregos, neste período, que permitiram repartir os dividendos da vitória política e que ofereceram instrumentos aos profissionais da política para suas capacidades de ação¹¹ (CERQUEIRA, 2013). Além disso, ocorre também uma evolução de exigências de ordem técnica, que passa a demandar o surgimento dos funcionários públicos e das equipes parlamentares e esse recrutamento “do pessoal político envolveu necessariamente a condição da organização ou instituição política assegurar-lhe ganhos regulares e garantidos” (Idem p. 22).

Com o grande avanço de transformações, cada país também passou por suas próprias particularidades no que diz respeito à forma de surgimento desses cargos. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, Madonna e Ostrander (2014) afirmam que os primeiros membros individuais do Congresso pagavam de seus próprios bolsos por suas equipes, isto porque não havia apoio oficial para a contratação de funcionários ou assistência de profissionais. Em parte, de acordo com os autores, esse fato demonstra o papel dramaticamente menor que o governo desempenhou na sociedade e na economia nesses primeiros anos. A partir de meados do século XX, os Congressos começaram a formar pessoal permanente e profissional e esta prática se expandiu desde então, ocasionando em aumentos significativos nas alocações de pessoal para membros individuais que ocorreram especialmente entre os anos de 1946 a 1970 a partir da implementação de leis de reorganização legislativa formuladas no país.

No caso francês, o período do surgimento de maiores demandas de funcionários políticos estabelece compatibilidade com as informações disponibilizadas por Madonna e Ostrander (2014) sobre o caso estadunidense. Em 1967, um deputado francês publicou

¹¹ Como salienta Cerqueira (2013), é preciso considerar que existiram e seguem existindo diversos tipos de profissionais políticos ao longo do tempo: aqueles que faziam da política uma atividade secundária (porque tinham meios materiais para fazê-lo), os membros de partidos políticos, os “homens de confiança”, aqueles que só atuavam quando acionados, dentre outros. Desta forma, ressalta-se que o profissional político não se qualifica somente como aquele que atua dentro dos partidos políticos. O que se pretende demonstrar é que o surgimento dessa organização também contribuiu para a instrumentalização da profissionalização do campo.

uma crítica intitulada “*Um parlamento para que propósito?*”¹² (CHANDERNAGOR, 1967 *apud* CAMPBELL E LAPORTE, 1981, p. 521, tradução nossa). Nesse texto, o parlamentar afirmava que os profissionais pertencentes à classe política encontravam-se enfrentando uma espécie de posição solitária, uma vez que haviam muitas tarefas a serem realizadas, tanto no parlamento quanto no distrito e que, no entanto, os serviços internos estavam ainda distantes de inovações e com poucas forças auxiliares.

Para Weber (2011), a evolução da profissionalização, ao mesmo tempo em que transformava a política em uma “empresa”, passava também a exigir uma formação especial daqueles que participavam dela. Segundo Cerqueira (2013), esse desenvolvimento começa a demandar uma maior qualificação do corpo de trabalho que, para o desenvolvimento da função pública, passa a requerer profissionais intelectuais especializados e qualificados que se preparam para o desenvolvimento satisfatório de suas tarefas profissionais. No mesmo sentido, Michon (2005) e Beauvallet (2014) ressaltam que o aumento dos campos de atuação dos parlamentares, a crescente complexidade de seus trabalhos e a profissionalização desses representantes eleitos, em conexão com o empoderamento do espaço político foram os fatores preponderantes para as transformações que favoreceram a multiplicação dos tipos de auxiliares políticos, incluindo, entre eles, as assessorias parlamentares.

Seria a partir dessa expansão do volume de legislação, de administração e de novas políticas de governo que o trabalho no parlamento se tornaria, portanto, mais complexo e passava a requerer aprimoramentos no detalhamento em estudos legislativos, planejamento e execução, assim como uma maior quantidade de profissionais para o trabalho. Assim sendo, essa ampliação de demandas de força de trabalho encorajou o aumento de profissionais, incluindo funcionários para a formação de equipes parlamentares, pois os representantes políticos começaram a identificar uma necessidade de redes de auxiliares própria e qualificada (WEBER, 2011; RYLE, 1981; BLISCHKE, 1981; CAMPBELL E LAPORTE, 1981; CERQUEIRA, 2013).

O desenvolvimento dessas equipes tinha como objetivo “dar aos parlamentares informação e assistência técnica independente da administração governamental”¹³ (CAMPBELL E LAPORTE, 1981, p. 521, tradução nossa). No caso francês, inicialmente,

¹² Original: “Un parlement pour quai faire?”

¹³ Original: “give parliamentarians information and technical assistance independent of governmental administration.”

as equipes dos assessores eram contratadas em apenas alguns distritos para ajudar os parlamentares a manter contato com seus eleitores. Além disso, participavam ainda de maneira muito limitada no trabalho legislativo. Ao longo do tempo, as tarefas se multiplicaram e outras mudanças ocorreram, como as definições de regras aplicadas a estes atores, que passam a ser recrutados pelos próprios gabinetes destinados aos parlamentares e a escolha desta equipe deixa de ser realizada pelo parlamento, como costumava ocorrer até então, passando a ser tarefa do próprio representante de Estado.

Atualmente, têm-se as instituições parlamentares como lugares complexos e que demandam, para além dos representantes eleitos, de uma pluralidade de atores (BEAUVALLET, 2014). Apesar das diversas transformações ocorridas nas posições político-profissionais no decorrer da história, cargos com a função de auxiliar os detentores de poder são muitas vezes tidos como uma espécie de “braço direito” da autoridade política sendo, portanto, considerados como atores importantes. Nos Estados Unidos, por exemplo, o chefe de gabinete do presidente constitui-se como um cargo de tanta relevância que costuma ser referenciado como “a segunda pessoa mais poderosa de Washington”¹⁴ (BAKER E FIFFER, 2008, p. 31, tradução nossa).

A relevância desses cargos e dos papéis que representam, no entanto, não têm sido amplamente refletida pela literatura. Como anteriormente destacado por Hammond (1996), apesar de considerada a sua importância para a área de estudos legislativos, ainda encontram-se poucas pesquisas sobre o tema. Os primeiros conceitos sobre as equipes parlamentares originaram-se na literatura a partir do estudo do Congresso Americano e de suas legislaturas estaduais. Nesse período, eram voltadas para a descrição sobre o conjunto de profissionais que trabalhavam no parlamento e que se encontravam na condição de auxiliar os membros eleitos no desempenho de suas funções legislativas (HAMMOD, 1996; PEGAN, 2015).

Ao longo do tempo, o aprofundamento do assunto obteve suas transformações refletidas nas próprias mudanças vinculadas ao desenvolvimento da Ciência Política. Assim sendo, até os anos 1960 prevaleceram pesquisas descritivas, normativas e avaliativas, passando por uma transição entre os anos 1960 para outros tipos de estudos com novas técnicas, como a formulação de análises e hipóteses. Entre 1970 e 1983, por fim, o universo de pesquisa preocupado com as assessorias e demais cargos de

¹⁴ Original: “the second most powerful person in Washington” (BAKER E FIFFER, 2008, p. 31)

colaboração já possuía informações descritivas, conjunto de dados e análises sofisticadas baseadas em conceitos e hipóteses, além do surgimento de novas perspectivas, como a análise de impacto destas equipes na tomada de decisões para o desenvolvimento de políticas, questão considerada como relevante para a temática de *staff* legislativo (HAMMOD, 1996; 1984)¹⁵.

Dentre aquelas que se preocuparam com as equipes parlamentares do Congresso americano, algumas das principais referências apontadas foram as de Hammond (1996; 1984) e Squire (1992; 1998; 2007), consideradas grandes clássicos no que se refere ao estudo das equipes parlamentares (CARLOMAGNO, 2015). Além destas, demais estudos, como de Fox e Hammond (1977), Malbin (1980), Weiss (1987), DeGregorio (1992; 1995), Hall (1993) e Romzek e Utter (1997) exploraram questões como o surgimento dos cargos pertencentes às equipes parlamentares, a influência destes atores e a importância dos esforços dos membros como condição necessária para impactos significativos sobre as questões políticas (HAMMOND, 1996; MADONNA E OSTRANDER, 2014; CARLOMAGNO E BRAGA, 2017).

Em relação àqueles que se debruçaram sobre as legislaturas europeias, alguns dos principais estudos encontrados sobre o tema referiam-se ao funcionamento das equipes parlamentares alemãs (BLISCHKE, 1981), ao *staff* dos parlamentares franceses (CAMPBELL E LAPORTE, 1981; BEAUVALLET, 2014), às atribuições das equipes parlamentares da Casa dos Comuns¹⁶ (RYLE, 1981), à organização de suas tarefas nos gabinetes dos deputados franceses (LIDEC, 2008), e ao papel de assessores do parlamento europeu (MICHON, 2005; WINZEN, 2011; PEGAN, 2015). Pegan (2015) afirma que o tópico é ainda pouco estudado e que têm atraído maior atenção acadêmica na Europa desde 2009, em consequência da implementação do Tratado de Lisboa, que resultou em uma carga de trabalho maior e mais complexa entre os legisladores. Com as novas

¹⁵ Segundo Hammond (1996), a importância dessa literatura está em sua construção como base para análises posteriores posto que estes estudos apoiam o desenvolvimento de hipóteses e análises sobre as características, a distribuição de pessoal, dentre outras variáveis que afetam e influenciam no impacto dos resultados de políticas. Além disso, esses bancos de dados podem também permitir a produção de análises de caráter comparativo, como, por exemplo, sobre a atuação de equipes em diferentes contextos parlamentares ou sobre a organização dessas equipes em democracias em desenvolvimento, além da análise comparativa entre as diferenças dessas equipes dentro de uma mesma nacionalidade.

¹⁶ No Reino Unido, existe a Casa dos Lordes e a Casa dos Comuns. A Casa dos Comuns tem o papel de produção legislativa e de representação popular, um equivalente similar no Brasil seria a Câmara dos Deputados.

exigências e a ampliação da carga burocrática, portanto, houve uma necessidade de reunir conhecimentos acerca do processo de trabalho dos parlamentos.

Foram também encontrados estudos sobre as equipes parlamentares de Israel (SAGER, 1985), de legislaturas coreanas (PARK, 1986), do parlamento australiano (SOLOMON, 1986), do parlamento soviético (HUBER E KELLEY, 1991), do primeiro parlamento húngaro (AGH E KURTAN, 1995) e por fim, encontrou-se ainda um estudo sobre as funções das assessorias parlamentares na Argentina (GASTRON, 2001). Hammond (1996) salienta que a maioria dessas pesquisas preocupava-se em descrever questões como os tipos e os números de funcionários, mas que alguns também relatam sobre formas de recrutamento, os dados de rotatividade ou as características da equipe, além de dados como a carga de trabalho e a atividade desenvolvida. Para a autora, estudos como esses oferecem oportunidades para que os estudiosos ampliem a compreensão do *staff* legislativo e dos processos políticos.

Importante observar que as delimitações acerca das equipes parlamentares contidas nestas literaturas são consideravelmente diversas, posto que os tipos de assessores e demais funcionários dos gabinetes incluem membros profissionais de diferentes esferas que podem ser tanto assessores técnicos, pessoais ou políticos, quanto funcionários do congresso, do senado, de diretorias e comitês parlamentares, incluindo também membros informais que trabalham para os parlamentares eleitos. Ademais, como visto, os assuntos também diferem, dado que permeiam temáticas como atribuições, rotatividade, forma de organização, dentre outros. A escassez na literatura sobre a matéria geral de equipes parlamentares diminui ainda mais quando se delimita à procura por estudos que privilegiaram especialmente os funcionários de assessorias. Quanto ao termo de chefia de gabinete, o único estudo em que encontrou-se breve referência foi o do francês Beauvallet (2014), mas que faz uso do termo especificamente ao papel dos chefes de gabinetes que atuam em ministérios.¹⁷

Em síntese, estudos como Hammond (1996) e Michon (2005) referem que os assistentes dos parlamentares formam um grupo de trabalho cujas características, práticas ou representações escaparam das investigações dos pesquisadores, sendo em maior parte mencionados apenas de maneira marginal, mais frequentemente como fonte que permite

¹⁷ Destaca-se também aqui a clara limitação da pesquisadora em relação à linguagem, uma vez que os termos utilizados para a procura foram o português, o inglês, o espanhol e, em alguns casos, o francês, o que, infelizmente, exclui a literatura em outros idiomas como resultados dessa pesquisa.

informações sobre as práticas dos parlamentares¹⁸. Ademais, Hammond (1996) complementa que os acadêmicos fizeram um bom trabalho em delinear as características da equipe e suas atividades, mas não tão bom trabalho em avaliar as causas e as consequências disso. Conclui-se, deste modo, que no que se refere ao âmbito internacional, estudos sobre a temática ainda são necessários para o maior aprofundamento sobre o tema. O mesmo ocorre no caso brasileiro, como poderá se verificar na seção seguinte, que explora as equipes parlamentares no Brasil.

1.2 As equipes parlamentares no Brasil

As características herdadas na formação das instituições brasileiras têm resquícios do processo de colonização do país. Reconhecidos pensadores como Gilberto Freyre (2003), Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Raimundo Faoro (2001) buscaram identificar alguns desses traços. Para os estudiosos, a colonização brasileira baseou-se, em grande parte, em uma busca por riquezas sem maiores retribuições e sem um ideal ou projeto de desenvolvimento. Desta forma, o poder político se perpetuou nas mãos de poucos. Segundo Freyre (2003), a casa-grande de engenho iria exercer o papel de fortalecimento de relações baseadas puramente pelo oligarquismo e nepotismo dos grandes senhores de terras, o que viria a marcar profundamente as raízes da sociedade brasileira.

Durante a formação do país, o papel da família colonial seria, portanto, protagonista, assim como as preferências pelos laços afetivos. Holanda (1995, p. 82) afirma que o resultado foi uma predominância, em toda a vida social, de “sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família”. A consequência seria de uma sociedade com característica personalista, onde as relações pessoais predominam ao carregarem consigo o peso dos vínculos de simpatia e afeto do *homem cordial*. Nesse contexto, as relações se transformaram no que Holanda (1995) chama de “supremacia incontestável”, uma vez que têm como consequência um afastamento das relações impessoais e dos regramentos impostos.

Referentes traços personalistas também seriam refletidos na fundação das instituições políticas brasileiras e no modo de recrutamento de seus funcionários.

¹⁸ Alguns estudos sobre temáticas como lideranças e redes de comunicação, por exemplo, incluem equipes parlamentares em suas análises (HAMMOND, 1996).

Segundo Faoro (2001), inicialmente os cargos públicos eram escolhidos pelo interesse pessoal e atuavam como uma espécie de extensão do monarca. A Constituição imperial não especificava a forma de seleção dos cargos de agentes públicos. Durante esse período, as funções eram distribuídas por um sistema de nepotismo e empreguismo e a norma geral priorizava a aristocracia como os obtentores de cargos, nos quais os funcionários públicos se investiam de autoridade tornando-se quase nobres (FAORO, 1975; BRESSER-PEREIRA, 1996; RODRIGUES, 2012).

Durante a Primeira República também não havia regulamentação ou legislação específica ou mesmo denominação para esses cargos (NEGREIROS, 2014). O patrimonialismo seguia a dominar o Estado e a política: os cargos eram formados por uma elite, muitas vezes letrados e juristas e, inclusive, pessoas pobres que casavam com filhas de proprietários de terras e conquistavam os cargos públicos (BRESSER-PEREIRA, 2001). Posteriormente, quando a organização política patrimonial fecha-se com o estamento de caráter marcadamente burocrático, o Estado passaria, finalmente, a permitir a abertura de recrutamento para os cargos públicos (FAORO, 1975). Esse processo de profissionalização da administração brasileira tem sido descrito na literatura recente especialmente a partir de marcos que foram estabelecidos desde os anos de 1930¹⁹ durante o Estado Novo de Getúlio Vargas.

A introdução de novas normas permitiu como decorrência o estabelecimento do “modelo burocrático, de corte weberiano, na administração pública brasileira para enfrentar a expansão patrimonialista vigente” (FERREIRA, 1996, p. 17). Nesse período, ocorre um avanço no controle e acesso de cargos, passando a referir atribuições aos funcionários públicos fixadas oficialmente por regras e disposições administrativas, estabelecendo uma hierarquia de funções de Estado em todos os níveis, passando à existência de supervisões hierárquicas, além do estabelecimento do acesso aos cargos mediante concursos públicos, dentre outras especificações (COSSON, 2010). Naquele contexto, o estabelecimento de ministérios, o crescimento dos serviços públicos e de infra-estrutura geraram a necessidade de uma administração pública gerencial que decorreu não somente de crescimento e da diferenciação de estruturas e complexidade

¹⁹ Sendo estes: a fundação do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) nos anos 30, o Decreto-Lei n. 200, de 1967, no período da ditadura militar e a reforma gerencial de 1995, com a criação do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) (COSSON, 2010).

crescente da pauta de problemas a serem enfrentados, como também de legitimação da burocracia perante as demandas da cidadania (Idem).

Com as mudanças na organização legislativa, o desenvolvimento dos quadros multiplicou o número de funcionários e aumentou a especialização desses profissionais. Como decorrência do desenvolvimento democrático brasileiro e das premissas estabelecidas pelas normas da administração, cargos do poder executivo e legislativo foram normalizados e as assessorias parlamentares foram enquadrados na burocracia estatal dentro da qualificação de cargos em comissão (RODRIGUES, 2012). Em função do processo de desenvolvimento histórico dos cargos brasileiros, entre a literatura, o estudo da temática de equipes parlamentares encontra-se consideravelmente vinculado aos pesquisadores que se preocuparam com a história da administração pública e se dedicaram aos cargos de funções de confiança e comissionados.

Alguns exemplos são as pesquisas de Cosson (2010), Praça, Freitas, Hoepers (2012) e Lopez, Bugarin, Bugarin (2014) que buscam identificar aspectos como a rotatividade e a profissionalização dos servidores no legislativo. Por outro lado, estudos acerca de suas atribuições, competências, envolvimento político, entre outras temáticas envolvendo a atuação das equipes na prática legislativa do dia a dia são ainda raras. Isto se dá porque de acordo com Ames, Carreras e Schwartz (2012 *apud* Lopez, 2015, p. 11) o estudo das relações entre esfera política e burocrática é lacunar na Ciência Política não somente no Brasil, mas em toda a América Latina de modo geral. No entanto, Lopez (2015) salienta que pesquisas sobre os cargos nomeados podem contribuir para o avanço na compreensão mais detalhada sobre o processo de formação e reprodução da burocracia política e de suas conexões com o sistema político partidário.

A burocracia brasileira, tal qual a maior parte dos sistemas administrativos contemporâneos, pode ser classificada em dois grupos. O primeiro é formado pela burocracia efetiva, mais estável, e cujos ocupantes são definidos por meio de alguma modalidade de seleção competitiva, a exemplo dos concursos públicos. O segundo grupo é a burocracia constituída por nomeações de caráter discricionário, que detém, comparativamente, mais poder administrativo e capacidade de influir na gestão das políticas, e mantém, em média, conexões mais estreitas com a esfera político-partidária (LOPEZ, 2015, p. 11)²⁰

Enquanto em âmbito internacional os pesquisadores se preocuparam com a falta de recursos para a contratação de membros para as equipes parlamentares, como apontado

²⁰ Os chefes de gabinete encontram-se como parte integrante do segundo grupo descrito por Lopez (2015), uma vez que são constituídos como cargos em comissão.

por Pegan (2015), no caso brasileiro o fenômeno ocorre de modo contrário: as pesquisas na administração pública têm se preocupado especialmente com a demasia de cargos em comissão e quanto aos desafios que perpassam a temática. Alguns autores afirmam que os cargos em comissão podem, potencialmente, ser usados para acomodar indicações de cunho político e em decorrência, muitos desses cargos são ainda vistos como resultados de patronagem (CARLOMAGNO E BRAGA, 2017). Lopez (2015) refere que entre a literatura existe uma posição que considera, nesse sentido, a necessidade de uma renovação da agenda reformista destinada para a redução dos cargos em comissão.

Parte destes estudos também busca explicitar as diferenças de títulos formais entre os funcionários, dado que é muito comum a confusão entre os cargos de confiança e os cargos comissionados. Uma das maiores diferenças entre os cargos concentra-se justamente no meio de seleção, ocorrendo que entre os cargos em comissão, como referido anteriormente, a forma de recrutamento se dá por meio de escolha do próprio político, enquanto que os cargos de confiança são selecionados por meio de concurso público. O tipo de recrutamento, de acordo com Lopez (2015) nada diz, a priori, sobre a capacidade desses nomeados, assim como também não há consenso se a origem destes — sejam membros de carreiras burocráticas ou de militância partidária, influencia de fato na eficiência da gestão.

a patronagem de partido não necessariamente exclui o mérito como critério de seleção das pessoas, nem implica que os nomeados sejam exclusivamente correligionários ou eleitores do partido. Um partido pode decidir nomear pessoas com base em suas habilidades ou sem vínculos prévios com o partido governante, ou ambos. O que nossa definição sugere é que as nomeações de patronagem são feitas ‘sem constrangimentos para seguir o devido processo ou ser transparente’; em outras palavras, que os políticos têm liberdade para escolher o critério que baseará sua escolha para preencher posições no Estado (KOPECKY, SCHERLIS E SPIROVA, 2009, p. 4 *apud* LOPEZ, 2015, p. 12).

Nesse sentido, Lopez (2015) conclui que ainda não dispomos de evidências empíricas que permitam associar a eficiência e qualidade das políticas públicas ao grau de insulamento da burocracia da esfera político-partidária e que a presunção de haver vínculo negativo entre nomeações baseadas em escolhas discricionárias e a conexão destas com a esfera político-partidária decorre da histórica patrimonialização do Estado no processo de desenvolvimento político, que se traduziu em diferentes formas de clientelismo e patronagem. A conexão entre nomeações e patrimonialismo acabou por retirar a legitimidade da esfera política como instância de controle e definição dos rumos das políticas públicas e, portanto, seu direito de definir os nomes que exercerão algumas

das funções políticas dos órgãos. Lopez (2015) salienta que esse cenário se mantém porque ainda são necessárias avaliações empíricas e sistemáticas sobre os efeitos da assim chamada politização do serviço público.

Leal (1997), por outro lado, têm como posição que o ingresso de pessoas na administração pública por indicação de uma única pessoa, mesmo que o parlamentar, remete a administração pública ao período colonial da história brasileira, em que os cargos, como referido anteriormente, eram distribuídos para os membros da corte ou familiares de maneira indiscriminada, o que favorecia o patrimonialismo, corrompendo o governo e prejudicando a democracia. O autor afirma que os cargos em comissão, no mesmo sentido, não passam por um crivo mais detalhado e essa situação possibilita a contratação de pessoas não necessariamente aptas ao cargo, o que tende a ferir com o princípio de acessibilidade aos cargos públicos previstos na Constituição e com uma lei que deixa margem para que qualquer pessoa seja contratada, podendo também prejudicar a qualidade da administração.

Partindo disto, são demonstradas preocupações latentes entre literatura da administração pública sobre os cargos em comissão em relação às formas de clientelismo e patronagem que podem estar atribuídas na dinâmica de processo de seus recrutamentos. Deste modo, estudos que possibilitem maiores compreensões acerca do trabalho efetivo realizado por estas equipes e sobretudo acerca do modo como chegam nestes espaços podem auxiliar na investigação do assunto. Para Carlomagno e Braga (2017, p.4) “neste cenário, verificar qualidades profissionais dos assessores se faz justificável e necessário”. No Brasil, entretanto, estes estudos seguem ainda escassos:

olhar para o organização do *staff* a fim de verificar seja a qualidade do trabalho legislativo, seja da representação política realizada, ou a profissionalização do mandato legislativo, é um método aceito na literatura internacional, embora vastamente negligenciado no Brasil (CARLOMAGNO E BRAGA, 2017, p. 2)

Além dos estudos sobre a administração pública brasileira, dentro do quadro de pesquisas da Ciência Política, os assuntos considerados como “padrão” na área de estudos legislativos são, sobretudo, aqueles que envolvem os partidos políticos e as suas relações (FILHO E PARANHOS et al, 2014). Carlomagno (2015) refere que prática muito comum entre os pesquisadores se verifica no interesse por temáticas que permeiam as opiniões da elite política e de suas relações. O autor contrapõe que, entretanto, o verdadeiro trabalho feito entre os bastidores e que muitas vezes permanece oculto, realiza-se não por apenas um único indivíduo, mas também por sua equipe.

Para Carlomagno (2015) e Carlomagno e Braga (2017) referente constatação não pretende desconsiderar que os parlamentares são, de fato, o centro do mandato, mas que se deve levar em conta que estes não são os únicos atores relevantes na estruturação das relações de representação que ocorrem em âmbito parlamentar. Complementa-se ainda que estudos sobre a profissionalização de outros membros do mandato, como quanto às assessorias, não pretendem rejeitar ou criticar a importância de pesquisas que privilegiam os parlamentares, mas sim em considerar que “a qualidade do mandato legislativo não depende somente do representante eleito, mas da equipe que compõe seu mandato” (CARLOMAGNO, 2015, p. 28).

Entre os autores brasileiros, não foram encontrados registros de pesquisas que se aprofundaram em assuntos como, por exemplo, o desenvolvimento histórico das equipes parlamentares no país. Constatou-se, no entanto, uma obra desenvolvida por um estudioso americano sobre a temática das equipes no Brasil. Baaklini (1992) dedicou dois capítulos em seu livro sobre o congresso brasileiro e seu *staff*. O estudo inclui dados sobre recrutamento, diferenciação de cargos, organização e perfil, discutindo questões como partidarismo e a neutralidade entre os membros da equipe e comparando os resultados com o congresso americano (HAMMOND, 1984).

No que se refere especialmente às assessorias, a delimitação específica do tema tem o seu aparecimento apenas em estudos contemporâneos, como é o caso da monografia de Maria Albuquerque (2009), das dissertações de mestrado de Renata Silva (2013), Cristiana Cerqueira (2013), Márcio Carlomagno (2015) e do recente artigo de Carlomagno e Braga (2017). Dentre os citados, as especificidades centraram-se na descrição das competências dos assessores parlamentares (ALBUQUERQUE, 2009), na influência da ação dos assessores para a construção da persona política do parlamentar (SILVA, 2013), nos perfis sociais, políticos e profissionais do corpo de assessorias parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (CERQUEIRA, 2013) e na profissionalização das assessorias parlamentares na comunicação de mídias sociais (CARLOMAGNO, 2015; CARLOMAGNO E BRAGA, 2017).

Investigações que privilegiam as assessorias parlamentares, apesar de seus raros aparecimentos entre a literatura brasileira, contêm elementos fundamentais para a compreensão da profissionalização dos mandatos legislativos (CARLOMAGNO E BRAGA, 2017). Carlomagno e Braga (2017) concordam com a sentença de Winzen

(2011) ao referir que muito se estuda sobre os parlamentares, bem como sobre os processos legislativos e, no entanto, muito pouco se investiga sobre a equipe parlamentar e a sua influência dentro desses processos. Nesse sentido, através dos pressupostos aqui revisados, são apontados subsídios que viabilizam uma resposta à pergunta de abertura deste capítulo, afinal, quando se considera tanto a contextualização histórica internacional e brasileira, quanto o debate realizado pela literatura, constata-se que, o que se sabe sobre os chefes de gabinete é que se sabe, ainda, muito pouco.

Por outro lado, a partir das informações aqui dispostas, torna-se necessário enfatizar que considerações pertinentes foram capazes de indicar tanto aspectos do surgimento e desenvolvimento dos cargos de assessorias parlamentares, quanto em relação ao que vem sendo tratado sobre estes atores entre a comunidade acadêmica. No que se refere à contribuição destes pressupostos para a presente pesquisa, salienta-se que as informações disponibilizadas através da revisão bibliográfica se constituem como uma importante base para o estabelecimento do diálogo tão necessário entre a literatura para com as descobertas empíricas a serem exploradas ao longo desta dissertação. Assim sendo, na próxima seção, pretende-se avaliar como as equipes parlamentares são compostas na contemporaneidade, especialmente em âmbito legislativo municipal, uma vez que os dados foram em maior parte extraídos do trabalho de campo que têm como objeto de pesquisa os chefes de gabinete de uma Câmara Legislativa Municipal.

1.3 Contemporaneidade: composição e organização do gabinete

O desenvolvimento histórico das equipes parlamentares passou por diversas mudanças burocráticas nas instituições. Na França, por exemplo, havia a exigência de que as equipes de assessores fossem formadas, tradicionalmente, por funcionários dos próprios órgãos, sem que os parlamentares possuíssem algum tipo de autonomia na escolha dos membros. Em alguns contextos, outras regras específicas eram exigidas, como a necessidade de respeito à neutralidade política (CAMPBELL E LAPORTE, 1981; LIDEC, 2008). Ao longo do desenvolvimento legislativo mudanças de regramento ocorreram, entre elas aquelas que definem que alguns dos assessores poderiam ser livremente nomeados pelos parlamentares, o que os transformava, por consequência, em cargos mais políticos e independentes da burocracia governamental. No sistema jurídico vigente os cargos são providos por concurso ou processo seletivo, nomeação em comissão

ou função de confiança e eleição para alguns cargos do legislativo e executivo

(RODRIGUES, 2012; CARLOMAGNO E BRAGA, 2017).

A profissionalização da atividade política e a complexidade da administração pública contemporânea aumentaram a importância e o número desses assessores, sem os quais os chefes políticos têm dificuldade para atuar e encontrar algum tipo de resposta para as múltiplas questões especializadas que a política contemporânea põe na arena pública. (RODRIGUES, 2009, p. 40)

Com a divisão profissional, os assessores foram distribuídos a partir de suas habilidades e formações técnicas e hoje, cargos como de chefia de gabinete tendem “a existir em toda parte, variando apenas seu número e os controles da opinião pública sobre seu uso” (RODRIGUES, 2009, p. 40). Em âmbito nacional, em alguns casos, especialmente quando se tratam de subordinados à deputados que exercem seus mandatos em dois ou mais escritórios, há também a existência de um cargo denominado como chefe de gabinete adjunto, que responde diretamente ao chefe de gabinete como seu superior. Ao contrário, em outros contextos, a existência do cargo não se multiplica, mas sim, encontra-se em escassez, onde fora identificada a ocorrência de partidos políticos e gabinetes que não possuem funções de chefia de gabinete (CERQUEIRA, 2013)²¹.

Referentes distinções, assim como algumas das especificidades do cargo podem ser identificadas através da composição do regimento interno dos órgãos públicos, uma vez que seja no Congresso Nacional ou em Câmaras Estaduais e Municipais, cada lugar poderá conter a sua própria documentação de organização interna, desde que preservados os postulados constitucionais. Deste modo, na Câmara Municipal onde realizei o campo, obtive informações e documentos que explanaram sobre aspectos como as exigências para contratações, os modelos estruturais e demais referências dispostas sobre as equipes parlamentares e que podem esclarecer sobre aspectos como a composição das assessorias e suas diferenças de regulamento.

Gastron (2001) aponta que as atribuições dos assessores parlamentares regem por normas muito distintas dos legisladores. A regulação da expectativa de comportamento dos assessores, de acordo com a autora, pode ser identificada nos regulamentos de cada uma das Câmaras onde atuam. Nem todas, no entanto, possuem disponibilizadas essas informações em relação às regras formais sobre as funções de uma equipe parlamentar e

²¹ Cerqueira (2013) relata que das funções de assessoria identificadas em Salvador, dentre dezesseis partidos políticos, apenas seis tinham chefes de gabinete.

as diferenças entre assessorias. No caso de Cerqueira (2013), que realizou sua pesquisa na Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA), a autora afirma que o regimento interno da *Casa* não apresentava nenhum título, seção, capítulo ou artigo contendo instruções acerca de como a assessoria parlamentar deveria ser realizada ou composta, e que não havia a exigência de “uma norma específica de imposição, ou um manual para a composição de suas equipes” (Idem, p. 17). Na Câmara Legislativa analisada para este estudo, ao contrário, haviam documentos específicos que sinalizavam sobre as especificidades da composição dos assessores parlamentares em cada gabinete, assim como de suas atribuições.

O Serviço de Recursos Humanos (RH) da *Casa* dispõe de um documento intitulado: *Instruções aos Vereadores*. Os regramentos internos dispostos neste registro são reformulados a cada legislatura e enviados aos parlamentares visando instruir os mesmos com informações acerca dos procedimentos básicos para a formação de um gabinete e para a contratação de seus funcionários. Na primeira página, o RH parabeniza o vereador pela sua chegada ao legislativo e posteriormente são dadas referências sobre a composição da Câmara, como o número de vereadores, as comissões permanentes existentes, a estrutura administrativa, a composição do gabinete e os documentos necessários exigidos para o ingresso de funcionários. Em relação à estrutura de um gabinete parlamentar, a Câmara dispõe do seguinte modelo:

Figura 1: Os cargos da Câmaras Municipal



Fonte: Formulação própria.
Dados retirados do documento em Anexo 3

Além dos vereadores, existem, portanto, os cargos efetivos, compostos por posições que requerem um processo de concurso; os adidos, que são servidores de outros órgãos que se encontram à disposição da Câmara; os estagiários e os cargos em comissão, que são os chamados *Assessor Especial de Gabinete*, *Assessor Parlamentar de Gabinete* e *Supervisor de Gabinete Parlamentar* (o chefe de gabinete). Os cargos em comissão e as funções de confiança são restringidos às atribuições de direção, chefia e assessoramento e são providos nos termos do inciso II e V do artigo 37 da Constituição Federal (RODRIGUES, 2012). Conforme segue:

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, *ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração*. (Grifo nosso, CF/1988).

(...)

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

Dentre os diferentes tipos de funcionários existentes em uma Câmara Legislativa, faz-se importante registrar que existe também um corpo nomeado de *Consultores Legislativos*, que são os profissionais do quadro de pessoal efetivo e que possuem como atribuições prestar um assessoramento técnico especializado aos gabinetes dos parlamentares quanto à questões como o conteúdo e a forma de apresentação de proposições e na elaboração de minutas de pareceres, de pronunciamentos, além de realizar pesquisas técnicas sobre temas legislativos. O trabalho dos consultores é realizado somente quando solicitado e as atribuições conferidas à esses profissionais se diferem daquelas dos assessores porque possuem um caráter estritamente técnico, sendo estes considerados como especialistas nas diversas áreas de conhecimento relacionadas especificamente às matérias de responsabilidade das Câmaras Legislativas (ALBUQUERQUE, 2009).

Nas investigações iniciais sobre o objeto desta pesquisa uma das primeiras dificuldades identificadas registrou-se na própria busca pelo termo de chefia de gabinete, posto que o título é considerado como cargo em diversas esferas: existe o chefe de

gabinete de secretarias, o chefe de gabinete de ministérios, o chefe de gabinete de vereadores, de prefeitos, de deputados, presidentes e todos eles terão, de acordo com as especificidades de suas funções, exigências e demandas completamente distintas. Seria apenas durante algumas conversas com os informantes que viria a descobrir que, em âmbito Legislativo Municipal, o título de chefe de gabinete não era aquele estabelecido pela documentação oficial do cargo. Segundo Beauvallet (2014) “secretário”, “assistente”, “adido”, “colaborador”, “chefe de gabinete”, “diretor de gabinete” e “conselheiro” são alguns dos termos aos quais podem ser designados.

Na titulação do cargo representada pelos documentos burocráticos consta, como referido anteriormente, o nome de *Supervisor de Gabinete Parlamentar*. Entre todos os chefes de gabinete com os quais obtive contato, no entanto, inclusive entre os colegas de trabalho e demais pessoas que frequentavam a Câmara de Vereadores, no espaço de trabalho, os informantes eram sempre reconhecidos através da expressão comumente utilizada e nunca pela titulação oficial. Quando questionados, os próprios chefes de gabinete confirmaram o fenômeno e afirmaram não terem conhecimento sobre os motivos do surgimento de um termo oficial ou da característica expressão.

Em documento da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo identificou-se que esse título alterava-se para *Supervisor Geral de Gabinete de Representação Parlamentar*. Poderíamos apontar como uma hipótese o fato de que o título de chefe de gabinete já foi utilizado como expressão para cargos bastante distintos dos que se têm hoje. Em Weber (2011), por exemplo, o chefe de gabinete era um cargo de extrema responsabilidade do gabinete geral. Quando passam a surgir chefes de gabinete em esferas abaixo do nível hierárquico, com o desenvolvimento das instituições legislativas e da necessidade não apenas de chefes de gabinete exclusivos do Estado, mas para parlamentares como senadores, deputados e vereadores, o surgimento do título oficial da profissão retratada neste estudo (*Supervisor de Gabinete Parlamentar*) poderia estar vinculado à necessidade de adoção formal das instituições na busca por diferenciar e especificar os cargos de assessorias existentes entre as esferas e especificamente entre os auxiliares dos vereadores.

Na composição de um gabinete, o vereador poderá escolher uma dentre as duas opções de estruturas dispostas de maneira semestral, sendo esta decisão imutável até o início de um próximo semestre. Entre as opções, a escolha do parlamentar deverá ser

optar entre a **Estrutura A**, com um total de seis cargos (1 Supervisor de Gabinete, 2 Assessores Especiais e 3 Assessores Parlamentares) ou a **Estrutura B**, com um total de sete cargos (1 Supervisor de Gabinete, 1 Assessor Especial e 5 Assessores Parlamentares). Além disso, os vereadores também tem o direito de solicitar até cinco colaboradores (pessoas devidamente identificadas que receberão crachá da *Casa*, mas não terão nenhum ônus) e até três servidores do Executivo Municipal a serem requeridos, se houver autorização do órgão de origem (dos quais estes sim, recebem ônus). No caso dos cargos em comissão e dos servidores, os vereadores deverão, como parte do processo burocrático, protocolar um requerimento padrão formulado e disposto pela própria Câmara de Vereadores.

Para além, sobre a contratação, há também um regramento em relação ao possível parentesco entre os funcionários com os parlamentares do legislativo municipal. Os documentos em que devem ser baseadas as estruturas dos gabinetes expressam que, além do(a) cônjuge e do(a) companheiro(a), diversos outros tipos de parentescos consanguíneos ou por afinidade (da família do cônjuge ou do companheiro(a)), não poderão fazer parte da estrutura, sendo estes aqueles que se constituem como parentes de primeiro, segundo e terceiro grau, como pais, filhos, netos, tios, irmãos, sobrinhos, cunhados, sogros, tios do cônjuge, bisnetos do cônjuge, entre outros, com exceção somente de primos, por serem parentes de quarto grau, não se enquadrando assim, nas regras exigidas pelo Superior Tribunal Federal (STF)²².

Dentre outros regulamentos dos cargos gerais a comporem a Câmara de Vereadores analisada, encontra-se um documento específico²³ que dispõe das atribuições do Supervisor de Gabinete Parlamentar, formulado a partir das disposições de uma Lei Federal (Art. 6º, nº 5.377, de 1967), sobre a prova de que o profissional precisa estar habilitado para o exercício da função. No documento citado se encontram dispostas as distribuições analíticas das funções, que serão referenciadas de maneira mais detalhada ao longo do capítulo seguinte e também o que se denomina como descrição sintética das atribuições, que refere que o chefe de gabinete, em geral, possui o papel de:

supervisionar todas as atividades do gabinete do Vereador a quem presta serviços, coordenando e controlando as tarefas e a conjugação do esforço operacional; realizar, a pedido do Vereador, estudos e pesquisas, bem como

²² Regras estabelecidas na Súmula Vinculante nº 13, no ano de 2008.

²³ Ver Anexo 3.

assessorá-lo amplamente no exame de proposições de origem legislativa ou executiva (Anexo 2)

Na prática, as estruturas dos gabinetes são sempre diversificadas no que diz respeito aos seus funcionários, dado que a Câmara Municipal permite, como visto, que, para além dos assessores legislativos padronizados pelo regimento, o parlamentar também possa contar com colaboradores voluntários, servidores e, inclusive, com o auxílio dos assessores de bancada do partido. Como exemplo, no trabalho de Silva (2013), a autora comenta sobre a estrutura do gabinete de um vereador, que disponibilizava de um ou dois cargos de assessores profissionais, mas que normalmente contava também com a ajuda “de assessores do partido e mais alguns cabos-eleitorais que os acompanham, auxiliam e instruem durante o mandato” (Idem, p. 47).

A dinâmica posta de tal forma permite uma diferenciação clara na estrutura entre os gabinetes, onde a equipe de assessores composta por um parlamentar em específico pode ser completamente distinta do gabinete vizinho. Quando questionei uma informante sobre o número de assessores de sua equipe, sua resposta foi de acordo com essa diversidade. A partir de sua fala, demonstra-se que há um costume, inclusive, de confundir os assessores que pertencem à bancada ou ao gabinete, dado que não apenas os assessores, como os próprios espaços físicos são, em certo sentido, rotativos:

Tem que contar...(...), porque a gente se confunde muito entre gabinete e bancada né. Então... no gabinete são, dois, quatro, seis... sete ou oito. E depois tem os companheiros da bancada que também ajudam bastante aqui. (...) Eu não tenho certeza quem que tá aqui no gabinete e quem que tá na bancada, entendeu? Porque às vezes tem gente que trabalha aqui mas tá lotado na bancada (...) Uma questão física, porque tem pouco espaço aqui físico né, tem poucos computadores aqui né, não sei se tu viu, a sala, a estrutura não comporta pro número de funcionários, então as vezes a pessoa tá lotada aqui mas acha melhor trabalhar na bancada (Simone, Informação verbal, Entrevista I).

A diferença entre os funcionários contratados pelos parlamentares e pelos partidos é referenciada também por Gastron (2001). A autora afirma que o primeiro grupo é formado por funcionários que cumprem funções para o legislador e são também contratados por eles e que normalmente esses assessores são de origem partidária e tomam conta das necessidades políticas do parlamentar, servindo para filtrar e interpretar toda a informação que chega ao gabinete. Já em relação ao segundo grupo, tratam-se de assessores que são designados pela liderança de cada bloco partidário. Esses assessores possuem vínculo com o partido e têm a função de filtrar e interpretar toda a informação que recebem, não para o parlamentar, mas sim ao bloco partidário.

Por equipe parlamentar entende-se a empresa que é composta pela própria figura do político e por todo o restante de indivíduos que trabalha em seu nome. O corpo de membros do gabinete é formado por assistentes, assessores, bem como por outros tipos de funcionários que realizam funções a serem desempenhadas tanto dentro do local quanto em outros espaços e instituições (LIDEC, 2008). No caso específico dos assessores, estes se estabelecem como os profissionais que atuam diretamente nos negócios da instituição, dando o suporte técnico e administrativo para o desenvolvimento de ações e atividades que subsidiam as funções de representar os cidadãos e de legislar sobre os diversos assuntos que envolvem o dia a dia das pessoas, seja no campo político, quanto também nos campos social e ambiental (ALBUQUERQUE, 2009).

As tarefas exercidas por eles são múltiplas e são também diversos os tipos de assessoramentos encontrados. Entre algumas de suas competências mais específicas estão: ajudar indivíduos, empresas e eleitores locais resolvendo problemas, monitorar o que está acontecendo, dar atenção crescente aos movimentos dos concorrentes, priorizar eventos onde o político deve ser visto, ajustar a agenda do parlamentar, suas viagens, comunicação, fazer boletins informativos, entre outras atividades que demandam habilidades como: saber escutar e argumentar, falar o que é correto e não apenas o que o parlamentar quer ouvir, ter conhecimento técnico e político, entender sobre as normas do processo legislativo, além de ter envolvimento e comprometimento com o mandato parlamentar (LIDEC, 2008; ALBUQUERQUE, 2009; CERQUEIRA, 2013).

Sobre a divisão de trabalho, a estrutura mais comum observada por Cerqueira (2013) fora a de gabinetes dispostos com uma secretária, (responsável por agendamento de atendimentos e recepção do público), um motorista, (responsável por levar o parlamentar e seus funcionários em compromissos e atividades externas), um assessor jurídico (responsável por toda a demanda jurídica que lhe for designada), um assessor de comunicação (responsável pela divulgação das ações do parlamentar através de notas, atualizações de site, publicações, além da manutenção e alimentação das redes sociais) um assessor político (responsável pelo acompanhamento no andamento dos processos e solicitações junto às secretarias e em todas as esferas de poder em que houver demandas, além de acompanhar em consultas os eleitores que chegam das “bases”) e, por fim, o chefe de gabinete, conceituado, de maneira geral, como a figura de relação mais estreitada com o parlamentar (CERQUEIRA, 2013).

Em âmbito legislativo municipal, os resultados das observações de campo fruto desta pesquisa dialogam com aqueles obtidos pelo estudo de Cerqueira (2013), pois também foram identificadas distinções entre as assessorias e suas atividades exercidas nos gabinetes observados. Por outro lado, com exceção dos cargos de motoristas e secretárias/os, o restante não se enquadra como parte de uma estrutura padrão, uma vez que, na esfera observada, os papéis referidos como aqueles de atribuição do assessor político, do assessor jurídico e do assessor de comunicação, por exemplo, nem sempre condizem com os mesmos cargos apontados por Cerqueira (2013). No caso do assessor político, por exemplo, as funções descritas pela autora foram observadas como tarefas do próprio chefe de gabinete. Além disso, em nenhum dos gabinetes um assessor com o título de “assessor político” pôde ser encontrado.

Nos casos de tarefas como acompanhar as redes sociais do parlamentar, estas são exercidas, na maioria dos casos, pelo assessor de comunicação. No entanto, algumas das atividades relacionadas à área nem sempre estão vinculadas à um único profissional, sendo divididas entre os assessores. Observou-se que especialmente no que diz respeito ao acesso dos e-mails dos parlamentares, o chefe de gabinete se encontra como o principal responsável pela função. Uma chefe de gabinete informante, formada na área de administração, admite também realizar funções relacionadas à comunicação, como envio de informativos, e-mails, boletins, entre outras. Há, portanto, atividades realizadas por certos tipos de assessorias que não podem ser consideradas como “atribuições padronizadas” dos cargos, uma vez que, a depender de cada organização interna dos gabinetes parlamentares, essas funções variam entre os membros das assessorias.

Um outro caso observado foi a condição dos denominados assessores jurídicos, percebido como o cargo com maior variedade entre os gabinetes, uma vez que as funções jurídicas são normalmente destinadas ao funcionário com título de formação em direito. Assim sendo, em determinados gabinetes as atividades de caráter jurídico eram exercidas pelos assessores de bancada do partido, pelos chefes de gabinete, pelos vereadores ou mesmo pelo próprio assessor jurídico, quando havia a ocorrência de funcionários contratados especificamente para a função com esse termo. Em um gabinete o cargo era, inclusive, denominado com outra titulação. De acordo com uma informante entrevistada, o advogado contratado como funcionário para o exercer de atividades jurídicas era reconhecido como *assessor legislativo*. O termo pode também ser encontrado no trabalho

de Kuschnir (2000), quando relata sobre o caso de um parlamentar que possuía um funcionário “responsável pela assessoria legislativa” (*Idem*, p. 77) e que tinha como funções redigir projetos, emendas e discursos, além de acompanhar as votações em plenário.

Os informantes afirmam que dentro de seus espaços de trabalho cada um dos assessores possui um papel e uma tarefa específica. Por outro lado, mesmo que individualmente representem funções com papéis especificados, seja na área jurídica, jornalística, de comunicação, entre outras, eles costumam intitular-se como “um grande time” e “uma grande equipe” que contribuem e auxiliam uns nos trabalhos dos outros quando necessário. Desta forma, a depender das demandas exigidas, todos acabam se envolvendo, mesmo que ainda mantendo as atividades que lhes são próprias. Nesses casos, “todo mundo faz um pouquinho de tudo”. Sobre isso, Simone aponta para a importância da atenção dos assessores para as tarefas dos demais colegas:

Procuro fazer com que todo mundo saiba o que está acontecendo porque mesmo que a pessoa não vá se envolver diretamente, ela vai responder um e-mail sobre aquilo... ela vai responder um telefonema sobre aquilo... ela vai ficar atenta nas matérias que saem nos jornais para replicar na comunicação... então eu acho que é importante todo mundo saber de tudo, mesmo que aquilo não envolva a pessoa diretamente, porque daqui a pouco ali na frente envolve, entendeu? Eu não faço parte do atendimento mas aí daqui a pouco as gurias saem, tão no banheiro e eu preciso atender uma pessoa, ou não puderam vir trabalhar... (...) ou tão numa agenda fora. Eu tenho que saber como é que atendo uma pessoa, que que eu tenho que fazer, qual é o encaminhamento, eu não posso dizer para pessoa: “volta aí outro dia” (...) Eu procuro, como chefe de gabinete, manter todo mundo sabendo de tudo para que todo mundo se ajude ou se precisar para que todo mundo saiba o que tá acontecendo (Simone, Informação verbal, Entrevista I).

Nesse sentido, além das distinções observadas na organização dos gabinetes ocorre também um fenômeno de acúmulo de funções entre o corpo de assessorias parlamentares, considerado, entre o ambiente legislativo, como um evento corriqueiro (CERQUEIRA, 2013). Ademais, nem todos os chefes de gabinete exercem o cargo de acordo com as exatas mesmas delegações. Ao longo do campo, um dos fatores observados fora o de que algumas das atividades referenciadas pela literatura como de responsabilidade do chefe de gabinete, na prática demonstraram-se como sendo, em alguns dos casos, de outros funcionários. Ademais, dependendo do gabinete, as mesmas funções poderiam também ser exercidas por mais de um tipo de assessor parlamentar. Cerqueira (2013) aponta que não raro, a atuação dos chefes de gabinete pode “ser conjunta ou mesmo acumulada com as funções do assessor político” (*Idem*, p. 62).

Os regramentos de composição interna demonstram que assim como em outras esferas, nas Câmaras Legislativas, cada parlamentar tem autonomia na escolha de seus funcionários para funções de assessoramento. Cada político, portanto, possui liberdade para contratar e também para organizar as funções da maneira de sua preferência. Carlomagno (2015, p. 48) afirma que são justamente as regras do jogo, portanto, que possibilitam que se formem estruturas organizacionais muito distintas de gabinete a gabinete. O autor salienta que a partir do momento em que as regras institucionais são flexíveis e dão liberdade para que cada parlamentar “monte a estrutura de assessoria que achar mais conveniente às suas necessidades, passamos a encontrar estruturas muito diferentes” o que torna pesquisas nesse sentido bastante pertinentes para a análise destas distinções (CARLOMAGNO, 2015).

Considerações

Os romanos e aqueles que os rodeavam para oferecer aconselhamentos; os príncipes e os seus conselheiros privados; os parlamentares e os seus assessores. Recorrer à uma reconstrução da literatura aponta subsídios que confirmam as primeiras aparições de auxiliares e homens de confiança dos chefes de Estado. Apesar de contextos bastante distintos, referentes apontamentos sustentam que, mesmo com diferenças gritantes marcadas pela distância dos tempos históricos e de seus contextos próprios, atores que exercessem papéis de aconselhamento, opinando sobre os assuntos políticos foram considerados como atividades tão antigas que antecedem o surgimento da própria democracia representativa e das instituições legisladoras.

As assessorias políticas com especificidades definidas e formalizadas surgem somente em contexto posterior, a partir do aumento das demandas, da maior complexidade do sistema e do processo de profissionalização política, o que exigiu forças de trabalho complementares e especializadas para o auxílio dos legisladores. Dentre as transformações legislativas, reformas estatais e implementação de leis de reorganização são realizadas e impactam no estabelecimento de normas e regras para a forma de recrutamento e de exigências na contratação das equipes parlamentares. Como evidenciado ao longo deste capítulo, a história do surgimento desses profissionais acompanha, portanto, o próprio desenvolvimento organizacional das instituições políticas, como demonstrado na imagem a seguir:

Figura 2: O desenvolvimento das equipes parlamentares



Fonte: Formulação própria
Dados obtidos na revisão bibliográfica

Quanto à recorrência das equipes parlamentares como objeto de estudo acadêmico, demonstrou-se que apesar de estudos relevantes sobre o tema, a temática do *staff* parlamentar e de seus assessores possui ainda uma lacuna bibliográfica que pode ser explicada, primeiramente, pelo destaque dado às instituições e em segundo lugar, à primazia de estudos sobre atores políticos que seguem enfatizando o papel daqueles que “se envolvem primordial e diretamente nas eleições em detrimento daqueles que entram ou se relacionam com a política por vias diferentes” (ALCÂNTARA, 2016, p. 104). Carlomagno (2015) e Alcântara (2016) se posicionaram ao afirmar que a primazia do eleitoral não deve ocultar a relevância de estudos de outros tipos de atores políticos, dado que a análise do trabalho desenvolvido nesses cargos significa também perpassar por informações acerca dos demais participantes que se envolvem nestes processos e que, além disso, no estudo de carreiras políticas, tanto do político eleito quanto daqueles que entram por outras vias, como a nomeação, encontram-se, normalmente, interligadas.

Uma possibilidade para explicar o fenômeno da escassez de pesquisas sobre as equipes parlamentares pode também estar relacionada com o próprio desenvolvimento histórico apresentado, uma vez que as equipes tiveram o seu surgimento formalizado apenas durante o Século XIX. Posteriormente, reformas legislativas ocorridas durante o Século XX e XXI seriam o que despertaria uma maior atenção por parte dos pesquisadores nos processos de trabalho desenvolvido dentro dos gabinetes (PEGAN, 2015). No caso brasileiro, segundo os pesquisadores, as reformas que impactaram na administração pública e, por consequência, na formalização e desenvolvimento das

equipes parlamentares, são marcos implementados apenas a partir de 1930, como também se pode observar através da retrospectiva histórica do caso brasileiro:

Figura 3: Desenvolvimento das equipes parlamentares no Brasil



Fonte: Formulação própria
Dados adquiridos na revisão bibliográfica

A temática do *Staff*, segundo Pegan (2015), também não se concebe ainda coordenada no sentido de que não segue um quadro teórico comum na agenda de pesquisa da Ciência Política, diferente do que ocorre em parte dos estudos na sociologia das elites políticas. Cabe destacar que entre a literatura clássica dos estudos de elites, há grandes esforços de trabalho na busca de definições teóricas acerca daqueles considerados como políticos profissionais²⁴. Nessas obras, além dos parlamentares, membros de outros cargos, como funcionários burocráticos e profissionais do *Staff*, são também referenciados, porém de modo menos veemente. Alcântara (2016), por exemplo, inclui em sua definição de atores políticos pessoas “que desenvolvem uma atividade no sistema político” (Idem, p. 88) e situadas categoricamente em espaços como “de responsabilidade orgânica e de assessoria no interior dos partidos políticos ou formações políticas de representação similares” (Ibidem, p. 95).

A baixa representação teórica, segundo Albuquerque (2009) e Madonna e Ostrander (2014) destaca-se sobretudo em especificações como a influência das ações de assessorias nos resultados legislativos e a identificação de suas competências dentro das instituições e que, incluindo poucas análises empíricas centradas nos membros

²⁴ Autores como Weber (2011), Panebianco (2009), Sartori (1992), Michels (1949) são alguns considerados como pioneiros na temática.

individuais. Apesar disso, Hammond (1996) afirma que há uma tendência de que os estudos legislativos que têm as equipes parlamentares como protagonistas passem a centrar-se teoricamente na possibilidade de descobrir as diferenças entre os tipos de membros das equipes parlamentares, assim como nos efeitos de seu trabalho.

Em resumo, pode-se dizer que os pesquisadores que buscam privilegiar o estudo dos assessores parlamentares encontram um caminho dividido pelo corte de uma faca de dois gumes, contando, por um lado, com o desafio de adentrar em uma temática ainda pouco ancorada pela literatura e sem amparo teórico definido, diferentemente do que ocorre no investimento por “pesquisas em subáreas já consolidadas” (FILHO E PARANHOS et al, 2014, p. 223), mas, por outro lado, tendo como vantagem o pioneirismo do objeto como contribuinte para o preenchimento dessas lacunas ainda existentes sobre o tema, uma vez que “realizar estudos em subáreas carentes podem maximizar a aceitação dentro da comunidade acadêmica por conta do ineditismo” (Idem). Alguns dos principais artigos sobre o *Staff*, inclusive, foram publicados em espaços de notoriedade na área da Ciência Política, como Blischke (1981), Campbell e Laporte, (1981), Hammond (1984; 1996), Ryle (1981) e Squire (1992; 1998), que tiveram seus estudos disponibilizados pela *Legislative Studies Quarterly*, jornal oficial da seção de estudos legislativos da *American Political Science Association*, assim como os trabalhos de Romzek e Utter (1997) e DeGregorio (1992), publicados, respectivamente, no *American Journal of Political Science* e na *Western Political Quarterly*. No caso brasileiro, com a literatura ainda recente, investigações sobre assessorias parlamentares têm o seu aparecimento em maior parte em formato de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), Dissertações e Teses.

No Brasil, publicações em revistas e livros que permeiam a temática encontram-se, sobretudo, em debates oriundos da administração pública e que exploram aspectos como a rotatividade dos cargos e as distinções de conceito, além de um debate recorrente sobre a quantidade de cargos comissionados, onde tem-se como pauta a eficiência desses cargos, assim como a coerência em sua forma de recrutamento, uma vez que são selecionados através dos critérios dos próprios parlamentares, sem a necessidade de concurso público. Apesar deste tensionamento, como apontado por Lopez (2015), faltam investigações que explorem de melhor modo a esfera político-partidária. Por fim, é possível salientar que o modo como se constituiu historicamente os gabinetes

parlamentares seguiram com o critério da liberdade da organização interna, o que faz com que as estruturas sejam bastante diversificadas. Nesse sentido, no próximo capítulo pretende-se analisar se essa diversidade de estrutura também se reflete nas atividades desenvolvidas pelos chefes de gabinete.

CAPÍTULO 2: O QUE ELES FAZEM? AS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DOS CHEFES DE GABINETE

“(…) Embora os políticos tenham a palavra final sobre a formulação de políticas, a maioria das decisões do dia-a-dia sobre a gestão do parlamento é tomada pela equipe parlamentar”²⁵ (Leston-bandeira, 2007, p. 664).

Na análise discursiva das propagandas eleitorais televisivas, falas baseadas prioritariamente na figura do parlamentar como um legislador de atuação individual são discursos comuns. Em meio aos candidatos de todas as esferas, seja no caso daqueles que buscam alcançar uma primeira vitória eleitoral ou através da reeleição, percebem-se aspectos bastante similares a serem proferidos. Habituais promessas são fundadas em afirmativas que não evitam pronomes possessivos, tais como: “*Eu tenho* lutado para...”, “*O meu* trabalho na Câmara de Vereadores têm beneficiado...”, “*Eu vou* criar projetos de lei...” ou “*Pretendo* fazer ainda mais...”²⁶. Referente figura de linguagem não reflete, no entanto, a circunstância de que a atividade legislativa de um gabinete parlamentar não é exercida por um único indivíduo, mas sim, por este em conjunto à uma equipe de apoio como o *staff* parlamentar.

Ocorrências nesse sentido podem ser explicadas sobretudo porque a figura do político é conceituada como uma imagem-marca, formulada por técnicas específicas do marketing político que visam a construção do “perfil de um personagem posto a exposição na esfera pública com a finalidade de conquistar a adesão dos destinatários” (BEZERRA E SILVA, 2002, p. 6). Longe da esfera pública, entretanto, o parlamentar realiza suas práticas dentro de um espaço, o gabinete, onde conta com uma estrutura de representação de pessoas que, assim como ele, são também considerados como os

²⁵ Original: “(...) although politicians may have the final say on policymaking, most of the day-to-day decisions on the management of parliament is taken by parliamentary staff.” (Leston-bandeira, 2007, p. 664 *apud* Carlomagno, 2015, p. 36).

²⁶ Estes exemplos foram identificados a partir de uma pesquisa por “Propagandas Eleitorais” em plataformas de vídeos disponíveis on-line.

responsáveis pela movimentação do mercado e da ação política. São estes os assessores parlamentares, que se encontram cada vez mais capacitados para a execução da tarefa de agir e falar em nome de seus chefes (SILVA, 2013).

A importância dos cargos de assessorias pode ser demonstrada pelos exemplos trazidos por Carlomagno e Braga (2017). Segundo os autores, dentre os *outsiders*²⁷, alguns casos na política brasileira, como de Romário e Jean Wyllys evidenciam que mesmo sem larga experiência prévia quando eleitos pela primeira vez, estes parlamentares foram considerados pela opinião pública como bons políticos durante seus mandatos de estreia. Nos dois casos mencionados, sabe-se, por meio de fontes públicas, que a equipe de assessores de ambos é constituída por profissionais experientes na atividade legislativa. Para os autores “reside aí, ao menos, parte do sucesso de um mandato parlamentar” (Idem, p. 2) sendo este um dos argumentos a colocar em posição afirmativa de que o *staff* parlamentar de fato importa.

Partindo das considerações que elucidam sobre sua importância, propicia-se também questionar quem são, portanto, os atores que constituem o gabinete de um parlamentar e quais são as atividades que desenvolvem. Nesse sentido, o presente capítulo pretende descrever, inicialmente, sobre como se deram as entradas de acessos no campo da política e sobre as características do espaço físico da Câmara Municipal. Posteriormente serão especificadas as atividades dos chefes de gabinete, uma vez que explorar as tarefas e atribuições destinadas à este cargo pode resultar em esclarecimentos não somente sobre um determinado tipo específico de categoria profissional, como também sobre as demais responsabilidades de trabalho desenvolvidas dentro das instituições por seus atores pertencentes.

2.1 Acessos do pesquisador no mundo da política: observações iniciais

Durante a realização de um estudo etnográfico, o pesquisador inicia o seu campo como uma espécie de estrangeiro, levando consigo a missão de tomar espaços e conquistar a confiança daqueles que se constituem como seu objeto de estudo. Para cumprir com esse propósito é preciso saber ouvir e penetrar na vida de diferentes sujeitos que estejam dispostos a contar suas histórias a fim de que se possa, ao fim, construir uma

²⁷ Parlamentares eleitos com escassa experiência política anterior, que se aventuram com êxito na esfera pública (MARENCO, 1997).

narrativa sobre aquilo que se observou ao conviver com aquelas pessoas naquele lugar específico (WENETZ, 2011). O processo de iniciação do campo se constitui como um rito de passagem entre a experiência profundamente marcante que retira o investigador de seu contexto habitual e previsível em que ele se encontrava para um contexto novo, imprevisível e, portanto, atemorizante, repleto de dificuldades, hesitações e dúvidas (CABRAL, 1983).

Antes mesmo que eu pudesse iniciar o meu próprio processo de iniciação etnográfica, reflexões sobre o campo já começavam a brotar. *De que modo eu deveria começar? Em que porta bater primeiro? Que roupa deveria usar?.* Me preocupava, inicialmente, sobre o modo como eu deveria me apresentar ao campo, para que ele pudesse também se apresentar a mim, especialmente a considerar que este fosse o meu primeiro contato profissional com atores políticos “de carne e osso” (KUSHNIR, 2003, p. 31). Identificando-me com a experiência relatada por Kuschnir (2003, p. 31), realizar pesquisas no espaço político significava uma tarefa de “entrar em contato com universos diferentes daqueles com os quais eu estava habituada” (Idem).

Minhas noções teóricas partiam da formação acadêmica em Ciência Política. As concepções visuais foram arrecadadas ao longo do tempo através da mídia e das experiências pessoais assistindo à audiências públicas. Mas faltava ainda a prática. Ao refletir sobre a entrada no campo, minha primeira atitude fora a de tentar não transparecer, ao menos não fisicamente, a minha condição de “estrangeira” ao ambiente. A utilização de roupas apropriadas é considerada como uma prática comum entre etnógrafos. Bogdan e Knop (1994, p. 128), por exemplo, recomendam que o pesquisador se vista de acordo com os códigos de vestuário implícitos, ou seja, se vestir informalmente em locais onde as pessoas também se vestem de modo informal — “de maneira que pareça apropriada a seu estatuto naquela situação” (Idem) ou com roupas confortáveis, mas que possam imitar os informantes com os quais tenta-se estabelecer uma relação (FLORES-PEREIRA E CAVEDON, 2009; AQUINO, 2010).

Guiada por pré-concepções, optei pela vestimenta de caráter social e retirei também o piercing que tenho como acessório no nariz, em vias de ser um item avaliado de maneira negativa por determinados grupos (BANDEIRA E BATISTA, 2002). Na prática, qual foi a minha surpresa quando, entre as ironias do trabalho de campo, no primeiro gabinete em que caí de paraquedas, não somente a chefe de gabinete, como

também a própria vereadora, além de não estarem trajando vestimentas sociais, usavam, ambas, um piercing no nariz. No fazer etnográfico, “surpresas nos espreitam a cada momento” (PEIRANO, 2014, p. 385) e por esta perspectiva Lévi-Strauss (1975) ressalta que a pesquisa de campo é a mãe da dúvida e que, por sua vez, não consiste em saber que não se sabe, mas sim, em expor tudo aquilo que se acreditava saber, incluindo a própria ignorância que se confrontará, na etnografia, com o “sentido de surpresa”, referido por Madan (1994, p. 128) e Peirano (2014, p. 385).

Em determinados espaços, incluindo os políticos, maiores demandas e negociações podem ser necessárias para o simples acesso dos investigadores dentro da instituição²⁸ (SCHATZMAN E STRAUSS, 1973; WENETZ, 2011). No que diz respeito às Câmaras Municipais, esses acessos são diversificados, pois existem casos com normas de circulação bastante restritas e com um controle rígido entre aqueles que entram e saem dos prédios legislativos, além de seguranças sempre atentos para a vigilância dos gabinetes (PINTO, 2013). Na Câmara Municipal onde realizei o campo, para a entrada bastava que qualquer pessoa passasse por um detector de metais, não havendo portanto maiores dificuldades de acessos.

Além dos gabinetes parlamentares, as práticas políticas são também desenvolvidas em outros espaços, como as salas de reuniões das comissões e o plenário. Observar as sessões plenárias diz muito sobre como ocorrem as interações políticas. Em certos momentos, vereadores sobem ao palanque e aproveitam seus minutos de fala com discursos inflamados para criticar alguma proposta de um opositor político, chegando a utilizar de palavras como absurdo e irresponsável para descrever o projeto dos colegas. O mais interessante da situação descrita trata-se de observar os dois políticos envolvidos, muitas vezes vistos como inimigos, conversando amigavelmente entre risadas e abraços poucos minutos depois do embate.

Costuma acontecer de tudo: políticos dormem enquanto outros parlamentares se posicionam e discussões sobre pautas específicas podem acabar terminando em debates sobre assuntos distintos, como em ocasiões em que iniciaram uma sessão com a execução

²⁸ Silva (2014) conta que ao realizar uma etnografia em uma unidade prisional, para o simples acesso ao local, foram necessárias sete audiências a fim de conseguir autorização, sendo esta cedida apenas após a autoridade judicial ficar convencida da “seriedade da pesquisa” (SILVA, 2014, p. 3). Já Pinto (2013) alega que para entrar na Câmara do Distrito Federal, o pesquisador tinha que fornecer informações sobre sua identidade. Além disso, ações como tirar fotografias do ambiente eram motivo para apreensão.

do hino rio-grandense e alguns vereadores permaneceram sentados²⁹, o que foi considerado por outros parlamentares um ato desrespeitoso, dando início à uma grande discussão sobre o assunto. Há dias com muito envolvimento dos cidadãos e outros com baixo número de público. Alguns deles tornam-se conhecidos dos políticos pela frequência com que acompanham as atividades. De uma das pessoas que conheci durante as sessões, ouvi certa vez que a única solução para resolver os problemas da cidade seria, de acordo com ela “*jogar uma bomba na Câmara e acabar com toda essa corja*”. Depois dessa conversa, a facilidade de acesso à Câmara de Vereadores passou a ser re-significada.

Sobre o meu acesso aos gabinetes, iniciei conhecendo e observando os espaços e tentando arrecadar informações documentais sobre os chefes de gabinete. Passei pelo Memorial da Câmara, pela Escola do Legislativo e pelos Recursos Humanos. Um dos funcionários da *Casa* sugeriu que eu fosse até a Secretaria Geral para solicitar um passe livre, afirmando que a minha pesquisa poderia ser facilitada, principalmente pela condição de “ser mulher e estar em um ambiente predominantemente masculino”, como referiu o funcionário. No relato de Kuschnir (2003, p. 34), a autora afirma que estar munida de autorização através de um crachá fez com que sentisse que havia deixado de ser uma visitante qualquer para tornar-se uma pessoa autorizada. Pensando nisso, acatei a sugestão e me direcionei à Secretaria. Chegando lá, no entanto, recebi a orientação de que não havia esse tipo de procedimento na Câmara de Vereadores: para entrar em contato com os parlamentares e assessores bastaria bater à porta.

Nos corredores dos gabinetes, as paredes também falavam, constantemente sugerindo informações sobre o acesso e sobre os próprios parlamentares. Revestidas livremente, algumas das entradas eram decoradas com fotos dos vereadores com a família, com os animais de estimação, com eleitores e em atividades políticas, como manifestações e eventos. Em outros gabinetes, fachadas mais simples, revestidas apenas com o nome e o partido político. Nesse sentido, Schlenker (1980) afirma que para construir, criar, manter ou modificar uma imagem pública e ideal dos atores, a própria forma como se decora uma sala pode comunicar uma identidade social e definir o que se deseja e o que se pode esperar da outra pessoa e também permite ao ator introduzir

²⁹Sentar durante o hino é considerada, por alguns, como uma forma de protesto, em razão de um trecho julgado como de teor racista.

dispositivos estratégicos que determinarão qual informação o público irá adquirir para formar suas primeiras impressões (GOFFMAN, 1959; ELSBACH, 2004).

Logo na entrada, os nomes dos parlamentares também fornecem pistas, como o caso do *Doutor Carlos*, médico de formação e conhecido pelas pautas vinculadas à saúde da população. No mesmo sentido, o vereador *Professor Dermeval*, atua com políticas voltadas para a Educação e a *Comandante Berta* trabalha especialmente com projetos voltados para a área de Segurança Pública e direitos das mulheres. Os *nomes de guerra* utilizados servem, portanto, como indicativos para a identificação do perfil profissional dos parlamentares, assim como das pautas políticas defendidas por eles. Dentro dos gabinetes, as paredes eram também decoradas com quadros de diplomas e de personalidades históricas e da política, além de adesivos, cartazes em apoio ou oposição ao governo, bandeiras do partido e banners com fotos e notícias de jornais que transferiam ao visitante informações características quanto à identidade do parlamentar e de seu mandato como um todo, relativas às ideologias políticas, aos vínculos partidários e aos movimentos dos quais participa ou simpatiza.

Sobre o estabelecimento de contato e acessos com atores políticos, Bezerra (1999), Kuschnir (2003), Cerqueira (2013) e Silva (2013) relatam algumas das dificuldades e facilidades experienciadas pelos autores. Um dos obstáculos relatados trata-se do receio por parte dos informantes de que pudessem sofrer prejuízos em virtude das entrevistas. Segundo Cavedon (1999) o pesquisador pode ser representado como uma ameaça e os subordinados, caso desconfiem que as informações reveladas possam ser expostas aos seus superiores, tendem a omitir ou distorcer relatos acreditando que poderiam ser demitidos na medida em que deixassem escapar determinados pensamentos ao pesquisador, mesmo apesar de todo o cuidado tomado pelo etnógrafo. Um dos assessores parlamentares entrevistado por Bezerra (1999) insistiu sobre o sigilo das informações e, em tom de brincadeira, disse que iria “ferrar” o pesquisador caso o seu nome fosse publicado, além de indicar sua desconfiança afirmando que sonhou que o investigador era, na verdade, um jornalista.

Existe, entre alguns, uma tensão gerada pelas entrevistas, assim como uma perspectiva de incômodo em relação à presença do etnógrafo durante a observação (BEZERRA, 1999; KUSCHNIR, 2003). Kuschnir (2003, p. 33) expõe que durante o seu campo, quando ocorriam brincadeiras que se voltavam para temas considerados como

politicamente incorretos, a chefe de gabinete chamava a atenção dos demais para sua presença dizendo que “não ficava bem” falar daquele jeito na frente da pesquisadora. A autora passou a desconfiar de tudo que contavam, achando que poderiam estar ocultando informações. Como determina Berreman (1980), o pesquisador pode também surgir diante de seus sujeitos como um intruso, que, além de inesperado, pode ter a sua presença frequentemente percebida como indesejável.

Enquanto em alguns casos os pesquisadores não passam despercebidos, os dados mais relevantes são normalmente revelados em ocasiões onde a presença do investigador passa despercebida (KUSCHNIR, 2003; SILVA, 2013). Nessas situações, possibilita-se flagrar a “real agência dos assessores” (SILVA, 2013, p. 18). Além disso, Silva (2013) complementa que no período em que permaneceu imersa nos gabinetes era possível verificar claramente a diferença entre os políticos e os membros da equipe quando se encontravam sozinhos ou quando se aproximavam de outras pessoas, situações em que inclusive o trato pessoal entre os colegas se tornava diferente.

Muitos dos entrevistados também costumam demonstrar certa resistência para responder às perguntas durante as entrevistas. Alguns alegam total falta de tempo, outros afirmam não terem recebido a permissão do parlamentar e, em outros casos, identifica-se uma nítida falta de interesse (CERQUEIRA, 2013). Durante a realização da etnografia na Câmara de Vereadores, também foram identificadas limitações nesse sentido: uma chefe de gabinete com quem entrei em contato negou conceder a entrevista justificando que o gabinete onde trabalha tratava-se de um espaço muito diferenciado dos demais, o que portanto não iria contribuir para a pesquisa. Mesmo alegando que o meu interesse de estudo estava centrado justamente nas distintas dinâmicas existentes, a assessora não concordou em participar como informante.

Em vias das adversidades etnográficas identificadas especificamente entre as pesquisas realizadas em espaços políticos, aspecto pertinente sobre os acessos se refere à importância do anonimato dos informantes. Os assessores tendem a ficar mais “descuidados” e falantes quando ocorre o esclarecimento de que suas identidades, assim como a dos parlamentares, não será revelada (SILVA, 2013, p. 17). Alguns estudos, por outro lado, costumam considerar a divulgação dos nomes decorrência comum ou até mesmo uma espécie de homenagem aos participantes. Quando se exploram temas como

a política, no entanto, o cuidado deve ser redobrado, uma vez que os personagens costumam se tratar de pessoas públicas e conhecidas (PINTO, 2013).

Os dados e resultados de pesquisa podem também trazer à tona problemas difíceis de serem resolvidos nesse sentido, uma vez que por mais que exista um acordo de anonimato, lida-se com “pessoas e eventos públicos facilmente identificáveis” (KUSCHNIR, 2003, p. 41-42). Kuschnir (2003) revela que optou por omitir certas informações, mesmo que fossem enriquecedoras para o seu trabalho na tentativa de dificultar a identificação dos informantes. Em contrapartida, revelações sobre os bastidores da política, seus valores e práticas dificilmente poderiam ser obtidos se a identidade dos informantes não estivesse protegida (KUSCHNIR, 2003).

Se o trabalho é realizado em contextos menos tradicionais, como nos casos das pesquisas sobre o estado e a política, observa-se a utilização de nomes fictícios de forma automática, como uma maneira de preservar os colaboradores (se bem que muitas vezes esses nomes fictícios não atingem sua finalidade, pois podem ser facilmente identificáveis pelos sujeitos que participam de pesquisa). A não identificação dos colaboradores também pode servir como forma de preservação do próprio pesquisador, uma vez que nestes contextos pode-se testemunhar condutas moral ou legalmente condenáveis, e que, se identificadas as pessoas descritas, podem causar problemas ao pesquisador, inclusive de caráter judicial (PINTO, 2013, p. 60).

Informações nesse sentido apontam para a necessidade do estabelecimento de uma relação de confiança entre pesquisador e pesquisados, pois parte da tarefa do investigador encontra-se justamente na reflexão constante sobre a equação “grupo-informante-observador”. Características como o esforço para adquirir aceitação social e a proximidade com o grupo estudado fazem parte de um processo longo com repletos tipos de negociações, porém são consideradas como um passo importante para reunir conjuntos de informações pertinentes sobre o objeto, pois podem resultar em maiores facilidade para que sejam identificadas as interações e as dinâmicas de funcionamento organizacionais, aspectos que não podem ser negligenciados pelo investigador (CABRAL, 1983; BECKER, 1993; OLIVEIRA, 2015).

Os atores escolhidos para análise também refletem características de acessos, pois como referem Malkki e Cerwonka (2008 *apud* Espín, 2016), os grupos sociais mais poderosos resultam naqueles mais inacessíveis e que possuem a maior capacidade de bloquear a entrada do investigador. Não são incomuns casos onde o etnógrafo pode ser visto como um intruso incômodo ou como alguém que está sob influência se mantendo à espreita para arrancar segredos, sendo considerado como uma espécie de espião,

forasteiro ou estrangeiro, podendo vir a ser tratado com desconfiança hostil (CABRAL, 1983; KUSCHNIR, 2003; OLIVEIRA, 2010). Decidir por realizar uma etnografia em uma Câmara Municipal tratou-se, justamente, de uma decisão por um grupo que se encontra em um nível de poder hierárquico abaixo se comparado com a Câmara de Deputados, o que poderia contribuir com a facilidade de acessos.

Sobre os aspectos facilitadores, a vontade do pesquisador em explorar aquele ambiente pode ser observada pelos pesquisados com entusiasmo, de modo a fazer com que se sintam ansiosos para serem entrevistados. Também importante é o contato com pessoas que gostem de falar sobre o seu próprio trabalho, sendo esta “característica fundamental para um informante de uma pesquisa” (KUSHNIR, 2003, p. 21). Além disso, muitas vezes a simpatia entre pesquisador e “objeto” acontece sem que se tenha controle, onde “é quase sempre possível trabalhar-se naturalmente, de forma que, depois de um período inicial de suspeita e curiosidade, o cientista social passe a ser de confiança, útil inclusive como confidente e conselheiro” (BLALOCK, 1973, p.53).

Entre a literatura etnográfica, diversos são os estudos que demonstram o processo de estabelecimento dessas redes, como o clássico relato de Geertz (1978) sobre ter conquistado a confiança de seus entrevistados ao assumir um papel de fugitivo após uma briga ilegal de galos ou de Evans-Pritchard (1978) depois de envolver-se com criação de gados e bruxaria. Existem ações tomadas pelos pesquisadores que são tidas como estratégias de navegação social dentro do ambiente pesquisado, envoltas por uma técnica profissional de *deixar-se levar* pelo campo, possibilitando um estreitamento de relações e, por consequência, a confiança entre aqueles que estão sendo pesquisados com aquele que cumpre a tarefa de pesquisar (CAVALCANTI, 2009).

Mèzie (2010, p. 185) ressalta que campos que tratam de ideologias extremas com fins políticos, sexuais ou temas religiosos podem forçar o etnógrafo a “manter suas próprias convicções quietas, para esconder sua vida privada ou para dissimular uma faceta de sua identidade”. No mesmo sentido, Cabral (1983) assinala que as atitudes tomadas pelos pesquisadores não se referem sempre apenas ao fazer ou ao dizer, mas também àquilo que não se diz: ao que se omite. O autor exemplifica que se um investigador que estuda o Norte do Portugal for a favor da legalização do aborto, o melhor caminho talvez seja evitar exprimir-se sobre este assunto, pois correria o risco de ser expulso pelo grupo local. Mèzie (2010) pondera ainda que se alguém quiser conquistar a confiança e atenção

do grupo pesquisado, é necessário saber como aquiescer ou aprovar proposições que pessoalmente não compartilhamos. Seidl (2015) complementa, por fim, que é necessário transformar todas as situações em dados, da mesma forma que uma não-resposta, um silêncio ou um bloqueio de pesquisa o são.

Partindo das referentes discussões entre a literatura, ressalta-se que o estabelecimento de relações com os chefes de gabinete também perpassam por todos esses processos de reflexões etnográficas. Durante a realização do campo, muitas ações ocorreram de maneira impensada: em uma das ocasiões, um informante que se encontrava há bastante tempo a falar sobre religiosidade e sobre a influência do catolicismo para a formulação das leis dos gabinetes questionou se eu praticava alguma religião. De imediato respondi negativamente, mas complementei a resposta afirmando que venho de uma família com formação católica. A necessidade de fazer aquela afirmação pareceu quase natural, mesmo não sendo uma informações normalmente revelada para outras pessoas durante o cotidiano.

A ação trata-se de um reflexo baseado na percepção de que quando se “fala a mesma língua” ou ao menos quando o entrevistado pensa que o entrevistador assim está agindo, isso pode eventualmente demonstrar que compartilha dos mesmos valores e referências do pesquisado, podendo ser importante para essa aproximação. Assim sendo, não se considera incomum que os investigadores adquiram papéis distintos em campo ou que reafirmem determinadas características para facilitar o seu acesso, uma vez que essa ação pode vir a facilitar a conquista dos recursos materiais, de tempo e da própria acessibilidade a que dependem a pesquisa (KUSHNIR, 2003).

Ainda acerca dos acessos, meus primeiros contatos se deram todos ou por intermédio de indicações de outros assessores ou através do bater de porta em porta. Caminhando pelos corredores, logo no primeiro dia de campo um assessor de bancada questionou se precisava de alguma ajuda. Expliquei a situação e ele prontamente tratou de me apresentar para uma chefe de gabinete do mesmo partido. Em outros casos, os próprios chefes de gabinete perguntavam — já falou com o fulano? — e sugeriam minha próxima entrevista. Deste modo tornava-se mais simples chegar aos gabinetes “por indicação do chefe de gabinete fulano ou ciclano” do que pelo bater de portas. Apesar disso, muitas das reuniões marcadas pelo intermédio de secretárias ou dos próprios assessores foram posteriormente canceladas, especialmente quando pediam para que

ligasse no dia da entrevista para confirmar o horário. Quando assim o fazia, a resposta, em muitos casos, era de que não seria mais possível entrar em contato com o assessor naquele momento.

Foram observados, ao longo do campo, especialmente três tipos de características de acesso: a *identificação*, a *desconfiança* e a *intenção*. O primeiro caso decorria, sobretudo, do momento de apresentação. Quando contava que minha pesquisa seria fruto de um projeto de mestrado, os chefes de gabinete mais receptivos perguntavam sobre a instituição da qual eu fazia parte, sobre a área de estudos, sobre minha formação e sobre quem eram os meus professores — para confirmar se os conheciam, nos casos em que também houvessem estudado na mesma universidade. Situações como essas suscitavam diálogos ocasionados de modo bastante natural, onde perguntas como “*então você conheça o professor X ou o Y?*” acompanhadas de afirmações como “*eu também fiz mestrado*”, “*também estudei lá*” ou “*já fui professor dessa instituição*” surgiam com frequência. No mesmo sentido, uma chefe de gabinete pontuou sobre como considerava importante perceber que “*nós, mulheres, estejamos envolvidas com a política e com a pesquisa acadêmica*”. Para além da identificação, esses relatos podem também representar o interesse dos informantes em saber para quem estão dispostos a fornecer uma entrevista, assim como a sensação de interesses comuns por terem “*passado por uma formação na mesma universidade*” ou porque “*conheceram os mesmos professores*” e “*também já fizeram um mestrado*”.

Sedl (2015) pondera que o simples modo como o pesquisador se apresenta no campo pode agir como um facilitador para “quebrar o gelo” entre investigador-investigado, aspecto considerado essencial para o desenvolvimento da pesquisa. Kuschner (2003) conta que optou por se apresentar como uma estudante que estava fazendo uma pesquisa, isto porque de acordo com a autora, seria difícil explicar à eles sobre o que era antropologia. Minha preferência foi pelo termo “*pesquisadora*”, voltado para uma pré-concepção de que poderia apresentar mais seriedade do que o título de estudante. No caso de Sedl (2015, p. 9), o autor conta que o status de doutorando de uma reconhecida universidade federal foi sem dúvida valioso para a execução de todo o trabalho realizado no campo, pois permitia produzir percepções de seriedade e de boas intenções, que facilitaram enormemente o desenrolar das atividades, complementando que, por

etnografar em ambiente de caráter religioso, “talvez pudesse ser ainda melhor caso fosse aluno de uma instituição católica” (Idem).

Referente aos facilitadores de acesso em fatores como de identificação, salienta-se que o mesmo tipo de diálogo poderia ainda assim ter se resultado possível caso as escolhas de apresentação houvessem sido distintas. Se a universidade que frequento fosse outra, o informante “X” poderia ter facilmente ponderado os mesmos comentários feitos pelo entrevistado “Y”. Na realidade, o apontamento pertinente centra-se em razão de que ambientes e fatos, sejam eles nomes, universidades, lugares e personagens, suscitam interpretações e significados das experiências vividas pelos próprios sujeitos-objeto e o mesmo também se reflete para o interlocutor.

O processo de apresentação, entretanto, pode nem sempre resultar em diálogos tão receptivos entre todos os informantes, saindo do campo da identificação e adentrando ao tipo da “desconfiança”. Em um dos casos, fui questionada se meu orientador considerava-se “de direita” ou “de esquerda”. Além disso, outro entrevistado fez questão de pontuar que porque eu quem iria aplicar a entrevista isso não significava que não estaria também sendo analisada por ele. Constrangimentos e situações nesse sentido são típicos das dificuldades encaradas na etnografia de caráter parlamentar. Kuschnir (2003) relata, por exemplo, que era comum que assessores perguntassem sobre em que candidato pretendia votar. A autora complementa que, por outro lado, esses aspectos também auxiliam o pesquisador a perceber sobre os limites da socialização no mundo da política, podendo, portanto, serem transformados em dados de pesquisa. Para além, mesmo em situações em que se propiciem aberturas por parte dos entrevistados, em alguns casos, ocorrem momentos de demonstração de que a confiança concedida não se encontra apartada da desconfiança, fazendo com que mesmo que o informante se encontre em certa posição de confiar, não o faz sem, ao mesmo tempo, também estar desconfiando.

Por último, os casos denominados de intenção tratam-se de uma espécie de tentativa, mesmo que impensada, do informante em transformar todos os visitantes, incluindo pesquisadores, em eleitores em potencial. A impressão decorre do fato de que mesmo quando questionados sobre informações que não tinham relação com a qualidade do trabalho, os entrevistados faziam questão de ressaltar o quanto as atividades exercidas pelo gabinete eram de qualidade. Sobre si mesmos, era comum que salientassem características como a motivação de trabalhar fazendo ações em prol da sociedade. O

discurso desse tipo constantemente voltava-se para a figura do vereador ao destacarem aspectos como a honestidade e a excepcionalidade nas sentenças “trabalho que nem o que ele faz não têm”, “ele é diferente dos outros” ou “é um dos poucos que realmente faz”, além de constantes comparações com outros gabinetes, em uma tentativa de demonstrar que o local onde trabalham seria diferenciado dos demais. Pinto (2013, p. 46), igualmente refere que, ao conversar assessores, costumava ouvir que o parlamentar do informante era sempre “um dos poucos honestos da Casa”.

O discurso não aparentava proposital, mas automático, do tipo que foi feito já tantas vezes que acaba saindo mesmo quando não planejado, tão intrínseco nas conversas cotidianas dos chefes de gabinete que a finalidade talvez fosse apenas de reproduzir uma prática discursiva que faz, por si mesma, parte da responsabilidade de um assessor parlamentar, uma vez que estes estão sempre em contato com pessoas de distintas esferas sociais e precisam dar visibilidade e destacar o trabalho do vereador, seja por questão de marketing ou mesmo porque realmente acreditem nessas sentenças, dado que mesmo que o sistema político seja muitas vezes considerado como inteiramente demagogo, não se pode descartar a noção de que as pessoas que trabalham nesse ambiente são também nutridas de paixões, crenças e motivações próprias, afinal, “é preciso reconhecer que as práticas realizadas pelas pessoas são impulsionadas por suas ideias, e também por suas paixões, e que no seu atuar moldam os caminhos e os incentivos feitos por aquelas” (ALCÂNTARA, 2016, p. 16).

Por esta perspectiva, conclui-se que durante as primeiras observações e tentativas de contato com os chefes de gabinete, algumas características sobre o modo como interagem com os interlocutores podem ser evidenciadas e relacionadas com suas atividades, assim como também com o campo em que atuam, reconhecido pela literatura como um espaço de difícil acesso e desconfiança por parte dos informantes. Apesar da mesma dificuldade ter sido observada em alguns momentos, em nível legislativo municipal, os facilitadores merecem destaque, pois enquanto em uma única entrevista com um informante percebia-se um evidente incômodo para responder as perguntas e interagir, marcado pela desconfiança, a maior parte resultava em um diálogo amigável, ocorrendo inclusive que, em certa ocasião, o chefe de gabinete fizesse questão de me encaminhar ao local onde o vereador se encontrava em reunião especialmente para apresentar à ele “a pesquisadora que o havia entrevistado e que iria observá-lo durante

aquela semana”. Após feitos os acessos, os resultados das entrevistas e observações forneceram importantes resultados, especialmente no que diz respeito às principais atribuições e competências desenvolvidas pelos chefes de gabinete, como pretende-se demonstrar a partir da seção seguinte.

2.2 Funções administrativas, legislativas e políticas

Um dos desafios iniciais de um vereador recém eleito para o primeiro mandato trata-se da contratação de sua equipe. No caso de Margarete, assessora de Gustavo, a chefe de gabinete teve um papel importante começando pelo planejamento e organização: sua primeira função foi a de mapear, junto ao vereador, todas as atividades que seriam desempenhadas pelos funcionários. Do início ao fim das contratações, os chefes de gabinete possuem responsabilidades que envolvem relações com os outros funcionários, uma vez que devem organizar e supervisionar as funções dos mesmos. Isso inclui, por exemplo, “orientar as atuações dos demais” (CERQUEIRA, 2013, p. 62), “distribuir as tarefas e acompanhar a execução” (Simone, Informação verbal, Entrevista I), além de também manter todos a par sobre os acontecimentos importantes. Por isso, muitas vezes, o encargo de contratação e demissão também pode ser desempenhado pelo chefe de gabinete, a depender da preferência do vereador.

Sobre as atribuições ligadas à tarefas cotidianas, o chefe de gabinete se responsabiliza por funções como: a organização da agenda parlamentar, a elaboração de expedientes como ofícios, memorandos e requerimentos, a revisão e o encaminhamento de atos administrativos, o controle de documentos e correspondências, a compra de materiais de escritório, a contratação de pessoal, dentre outras atividades inerentes à ocupação (LIDEC, 2008; CERQUEIRA, 2013). Um dos exemplos trata-se do controle de consumo de gastos, pois existe um valor limite estipulado para cada vereador. Quando o gabinete se encontra em falta de materiais como folhas de papel, o assessor solicita uma quantidade específica que será disponibilizada pela própria Câmara Municipal. Além disso, toda a quantia deverá ser registrada e repassada ao portal da transparência. Os gastos com ligações telefônicas, gasolina e materiais diversos são, portanto, controlados e também variados a depender de cada gabinete.

Tarefas também corriqueiras são aquelas relacionadas ao cadastramento dos eleitores/população em geral que entra em contato com o gabinete. Inicialmente, realiza-se a criação de um cadastro de pessoas com dados diversos como o nome, o endereço, o

e-mail e o telefone. Posteriormente, essas informações são utilizadas para envio de telegramas por ocasião de aniversários, agradecimentos, cartões, boletins, dentre outros tipos de correspondências³⁰. Referentes afazeres, quando identificados, diferenciavam-se pelo seu modo de execução. À nível de exemplo, em um dos casos, o contato com os eleitores ocorria, sobretudo, através de e-mails, nos quais eram enviados boletins com informações sobre as atividades desenvolvidas, a prestação de contas mensal, assim como notícias sobre o partido político ao qual o vereador é filiado. No corpo da mensagem, o aviso: “esse e-mail é uma forma de compartilhar as principais atividades desenvolvidas pelo gabinete, bem como prestar contas dos gastos mensais do gabinete, possibilitando a fiscalização das minhas atividades”.

Os informativos são feitos também de modos distintos: em outro dos gabinetes, são produzidos boletins eletrônicos a cada cinco anos, que constam ter como objetivo principal “ser um canal de comunicação direta com a população, prestando contas de meu mandato como vereador”. O boletim é repleto de textos contendo opiniões do vereador sobre diversos assuntos, projetos de lei apresentados, relatos sobre a sua participação em eventos e conferências, dentre outras informações. Em todos os casos, ainda que a intenção dos parlamentares fosse unicamente a tentativa de aproximação aos eleitores visando o aumento das chances de reeleição, a disponibilização dessas informações por parte dos vereadores e de suas equipes possibilitam que a população possa se manter a par sobre o trabalho desenvolvido pelo gabinete. Além de maior transparência, este tipo de tarefa também pode ser tida como um *feedback* necessário para atualização dos pedidos de demandas recebidos pelos cidadãos e suas resoluções.

Em contraste, a não disposição de um gabinete em relação às informações gerais das tarefas desenvolvidas pode ser vista com desconfiança, como demonstrado por Bezerra (1999) que ao consultar um assessor sobre a possibilidade de olhar pedidos remetidos ao parlamentar, o mesmo teria respondido que não haveria problema e que para isso bastaria passar em um outro momento. O pesquisador conta que, no dia seguinte, “no entanto, o chefe de gabinete, com quem ainda não tinha tido contato, impediu-me de consultar as pastas alegando que eu não ia encontrar ali nada de interessante” (BEZERRA, 1999, p. 119).

³⁰ As mesmas tarefas foram também observadas por Silva (2013) e Bezerra (1999).

Todas essas tarefas gerais e de caráter administrativo podem ser tanto desenvolvidas pelo próprio chefe de gabinete, quanto delegadas por ele para outros funcionários. Sobre o cadastro e contato com os eleitores, por exemplo, foram identificados locais onde o chefe de gabinete desenvolvia a tarefa, assim como outros em que a secretária se encontrava como responsável da função. Nesse âmbito, as funções do cargo muitas vezes envolvem, como referido anteriormente, que o chefe de gabinete possa delegar e controlar as atividades dos demais funcionários. Obrigações corriqueiras, como o controle de despesas, a compra de materiais, os custos de cada funcionário, além da resolução de imprevistos, como máquinas e eletrônicos que porventura estraguem, costumam ser algumas dessas tarefas “repassadas”:

o nosso dia a dia, independente da do aspecto administrativo, que é importante né! (...) Tem que controlar material, tem controle de papel, tem controle de tinta que consome, de luz, o que que consome de jornal, o que que consome de funcionário, o custo de cada funcionário e assim por diante. Além desses aspectos administrativos: máquina que estraga, telefone (..) despesa de gasolina, todas essas coisas administrativas são minha responsabilidade também, só que eu não faço isso, eu delego. Eu só controlo, as pessoas que fazem esses outros trabalhos. Eu chamo e verifico: “E isso aqui como é que tá?”... mas eu não vou fazer, eu não vou estar fazendo planilha de controle de quilometragem de automóvel e não sei o quê mais. Alguém faz e eu só fiscalizo, é para isso que existe o chefe né! (Risos). O chefe não é pra executar, é para controlar. Quais são as principais funções da administração? planejar, organizar e controlar, é isso que faz qualquer administrador em qualquer lugar do mundo (Francisco, Informação verbal, Entrevista II).

Para favorecer a comunicação entre a equipe parlamentar, alguns instrumentos são utilizados, como grupos de *WhatsApp*³¹ onde as informações sobre as tarefas e os acontecimentos são repassadas momentaneamente. Forma também comum utilizada pelos gabinete são as chamadas reuniões semanais, momento em que todos se reúnem para discutir sobre pautas importantes e para o acompanhamento das tarefas designadas aos funcionários. Sendo assim, a cada semana ocorre uma cobrança detalhada sobre as demandas que surgiram, as providências que foram tomadas e os resultados obtidos. Segundo os informantes, dependendo das demandas, estas permanecem como pauta das reuniões até que sejam solucionadas, cabendo ao papel do chefe de gabinete supervisionar o modo como estão sendo resolvidas. No gabinete onde trabalha Margarete, a reunião tem dia marcado: a sexta-feira. Ela conta que, nesse dia “divide o trabalho e vê como cada um

³¹ Aplicativo de celulares que permite troca de mensagens e ligações entre usuários.

pode auxiliar, tipo: ah, tem que fazer pesquisa disso, tem que fazer (...)...”. O trabalho de Simone também conta com as reuniões:

A gente tem demandas que são muito grandes (...) todo mundo faz um pouquinho de tudo né... todo mundo se envolve. (...) Mas não necessariamente uma coisa grande, eu procuro reunir todo mundo, a gente procura reunir toda semana. É assim: “Gente... aquela pauta que a gente tinha falado aconteceu isso, isso, isso, isso.”, “Se encaminhou isso... terminou.” “Parabéns! Fizemos o que a gente podia fazer” ou “Ba, não deu” então... ou, “Se desdobrou nisso...” (Simone, Informação verbal, Entrevista I)

Funções como as descritas foram referenciadas por um dos informantes como sendo de caráter “operacional”, na maioria dos casos descritas também como administrativas. Os próprios chefes de gabinete costumam diferenciar as suas atividades utilizando o tipo de tarefas como exemplo: se administrativas, legislativas ou políticas. Simone afirma que atualmente o seu cargo encontra-se muito mais centrado nas atividades políticas, enquanto que Margarete, por outro lado, relata que sua função trata-se muito mais de uma gestora e que, em resumo, o seu “trabalho é organizar o trabalho dos outros” e se “certificar de tudo que está acontecendo” (Margarete, Informação verbal, Entrevista III). Apesar das especificidades observadas em cada um dos gabinetes parlamentares, salienta-se que aos chefes de gabinete cabem os assuntos de maior segurança, pois como aponta Cerqueira (2013), é deles a responsabilidade de revisar e opinar sobre todo o material (publicitário, jornalístico, etc), de controlar os gastos e as compras de materiais de escritório, a contratação e demissão de pessoal, além de todas as ações de alçada de recursos humanos.

No âmbito legislativo e político, a elaboração de normativos ocupa a atenção de todos os gabinetes parlamentares. Dentre estes, as leis representam o principal instrumento de expressão do direito democrático, pois emanam de procedimentos realizados em órgãos constitucionalmente competentes para que sejam representadas as vontades dos cidadãos (URBANO, 2014). Alcântara (2016) afirma que quando os atores fazem política encontram-se intervindo em decisões que envolvem o desenvolvimento de ações buscando transformar a realidade social ou mantê-la, afetando, por conseguinte, na vida de outras pessoas. As leis estão enquadradas neste espectro, pois, de acordo com Montesquieu (1979) no clássico *O Espírito das Leis*, elas se referem à diversos aspectos ligados a forma de vida dos cidadãos. Alcântara (2016, p.50) sugere ainda que a nova Ciência Política deveria examinar as origens e as relações das leis entre si, além dos objetivos que motivam os próprios legisladores. Nesse sentido, o papel daqueles que

participam do processo de formulação legislativa também se faz relevante, uma vez que a partir do conhecimento acerca destes atores possibilitam-se maiores informações sobre o próprio processo legislativo e suas repercussões.

Nos órgãos legislativos, o processo de desenvolvimento de políticas envolve atividades como pesquisa, redação e articulações com diversos atores e instituições, além de outras tarefas que visam efetivar a apresentação de projetos de leis, moções, requerimentos, emendas, pareceres, indicações, entre outras tarefas. Considera-se o parlamentar como aquele com a responsabilidade de legislador, devendo formular as leis que comandam todas as vidas na sociedade e, deste modo, para auxiliá-lo nesta tarefa é essencial que sua equipe de assessores tenha conhecimento das normas e do processo, assim como “conhecimento técnico e político” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 35). O papel do chefe de gabinete torna-se fundamental para a função dessa atividade, e requer, portanto, “um grau de especialização e profundidade que escapa aos detentores do mandato eletivo” (DIAS et al, 2014, p. 63).

O passo a passo da criação de leis inicia-se através de uma ideia, que pode ter o seu surgimento advindo de distintas situações e pessoas, podendo partir do parlamentar, do chefe de gabinete, da equipe em conjunto ou mesmo através da população. É comum que durante a análise de demandas ou mesmo entre ações cotidianas sejam percebidas necessidades da população que possam ser transformadas em projetos de lei. Um informante afirma que “as vezes surge de uma necessidade que a gente observa, que surge tanto dos vereadores quanto dos assessores” e que também pode partir de outras pessoas. Nesse sentido, Simone conta que certo dia veio a conhecimento da equipe uma notícia envolvendo um caso de violência sofrido por uma mulher dentro de um táxi, em que a vítima teria sido agredida pelo próprio motorista. A assessora conta que após ouvir sobre o incidente começou a questionar como um mandato feminista como aquele, que pauta constantemente a luta pela causa das mulheres, poderia agir para resolver e evitar situações como essas. As reflexões teriam guiado o gabinete em um processo de criação de projeto de lei pensado prioritariamente em torno dessa temática.

Partindo disso, foram discutidas possibilidades de soluções e também realizou-se uma convocatória de movimentos de mulheres que quisessem participar com sugestões, além do convite para outros movimentos que já tinham contato com o gabinete. A conversa resultou em uma proposta de projeto envolvendo cotas para motoristas mulheres

em táxis e aplicativos de transporte individuais da cidade a fim de que houvesse mais segurança e incentivo ao público feminino. O exemplo de Simone demonstra, para além da relação existente entre a formulação de leis com a identificação das necessidades da população, uma logística que envolve três fatores durante o processo: o estabelecimento de contatos dos gabinetes (nesse caso, com movimentos), a importância das bandeiras defendidas na formulação (nesse caso, o feminismo) e também o processo legislativo realizado de maneira coletiva, entre equipe e população.

O evento descrito não pode ser concebido como um fato isolado, pois ocorre em distintos tipos de gabinete e pode ser aplicado à diversos casos. Simone explica que, na ocorrência de demandas que envolvam, por exemplo, os municipais, os próprios são chamados “para pensar que projetos que a gente pode fazer que vão beneficiá-los” (Simone, Informação verbal, Entrevista I). A entrevistada salienta que, partindo desse pressuposto, “a maioria dos nossos projetos eles são feitos em conjunto com aqueles que tem interesse” e que o papel do seu cargo, durante esse processo, se concentra em entrar em contato com os movimentos e realizar a organização das reuniões para debate. Moura (2008) refere que dentre algumas das ferramentas necessárias e adequadas para a formulação de leis encontram-se, justamente “as consultas à sociedade, realizadas com o objetivo de assegurar a transparência do processo e a ampliação da participação em benefício da eficácia e da efetividade da lei” (Idem, p. 12).

Nem sempre, no entanto, os processos legislativos são realizados da mesma forma. Segundo Francisco, apesar do projeto de lei quase sempre ser fruto de demandas, alguns são “demandas próprias, são por criações próprias nossas” (Francisco, Informação verbal, Entrevista II). Um dos exemplos comuns identificados se trata da inspiração proveniente de projetos de leis já implementados em outros lugares. Sobre experiências nesse sentido, nas palavras de Simone: “às vezes eu tô olhando e aí eu vejo assim que em tal prefeitura se apresentou um projeto que é super interessante, na hora eu já mando para nós, (...) gente, olha isso aqui gente... vamos pensar em algo parecido” (Simone, informação verbal, Entrevista I). Pela mesma lógica Francisco pondera que, a depender do projeto, costuma estudar bastante sobre o assunto e, inclusive, busca “no exterior a informação, vai buscar em outros estados, em outros municípios. (...) por exemplo, a lei de transporte turístico, nós fizemos a nossa lei aqui. Puxa, peguei eu acho que umas

quarenta, cinquenta leis, pra nos basear. (...)” (Francisco, Informação verbal, Entrevista II).

Ter outras leis como base se trata de uma ação comum, com a existência inclusive de sites especializados para contribuir com a tarefa de aplicar modelos de projetos de leis já propostos em outros lugares. Dessa forma, projetos anteriormente formulados em outras localidades, seja em âmbito nacional ou internacional podem servir como modelos para que os gabinetes tenham base para suas próprias propostas ou mesmo para que obtenham informações sobre o que anteriormente já foi formulado acerca de determinadas pautas. Sobre esse processo, um informante complementa que quando precisa formular um projeto de lei para determinado assunto, pesquisa pelo tema em específico a fim de que apareça uma lista de todos os projetos realizados anteriormente sobre o mesmo assunto. Assim, pode ter como base o que descartar e também o que considerar válido. No mesmo sentido, outro informante conta que algumas ideias para projetos não puderam ser apresentadas quando, através da pesquisa, descobriram um mesmo projeto já estava sendo desenvolvido na cidade.

Acerca da formulação escrita do projeto e sobre quem a realiza, salientou-se anteriormente que tal atividade não pode ser atribuída à um único cargo, uma vez que funções de caráter jurídico são exercidas entre os gabinetes de maneira variada: através de assessores de bancada, assessores jurídicos, assessores legislativos, vereadores, chefes de gabinete ou mesmo de maneira conjunta. Sobre Margarete, por exemplo, sabe-se que a assessora se considera uma funcionária com funções mais voltadas aos aspectos administrativos do gabinete. Quando questionada sobre sua participação no processo de formulação de projetos, sua resposta foi: “não, eu não faço. Eu nem sou advogada, eu sou administradora”. Francisco, ao contrário, possui participação ativa na função e afirma ser o responsável por fazer todos “os projetos mais complicados”. O assessor possui uma formação militar com ênfase em direito, o que pode ter contribuído para o acúmulo de conhecimentos de caráter jurídico. No que se refere ao gabinete de Simone, a ação é praticada especificamente pelo assessor de bancada do partido:

quem escreve mesmo assim os projetos né, que elabora e tal é o [Ricardo], que é o nosso advogado (...) e que é assessor da bancada. Então as partes de projeto é com ele especificamente. Pra botar nos moldes de um projeto... então toda vez que eu tenho uma ideia mirabolante também eu consulto ele: Isso é viável? Isso pode? Que que tu acha?. Não é comigo exatamente. (Simone, Informação verbal, Entrevista I).

O envolvimento desses atores com as leis não se encontra concentrado somente na formulação, dado que outra parte do processo trata-se de avaliar, formular emendas e realizar votação de outros projetos da *Casa*. Na realização do exame de proposições, os gabinetes devem fazer a análise de propostas tanto de origem legislativa (quando de vereadores), quanto de origem executiva (quando encaminhadas pelo prefeito da cidade). Algumas das diferenças de origem se referem, de acordo com informantes, à implicação de despesas, pois quando necessitam de verbas para a aplicação, devem ser de competência executiva, assim como quando exigem a alteração do estatuto dos funcionários para questões como a criação de cargos. Nesse sentido, o papel dos chefes de gabinete trata-se de examinar quando esses projetam entram através do site da Câmara Municipal, realizando a análise e orientando o parlamentar para que decida o próprio voto, além de, se assim desejarem, fazendo a adição de emendas.

Uma assessora informante conta sobre um episódio no qual o prefeito da cidade enviou um pacote de medidas sobre os servidores municipais para votação e em decorrência, os ânimos na Câmara de Vereadores aumentaram, pois o assunto tornou-se uma grande pauta, especialmente porque os servidores entraram em greve. A partir disso, o gabinete tomou a decisão de paralisar temporariamente a resolução de outras demandas para que todos pudessem priorizar o referente caso. Dentre as tarefas desenvolvidas ao longo desse processo, os funcionários produziram cartilhas informativas para esclarecer à população sobre o que estava acontecendo, formularam emendas e ficaram envolvidos na luta política. Assim, fossem os funcionários do âmbito jurídico ou da comunicação, naquela semana em específico, todos ficaram em torno das medidas do prefeito. O resultado, segundo a informante foi que “a ação do parlamento com a ação da greve dos municipais fez com que o governo retirasse o pacote”.

Para o processo de votação que acontece durante as sessões plenárias, as propostas devem passar pelo seguinte ciclo: primeiro, o voto poderá ser discutido e decidido com os membros de bancada, que pode contar com cinco, quatro ou mesmo um único vereador do mesmo partido político. Nessas discussões, os parlamentares decidem se preferem votar de maneira conjunta ou individual. Posteriormente, o projeto passa pela procuradoria e é identificado como orgânico ou não orgânico. Em seguida, encaminha-se a proposta para as comissões (sendo a primeira a Comissão de Constituição e Justiça [CCJ] e depois para as comissões referentes ao assunto do projeto). Por fim, o projeto de

lei vai para a votação no plenário e os vereadores decidem se querem fazer comentários sobre a proposta antes da votação.

Para a decisão do voto, o chefe de gabinete tem o papel de auxiliar o parlamentar em sua escolha. Uma das informantes assinala que em alguns casos o gabinete também costuma requisitar o auxílio de segmentos da população para decidir a própria posição sobre o assunto, especialmente entre aqueles dos quais a equipe não possui tanta apropriação. Quando em dificuldades sobre a decisão contra ou a favor e pela apresentação ou não de emendas parlamentares, são chamados os grupos de interessados e envolvidos com a temática. Na reunião, o gabinete propõe questionamentos como “o que vocês acham disso?” ou “vocês acham que isso aqui é bom?” e “se isso aqui é bom, tem como melhorar?” (Simone, Informação verbal, Entrevista I). A assessora salienta que nos casos em que a espinha dorsal do projeto seja considerada ruim, o gabinete opta por não realizar emendas, votando contra o projeto. Por outro lado, quando a ideia for considerada positiva com aspectos a serem aprimorados, a equipe sugere a realização de emendas e, por fim, quando for avaliado como negativo, o voto será contra a proposta.

Simone ressalta ainda que apesar de tentar realizar essas atividades sempre de maneira coletiva, nem sempre se considera viável essa alternativa. Demais tarefas realizadas pelos chefes de gabinete visando auxiliar o parlamentar nesse âmbito são: realizar pesquisas sobre os projetos de outros vereadores (seja para a decisão do voto ou para a construção de argumentos favoráveis e contrários), escrever ou corrigir os discursos dos vereadores para as apresentações em plenário e levar informações aos parlamentares durante as sessões quando solicitadas. Um exemplo sobre a função de aconselhamento aconteceu durante uma das observações de campo: o chefe de gabinete recebeu uma ligação de uma emissora de televisão solicitando a disponibilidade do vereador para participar de uma entrevista que tinha como finalidade debater sobre um projeto formulado pelo Prefeito. O assessor, após finalizada a ligação, a fim de demonstrar a importância de seu papel, questiona: “E se o vereador ainda não teve tempo de ler o Projeto de Lei? E se o chefe de gabinete também não leu? Como é que o vereador vai dar uma entrevista?” (Informação verbal anotada em diário de campo).

O assessor assinala que aquele não seria o caso do gabinete em que trabalha, pois o informante havia não somente realizado a leitura do projeto como também demarcado todas as informações necessárias a serem repassadas para o parlamentar. Com o projeto

de lei em mãos, esclareceu que para a execução da tarefa destacou com caneta marca-textos as frases mais importantes para que, deste modo, pudesse poupar o tempo do vereador que quando tivesse acesso ao documento saberia que aqueles destaques eram, em essência, “tudo o que precisaria ler sobre o projeto”, uma vez que indicariam de imediato ao parlamentar todas as falhas e os aspectos negativos da proposta. O conselho repassado pelo assessor fundava-se em afirmar que o projeto de lei, apesar de ter sido formulado com um propósito inicial positivo, teria sofrido modificações que, se aprovadas, teriam consequências prejudiciais para a população.

A prática descrita pelos chefes de gabinete é considerada como uma tarefa corriqueira e a maioria dos políticos costuma solicitar de sua equipe parlamentar uma pesquisa completa, porém sucinta sobre os temas que precisa tratar. Desta forma, “no momento em que um assessor marca um programa de rádio para o Deputado Estadual aqui pesquisado falar sobre a situação dos quilombolas no RS, o assessor já inicia uma pesquisa sobre o assunto” (SILVA, 2013, p. 49). O mesmo foi identificado no relato anteriormente descrito, uma vez que para a participação em uma entrevista de última hora com o vereador sobre um projeto de lei, todas as informações sobre o tema já se encontravam dispostas sobre a mesa do gabinete para a leitura do parlamentar. Nesses casos, Silva (2013) confirma que o comum é que um dia antes ou mesmo no dia da entrevista o material seja entregue ao político juntamente de considerações como “evite falar sobre o tema tal, não esqueça que o senhor votou contra a situação x, lembre-se de salientar a emenda y” (SILVA, 2013, p. 49).

Durante um debate em uma entrevista de rádio observamos um assessor munindo seu chefe de informações e dados, via mensagem de texto por celular. Ao ser questionado sobre tal procedimento o assessor explicou que essa era uma técnica comum e que fazia parte do seu trabalho elaborar pesquisas sobre as causas em que seu chefe é engajado. De fato presenciamos diversas situações em que outros parlamentares solicitaram dados e informações aos seus assessores via celular, o mais comum é observar esta técnica durante debates e plenárias (SILVA, 2013, p. 46).

Em outra situação observada por Silva (2013), um parlamentar ligou para um assessor e solicitou uma resposta para uma revista dizendo: “prepara um texto sobre reforma política para a revista voto. Semana que vem eu sento contigo para revisar” (SILVA, 2013, p. 95). No mesmo sentido, Francisco afirma que ele é o responsável por montar os discursos do vereador, certificando de que há ainda outros tipos de escritos em que se envolve: leis, palestras e editoriais. Sobre esse processo, o assessor refere que,

além de estudar para a realização das tarefas, “eu dou as dicas, eu dou orientação política, a gente discute todos os problemas (...) obviamente, a ideia é discutida antes, eu só dou a forma, mas a ideia é do vereador” (Informação verbal, Entrevista II). Desta forma, enquanto os vereadores estão em compromissos no palanque, na rádio e na televisão, o chefe de gabinete encontra-se na função de pesquisar, escrever, entregar informações e aconselhar o parlamentar.

Assim, função que também permeia o aconselhamento concentra-se na tarefa dos chefes de gabinete em auxiliar o parlamentar em seus pronunciamentos. O trabalho de um vereador envolve constantes aparecimentos públicos: em eventos, palestras, debates, entrevistas, discursos, entre outros. Nessas situações, Silva (2013) declara que o político costuma ser muito fiel as considerações de sua assessoria, que fazem constantes sugestões nos discursos. Nas palavras de um informante “nosso chefe de gabinete é um excelente gerenciador de crises. Sempre que o Deputado manifesta de forma equivocada ou mal interpretada é ele (o chefe de gabinete) que nos orienta à como contornar a situação” (SILVA, 2013, P. 56), a confirmar a ideia de que o assessor parlamentar atua na construção e representação do personagem do político a partir de constante influência exercida dentro do gabinete (SILVA, 2013, p. 102).

Francisco argumenta que especialmente a tarefa de estudar sobre os temas se constata como a mais centrada no papel de chefia de gabinete. Um outro informante relata que durante as participações do vereador nas sessões do plenário costuma acompanhá-lo em alguns casos. Desta forma, o assessor aponta que no caso de perceber que o vereador precisa de ajuda, retorna ao gabinete, pesquisa sobre a pauta, escreve as informações e argumentos importantes e envia-as ao parlamentar, entregando pessoalmente no plenário ou mesmo através do telefone. No caso de Simone, a assessora afirma que a vereadora nunca escreve ou mesmo prepara discursos, pois possui vasta experiência nas falas públicas. Apesar da parlamentar não carecer de auxílio nesse sentido, o papel da chefe de gabinete está em consonância com aqueles referidos por demais assessores, pois sua função nessa esfera trata-se de ajudar com a parte da pesquisa sobre o assunto para o embasamento político.

A gente não sabe tudo de tudo né, então as vezes o que eu ajudo é fazer uma pesquisa sobre o tema e entregar o material impresso para que ela possa ajudar né, para que ela possa ter embasamento sobre o que que ela tá falando. Nem sempre a gente sabe ou as vezes sabe mas não lembra de quanto foi a verba destinada, então eu ajudo nas pesquisas disso. De discurso não, mais assim na

parte de subsídios teóricos né, pras pautas (Simone, Informação verbal, Entrevista I).

Silva (2013, p. 104) salienta que a função de aconselhar “não se restringe a concordar ou copiar o político” uma vez que os assessores que se percebem mais valorizados entre seus chefes foram justamente aqueles mais críticos em relação à suas posturas. A autora conta que as assessorias afirmam dialogar abertamente com seus chefes a respeito de certos ajustes em suas condutas. Em um dos casos, um funcionário relata ter avaliado negativamente um *post* divulgado em uma mídia pelo parlamentar. O assessor pontua: “dou minha opinião, às vezes ele reformula outras vezes me argumenta sua posição e deixa como está” (Idem, p. 98). Há, nesse sentido, uma forte relação de influência entre as duas partes, onde os assessores agem sobre o político, assim como o parlamentar também age sobre seus subordinados.

O estudo dos resultados deste trabalho destacou que assessores funcionam como promotores e/ou inibidores do comportamento do agente político e essa função é evidente para ambas as partes. O assessor, no entanto, parece sofrer um processo mais “inconsciente” de apropriação de características do seu chefe. (...) Apesar do respeito e da formalidade, nos casos em que observamos, constatamos um grande poder de influência de alguns assessores. Constatamos situações em que um Deputado Federal mudou sua postura após ponderações de seus subordinados. Neste caso, o parlamentar, que na ocasião, optava por votar em desacordo com seus colegas de partido, repensou a sua posição após uma reunião com dois assessores que alegaram que confrontar colegas de partido naquele momento seria prejudicial ao seu projeto de concorrer à presidência da sigla no seu estado. As reuniões com os assessores que precedem eventos, votações e pronunciamentos funcionam como rituais onde os agentes abastecem. (SILVA, 2013, p. 43).

Mesmo que nem sempre concordem, na função de aconselhamento, torna-se importante que os ideais entre chefe de gabinete e parlamentar estejam em sincronia, pois faz-se preciso que os assessores parlamentares sejam não somente competentes e capazes de elaborar estratégias de ação com criatividade, mas que mantenham-se em acordo com as bandeiras defendidas pelos parlamentares. Um dos informantes afirma que ao aconselhar o parlamentar, é preciso que os pensamentos do assessor sejam minimamente parecidos com os do vereador, isto porque deve-se conhecer muito bem sobre os tipos de pautas que o parlamentar defende. O assessor complementa que se caso um chefe de gabinete fosse a favor da legalização de drogas e o vereador fosse contrário, o assessor precisaria respeitar o pensamento do parlamentar, além de estar apto a identificar e apontar críticas e sugestões em todos os tipos de projetos que o vereador apoia e, ao mesmo tempo, naqueles aos quais não quer investir o seu apoio. Uma assessora reitera o argumento afirmando que “ele (o vereador) é muito aberto a sugestões. Inclusive algumas

vezes ele pensa de uma forma, mas se todos nós da assessoria pensar de outra, ele acaba agindo de acordo com aquilo que a maioria decidiu” (Assessora Informante *apud* SILVA, 2013, p. 50).

Pela imensa diversidade de temas discutidos em âmbito legislativo, para o parlamentar, ter acesso à todas as informações significa ter uma base necessária “para suportar a sua linha argumentativa nas discussões e fundamentar o seu voto quando, por exemplo, apresenta a análise dos projetos de lei em tramitação no processo legislativo” (DIAS et al, 2014, p. 63). Nesse sentido, sobre a atuação dos assessores, Bezerra (1999, p. 151) pondera que suas ações encontram-se concentradas sobretudo na área técnica, pois são eles os atores responsáveis por “emitir pareceres sobre a conveniência dos projetos” (Idem) e que “sabem dos documentos que precisam ser apensados” (Ibidem). Assim, os conhecimentos políticos e legislativos dão subsídios para que o chefe de gabinete possa aconselhar o parlamentar quando solicitado, o que os torna profissionais com papéis determinantes, dado que ao trabalhar diariamente com o político e exercer a função de conselheiro, ele age como um termômetro social (SILVA, 2013).

Da parte dos chefes de gabinete, suas tarefas envolvem, portanto, uma interferência de comportamento aplicada ao parlamentar, fazendo com que sua conduta e atuação de palco se encontre intrinsecamente determinada pelo trabalho dos bastidores dedicados para que o político, durante o seu posicionamento, evite contradições, esteja munido de informações e desempenhe bem o seu papel de representante público. Assim sendo, muito aproximados aos achados de Silva (2013), que durante sua pesquisa objetivou identificar a influência dos assessores parlamentares para a construção da imagem do político, foram também as observações encontradas em campo aqui referenciadas, onde se pôde perceber, de mesmo modo, “a sutil interferência de assessores na apresentação pública do político” (SILVA, 2013, p. 46). Desta forma, na atividade de formulações escritas e argumentativas repassadas pelo chefe de gabinete ao vereador se bem ou mal preparados, é a imagem do próprio parlamentar que terá consequências de abalo ou, nos casos bem sucedidos, de prestígio.

É, portanto, a partir dos conhecimentos de assessores como chefes de gabinetes acerca do funcionamento do processo legislativo, das políticas públicas e das diversas práticas políticas que o parlamentar poderá ter subsídios para a tomada de decisões e posicionamentos diante de distintas e complexas situações que se apresentam no exercício

da função parlamentar (ALBUQUERQUE, 2009). Conforme Silva (2013) esse subordinado têm capacidade de influência sobre os políticos em aspectos que vão desde a escolha de vestimentas até a escrita de discursos e a decisão de votos. Em consequência, essa interferência pode agir também sobre a própria construção da persona política. Nesse sentido, a importância do trabalho exercido por eles encontra-se desde pequenos atos como lembrar ao parlamentar sobre nomes de pessoas que o apoiam até grandes tarefas como a realização de extensas pesquisas sobre temas e bandeiras que os representantes legislativos carregam. Por isso, os chefes de gabinete “exercem grande influência na tomada de decisões” ao subsidiar “decisões que afetam a qualidade de vida das pessoas” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 39).

Os conhecimentos técnicos e legislativos dos assessores também contribuem para a relação de prestígio dentro da Câmara de Vereadores. Pinto (2013, p. 49) refere que um informante trabalhava como assessor de vereador e se encontrava, ao mesmo tempo, “ajudando outro parlamentar a pedido de um amigo deputado”. Francisco qualifica-se como um dos chefes de gabinete mais experientes da *Casa*. O assessor encontra-se no cargo há seis mandatos consecutivos e, por consequência, adquiriu uma certa reputação. Duas pessoas com as quais obtive contato inicial, um funcionário da câmara e outro chefe de gabinete indicaram que eu contatasse Francisco por ser um “assessor influente”. O informante conta que costuma ser procurado por outros chefes de gabinetes e assessores para auxiliá-los em determinadas pautas e vangloria-se do fato: “O nosso gabinete aqui é consultado pela maioria dos outros gabinetes quando têm decisões importantes para decidir, até de adversários políticos”.

A influência do chefe de gabinete nos espaços políticos também se concentra no acúmulo de contatos e aliados, apoio fundamental para as etapas de aprovação e aplicação de propostas legislativas tanto por parte do grupo parlamentar quanto por parte do Executivo, fazendo com que os resultados possam depender, muitas vezes, do número de parlamentares do grupo político aos quais se têm como influentes (LIDEC, 2008). Informações nesse sentido corroboram com o argumento de que os gabinetes parlamentares necessitam constantemente do estabelecimento de redes porque para além das atividades que envolvem o processo de escrever, estruturar e formular as leis, os contatos costumam agir como facilitadores para a conquista de votações favoráveis para que as propostas legislativas sejam aprovadas, transformando-se em políticas públicas

aplicáveis e se mantendo em vigor para a viabilização de impactos sociais, além da resolução de demandas gerais (BEZERRA, 1999; KUSCHNIR, 2000; LIDEC, 2008).

Bezerra (1999, p. 153) salienta que assessores ressaltam sobre a necessidade de se sobressair investindo em características como a simpatia, pois esse comportamento pode fazer com que as coisas fluam mais rapidamente, tornando mais fácil o acesso dentro dos órgãos. Ao mobilizar esses recursos no contato com técnicos e pessoas-chave “ser simpático, agradável é uma forma do próprio assessor se destacar e, desse modo, criar as relações necessárias para que os processos de seu interesse sejam avaliados preferencialmente” (Ibidem, p. 154). O autor afirma que, além disso, conhecer as pessoas que comandam as áreas específicas é um dos meios de viabilizar uma tramitação mais rápida dos processos quando necessário.

Dentro das instituições, o trabalho legislativo é uma das contrapartidas importantes para a criação e manutenção dos acessos junto ao Poder Executivo e o recém-chegado na Câmara Municipal passa por um processo de aprendizagem e deve compreender sobre o modo de conduzir as articulações. Logo no começo da legislatura, uma informante de Kuschnir (2000) relata que se preocupava em conversar e buscar informações para saber onde estava pisando. Percebeu então que era preciso “adquirir a ‘malandragem’ dos mais experientes, que já tem domínio da ‘história da Casa” (KUSCHNIR, 2000, p. 98). Com o tempo esse comportamento passa a ser adquirido e transformado em um saber prático — sobre o que falar, de que modo falar e em que momentos. Além de também sobre como mudar de assuntos e sobre como entender as entrelinhas. São nesses saberes que habitam os assessores parlamentares e que os permitem a formação de vínculos (BEZERRA, 1999).

O papel dos assessores parlamentares encontra-se centrado, nesse sentido, em exercer também a atividade de *lobby* nos espaços legislativos. O termo *lobby* costuma ser associado de forma negativa no mundo da política, pois passou a ser relacionado com práticas de caráter corrupto. Apesar de muito usado para grupos de pressão envolvidos com atividades desonestas, a expressão também possui outros significados. Schmidt (2007 *apud* MOURA, 2008) descreve que um lobista é aquele com habilidades como agilidade, jogo de cintura, capacidade argumentativa, poder de persuasão e convencimento que objetiva mudar as opiniões daqueles que decidem, devendo ser este

persistente, humilde, compromissado com o interesse defendido, porém sempre agindo com respeito à legalidade, à legitimidade e à probidade.

Uma vereadora relata que conheceu muitos funcionários da Prefeitura de tanto solicitar serviços de seus órgãos e que, a princípio, eles a atendiam somente porque era uma obrigação, mas que ao longo do tempo as relações se modificaram e eles acabaram se tornando amigos (KUSCHNIR, 2000, p. 101). Com os chefes de gabinete não é diferente, pois “da perspectiva dos assessores, os vínculos surgem como que naturalmente, devido à periodicidade dos contatos com as mesmas pessoas nos órgãos” (BEZERRA, 1999, p. 156). Um dos informantes afirma que existem demandas que só podem ser resolvidas através de contatos realizados pessoalmente em órgãos como secretarias, o que faz com que os chefes de gabinete tenham, portanto, constante acessos à diferentes tipos de espaços e com distintas pessoas.

Além disso, percebe-se que existe por parte desses funcionários uma predisposição para que sejam estabelecidas outras relações que não somente as funcionais, isto porque costumam inclusive tomar iniciativas para o estabelecimento de relações amistosas (BEZERRA, 1999). As amizades foram também referenciadas pelos informantes desta pesquisa como contatos importantes para a resolução de determinadas demandas, o que pode qualificar essas relações, tal qual assinalado por Kuschnir (2000, p. 103), como “os acessos mais valiosos”. Os contatos devem ser incentivados, por outro lado, “mesmo nos casos em que é preciso fazer ‘alianças’ com pessoas pelas quais não se tem especial estima” (Idem).

Na literatura, o conceito de redes desse gênero é empregado por Landé (1977 *apud* Cerqueira, 2013) que institui as formas de alianças políticas como uma lógica de sustentação ao princípio da reciprocidade, afirmando que esses contatos podem ser realizados entre pessoas de *status* iguais ou diferentes. Nesse sentido, o acionamento dos assessores funciona como uma forma de se fazer “onipresente” a fim de dar suporte para todos os possíveis futuros apoiadores do parlamentar, tanto às bases já conquistadas, como àquelas prospectadas, fazendo com que as configurações e reconfigurações dessas relações sejam acionadas toda vez que a preocupação do parlamentar for o estabelecimento e a manutenção de vínculos que possam ser convertidos em votos (CERQUEIRA, 2013).

assim, as questões da política local são pensadas e operadas na lógica dos “grupos” que se opõem ou coligam-se. E é na figura do assessor e no

cumprimento de suas funções que tais questões são também possíveis de serem realizadas (CERQUEIRA, 2013, p. 32)

Com a manutenção, essas redes de relações seguem sendo sempre valiosas. Como afirma um informante de Bezerra (1999, p. 157): “os contatos até hoje me servem, porque há um rodízio muito grande, as pessoas são sempre as mesmas em pontos diferentes”. Por isso, o prestígio acumulado pelos chefes de gabinete torna-se uma espécie de trunfo, como quando um entrevistado afirma que para a resolução de demandas conhecer e fazer ligações para “gente amiga e conhecida” pode ocasionar soluções. Em outra ocasião, um informante relatou que “as vezes a gente tenta com algum conhecido algum amigo” que pode ajudar com as demandas.

Nessas situações, percebe-se que o prestígio do parlamentar e do chefe de gabinete funcionam como um facilitador, mesmo quando através do contato dos próprios assessores. Um entrevistado salienta que dependendo da empresa para a qual o gabinete envia uma demanda como um currículo de alguém que precisa de um emprego, ela tende a “olhar com outros olhos” porque vai pensar “Pô! Foi o Miguel [vereador], foi o Francisco [chefe de gabinete] que pediram...” (Francisco, informação verbal, Entrevista II). No mesmo sentido, um dos informantes de Lidec (2008, p. 158) sustenta que a conquista dessa ação pode ser facilitada quando se conhece “uma empresa que contrata massivamente no círculo” (Idem). Nesses casos, “pode-se assegurar a conexão” ao recomendar a pessoa e enviar o currículo (Ibidem). Assim sendo, depois de estabelecidos, os contatos devem ser também mantidos e o esforço dos assessores irá estar pautado, sobretudo, através de “um ‘trabalho’ de construção e manutenção de ‘relações’” (BEZERRA, 1999, p. 156).

As relações são mobilizados, inicialmente, a partir da análise das pautas desenvolvidas pelos gabinetes. Margarete afirma que para um projeto que envolvia *FoodTrucks*, estabeleceu contatos com pessoas na vigilância sanitária e marcou reuniões com todos os *players* atuantes nesse mercado. Em outros casos, o próprio apoio popular se torna necessário, fazendo com que a construção de redes de apoiadores possa também trazer resultados frutíferos, assim como maiores dificuldades na falta de apoio popular. Um chefe de gabinete refere que para a aprovação de um projeto de lei anti-fumo foram necessários cinco anos para que a proposta pudesse ser formalizada e para que entrasse em vigor, isto porque havia uma pressão contrária tanto por parte dos cidadãos quanto de “grandes empresas que queriam fazer *lobby*, (...) nós recebemos a visita aqui do membro

da direção da *Delta Missi*³², inclusive insinuando coisas” (Francisco, Informação verbal, Entrevista II). Como estratégia o assessor teve que buscar parcerias, o que de acordo com o entrevistado resultaram em um apoio imprescindível.

Em vias das dificuldades vinculadas à pressão contrária, o estabelecimento de relações entre segmentos sociais foi outra estratégia do chefe de gabinete visando a objetivação de apoio popular. A ação tomada tratou-se de uma série de palestras voltadas aos formadores de opinião. “Quem são os formadores de opinião? Professores, entidades de classe, advogados, engenheiros, administradores, economistas, contadores, professores, a gente fez palestra para todo mundo” (Francisco, Informação verbal, Entrevista II). Para a aprovação de propostas necessita-se, portanto, de redes de apoiadores em diversos meios, pois assim como o apoio pode ser um facilitador, a pressão contrária concentra-se em um grande desafio.

Os grupos parlamentares são exemplos claros de relações que podem ser bastante valiosas, assim como muito prejudiciais. Segundo Kuschmir (1999, p. 52), esses grupos constantemente demonstram a si próprios com possibilidades de alianças latentes, mesmo entre aqueles de posições mais distantes. Para cada parlamentar a possibilidade de fazer alianças nos momentos de disputa está diretamente relacionada à sua disposição de concordar com momentos de unanimidade tácita, afinal, “todos sabem que, num certo nível de atuação, o voto dado (a favor de um projeto ou proposição), deve significar voto retribuído” (Idem). Sobre isso, Pinto (2013, p. 72) salienta que existem políticos que costumam assinar propostas que lhes são solicitadas porque prezam pelo “bom trânsito”. Assim, assinam projetos de colegas, “pois isso garante que terão o mesmo tratamento por parte destes” (Idem). As táticas na busca dessas assinaturas sempre começam, em primeiro lugar, por “vereadores com quem se tenha um melhor relacionamento” (Ibidem).

As redes de contatos estabelecidas dentro dos espaços políticos não servem somente para a aprovação das propostas legislativas como também para ocasionar a rejeição de projetos vinculados aos adversários políticos. O embate de cunho ideológico entre parlamentares e partidos políticos são indicados pelos chefes de gabinetes como um dos aspectos contundentes no que se referente às dificuldades de implementação de leis. Um entrevistado sustenta que uma das proposições formuladas objetivava o fornecimento

³² Nome fictício destinado a marca de cigarro com o intuito de preservar o anonimato da verdadeira empresa.

de bolsas de estudos para estudantes carentes. O processo obteve êxito: o município concedeu benefícios fiscais para a implementação e o projeto foi aprovado. A aprovação, no entanto, não teria sido suficiente para sustentá-lo, uma vez que, *a posteriori*, adversários políticos teriam encerrado o projeto:

Um pessoal de um partido político adversário muito radical.. governou aqui durante muito tempo até perder o poder... mas são assim, eles não procuram o bem do povo né. Eles conseguiram acabar com essa lei. Não foi, e isso não foi por demanda popular, foi só por ideologia (Francisco, Informação verbal, Entrevista II).

Uma informante relata sobre o sentimento de frustração ocorrido nos casos onde são aprovados projetos dos quais não se considera favoráveis:

Tem que ter sangue frio porque às vezes aquele plenário tu vê assim os caras votando contra o povo. (...) Ah, é muito indignante, é muito triste, a vontade que tem é de sair gritando xingando chutando mas não dá né! Então tem que engolir e ir para casa respirar fundo e saber no outro dia levantar a cabeça e seguir lutando por que às vezes dá muita raiva mesmo das coisas que é apresentadas e são votadas aqui e ver que vai prejudicar as pessoas e às vezes não tão nem aí sabe?. (Simone, Informação verbal, Entrevista I)

Os acessos, portanto, podem ser sustentados por propriedades sociais distintas como status, poder econômico, domínio de regras de conduta, contatos com pessoas que desempenham funções em órgãos públicos ou instituições privadas e pelo poder político. A temática de redes trazem distintas abordagens especialmente sobre as intermediações e mediações sociais, onde é justamente aí, no elemento contido na relação que mantêm as pessoas com o poder público, “que diferencia o cidadão comum do parlamentar” (BEZERRA, p. 171) uma vez que, no caso do parlamentar, existe uma prática de normas informais de trabalho que envolvem o acesso às autoridades, funcionários, dentre outros atores envolvidos com as técnicas do “fazer político” que, quando em alianças ou em processos conjuntos de articulação, podem servir como pessoas-chave para a instituição de ideias e projetos políticos, assim como para a resolução de dificuldades, além de fortalecimento da dinâmica de oposição ante aos seus adversários políticos.

Segundo Lopez (2004, p. 161), assim como no caso dos parlamentares, os contatos são critérios que diferenciam os assessores, pois a partir deles pode ser ampliado o desempenho político dos vereadores, uma vez que são os encarregados da “redação das proposições encaminhadas ao Plenário, do atendimento aos eleitores que vão ao gabinete, da realização de serviços e atendimento às demandas nas ruas e de aumentar o número de eleitores do seu Vereador”, tudo isso em grande parte “por meio da ampliação da sua própria rede de contatos” (Idem). Assim, os assessores agem buscando auxiliar o

parlamentar em projetos de leis, votos em plenárias e estudos que envolvem o desenvolvimento intelectual do político, impactando na forma como o parlamentar é visto pelos próprios colegas da classe política (SILVA, 2013).

O desenvolver dessas práticas, como visto, estende-se à figura dos chefes de gabinete, dado que estes atores, do mesmo modo que os parlamentares, realizam articulações e alianças com outros executores políticos. Quando o parlamentar, tanto quanto o chefe de gabinete possuem excelência nessas atividades de bastidores, ambos adquirem prestígio e reputação entre os demais colegas e atores do mundo da política. Além disso, ao representar os parlamentares, os chefes de gabinete desempenham outra função observada como primordial para o desempenho dos mandatos: a mediação entre a população e o político, que ocorre, em grande parte das vezes, a partir da busca por soluções de demandas, como ver-se-á de maneira detalhada na seção seguinte.

2.3: As demandas e o papel de representação e mediação

Com o território eleitoral alargado, os políticos precisaram se multiplicar para alcançar o máximo de eleitores. Os deputados, por exemplo, contam hoje com uma forte estrutura de representação, visto que a logística territorial exige um corpo de assessores que possa os representar em diferentes regiões (SILVA, 2013). Um deputado estadual entrevistado por Silva (2013, p. 47) possuía, à época de sua pesquisa “uma equipe formada por doze cargos de confiança da assembleia legislativa (...) pelo menos quatro deles trabalham fora do gabinete representando o parlamentar em sua zona eleitoral”. Em relação aos Deputados Federais, essa demanda concentra-se ainda maior, como demonstrado em outro exemplo de um gabinete que era composto “por dezesseis assessores, sendo que cinco deles atuam em Brasília, outros seis em Porto Alegre no escritório parlamentar, e o restante em regiões do estado” (Idem).

Em parte, os grupos de assessores de deputados e de vereadores se diferenciam justamente no sentido territorial, uma vez que, no caso dos deputados, o papel de representação realizado pelos assessores é, muitas vezes, exercido através do “trabalho de rua” realizado em localidades distantes do parlamentar, pois se avalia a necessidade de funcionários que possam substituir o político para agir em seu nome e ouvir as demandas da população. Ao contrário, no caso de um vereador, o político se encontra muito mais próximo fisicamente de seus eleitores, o que permite que o próprio parlamentar possa ir ao encontro dos cidadãos e conversar com eles pessoalmente acerca

de suas demandas, além de ser visto de perto por seus eleitores. Os vereadores constituem “o principal canal de representação política na sua base, ao contrário dos deputados, que sofrem a concorrência dos poderes locais, além de estarem geograficamente afastados de sua base” (LOPEZ, 2004, p. 173-174).

Por isso, “na Câmara, o número de assessores é bem menor” (KUSCHNIR, 2000, p. 77), o que ocorre tanto pelo motivo da distância territorial, quando pela menor complexidade e volume de trabalho, fazendo com que a quantidade de assessores necessários para o trabalho não seja tão expressivo em âmbito municipal. Assim sendo, enquanto os assessores de cargos como deputados federais e estaduais exercem um papel de representação consideravelmente realizado através do trabalho de rua, no caso dos assessores dos vereadores essa atividade costuma ser exercida, ao contrário, na maior parte do tempo dentro do gabinete, posto que os próprios parlamentares costumam exercer a aproximação com o eleitorado/população.

O trabalho de rua realizado pelos parlamentares tem a sua importância centrada em dois argumentos centrais, sendo estes 1) preservar os interesses sociais da população e 2) preservar os interesses particulares dos políticos. Sobre o primeiro aspecto, sabe-se que durante o segundo império já eram encontradas referências conceituais que destacavam o papel do político como espécie de procurador daqueles que contribuíram para sua eleição (BEZERRA, 1999). Partindo desse pressuposto, ouvir as demandas da base para resolvê-las se constituiria como uma forma de cumprir com os compromissos e obrigações do político. No segundo caso, a perspectiva que avalia os gabinetes como empresas políticas pressupõe que os interesses do parlamentar envolvem aspectos particulares para além dos sociais, pois visa também a manutenção de cargos e o processo de reeleição (WEBER, 2011; CERQUEIRA, 2013).

Nesse sentido se sugere que desenvolver uma trajetória na área política pode ser um fenômeno instável porque ao contrário do que ocorre em outras carreiras, o ator político pode tanto se reeleger quanto perder a eleição seguinte. Sua alternativa está, portanto na “ocupação temporária (ou não) de cargos no setor público ou a tentativa de reeleição” (KUSCHNIR, 2000, p. 60). A necessidade de dar assistência às bases eleitorais é reforçada, segundo Bezerra (1999, p. 46) pela crença “partilhada por parlamentares e seus assessores, de que um bom trabalho como congressista — discussão no plenário, nas comissões, elaboração de projetos de lei, etc. — não é suficiente para viabilizar uma

eleição”. Além destas, tarefas como viagens à eventos, envio de boletins informativos e campanhas publicitárias apresentam ao eleitor uma permanência de trabalho do parlamentar que também pode demonstrar-se como um facilitador para a reeleição (LIDEC, 2008).

A busca (ou manutenção) de poder, portanto, também pode permear as relações entre parlamentar/eleitor, como consta o relato de um informante que afirmou que “o político não pode ficar sem gabinete e sem poder, mesmo que seja um poder abaixo do que ele quer”. Cabe ressaltar, entretanto, que o debate entre os dois argumentos não necessariamente se qualifica como antagônico, pois não pretende afirmar que um parlamentar em contato com as bases age unicamente motivado por interesses sociais ou unicamente por interesses pessoais, uma vez que uma característica não exclui a outra. Ao contrário, os aspectos podem estar interligados, como quando um vereador eleito tem os seus interesses pessoais (reeleição) conquistados por cumprir com os interesses sociais (atendimento às bases). Lidec (2008) salienta que a maioria dos membros do *staff* na França são designados para o atendimento de demandas que chegam de suas bases eleitorais justamente porque a pressão gerada pela eleição no distrito de origem é o que orienta as ações dos gabinetes, demonstrando, desta forma, a importância da ação da população não somente para fiscalizar como também para orientar as atividades realizadas pelos parlamentares e suas equipes.

Por isso, o trabalho desenvolvido pelos políticos não está concentrado em permanecer somente nos espaços físicos da Câmara de Vereadores, como também em atuar de maneira proativa junto às suas bases. Nos locais observados, a visita dos parlamentares às comunidades, assim como outras atividades externas ocorriam de maneira frequente, fazendo com que muitas vezes os vereadores não pudessem ser encontrados nos gabinetes. Nessa prática, o papel das equipes parlamentares e, em especial do chefe de gabinete, envolve realizar a organização da agenda e dos eventos realizados pelo parlamentar. Uma das tarefas descritas por Francisco trata-se da montagem de um gazebo em praças públicas com o objetivo de conversar, ouvir e registrar as demandas trazidas pelas pessoas. Para otimizar afazeres como esse, o assessor também criou um calendário específico para os compromissos externos, constando informações como a data das atividades e a lista de materiais necessários (como placas de orientação, cadeiras, mesas, entre outros).

Partindo das informações coletadas pelos informantes, no que se referem às atividades externas, além do papel de organização dos eventos, o chefe de gabinete também pode desenvolver outras três formas de auxílio: no acompanhamento, na representação externa ou na representação interna. No primeiro caso, de acompanhamento, este acontece quando ambos, parlamentar e assessor, realizam as atividades externas de maneira conjunta. No caso da representação externa, esta ocorre quando o vereador não pode participar de eventos fora da Câmara Legislativa (seja porque tem outro compromisso marcado para o mesmo horário ou por demais impedimentos, como motivo de saúde, por exemplo), optando por enviar o chefe de gabinete para substituí-lo e representá-lo. A representação interna, ao contrário, decorre quando o vereador participa de um compromisso externo e deixa ao assessor a tarefa de o representar e substituir, mas desta vez atuando dentro do gabinete.

O papel de representar os parlamentares começa portanto na figura do chefe de gabinete porque este é o assessor que “na falta do político responde por ele” (SILVA, 2013, p.38) e que “representa o político nos compromissos mais importantes que o titular não pode comparecer” (Idem). Sobre as tarefas dos assessores nesse processo, os informantes afirmam que não existe um divisor, isto porque tudo depende da agenda e das necessidades do vereador, além de cada organização interna dos gabinetes legislativos. A forma e a maneira de divisão das atividades envolvendo os compromissos externos e internos será, assim sendo, diversa, como também avaliado anteriormente por Cerqueira (2013) acerca dos espaços observados em sua pesquisa na Assembleia Legislativa do Maranhão (ALEMA):

Nem todas as colocações são exercidas apenas no âmbito da ALEMA. Há assessores que atuam só nas “bases”, os que atuam só na ALEMA e os que atuam em ambos e, existem ainda os que atuam como uma espécie de consultores políticos e que não atuam diretamente em nenhuma das áreas supracitadas. Uma de suas principais funções é viabilizar e/ou estreitar a relação entre prefeitos, vereadores e “líderes” políticos com o deputado. Analisam cenários locais e sugerem posturas e modos de atuação ao parlamentar (CERQUEIRA, 2013, p. 61).

Deste modo, a dedicação dos chefes de gabinete nas atividades exercidas tanto nos compromissos externos quanto internos transformam o assessor em uma espécie de extensão do parlamentar, uma vez que é a partir do seu papel de representação que os ouvintes formam percepções sobre a figura do próprio político. A postura desse funcionário acontece de maneira a fazer crer que tudo aquilo que lhe for exposto vai

chegar ao conhecimento do vereador, como se falar com o representante fosse o mesmo ou quase o mesmo que conversar com o próprio vereador, fazendo com que “dependendo do nível de vínculo de identificação entre assessor e assessorado, represente ao eleitor uma homogeneização da figura” (CERQUEIRA, 2013, p. 35). Nesse sentido, é importante que, além disso, os cidadãos possam sentir que falar com o chefe de gabinete possa ser tão efetivo quanto entrar em contato com o próprio parlamentar.

Entre os assessores que trabalham como uma espécie de extensão da figura do parlamentar “destacam-se os chefes de gabinete, que atuam frequentemente na representação de seu chefe” (SILVA, 2013, p. 103), sendo esse cargo aquele que “fala em nome do agente político em diferentes ambientes físicos e virtuais” (Idem) e que “na ausência do político pode representá-lo” (Ibidem). Além disso, a representação pode ser desenvolvida não apenas quando em contato com eleitores, mas também com atores vinculados à órgãos e instituições, situações em que os chefes de gabinete, no momento de apresentação “se identificam como representantes dos parlamentares” (BEZERRA, 1999, p. 149), como demonstrado também por Silva (2013, p.48), quando um funcionário se intitulou como “fulano, assessor do Deputado Federal Y”. Silva (2013) salienta que ao se identificarem da seguinte forma os assessores estão tentando adicionar valor aos seus nomes a fim de ter uma solicitação atendida mais facilmente.

DaMatta (1979) descreve esse processo ao referir a apropriação da identidade de um indivíduo pelo seu subordinado, momento em que um funcionário pode tomar a “projeção social do seu chefe, patrão ou empregador, como uma capa de sua própria posição” (DAMATTA, 1979, p. 154). A concepção de DaMatta (1979), segundo Silva (2013), abarca um outro aspecto da representação do outro, que é quanto ao ganho de valor utilizando-se do status de um chefe para legitimar o próprio *status*. No campo da assessoria parlamentar, práticas como essas são também consideradas como métodos comuns, consistindo em uma representação feita por uma terceira pessoa “em nome de uma primeira que não está presente” (Idem, p. 39-40).

Enquanto os vereadores exercem o “papel de mediadores entre o Estado e a sociedade civil” (TORRENS, 2012, p. 149) como representantes do povo, logo, aos chefes de gabinete destina-se a função de representar os representantes, uma vez que nem sempre o parlamentar poderá cumprir sozinho com toda a agenda de atividades exigida durante o mandato. O trabalho de representação ocorre, sobretudo, através do

atendimento e do contato com outros indivíduos seja dentro ou fora dos espaços das Câmaras Municipais³³. Dentro dos gabinetes, a movimentação de pessoas é frequente e a proximidade dos vereadores com a população da cidade facilita o acesso entre os cidadãos e os políticos. Além do mais, entre aqueles que chegam para falar com os parlamentares, não é necessário nem mesmo marcar uma consulta, uma vez que, normalmente, “basta empurrar a porta para vir e conversar” (LIDEC, 2008, p. 153).

Os membros da equipe parlamentar são, normalmente, o primeiro contato dos visitantes dentro do gabinete, sendo uma atividade tão cotidiana que dentre os principais objetivos do corpo de assessoria parlamentar está o fortalecimento do processo de atendimento (KUSCHNIR, 2000). Na descrição analítica das atribuições do chefe de gabinete³⁴, a primeira tarefa descrita qualifica-se, justamente, como o papel de “supervisionar a recepção e o atendimento de pessoas que procuram o vereador”. Por isto, no processo de contratação de assessorias, uma das questões levadas em conta trata-se da relação desses profissionais com o público. Há políticos, por exemplo, que consideram importante ter como funcionários aqueles que tenham reputações como “pessoas-chave da comunidade” ou “lideranças comunitárias” (KUSCHNIR, 2000, p. 78-79), em função de características importantes como falar uma linguagem que a comunidade entende, ser bom no trato com os eleitores e também com cabos eleitorais insatisfeitos (KUSCHNIR, 2000; SILVA, 2013).

Além dessas, o trabalho de atendimento realizado pelos assessores demanda características normalmente desenvolvidas e aprimoradas somente ao longo da prática de trabalho, uma vez que será dentro do gabinete onde cada funcionário terá contato com determinadas situações. Assim, ocorrem casos de difícil adaptação, pois no início certas práticas ainda não são consideradas como naturais, sendo vivenciadas como um processo de socialização envolvendo fortes pressões psicológicas e momentos em que o funcionário novato deve se integrar ao método de trabalho, aprendendo sobre os seus códigos internos e padrões de conduta que devem ser assimilados e incorporados para lidar da melhor forma possível com os cidadãos, os seus pedidos e com demais atores

³³ Uma das limitações deste estudo trata-se da análise com o foco somente na representação interna desenvolvida pelos chefes de gabinete, uma vez que em vias do tempo limitado para a realização da pesquisa, optou-se por privilegiar a observação de campo nos espaços da Câmara de Vereadores, não havendo portanto o acompanhamento das atividades externas realizadas pelos participantes do referente estudo.

³⁴ Informações dispostas em Anexo 2.

com quem venham a interagir (BEZERRA, 1999; KUSCHNIR, 2000). Nesse sentido, uma das maiores dificuldades referidas pela literatura, assim como pelos informantes, trata-se especialmente de conseguir ter jogo de cintura para lidar com pedidos inusitados ou simplesmente considerados como impossíveis de serem resolvidos.

Se por um lado, é preciso encaminhar o contato com as pessoas que procuram o parlamentar de modo que fiquem satisfeitas, por outro, esse é um período em que estão sendo incorporados novos padrões de conduta. Alguns deles, como saber mentir, reprovados socialmente. Ao mesmo tempo, sabe-se que esse é um momento em que se está sob avaliação e de cujo resultado depende a manutenção do emprego (BEZERRA, 2000, p. 105).

Nesses casos, a disposição dos assessores é considerada como essencial para que não sejam fomentadas situações de conflito e para que não comprometam à eles ou aos parlamentares de maneira negativa, não irritando, chateando, aborrecendo ou constrangendo as pessoas com as quais se relacionam, agindo, ao contrário, de maneira simpática e cordial, com educação e gentileza no trato dos indivíduos que procuram o gabinete, beneficiando-se de competências como saber ouvir, argumentar e atender bem ao público (BEZERRA; 1999; ALBUQUERQUE, 2009; CERQUEIRA, 2013). Partindo disto, como afirma um informante, é preciso, sobretudo, trabalhar com boa vontade para receber as demandas da população, sendo esta uma forma de conduta considerada como “uma espécie de etiqueta” (BEZERRA, 1999, p. 105) por parte dos assessores.

Bezerra (1999, p. 105-106) reitera que apesar de não se tratar de uma exclusividade do universo político, os contatos pessoais são alvo e cuidado e, inclusive, objeto de uma certa profissionalização. Por isso, características como a sutileza e a malícia são uma oposição à pureza e “ingenuidade” que fazem parte dos momentos de iniciação na atividade de assessoria parlamentar, fazendo com que o “jogo de cintura” dos assessores seja considerado como um atributo indispensável para conduzir satisfatoriamente as relações com o eleitorado, de modo que o temperamento destes atores, segundo Cerqueira (2013, p. 93), possa ser sublinhado como um trunfo entre os funcionários para o êxito de suas atividades com o público.

Estes atributos são apresentados como indispensáveis para a realização do trabalho que consiste, entre outros aspectos, em saber identificar e selecionar as pessoas com as quais o parlamentar deseja manter contato e obter informações prévias sobre suas demandas. O serviço é realizado com eficiência quando o interlocutor não percebe, no caso de uma negativa, que estão sendo utilizados subterfúgios para dissimular o desinteresse do parlamentar em atender às suas demandas. Nisso está o “jogo de cintura” (BEZERRA, 1999, p. 105).

Um dos informantes entrevistados, quando questionado sobre o que considerava as maiores qualidades necessárias para o cargo de chefe de gabinete, respondeu que era “jogo de cintura” porque “tem que ter resiliência para saber lidar com as situações, têm que ser insistente e persuasivo”. Uma das primeiras utilizações dessas artimanhas está em convencer o visitante a ser atendido pelo chefe de gabinete quando o vereador ou vereadora não se encontra no recinto, isto porque em algumas situações as pessoas requerem que o atendimento seja feito pelo próprio parlamentar, afirmando não querer “falar com o funcionário e sim com o político” (KUSCHNIR, 2000, p. 41). Simone ressalta que “tem pessoas que fazem questão de falar com a vereadora” (Informação verbal, Entrevista I) e que se assim desejarem, podem marcar um horário com o político na agenda, o que terá como consequência uma demora maior. O atendimento diretamente com o chefe de gabinete é imediato e facilita o trabalho do vereador, pois como afirma a entrevistada, por mais que queiram atender à todos, o acúmulo de compromissos nem sempre permite.

Durante o campo, observei uma dessas negociações de atendimento: um eleitor anuncia em sua chegada que gostaria de falar com o vereador e a secretária questiona se o atendimento poderia ser feito pelo chefe de gabinete, em função da ausência do parlamentar naquele determinado momento. A situação de imediato fez com que recordasse de uma famosa campanha publicitária de uma marca de refrigerante que demonstra uma situação em que um cliente pede pela marca “X” e recebe como resposta do garçom: “só tem Y, pode ser?”³⁵. A comparação justifica-se a partir da lógica de que os chefes de gabinete, aos cidadãos, são caracterizados como uma espécie de “segunda opção”, uma vez que estes surgem ao gabinete procurando prioritariamente pelos vereadores, com exceções de eleitores fiéis e antigos conhecidos.

Posteriormente ao atendimento, as próprias demandas, inclusive, podem ficar sob a responsabilidade dos chefes de gabinete. Os assessores primeiro filtram aquilo que pode ser resolvido por eles mesmos antes de passar pelo parlamentar. Simone afirma que tal processo acontece porque a vereadora “já tem muitas coisas, então às vezes tem coisas que eu consigo resolver que não precisam passar por ela para que ela possa se ocupar com

³⁵ A marca de refrigerante *Pepsi* realizou uma campanha no ano de 2010 inspirada por um questionamento comum dos garçons aos consumidores, que, quando pediam por uma *Coca-Cola* recebiam como resposta: “*Só tem Pepsi, pode ser?*” A campanha era complementada com a voz de um narrador questionando o telespectador a partir do slogan: “*Já pensou que o pode ser, pode ser muito bom?*”.

outras coisas” (Informação verbal, Entrevista I). Um dos políticos entrevistados por Silva (2013, p. 40) assume também não ser capaz de responder à todas as demandas sozinho, ocasionando que muitos dos pedidos que chegam ao gabinete acabam sendo resolvidos pela própria equipe de assessores que toma decisões “sem necessariamente consultar o parlamentar” (BEZERRA, 1999, p. 127).

Não informar ao parlamentar sobre toda e qualquer ação tomada pelo *staff* trata-se de uma conduta de acordo comum entre assessor e político (SILVA, 2013). O papel que o chefe de gabinete desenvolve, segundo Simone, envolve exonerar ao máximo o vereador de todas as demandas. Da parte do próprio parlamentar, as pendências solucionadas em seu nome não são somente acatadas como também incentivadas e tidas como obrigações. Nesse sentido, assim como o chefe de gabinete costuma delegar diversas funções gerais e administrativas aos demais assessores e funcionários, à ele também são repassadas atividades diversas, como a própria organização e acompanhamento de resolução de demandas, o que pode exigir uma equipe preparada e eficiente para a tarefa, como argumenta um deputado:

Muitos assuntos são resolvidos sem o meu conhecimento, por isso é preciso ter uma equipe preparada para resolver problemas, para dar respostas, para fazer sugestões. Não pode tudo parar em você, quando a questão entra através de mim e eu determino uma solução e ela volta, aí eu faço uma crítica forte. A mesma questão pela segunda vez é porque não foi resolvido, aí eu cobro: Cara, o fulano tá novamente aqui para falar comigo sobre a mesma situação, então o que vocês fizeram? (Dep. Federal Informante *In* SILVA, 2013, p. 77).

(...)

O Vereador não consegue atender à demanda. É muita coisa. Aí, o que é que acontece? O Vereador não pode estar ali [no gabinete] o tempo todo. Senão o cara [eleitor] não fala contigo [assessor]. Vai direto ao Vereador. E fica ruim para o Vereador dizer não! Então eu fazia esse papel de intermediário. De mediador da situação. Dava as desculpas. Falava, por exemplo, ‘Pode me dar aqui [o pedido] que o Vereador resolve’. Era eu que resolvia, mas falava que era o Vereador: ‘Olha, o Vereador mandou entregar isso aqui para o senhor’. O Vereador, às vezes, nem sabia que o cara tinha ido lá” (LOPEZ, 2001, p. 33 *apud* LOPEZ, 2004, p. 161).

(...)

A “agência” da equipe de assessoramento político reflete diretamente em sua imagem perante o público. Sentada nas cadeiras de espera dos gabinetes parlamentares, não raro, um agente externo (eleitor) me tecia um comentário do tipo: “aqui no Deputado X, vale a pena esperar ele resolve as coisas”, quando verificávamos a demanda e a solução de tais problemas, a questão nem chegava ao conhecimento do Deputado, era toda tratada e solucionada (ou não) por seus assessores (SILVA, 2013, p. 52).

Quando um chefe de gabinete obtém êxito na resolução de demandas, a consequência se reflete na imagem do parlamentar, pois para o cidadão o resultado retrata a competência do político (ou incompetência, nos casos de não resolução do problema). Se, por exemplo, um assessor resolve um pedido, o beneficiado costuma reconhecer solicitando ao funcionário que agradeça o político em nome dele. Em verdade, a distância do eleitor com os bastidores do trabalho legislativo faz com que ele acabe sem saber que a sua demanda nem sempre chega ao conhecimento do parlamentar. Desta forma, como constata Silva (2013), toda a estrutura de um gabinete concentra-se como um grande aparato de representação à figura do político, que muitas vezes nem mesmo sabe o que está sendo feito, mesmo que estejam todos trabalhando em seu nome.

O contato dos chefes de gabinete com os eleitores se concentra portanto como uma das tarefas de maior responsabilidade do cargo, dado que o assessor torna-se uma extensão da figura do político e quando o subordinado não resolve uma pendência, a imagem do parlamentar é que fica desgastada. Por isso a importância de que aos clientes-eleitores seja proporcionada uma confiança que sugira que entrar em contato com ele seria, de mesmo modo, como estar em contato com o parlamentar, transmitindo também ao interlocutor a impressão de que o vereador tem interesse em seus problemas e está mobilizado em torno deles para encontrar resoluções e atender à demanda solicitada (BEZERRA, 1999; SILVA, 2013; CERQUEIRA, 2013).

Por outro lado, ao mesmo tempo em que o chefe de gabinete deve estar empenhado em resolver demandas, também cabe à ele a desafiadora incumbência de negar determinados pedidos. Uma das primeiras orientações recebidas por um assessor recém-contratado se tratava de que quando necessitasse dizer não para alguém, que dissesse de tal maneira que a pessoa pudesse pensar que estaria “dizendo sim” (BEZERRA, 1999, p. 106). Lidec (2008) pondera que mesmo que seja negativa, qualquer resposta implica no respeito de certas regras, como ser cortês e demonstrar gentileza e compaixão ao requerente, tratando-o com consideração e demonstrando que a equipe encontra-se sempre pronta para ajudar, independente de qual seja o problema. Isto se dá porque o contato com os eleitores também exige ouvir infortúnios, queixas e lágrimas e oferecer conforto e apoio moral à eles, “mesmo que existam alguns impostores aqui e ali” (DEBRÉ, 1984, p. 109 *apud* LIDEC, 2008, p. 159).

Primeiramente, quando trazidas as demandas ao conhecimento do gabinete, ocorre a realização de uma triagem, sendo divididos e separados os “pedidos que podem ser atendidos dos pedidos ‘absurdos’” (BEZERRA, 1999, p. 110). Os funcionários dispõem de conhecimentos que permitem com que o referente processo seja realizado primeiramente “pelos próprios assessores a partir da experiência de trabalho com o parlamentar, isto é, da inculcação de certos princípios de seleção” (Idem). Francisco ressalta que dentre as pessoas que passam no gabinete, poucos são aqueles realmente interessados em resolver seus problemas, mas sim que aparecem com o intuito de “pedir coisas que às vezes a gente não tem nem condições de atender” (Informação verbal, Entrevista II). Dentre os pedidos, o chefe de gabinete afirma que existem de todo tipo e que nos casos de negativas, nem sempre os eleitores saem satisfeitos:

Primeiro se faz um filtro ali [na recepção] porque eles já sabem quem são aqueles que só vem aqui para tentar explorar, né. São os parasitas, mesmo. Mas tem outros que são, tem real necessidade. As pessoas vêm pedir emprego, nós encaminhamos essas pessoas. (...) E eles vem aqui porque acham que com o político podem conseguir, né! E daí quando conseguem eles dizem: “Viu? esses políticos sem-vergonha, quando eles querem, eles conseguem as coisas, né!”. E aqui nós fazemos exatamente o oposto, nós temos um bom relacionamento em todos os meios né. E a gente busca saber se é possível. “É possível? tem condição? tem um cidadão aqui que tá numa situação tal, tal, tal, tal... é possível atender?” Se o cara dizer assim: “é”, então vou te encaminhar ele praí. Senão a gente diz assim: não dá, não dá, não tem condição, não adianta nem mandar. A gente diz pra pessoa.. não tem. Eles saem xingando. (Risos). Xingando: “Onde é que já se viu? não teve boa vontade” (Francisco, Informação verbal, Entrevista II).

Um dos chefes de gabinete também relata que quando as pessoas chegam, a porta está aberta e eles são atendidos pela secretária, “então feita a triagem não conseguiu resolver passa para mim”. Muitos ele recebe, sobrando uma parte que faz questão de falar com o vereador, “as vezes até para ver o vereador dar um bom dia um boa tarde e aí eu marco na agenda”. Lopez (2004, p. 162) afirma que as demandas dos eleitores podem incluir de “peruca ao remédio”, contando com pedidos desde os mais “inusitados” até os comuns, tais como consultas em hospitais, emprego, dinheiro para pagar contas, passagem de ônibus, material de construção, agilização de processos na administração, além de tijolo, telha, cimento, instrumentos musicais, dentadura, óculos, e até olho de vidro.

Um pedido de internação em um hospital foi um dos exemplos trazidos por Francisco, que afirma que o gabinete não possui como função privilegiar ninguém e que enquanto alguém pede por uma vaga hospitalar, ao mesmo tempo existem outras dez

pessoas na mesma fila esperando por uma internação, o que seria um pedido injusto para outras pessoas que se encontram na mesma situação. Dinâmicas de demandas como essas foram consideradas por Lidec (2008) como uma relação paradoxal entre os indivíduos e os gestores públicos, uma vez que ao mesmo tempo em que os cidadãos costumam gritar em alto e bom som que os políticos são todos corruptos e estão sempre a desviar a lei, em boa parte dos casos os mesmos sujeitos são identificados esperando que a lei seja desviada para seu benefício próprio.

Alguns dos casos retratados por Lidec (2008) foram de pessoas condenadas por fraude ou problemas fiscais que pediram aos parlamentares pela intervenção para que fossem reduzidas as suas penalidades. Na lista de pedidos, de acordo com um informante “tem de tudo que se possa imaginar”, incluindo pais que pedem para que os filhos sejam matriculados em determinadas escolas ou para que não sirvam ao exército. Ainda que diante de casos como esses, indica-se aos assessores que façam o possível para não tratar os demandantes de maneira seca, o que transforma a tarefa de receber e encaminhar demandas não somente em uma das atividades mais desafiadoras, como também uma das mais importantes politicamente.

Pedidos de licenças para construções, apoio para conseguir fazer um exame médico, regularização de documentos; problemas financeiros como endividamentos, impostos e heranças; prática de resolução de problemas burocráticos; questões familiares referentes a divórcios e adoção de crianças; problemas de natureza privada como conflitos de vizinhança ou mesmo demandas que dizem respeito a relações sexuais são outros dos pedidos que aparecem nos gabinetes com certa frequência (LIDEC, 2008; SILVA, 2013). As demandas de habitação e empregos são em grande parte os líderes de pedidos, assim como a resolução de problemas relacionados à ação da administração. O processo de resolução dessas aplicações absorve tempo de trabalho dos assessores: “longe da visão idealizada da nação separada da sua base eleitoral, as equipes parlamentares são confrontadas com uma abundância e uma grande diversidade de problemas” (LIDEC, 2008, p. 153).

Quando os assessores parlamentares lidam com as demandas da população, a necessidade de negar certos pedidos não acontece somente em relação àqueles considerados como injustos ou “absurdos”, mas também com resoluções complexas e que nem sempre podem ser solucionadas somente com o trabalho da equipe parlamentar.

Nesse quesito, a tarefa dos chefes de gabinete pode ser considerada entre alguns como uma das maiores dificuldades. Para uma informante de Cerqueira (2013, p. 87), dizer não ou não poder resolver problemas que não dependiam apenas dela eram situações incômodas, assim como para Simone o desafio concentra-se em saber que uma pessoa possui uma demanda justa e ter que olhar para ela e dizer que não há nada que se possa fazer em relação àquele problema, o que de acordo com a assessora, pode gerar um grande desgaste físico e emocional.

A entrevistada justifica que existem demandas que os gabinetes conseguem resolver somente quando ocorre maior mobilização popular: “tem coisas que só se consegue na marra, que só se consegue com o povo mobilizado. (...) então assim, isso para mim é o mais difícil né, tu receber a pessoa, saber que aquilo ali é justo e tu não pode encaminhar” (Simone, Informação verbal, Entrevista I). Em depoimento similar, um informante de Lidec (2008, p. 159) relatou que uma das maiores dificuldades de seu cargo se tratava da necessidade em assumir uma posição de ter que dizer à um eleitor que iria ver o que poderia fazer em relação ao seu pedido mesmo sabendo que não seria possível atendê-lo. Para o assessor, isso era uma situação insuportável e bastante difícil de gerenciar, por isso “(...) você tem que saber socializar, ouvir, porque as pessoas estão aqui, vem falar com você dos seus problemas, é precisa ter essa noção de ouvir”.

Há de se ter um cuidado, sobretudo, para não gerar falsas esperanças nas pessoas e não decepcioná-las, pois isso também pode acabar “manchando” a imagem do parlamentar e apenas a demonstração de interesse não se torna capaz de assegurar um sentimento de gratidão por parte dos eleitores. Por isso, muitas questões devem ser consideradas quando se trata do processo de demandas, como evitar prometer para limitar o risco de apontamentos futuros, deixando claro que não se pode ter certeza sobre certas resoluções. Ao mesmo tempo, por outro lado, é necessário cuidar para que o cidadão não interprete este tipo de mensagem como um sinal de desinteresse do parlamentar com o cidadão (LIDEC, 2008). Desta forma, saber ouvir e conversar com o público diante de situações delicadas como essas fazem a tarefa dos assessores repleta de cuidados necessários. Sobre isso, Lidec (2008) refere algumas estratégias:

Então você tem que ser uma pequena professora às vezes, às vezes realmente parece... fazer educação cívica, para explicar-lhes o papel do deputado, para explicar-lhes que para terem o que eles querem, há procedimentos administrativos, tudo isso, que eles nem mesmo pensam. Você deve dizer-lhes isso e, ao mesmo tempo, você deve mostrar que o membro está interessado

neles, então eles geralmente são oferecidos para fazer de qualquer maneira um e-mail que não serviria certamente para nada, mas é para mostrar-lhes que o membro está interessado neles (LIDEC, 2008, p. 160)³⁶

Um dos recursos utilizados pelos vereadores para se mostrarem interessados são as proposições de indicações e “quando a indicação é atendida, o Vereador encaminha a proposição feita em plenário para a pessoa ou as pessoas beneficiadas, a fim de atestar sua mediação em favor delas” (LOPEZ, 2004, p. 159) e “mesmo as indicações que não foram atendidas servem como instrumento de demonstração de interesse e empenho do Vereador” (Idem). Lopez (2004) ressalta que a assessoria envia as indicações para as pessoas beneficiadas, como um assessor que deixou com o porteiro de um edifício a indicação de um Vereador pleiteando o reparo do asfaltamento da rua em frente ao prédio. O assessor solicitou ao porteiro que fixasse a indicação no mural de informações do edifício, a fim de dar ciência aos moradores do responsável pela intervenção da Prefeitura. Apesar das ocorrências, as indicações formais possuem baixo número especialmente porque os vereadores também se valem de interação informal com o Prefeito, sua equipe e secretários de governo, que ocorrem mais a depender do quanto maior for a proximidade pessoal do vereador com a burocracia das secretarias responsáveis pelas demandas que ele encaminha (LOPEZ, 2004).

Por outro lado, quando resolvidas, as demandas também podem representar recompensas valorativas sobre o próprio trabalho dos assessores, como um informante que considerava muito positivo “poder resolver os problemas que as pessoas sozinhas não conseguem” (KUSCHNIR, 2000, p. 41). Em outros casos, os assessores costumam receber agradecimentos, como um caso em que um cidadão afirmou que graças aos serviços prestados por um assessor, agora finalmente tinha um lugar para morar (LIDEC, 2008). O contraste de situações, de acordo com Simone, faz com que um chefe de gabinete muito sensível se envolva de maneira exagerada com os problemas das pessoas,

³⁶ Original: “Les gens se tournent souvent vers un député pour des raisons inappropriées, donc il faut être à la fois un peu professeur, parfois on a vraiment l’impression d’être... de faire de l’éducation civique, de leurs expliquer le rôle du député, de leur expliquer que pour avoir ce qu’ils veulent il y a des démarches administratives, tout ça, auxquelles ils ne pensent même pas. Il faut leur dire ça et en même temps il faut montrer que le député s’intéresse à eux, donc on leur propose en général de faire quand même un courrier qui ne servirait certainement à rien, mais c’est pour leur montrer que le député s’intéresse à eux.”

o que pode causar, ao contrário, sensações negativas. A informante afirma que, por isso, manter certo distanciamento se faz muito necessário em alguns casos.

Às vezes a gente tá falando da vida das pessoas, da casa das pessoas. As pessoas tão perdendo sua casa! (...) as pessoas entram aqui desesperadas que elas vão perder sua casa e vão morar embaixo do viaduto da Borges, com filho, entendeu? Então assim... ao mesmo tempo que eu acho que a pessoa, que um chefe de gabinete tem que ter empatia para não distratar pessoas ou às vezes tu não tá num dia bom, tu não tá com paciência... mas mesmo assim tu tem que ter porque tu tá falando de um problema sério na vida das pessoas e tu também é como um psicólogo, tu tem que ter um certo distanciamento porque senão é pesado, tu vê muitos problemas (Simone, Informação verbal, Entrevista I).

Para resolver as demandas mais complicadas, os contatos com atores-chave podem ser as cartas na manga dos chefes de gabinete. Embora a forma de realizar o atendimento seja peculiar a cada gabinete, o objetivo de conseguir a adesão do eleitor é a razão motivadora de grande parte da disputa que se observa na arena política municipal, seja na própria Câmara – pela formação dos grupos políticos e facções –, seja na relação entre os vereadores e o Poder Executivo. Assim, o sucesso em atender às demandas encaminhadas depende do acesso à administração pública. (LOPEZ, 2004).

Por isso, os pedidos são, muitas vezes, encaminhados para outros órgãos relacionados às instâncias, o que contribui muito quando os assessores tem redes de relações estabelecidas, como referido anteriormente. Nesse sentido, ter contato com pessoas que trabalham ou conhecem canais como entidades, órgãos governamentais e ONG's pode contribuir para a resolução, uma vez que “o trabalho consiste em saber conduzir os contatos, sobretudo, aqueles que envolvem eleitores e autoridades” (BEZERRA, 1999, p. 105). Bezerra (1999) complementa que alguns dos assessores não somente recebem demandas e repassam as mesmas aos parlamentares, como também tomam eles mesmos algumas providências junto aos órgãos para atender aos pedidos dos eleitores.

Muitos pedidos precisam necessariamente ser encaminhadas à outros órgãos, por isso, dentro dos gabinetes parlamentares, os chefes de gabinete precisam manter contatos com eleitores, prefeitos, lideranças estaduais e municipais, funcionários do Estado, autoridades governamentais, entre outros personagens-chave que melhor incorporem as disposições necessárias para se conduzir de maneira apropriada em relação à resolução desses requerimentos. “As redes de relações pessoais construídas dentro de setores da administração pública são uma das principais estratégias de maximização da capacidade de atendimento” (LOPEZ, 2004, p. 162). Um informante pondera que em muitos casos,

no entanto, a solicitação de determinados pedidos por parte dos eleitores qualifica-se como um pretexto mal-intencionado:

Muita gente vem aqui pedir. Eu digo: “Vem cá, tchê, tu tá enganado... isto aqui não é um plantão de assistência social. Nós te encaminhamos, né... vamos te encaminhar pra FASC [Fundação de Assistência Social e Cidadania], lá vão te conseguir um cobertor, vão te conseguir remédio, etc.” Mesmo assim nós encaminhamos gente que vem pedir medicamentos: “Não, te encaminho então pro lugar certo onde tu pode conseguir medicamento grátis, etc.”... “Ah, eu preciso de uns óculos... vamos te conseguir alguém que tu vai lá fazer. Se tiver condições eles te fazem os óculos”. E assim vai... e vou te dizer mais uma coisa interessante, tu manda as pessoas lá e os caras não vão. Muita gente não vai. Porque? Porque quando chegaram aqui já não queriam o óculos, eles não queriam o medicamento... eles queriam dinheiro. E daí não resolve o problema deles. Então ele entra no outro gabinete ali e pede dinheiro também. (Francisco, Informação verbal, Entrevista II).

Apesar de casos como os citados pelo informante, os eleitores com demandas como empregos e cestas básicas surgem com frequência, cabendo aos assessores a função de cuidar “do trabalho de meio de campo político³⁷” (BEZERRA, 1999, p. 149). Ser um meio de campo político se conceitua como saber “definir tecnicamente o problema encontrado e identificar o órgão público responsável ou encontrar outras soluções para resolvê-lo” (KUSCHNIR, 2000, p. 116). Bezerra (1999) salienta ainda que está em atividades como estas a área técnica concentrada nas ações dos assessores, pois são estes os profissionais encarregados de, entre outras tarefas, “indicar as pessoas com as quais é necessário falar para que os problemas existentes sejam sanados” (Idem, p. 151). Assim sendo, nem sempre o chefe de gabinete consegue resolver demandas de maneira imediata, mas entra em contato com aqueles que possam auxiliá-lo na resolução desses pedidos, assim como indicar aos próprios eleitores as melhores maneiras de resolver determinados problemas.

Através dos assessores os moradores da região podem expor seus problemas e obter informações sobre como resolvê-los. Às vezes, os próprios assessores são capazes de dar uma explicação a respeito do funcionamento deste ou daquele órgão, sobre o melhor modo de encaminhar uma questão burocrática (KUSCHNIR, 2000, p. 118).

Quando a demanda não pôde ser resolvida pelo chefe de gabinete ou por outros órgãos, foram também identificados casos onde as questões eram solucionadas a partir dos próprios recursos dos assessores ou dos gabinetes (BEZERRA, 1999; KUSCHNIR, 2000). Um dos funcionários entrevistados por Kuschnir (2000) afirma que sempre procurou resolver alguns dos problemas da comunidade antes de levá-los ao

³⁷ Atitude de intermediação realizada pelos assessores parlamentares.

conhecimento do parlamentar. Desta forma, com o dinheiro do próprio salário costumava comprar remédios, bolas de futebol, brindes para festas e tudo aquilo que pudesse. Os recursos materiais podem servir também como uma espécie de “troca de favores” destinadas aos “contatos em potencial”, como um informante que conta ter o costume de presentear funcionários para que possam se sentir mais empenhadas em resolver assuntos que sejam do interesse do assessor (BEZERRA, 1999).

Quando eu perturbo muito a pessoa, eu vou lá, do meu dinheiro, e dou uma caixa de chocolate para agradar, levo flores para aquela pessoa. Isso faz parte de uma maneira de você agradar. Aquela pessoa foi tão atenciosa com você, foi tão empenhada em resolver aquilo para você. (...) ‘Ah, hoje eu trouxe um negocinho para você’. Com aquilo ali você ganha aquela pessoa assim, pelo resto do tempo que ela estiver ali. Sempre que você precisar daquela pessoa, ela vai te atender bem. Isso não é uma maneira de comprar as pessoas. Eu faço isso a maneira de agradecimento, mas muitas vezes as pessoas realmente ficam, te tratam super bem. (...) (BEZERRA, 1999, p. 162)

Um dos gabinetes tornou-se conhecido por colocar nomes em ruas sem emplacamento. Mesmo sendo uma obrigação da Prefeitura da cidade, um informante conta que são eles [os próprios membros do gabinete] que fazem questão de pagar por esse serviço. Segundo o entrevistado: “nós botamos as placas, nós pagamos inclusive por isso, é custo nosso. Não temos verba pra isso né, mas é um custo de sacrifício que a gente faz de muito boa vontade” (Francisco, Informação verbal, Entrevista II). O chefe de gabinete afirma ainda que foram até hoje mais de quinhentas placas que contabilizadas custaram ao gabinete certa de quinze mil reais. Além disso, o informante também referencia gastos com instituições e pessoas que fazem pedidos no gabinete. O discurso do assessor refere a característica de resolver demandas com recursos próprios como uma espécie de sacrifício do vereador:

Vou te dar uma dica, sabe quanto ganha um vereador? quatorze mil reais. Desses quatorze mil, uns quatro saem fora já, com o imposto de renda que é descontado na fonte né e mais um pouco é descontado pro partido porque todos os partidos tem, então uns quatro mil já sai ali. Então dos quatorze já fica em dez. E com esses dez o cara é obrigado a ajudar instituições que vem aqui, que o que vem de gente aqui pedir dinheiro... tô falando licitamente, fora os que vêm pedir ilicitamente. É a instituição da igreja tal... é a creche de não sei aonde... a fazenda de drogados não sei aonde... vem e pede dinheiro e a gente dá, a gente dá! Então fica muito pouquinho. Então a vida de vereador não é uma vida boa, para ser bem honesto. É uma vida muito difícil, sacrificada (Francisco, Informação verbal, Entrevista II).

A adoção dessas práticas são vistas, sobretudo, como colaborações naturais e em alguns casos inclusive como uma espécie de “obrigação” por parte da assessoria, que teria um compromisso genuíno de lealdade e fidelidade com o político. Desta forma, a

contribuição em dinheiro que os assessores dão diretamente para o morador da comunidade não se concebe de maneira negativa como outros tipos de doação, pois é considerada positiva quando feita de modo espontâneo e voluntário, simbolizando uma adesão do funcionário ao mundo e aos valores do político. (KUSCHNIR, 2000). Seja pela manutenção do próprio cargo, para a conquista de eleitores em potencial ou como forma de agradecimento, as contribuições materiais podem ser confundidas ou relacionadas com mecanismos de clientelismo e troca de favores políticos.

Em conversa com um dos assessores, o chefe de gabinete afirmou ter muito cuidado com os recursos disponibilizados pelos gabinetes, isto porque as pessoas podem confundir, por isso, o informante aconselha a equipe: “em ano de eleição eu digo para não fazerem isso porque te dói o coração mas as pessoas podem confundir, tu tá dando a cesta [básica] e acharem que é troca de voto”. Além disso, o assessor complementa que “não é dando uma cesta que ganha o voto porque tu pode dar uma cesta e outro dar uma coisa melhor e ele vai votar no outro”. Para o chefe de gabinete, o que não pode faltar quando em contato com as demandas da população é, na verdade “carinho e atenção”.

A importância das atividades voltadas para a resolução de demandas concentra-se, portanto, no destaque das habilidades da assessoria parlamentar para a resolução dos pedidos, desde saber dizer não quando necessário até a mobilização de distintos atores para que o problema possa ser solucionado, além de, em alguns casos, movimentar recursos materiais próprios para esse fim. Ademais, são esses pleitos, quando cumpridos, que podem vir a destacar o papel do parlamentar como uma figura pró-ativa, expandindo seus potenciais eleitores. Nesse sentido, o número de pessoas recebidas nos escritórios parlamentares e o volume de respostas realizadas pelas equipes geralmente também podem fazer diferença. Nos gabinetes visitados por Lidec (2008), observou-se a realização de um balanço de mandatos com a formulação de relatórios que continham números variados. Um dos entrevistados pelo autor afirmava que haviam sido abertos 1000 novos pedidos, enquanto outro se vangloriava por ter realizado 450 demandas e recebido cerca de 10 mil pessoas no gabinete.

Os levantamentos também foram manifestados por um dos chefes de gabinete entrevistados que mantinha uma lista com o número de todas as demandas que haviam sido encaminhadas pelo gabinete ao longo dos anos. O volume anual de pedidos variaram entre 612 à 1.885 demandas, sendo que, segundo o informante, 70% dessas haviam sido

resolvidas, enquanto que os demais 30% tratavam-se daquelas que não puderem ser solucionadas. Lidec (2008) explica que as intervenções das equipes parlamentares possuem limitações óbvias, como a obtenção de certos tipos de bens para os quais não existem recursos disponíveis. Assim sendo, independente dos esforços ou das motivações dos assessores e dos demais membros do gabinete, há certas demandas que são consideradas como insolucionáveis.

Tem outras que não pode, o cara pede assim: “Ah, eu quero que mande asfaltar a minha rua!”. Bom, aí tem um processo que não depende da gente, tem que passar pelo orçamento participativo, tem que ser aprovado, não sei o quê mais, etc... Então, daí não, daí nós não conseguimos atender, por isso que tem uns 30% que a gente não consegue atender (Francisco, Informação verbal, Entrevista II).

De acordo com Lidec (2008), a diferença no volume de demandas pode variar e enquanto alguns parlamentares destacam com orgulho o gerenciamento de cerca de cinquenta consultas semanais em média, outros parecem se contentar com avaliações mais modestas. Isso pode ser justificado em partes, segundo o autor, a depender inclusive do status socioeconômico da população local, uma vez que “um membro eleito de um dos bairros mais elegantes de Paris é, por exemplo, infinitamente menos procurado do que alguns de seus colegas, com eleitorados dos subúrbios populares” (Idem, p. 152). O autor salienta que os tipos de solicitações também variam muito de acordo com a população residente, onde as demandas podem ser consideravelmente mais abundantes em alguns casos do que em outros.

No quesito de demandas, as diferenças de padrão foram constatadas sobretudo em um dos gabinetes observados, uma vez que a dinâmica da equipe não tem o atendimento como uma prioridade. Segundo a chefe de gabinete, quando alguém chega com algum pedido, são marcadas reuniões específicas para análise da questão a fim de avaliar se fazem sentido com a proposta do mandato. A assessora argumenta que a organização de tal forma tem relação com a proposta do gabinete de priorizar pautas macros e não individuais, isto porque a lógica do mandato está no fato de que “o vereador têm que atuar e legislar para toda [cidade]³⁸” e não somente para alguns.

O ciclo de demandas, como visto, inicia-se através dos pedidos trazidos pelos cidadãos/eleitores, passando por um processo de filtragem a fim de verificar quais problemas serão ou não resolvidos, avaliando também a necessidade de entrar em contato

³⁸ Nome da cidade ocultado em razão de manter o anonimato dos informantes.

com terceiros (pessoas-chave) para a resolução dos mesmos. Assim, muitas das solicitações chegam ao conhecimento do parlamentar somente quando já solucionadas, pois são facilmente resolvidas pelo chefe de gabinete ou por outros membros da equipe parlamentar. Em outros casos, porém, a atenção de todos deve estar voltada para um pleito em específico, como informa Simone ao ressaltar que existem demandas que “caem como bombas” no gabinete e que nesses casos, semanas e dias tranquilos de trabalho são transformados, pois todos os funcionários precisam estar envolvidos com a questão. Desta forma, para um maior detalhamento sobre as especificidades desses pedidos, dividiu-se a análise em três tipos distintos de demandas recebidas pelos gabinetes, identificadas como as demandas simples, medianas ou complexas.

Figura 4: As demandas dos gabinetes parlamentares



Fonte: Elaboração própria

Demandas Simples: O primeiro tipo de pedidos se referem àqueles de fácil atendimento, normalmente solucionados através do primeiro filtro, na recepção, pelo secretário ou secretária do gabinete. Pela recorrência com que surgem, as etapas necessárias para a resolução desse tipo de requerimento podem ser rapidamente identificadas, fazendo com que sejam resolvidos de maneira prática. O papel do chefe de gabinete se concentra especialmente no controle dessas atividades, repassando informações aos demais funcionários quando necessário e, por fim, comunicando ao parlamentar sobre os acontecimentos. Um dos maiores exemplos desse tipo de pleitos são os pedidos de emprego, demandas que Lidec (2008) já havia apontado como uma entre as mais populares nos gabinetes. Nesses casos, existem “tarefas-padrão” realizadas

especificamente para esse pedido, sendo elas: auxiliar os cidadãos na formulação de currículos, receber os seus currículos prontos e, por fim, encaminhá-los para “organizações conhecidas nossas, amigos ou pro próprio SINE [Sistema Nacional de Emprego]³⁹” (Grifo nosso, Simone, Informação verbal, Entrevista I). Além desta, outras demandas como consertos de ruas esburacadas também são consideradas como simples, pois aos atendentes, basta que abram um ofício e encaminhem, assim como pedidos de caráter social, também repassados para órgãos e instituições específicas.

Demandas medianas: O segundo grupo de demandas são aquelas que não podem ser solucionadas somente através do primeiro filtro [recepção] porque requerem mediações específicas e habilidades que envolvem também funções políticas. “Que aí a gente não está falando da, do buraco na tua rua, a gente tá falando da associação de moradores que quer fazer uma ação maior, entendeu?” (Simone, Informação verbal, Entrevista I). Os problemas trazidos ao gabinete através de Associações de Moradores, por exemplo, podem envolver questões diversas como de fiscalização ou infraestrutura.

Nesses casos, faz-se necessário que o chefe de gabinete realize um processo de, primeiramente, marcar e participar de reuniões com representantes das associações, registrar e avaliar as especificidades e dimensões dos problemas, além de outras ações como conversar com lideranças políticas e órgãos que possam colaborar com a resolução. Os contatos dos chefes de gabinete, nesse sentido, são essenciais para solucionar demandas de caráter mediano. Assim sendo, a maior parte desses pleitos são resolvidos pelo próprio chefe de gabinete, com algumas funções e atividades repassadas aos demais funcionários e ao parlamentar quando necessário (como por exemplo, uma reunião no gabinete do prefeito que pode exigir a presença pelo vereador/a). Tarefas como essas são consideradas pelos informantes como em “outro patamar” justamente porque requerem maiores tipos de processos assim como de mediações políticas.

Demandas complexas: Por fim, as demandas complexas entram em jogo quando o primeiro filtro [recepção] e o segundo [análise do chefe de gabinete] não são suficientes para a resolução pois exigem um processo que envolve, normalmente, o envolvimento de quase todos senão todos os membros da equipe, além de outros órgãos e instituições. Um dos casos complexos aconteceu quando um grupo de síndicos de condomínios do

³⁹ O Sistema Nacional de Emprego (SINE) é uma ferramenta do Ministério do Trabalho que facilita e é responsável por intermediar a mão-de-obra com as vagas disponíveis.

programa do Governo Federal *Minha Casa Minha Vida* encaminhou uma demanda sobre problemas de falhas estruturais para um dos gabinetes da Câmara. Quando a questão foi investigada, identificou-se que essas falhas não estavam acontecendo como casos isolados, mas em números proporcionais e que, além disso, envolviam entes federais e municipais: as construtoras declaravam falência e abandonavam as obras dos prédios, deixando os moradores com diversos problemas como vazamentos e infiltrações.

A complexidade da demanda justifica-se pela necessidade de que, para sua resolução, vários procedimentos fossem realizados envolvendo empreiteiras, a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Departamento Municipal de Habitação (DMHAB), entre outros atores. Desta forma, partindo de uma única demanda, o gabinete organizou um grupo de trabalho em uma comissão da qual a vereadora faz parte juntamente de outros parlamentares que acompanharam o pleito e propuseram possibilidades de resoluções. A responsabilidade da chefe de gabinete foi acompanhar as visitas aos condomínios e redigir um relatório, que posteriormente seria apresentado para que os demais vereadores da *Casa* pudessem ficar a par da continuidade da demanda, além de distribuir e acompanhar as tarefas repassadas para os outros funcionários do gabinete sobre o pedido, que ainda se encontrava em pauta à época da entrevista realizada com a assessora.

Posteriormente verificou-se que o relatório do grupo de trabalho foi publicado e continha informações de todos os procedimentos realizados durante um período de quatro meses. Uma das consequências das mobilizações populares e legislativas foram os acordos em dinheiro firmados pela Caixa Econômica Federal com os moradores do condomínio por danos morais e materiais causados. Demonstra-se, em resumo, que uma única demanda trazida por moradores pode requerer aos gabinetes parlamentares considerável quantidade de tempo voltada para o desenvolvimento de tarefas, articulações e mediações envolvendo diversos atores, tanto internos (equipe do vereador), quanto externos (outros parlamentares e suas equipes, além de instituições públicas e/ou privadas), apresentando, desta forma, os motivos que fortalecem o argumento da complexidade envolvida em demandas como essas.

Lidec (2008) afirma que para merecer o reconhecimento dos eleitores, os parlamentares devem, acima de tudo, mostrar-lhes que estão “fazendo coisas por eles” (LIDEC, 2008, p. 157) e que a resolução de demandas depende do propósito dos pedidos e dos recursos que a equipe pode mobilizar, já que algumas equipes de assessores são

melhor equipadas do que outras e possuem redes de relações estendidas com quem trocam serviços. A pressão exercida pelos círculos eleitorais desempenha um papel fundamental na arena parlamentar, pois grande parte do trabalho político exercido pelos políticos e seus assessores relaciona-se a ele e é gerado pelos contatos estabelecidos com a população (NAY, 2003 *apud* LIDEC, 2008). Sobre a relação da sociedade com o processo político e a importância desse envolvimento, uma informante acredita que se as pessoas soubessem da proporção de ações como a cobrança aos parlamentares, o acompanhamento das atividades legislativas e o conhecimentos sobre seus próprios direitos, muitos problemas sociais e estruturais poderiam estar resolvidos.

as pessoas não sabem o poder que têm elas não sabem o quanto elas podem cobrar de um vereador, por exemplo. Elas não sabem nem onde fica a câmara de vereadores. Se as pessoas acompanhassem uma sessão plenária ou se elas soubessem dos seus direitos muitas vezes a rua dela não tava escura, a rua dela não tava esburacada, a rua dela não tava com bueiro entupido, a creche dela não tava fechada (Simone, Informação verbal, Entrevista I).

As funções de caráter administrativo, legislativo e político, que também estão vinculadas à resolução de demandas fazem com que o ambiente de trabalho parlamentar seja considerado pelos assessores como um cotidiano agitado. Existem dias definidos pelos próprios funcionários como aqueles em que pouco acontece: um dos informantes marcou a entrevista para na sexta-feira justamente por esse motivo, enquanto em outro caso, o melhor dia para iniciar a observação de campo era a segunda-feira, por ser considerado como um dia tranquilo no gabinete. Apesar da existência de calma, há outros dias em que tudo pode acontecer, fazendo com que compromissos tenham de ser remarcados, adiados e novas responsabilidades fiquem no topo da fila. Um informante argumenta que pelo acúmulo de compromissos “as vezes a gente chega atrasado e não consegue cumprir adequadamente porque sai de um canto e vai para outro e vem bastante gente aqui” (Francisco, Informação verbal, Entrevista II).

Nas especificações dispostas em documentos oficiais da ocupação, afirma-se que o horário de trabalho de um chefe de gabinete deve ser de trinta horas semanais, constando, porém, que “o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite e aos sábados, domingos e feriados”⁴⁰. Conforme Silva (2013, p. 74) o trabalho de um assessor parlamentar, além de maçante, “não acaba quando encerra o expediente”, mesmo porque, além do exercer de suas funções, ele deve estar sempre a par das notícias e

⁴⁰ Informação disponível em Anexo 2.

informações, atualizando-se sobre o que é publicado pela mídia e não somente em relação ao seu chefe e ao partido, mas também sobre o governo, seja este aliado ou oposição (SILVA, 2013). Além disso, os assessores mais valorizados pela equipe ou pelo próprio político são normalmente aqueles que confessam “acordar de olho no jornal e dormir de olho no computador” (Idem). De acordo com um Deputado Federal informante, o meio político não para e por isso,

Uma pessoa para ser assessora de um político precisa gostar do que faz e principalmente gostar do meio, porque tu não vem aqui e bate o ponto. O cara chega aqui cedo e vai embora quando dá, fim de semana não desliga o telefone, carrega o computador, recebe demanda, resolve ‘pepino’... (...) lidamos com demandas humanas e o mundo não para no fim de semana (Deputado Federal Informante *apud* SILVA, 2013, p. 78-79).

A dedicação exclusiva dos assessores pode fazer com que sintam-se, em alguns casos, ressentidos pelo excesso de dedicação solicitado. Certa vez, uma vereadora foi acusada por um assessor de não ter vida pessoal e “não se preocupar com o efeito desse ritmo intenso na vida particular de seus funcionários” (KUSCHNIR, 2000, p. 83). Casamentos, filhos e a saúde foram os aspectos considerados como os maiores afetados entre os assessores parlamentares, ocasionando relatos de casos de separação conjugal em que o excesso de trabalho era apontado como um dos principais problemas. Segundo a autora, a própria parlamentar às vezes brincava dizendo que suas funcionárias iriam ‘perder os maridos’” (Idem). Francisco concorda que as funções exercidas no gabinete não possuem dia nem hora e que isso acontece com toda a equipe que trabalha com muita frequência, incluindo os sábados e domingos. Nas palavras do assessor, apesar de ser uma coisa que os assoberba em demasia, o trabalho excessivo exercido fora de horário não é uma obrigação dos funcionários, mas sim uma atividade realizada de maneira voluntária, uma vez que a equipe de assessores é também como “uma família” (Informação verbal, Entrevista II).

Pela mesma perspectiva, Simone aponta o excesso de trabalho como uma das maiores dificuldades do cargo. A assessora salienta que costuma se sentir muito cansada especialmente aos fins de ano e que apesar da consciência de remuneração, ela afirma trabalhar muito e dedicar muito tempo ao gabinete. Para a informante “não é que eu vim aqui, bato o meu ponto, trabalho minhas oito horas, viro as costas, vou para casa e deixei meu trabalho aqui, né, longe disso”, isto porque “não tem sábado, não tem domingo, não tem a noite, não tem ‘deu seis da tarde acabou’”. Por outro lado, a entrevistada refere que

a dedicação no cargo também tem motivações pessoais, pois antes de ser uma chefe de gabinete ela se considera, em primeiro lugar, como “uma militante” (Simone, Informação verbal, Entrevista I).

O trabalho desenvolvido pelos chefes de gabinete em contato com o público faz com que tenham uma posição de mediadores e de representantes. A mediação é realizada entre o vereador e a comunidade, fazendo com que desempenhem “canais de ligação” na realização do “trabalho de meio de campo” (BEZERRA, 1999; KUSHNIR, 2000). Assim, os assessores agem de modo a resolver, em nome do parlamentar, aspectos assistencialistas envolvendo pedidos de cidadãos como leitos em hospitais, indicações para vagas de empregos, assessorias sobre questões pessoais, entre tantas outras matérias convergidas por eleitores (SILVA, 2013).

As redes de relações também são construídas a fim de que a representação do parlamentar seja bem sucedida, uma vez que podem auxiliar o assessor na resolução de demandas através de uma rede de contatos, sejam eles espectros sociais, instituições, órgãos, contatos com funcionários no Legislativo e no Executivo. Em resumo, com todos os “*Players*” do jogo político, como a expressão utilizada por uma assessora. Como resultado, no desempenho do cargo, seja de maneira individual ou conjunta, os resultados do trabalho desses assessores podem contribuir consideravelmente para angariar votos, aprovar projetos, conquistar apoio popular, resolver problemas e demandas, dificultar o trabalho dos opositores e, além disso, fazer ainda alguns amigos e contatos permanentes dentro do universo político.

Assim, o papel de atendimento realizado pelos chefes de gabinete fazem de sua imagem uma extensão da figura do parlamentar, como referido anteriormente por Silva (2013). A representação política apresentada em diversos discursos sugerem que os parlamentares falam e agem *em nome do povo*. No gabinete, a lógica de representação apresenta similaridade, pois as ações dos profissionais de assessoria são feitas *em nome do parlamentar*. Quando falam em seu nome e o representam, os chefes de gabinete devem passar a noção ao público de que as ações mobilizadas por eles a fim de resolver suas demandas tanto são exigências dos políticos à esses funcionários, quanto que eles próprios (os parlamentares) o fariam se estivessem ali. Além disso, os cidadãos em muitas situações acreditam que certas demandas resolvidas tenham sido obras das ações individuais do próprio vereador e pedem inclusive para agradecê-lo em seu nome, sem

saber que as especificidades de seus pedidos muitas vezes não chegam ao conhecimento do parlamentar, por já terem sido resolvidos pelo chefe de gabinete.

Desta forma, a equipe de gabinete atua em torno de uma “imagem-marca” do político e suas tarefas voltam-se para essa representação, uma vez que desde atividades simples do cotidiano de trabalho como a formulação de panfletos à escrita de discursos, todo o material e a atividade leva em conta os princípios, as bandeiras e as vontades do próprio parlamentar. No entanto, isso não significa que profissionais como chefes de gabinete não tenham autonomia em suas tarefas. Ao contrário, pois como demonstrou-se, a confiança depositada nesses atores faz com que muitas decisões sejam tomadas por eles e que ocorram situações em que os próprios parlamentares optem por mudanças de posicionamentos e condutas por conta de conselhos de seus assessores particulares. A relação assessor-parlamentar demonstra, portanto, que têm-se na confiança a base de que o chefe de gabinete irá tomar as decisões certas e que além disso sejam condizentes com os princípios do próprio parlamentar.

Considerações

Dentre as atividades do cargo de chefia de gabinete, foram identificadas diversas funções relacionadas às necessidades cotidianas, tais como: a organização da agenda e de eventos do parlamentar, o controle de gastos com materiais e funcionários, a formulação de diversos tipos de documentos burocráticos, o envio de escritos contendo *feedbacks* de tudo aquilo que foi realizado pelo gabinete para a “fiscalização” dos eleitores, entre outras atividades de caráter geral e administrativo. Grande parte dessas responsabilidades são delegadas para outros assessores e funcionários, fazendo com que esses profissionais tenham sobretudo o papel de planejar, repassar e controlar tarefas, muitas vezes acompanhando e verificando as atividades desenvolvidas através de reuniões semanais com a equipe. Além disso, as distintas dinâmicas observadas nesses espaços apontam para diferenciações entre os perfis de suas atribuições, uma vez que enquanto em alguns casos esses assessores têm suas competências centradas prioritariamente em tarefas de caráter administrativo, em outros casos dispõem maior atenção para as funções legislativas e/ou políticas.

No que diz respeito à formulação projetos de lei, emendas, indicações, entre outros normativos, diferenciações nesse sentido também foram demonstradas, desde a origem da proposta geral, passando pelo processo de articulação e formulação até a

aprovação para a implementação dos mesmos (quando não nos casos de arquivamento). O conceito geral, por exemplo, pode surgir de situações como a chegada de uma demanda específica (seja individual ou coletiva), partindo da reflexão da equipe sobre os princípios partidários e ideológicos, da observação de temáticas em voga em comissões ou através de notícias e discussões, além da análise de outros modelos de leis, podendo estas propostas serem advindas de sugestões do próprio parlamentar, do chefe de gabinete, dos demais funcionários ou mesmo de personagens externos.

No processo de articulação política também podem ser múltiplos os atores envolvidos e em distintas situações, desde reuniões com membros da sociedade civil e de movimentos até o contato com instituições públicas e privadas, demandando a mobilização da equipe em demais compromissos como audiências públicas, reuniões e palestras. Nesse sentido, demonstrou-se que a aprovação de propostas depende, justamente, da forma de execução das etapas referidas, pois são necessárias, muitas vezes, articulações políticas envolvendo tanto a esfera legislativa (para a quantidade de votos necessários), quanto o apoio popular (para evitar pressões e reivindicações que possam impedir ou prejudicar as pretensões dos gabinetes). Desta forma, as atividades de caráter político desenvolvidas pelos chefes de gabinete encontram-se muitas vezes voltadas para a viabilização de propostas de caráter normativo, seja através de conselhos ou articulações de redes que visam possibilitar a implementação de políticas públicas a fim de oferecer assistência às suas bases eleitorais e/ou também reforçar as bandeiras e princípios defendidos pelo parlamentar em seu mandato.

A prática das atribuições de caráter administrativo, legislativo e político desenvolvidas por estes atores encontra-se, portanto, voltadas para conteúdos diversificados e rotativos. As temáticas tratadas surgem de maneira significativa através de demandas oriundas da população e, por isso, o atendimento ao público também requer a atenção dos parlamentares e de suas equipes, incluindo os chefes de gabinete que recebem eleitores, ouvem os seus pedidos e tentam solucioná-los. Como observado, dentro desse processo esses profissionais desempenhem dois tipos de papéis fundamentais: o de representação e de mediação, sendo o primeiro baseado na incumbência de falar e agir em nome do parlamentar e o segundo vinculado na ligação entre as demandas resolvidas com a imagem do vereador.

O desempenho do papel de representação pode ser desenvolvido tanto em atividades internas, nas quais o assessor age como uma extensão da figura do parlamentar enquanto os vereadores se encontram no *trabalho de rua* e em compromissos diversos, como também diante da necessidade de estabelecer alianças e contatos fazendo com que a posição de “chefe de gabinete do parlamentar X” possa ser utilizada como um facilitador de acessos. Em ambos os casos, para o desempenho dessas funções, as habilidades que envolvem o comportamento desses atores faz-se imprescindível, como também evidenciado em pesquisas como as de Bezerra (1999), Kuschnir (2000) e Albuquerque (2009) ao afirmarem que características como a simpatia, a cordialidade e o jogo de cintura podem facilitar a relação com os demais atores, sejam eles visitantes ou pessoas-chave dentro do universo político. Assim sendo, como visto, a fim de obter resoluções aos problemas dos eleitores, mesmo quando de caráter estritamente particular são exigidas práticas como a formação de redes de contatos (quando se buscam resolvê-las), assim como técnicas de desenvolvimento de habilidades pessoais próprias dos assessores (quando se faz preciso negá-las).

A entrega de bens e serviços básicos dos representantes aos cidadãos acontece mediante a expectativa de apoio político do eleitor, sobretudo na forma de voto. Ademais, a excelência do papel de mediador se reflete em suas qualidades diretamente relacionadas à política, como justamente o sucesso na obtenção de votos, além da participação legislativa, a boa articulação oral e a influência junto à mídia e aos pares (KUSCHNIR, 2001; LOPEZ 2011). Nesse sentido, a preocupação dos chefes de gabinete em atribuições como o atendimento e resolução de demandas, a formulação de normativos, o aconselhamento e o estabelecimento de redes tem consequências que podem resultar tanto em um patamar de prestígios quanto ocasionar danos à imagem do gabinete. Ademais, ampliar o número de eleitores e manter os votantes fiéis se trata de um objetivo não somente do parlamentar, isto porque a manutenção dos cargos dos próprios chefes de gabinete também dependem do sucesso do mandato.

Autores como Kuschnir (2000), Silva (2013) e Almeida e Lopez (2011) identificaram perfis de atividades dentro dos gabinetes parlamentares, classificados entre: os gabinetes assistencialistas (priorizando a resolução de demandas pessoais) e os ideológicos (preferindo as questões coletivas) (KUSCHNIR, 2000), a prestação de serviços (como as demandas) e as funções institucionais (como as proposições)

(ALMEIDA E LOPEZ, 2011) e, por fim, os tipos de padrões de conduta considerados por Silva (2013) como as duas frentes pelas quais os políticos mais recorrem aos seus assessores: a de cunho intelectual (caráter estadista, formas de legislar para o estado e não em prestar favores individuais) e de cunho assistencialista (demandas pessoais). Os perfis destacados podem ser apresentados na própria distinção da organização de trabalho do gabinete, onde, em alguns casos são encontrados “funcionários contratados para cuidar especificamente das questões legislativas e outros para aquelas tidas como relacionadas às bases eleitorais” (BEZERRA, 1999, p. 37).

Pela mesma perspectiva, nas seções formuladas para o presente capítulo foram classificadas as funções dos chefes de gabinete em tarefas administrativas, legislativas e políticas e no atendimento de demandas. Apesar da separação estrutural, quando analisadas, faz-se observar que entre as atividades desenvolvidas pelo cargo, os pedidos que chegam ao gabinete através dos visitantes (sejam eles eleitores ou não) também resultam, para além do papel de representação e mediação, em funções de caráter administrativo, legislativo e político. Segundo Silva (2013, p.52), “a equipe parlamentar atua, de forma significativa, na solução das demandas diárias” assim como “na pesquisa de temas estatais”. No entanto, as separações apresentadas pela literatura nem sempre se refletem no perfil de atribuições dos assessores através de contrastes nítidos, tendo como base argumentativa dois principais motivos: a interligação entre eles e as diferentes dinâmicas de assessorias identificadas nos gabinetes parlamentares.

No primeiro caso, há exemplos que demonstram que as demandas de caráter individual ou coletivo trazidas pela população podem dar início à processos de articulações políticas (como o estabelecimento de contatos e estratégias visando soluções), assim como podem ser transformadas, posteriormente, em proposições. Projetos de lei que surgem a partir da reflexão de pedidos populares e indicações feitas a fim de demonstrar ao eleitor o interesse do parlamentar em solucionar os requerimentos são alguns dos exemplos demonstrados. Deste modo, a dedicação do gabinete voltada às demandas muitas vezes vinculam-se às atividades administrativas, legislativas e também políticas desenvolvidas pela equipe e pelo parlamentar, fazendo com que as classificações apresentadas estejam, em muitos dos casos, interligadas.

Além disso, os padrões identificados se encontram permeados por distinções próprias da organização interna dos gabinetes parlamentares, pois enquanto em alguns

dos casos os chefes de gabinete são os maiores responsáveis pela assistência de demandas, assim como pela formulação de proposições como projetos de lei, foram identificados arranjos onde esses assessores tanto não trabalhavam com o atendimento de demandas, como também não se envolviam com as proposições. Nesses casos, os assessores responsáveis pela maioria das funções de caráter legislativo eram normalmente aqueles com a titulação de formação em direito — seja ele o assessor legislativo/jurídico/político ou mesmo o assessor de bancada e o próprio vereador. Beauvallet (2014) considera que no campo das assessorias parlamentares existe uma forte diversidade de perfis, condições de trabalho e práticas efetivamente realizadas e que embora os perfis tenham algum tipo de relevância numérica, torna-se difícil, na teoria e na prática, apreender esses funcionários como cargos unificados. Assim, mesmo com a existência de padrões identificados nas funções exercidas pelo cargo de assessoria, existem diferenças marcantes na divisão de atribuições.

Deste modo, a forma como cada gabinete organiza seus processos faz desses espaços lugares de natureza heterogênea, onde mesmo profissionais com o mesmo cargo (chefes de gabinete) podem ser encontrados atuando tanto de maneira bastante similar, quanto de modo extremamente diversificado. Analisar as atividades desses assessores, portanto, contribui para a compreensão dos próprios processos e dinâmicas envolvidas no funcionamento de um gabinete, além de fornecer pistas sobre as atividades desenvolvidas por outros membros que atuam nesses espaços, como secretárias, assessores e vereadores. Como ponderam Bezerra (1999) e Kuschnir (2000), investigar o envolvimento dos funcionários e priorizar o cotidiano de trabalho dos atores que atuam dentro desse universo representa um bom caminho para reunir informações e descobertas que contribuam para uma maior compreensão sobre a própria atuação dos parlamentares, assim como do funcionamento do sistema em que fazem parte.

3. PORQUÊ ELES? A SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E O RECRUTAMENTO DOS CHEFES DE GABINETE

O desenvolvimento da profissionalização política e o aumento da complexidade de trabalho e de demandas na esfera pública fez com que não fosse mais possível “cumprir a agenda diária de um político sem terceirizar serviços” (SILVA, 2013, p. 46) e para a eficiência na execução das políticas desenvolvidas pelo gabinete, a importância da escolha cuidadosa dos assessores é sugerida como essencial. Um deputado entrevistado

por Silva (2013, p. 78-79) qualificou seus assessores como os seus olhos, suas mãos e suas pernas ao referir que se eles estiverem trabalhando isso significa que o próprio parlamentar está trabalhando em dobro, justificando que as ações realizadas por eles estão diretamente vinculadas à sua imagem e que por isso “o político pode até ser bom, mas mal assessorado não vai longe” e que o caso contrário também existe, quando se evidencia um “político raso que tem a sorte de contar com bons assessores” (Idem).

A considerar que a nomeação dos chefes de gabinete se realiza através de escolhas discricionárias, o peso do recrutamento dos assessores encontra-se vinculado, sobretudo, aos critérios de seleção dos próprios políticos, desde que estejam de acordo com os requisitos impostos pelas normas institucionais. Deste modo, importa questionar quais são as bases que fundamentam as escolhas dessas lideranças políticas para o recrutamento e se aspectos como, por exemplo, a formação educacional, a experiência profissional e o envolvimento partidário desses indivíduos possuem peso para suas contratações. Para responder perguntas como essas, faz-se necessário olhar para a trajetória desses indivíduos a fim de identificar os caminhos pessoais e profissionais percorridos por eles, uma vez que ao serem recortadas as possíveis vinculações prévias destes atores às suas entradas profissionais no universo da política, pode ser viabilizada a identificação de alguns indicadores para uma melhor compreensão sobre como ocorre o processo de recrutamento dos mesmos.

Alcântara (2016, p. 30) assinala que a política “está associada à ações pensadas” e, por isso, praticar o processo de conhecer as razões que levam os homens e mulheres a entrar na política torna-se fundamental para, posteriormente, entender sobre as próprias atividades e ações praticadas no exercer do cargo. Para tanto, é importante descobrir informações sobre os arranjos institucionais que dão acesso à suas entradas, assim como também explorar acerca do contexto social no qual essa entrada é produzida (ALCÂNTARA, 2016). Segundo Rosenthal (2014), considerar a importância dos sistemas de relevância dos sujeitos pode contribuir para a compreensão acerca do modo como os atores se inserem, atuam e interagem em ambientes específicos. Desta forma, analisar as trajetórias de vida e observar as ações de bastidores, de acordo com a autora, pode fornecer informações sobre fenômenos desconhecidos ou ainda pouco estudados, como a prática da ação social na complexidade do dia a dia e o conhecimento sobre o

universo da política a partir da perspectiva dos próprios atores que participam de seus processos cotidianos (ROSENTHAL, 2014).

Por isso, ao serem observadas as trajetórias individuais dos chefes de gabinete, compreendendo sobre suas perspectivas particulares como motivações pessoais, interpretações e crenças, também podem ser exploradas as próprias relações dessas características particulares na prática profissional exercida pelos mesmos, em razão de que as histórias de vida, assim como biografias políticas possuem “um papel de destaque na compreensão e interpretação da realidade política a partir da perspectiva dos próprios atores” (ALCÂNTARA, 2016, p. 33). Em resumo, o presente capítulo intenta analisar a trajetória percorrida pelos chefes de gabinete, permeando aspectos que vão desde sua socialização primária até o processo de recrutamento a fim de avaliar suas trajetórias individuais, o peso dos critérios de seleção, além de evidenciar o modo como o sistema de relevância desses atores impacta em suas práticas profissionais.

3.1 O processo de socialização primária: o campo familiar

Nas relações de origem dos indivíduos, o ambiente familiar é considerado como um dos principais influentes no processos de socialização dos jovens, isto porque a distribuição da participação política depende, em grande medida, de como esse ambiente está constituído (FUKS, 2011). Assim, a fim de analisar os aspectos de socialização política refletidos no campo familiar, a presente seção encontra-se amparada pela utilização do método de narrativa biográfica, uma vez que a abordagem considera a interiorização do mundo social dos sujeitos e os seus conjuntos de experiências e vivências (ROSENTHAL, 2014). A entrevista foi aplicada com Paulo, chefe de gabinete da Câmara de Vereadores em que realizou-se a observação participante. A partir do estudo de seu caso, pretende-se identificar as relações de origem familiar do informante assim como seu processo de socialização política.

Durante a entrevista, ao contar sobre o contexto de seu nascimento, Paulo menciona alguns dos membros de seu grupo familiar, sendo ele o segundo dos filhos de Olga e Luis, o irmão de Ana e também o neto de Carlos. O chefe de gabinete nasceu no ano de 1982, período ao qual o próprio entrevistado qualifica como sendo um contexto de efervescências políticas, uma vez que acontece durante o último governo do regime-civil militar (1964 - 1985), em um momento de processo de transição para a democracia. As informações disponibilizadas pelo informante incluem eventos políticos importantes,

como as Diretas Já (1983 - 1984) e as Eleições de 1989 (primeiro processo eleitoral ocorrido em contexto democrático após o fim do regime ditatorial). Ao relatar sobre acontecimentos como esses, ocorridos ainda durante sua primeira e segunda infância, Paulo relaciona-os com as experiências vividas pelo pai, assim como comenta sobre suas próprias lembranças, usando sentenças que indicam o seu pertencimento, quando afirma que viveu o momento a partir de sua perspectiva de criança.

São anos de muita efervescência e de certa maneira eu vivi isso criança assim óbvio com a lógica de criança que hoje acaba ganhando mais sentido né. Pela questão da diretas já toda a questão da participação inclusive do meu pai em movimentos de greve uma certa um certo grau de politização de uma sociedade que tava saindo da ditadura e indo pra democracia né aquela questão das eleições de 89 e tal isso eu me lembro de criança (Paulo, Informação verbal, Entrevista IV).

Personagem frequentemente mencionado pelo informante durante a entrevista trata-se da figura de Carlos, avô paterno já falecido. O entrevistado afirma possuir memórias especialmente das férias de verão, períodos em que não somente o pai, como o restante da família (sobretudo o avô e os irmãos do avô), tinham como hábito conversar sobre assuntos relacionados à política, contando sobre diferentes histórias e causos nesse sentido. Paulo salienta que essas conversas costumavam causar-lhe certo interesse. Nas palavras do assessor: “me chamava a atenção não por muito tempo né porque eu era criança e nenhuma criança presta atenção nisso, mas eu acho que eu prestava mais do que do que a média” (Informação verbal, Entrevista IV).

Aos seis anos de idade, Paulo acompanhou, junto de sua família, as eleições de 1989 através dos meios de comunicação. De acordo com o informante, o surgimento das eleições pela televisão através do horário gratuito e os personagens marcantes faziam com que o assunto fosse tema de conversa dentro de sua casa. Além disso, tanto sua mãe quanto seu pai eram filiados em um partido político e consideravam o candidato à presidência pelo partido como uma figura de referência. Os demais candidatos também se destacavam como o “político x”, caracterizado por ser a figura de um *operário radical* e o “político y” como aquele *andando de Jet-ski*. O impacto da campanha descrita causava reflexões que o faziam sentir-se impressionado ao ponderar que: “esse cara vai ser presidente e as pessoas tão vendo ele todo dia aqui na TV”, com uma ideia de democracia “na casa de todo mundo, na minha casa e as pessoas tendo que escolher e debatendo sobre aquilo. De alguma forma parecia que eu também tinha que escolher em algum momento” (Informação verbal, Entrevista IV).

Mesmo que o assessor fosse ainda muito jovem para votar, torna-se perceptível que, desde cedo, havia a apresentação de um vínculo pessoal com aquele momento de decisão, o que pode estar refletido nas situações anteriormente referenciadas, como os diálogos familiares cotidianos durante aquele período. Sobre contexto posterior, o entrevistado afirma que após certo tempo, jornais impressos se encontravam sempre disponíveis em sua casa, fazendo com que Paulo adquirisse o hábito de leitura e que, ainda que priorizasse assuntos diversos em termos de ordenação, a leitura da seção política não era desprezada, fruto de uma curiosidade que crescia especialmente a partir de uma fase pessoal de descobertas, como destacado pelo próprio informante:

Eu lia o jornal, obviamente eu lia o futebol primeiro, aquelas coisas. Depois aquelas notícias de *Rock*, depois de um momento, mas eu chegava em algum momento na política né... sobretudo né numa fase ali teve uma fase bem assim desse negócio de tentar buscar entender o mundo que também tinha bastantes bastante esse negócio do noticiário das privatizações do governo Fernando Henrique. (...) o jornal sempre tinha uma boa manchete que gerava uma curiosidade pra mim (Paulo, Informação verbal, Entrevista IV).

Segundo Fuks (2011), o acesso à informação se conceitua como uma dentre as características que influem para a participação política dos sujeitos. O hábito de acompanhar o que acontece no mundo da política, assim como a autopercepção de ser capaz de entender esses fenômenos contribuem, assim, “para explicar porque alguns jovens participam mais do que outros” (Idem, p. 154). Na análise feita pelo autor, identifica-se que dentre os condicionantes da participação política dos jovens está a influência decisiva de atributos sobre o ativismo político com destaque para a exposição à informação, fazendo com que “quem se interessa mais, acompanhando o que acontece no dia a dia da política, participa mais” (Ibidem, p. 159).

Além do acesso às notícias, as histórias familiares sobre a figura do avô paterno consistiam em outra fonte de informações históricas sobre o universo político. Da trajetória de Carlos, sabe-se que era bancário e tinha participações como membro do sindicato dos bancários e como militante de um partido comunista. Durante os primeiros anos de regime civil-militar no Brasil⁴¹, o avô de Paulo enfrentou problemas resultantes de sua participação no sindicato. Segundo o neto, apesar de não ter sofrido torturas, Carlos teve que dar depoimentos para o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e foi

⁴¹ Neste período, Castelo Branco encontrava-se na presidência. Os primeiros anos de regime foram aqueles em que foi instaurado o AI-1, que suspendeu os direitos políticos de todos considerados como opositores ao regime e o AI-2, que extinguiu os partidos políticos até então existentes e criou duas novas siglas: a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

transferido da agência em que trabalhava, na capital da cidade, para um banco no interior de outro estado do país. Assim, entre os anos de 1964/1965, Carlos mudou-se com sua família (à época, sua esposa e seu filho — pai de Paulo), onde permaneceu por cerca de três ou quatro anos até retornar para a capital.

Na literatura, a categoria dos bancários é mencionada como um grupo que seguia uma lógica com capacidade de organização e articulação que vinha sendo efetuada desde o final da década de 1950, fazendo com que acumulassem grande respeito entre os trabalhadores e a sociedade em razão de suas ações políticas. Durante o período de 1961 a 1963, diversas greves foram impulsionadas por esses grupos e posteriormente, no período do regime, a categoria passou a sofrer intervenções nos sindicatos com o objetivo de afastar os membros das diretorias. Além disso, interrogatórios foram submetidos a fim de retirar os integrantes da entidade e acusá-los de subversão. Os militantes comunistas começaram a denunciar as pressões e as tentativas de aliciamento que os dirigentes sindicais considerados como mais combativos vinham sofrendo. No plano da pressão intervencionista, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) era um dos órgãos utilizados para coagir com ameaças as atividades sindicais (FREDERICO, 1987; SANTANA; 2008; NAGASAVA, 2015).

Para Paulo, a transferência do avô teria sido uma maneira de que os bancos da época pudessem se desligar de seus funcionários, isto porque esperavam que com a transferência acabassem demitindo-se por contra própria. O sindicato dos bancários assinala que os políticos e sindicalistas foram cassados assim como bancários foram demitidos ou “transferidos compulsoriamente”⁴² durante a ditadura. No período, o sindicato do qual Carlos era membro também sofreu uma intervenção e passou a ser dirigido por uma junta de oficiais do Exército. Foram praticadas, entre 1964 e 1970 um total de 536 intervenções em sindicatos, federações e confederações. Sendo desse total 433 (80,6%) ocorridas em 1964 e 1965⁴³, época em que se deu a transferência do avô do entrevistado (FIGUEIREDO, 1975; FREDERICO; 1978; RODRIGUES; 1986).

Ainda que os grupos comunistas e sindicalistas tivessem adquirido certa relevância política de articulação durante o período do regime civil-militar (SANTANA,

⁴² Fonte: SindBancários. Ver referências.

⁴³ O Rio Grande do Sul está entre os três estados que apresentam o maior número de intervenções, juntamente com o Mato Grosso do Sul e o Ceará, que foram aqueles nos quais as delegacias regionais do trabalho sofreram uma repressão direta das forças armadas, especialmente do Exército (NAGASAVA, 2015).

2008), os relatos fornecidos pelo entrevistado não permitem verificar aspectos como ações específicas às quais o avô paterno teria participado tanto como militante partidário quanto como sindicalista. De qualquer modo, as interpretações construídas e explicitadas pelo informante sobre a história de Carlos possibilitam demonstrar os significados conferidos por Paulo sobre a história do avô, uma vez que o chefe de gabinete conta que as experiências de seu antepassado lhe causaram uma marca no sentido de que a política, durante aquele período, era um tema que se limitava à debates e conversas, isto porque a participação ativa poderia ocasionar em problemas diversos, como aqueles que foram enfrentados pelo seu antepassado.

No que se refere à participação política dos pais, o entrevistado conta muito pouco sobre a mãe, afirmando que Olga era dona de casa e filiada ao mesmo partido político que o marido. A trajetória do pai, que exercia a profissão de bancário, por outro lado, é demonstrada com maior detalhamento, incluindo a informação de que o mesmo teria participado em movimentos de greve durante a década de 1980. Ao contar sobre a história de Luis, Paulo traz o passado do pai e do avô, relacionando-os com a sua própria experiência presente, pontuando que apesar da política ter sido importante, não era exercida como uma atividade dentro de seu núcleo familiar. A perspectiva do entrevistado talvez represente um sentimento de reparação com o passado de seus antecessores, uma vez que Paulo trata da participação do pai e do avô como fruto do contexto em que viviam, além de complementar que “com a democracia, a gente vive um outro momento” o que poderia justificar a sua percepção sobre a oportunidade que o atual assessor parlamentar teve ao se envolver com a política tanto como militante quanto através de uma atividade de caráter profissional.

meu pai é dessa geração dos anos 70 que é a geração mais do desbunde né que a gente chama as pessoas não eram exatamente politizadas a ponto de fazer coisas até por pela própria realidade da ditadura né casou muito jovem e tal que isso acho que é um pouco geracional também (...) O meu pai já é um envolvimento assim muito próprio daquela época... não era um militante, ninguém na minha família, talvez o meu avô tenha se envolvido um pouco antes, o meu avô paterno, mas depois ele morreu. Eu nunca consegui trocar uma ideia muito com ele sobre isso, mais são histórias mas ninguém era militante assim como depois eu me tornei. Isso é interessante, era uma política meio assim de acompanhar e tal com uma certa atenção mas nada de participar, porque aquela coisa também do cada um tem que cuidar da sua vida e da sua formação e do seu trabalho e a política era importante mas não ao ponto de ser uma atividade (Paulo, Informação verbal, Entrevista IV).

A perspectiva do entrevistado acerca das experiências de seus antecessores coloca também o seu cargo como uma zona de interesse vinculada aos acontecimentos de sua

vida presente. Segundo Berger e Luckmann (2002), a realidade da vida cotidiana se situa em torno do presente, lugar para o qual a atenção dos seres humanos encontra-se constantemente disposta, ao contrário das zonas distantes, que seriam aquelas menos intensas e urgentes. Desta forma, as chamadas zonas de interesse são pautadas pela rotina das pessoas que estão sempre inseridas em distintos tipos de relações, sejam elas afetivas, de trabalho, dentre outros tipos. Assim, o cotidiano presente de quem conta uma história, mesmo que sobre o passado, pode surgir com facilidade nos momento de relato, como exemplificam Berger e Luckmann (2002):

Neste mundo do trabalho minha consciência é dominada pelo motivo pragmático, isto é, minha atenção a esse mundo é principalmente determinada por aquilo que estou fazendo, fiz ou planejo fazer nele. Deste modo é meu mundo por excelência. (...) Estou interessado no aglomerado de objetos implicados em minha ocupação diária, por exemplo, o mundo da garagem se sou um mecânico. Estou interessado, embora menos diretamente, no que se passa nos laboratórios de provas da indústria automobilística em Detroit, pois é improvável que algum dia venha a estar em algum destes laboratórios, mas o trabalho aí efetuado poderá eventualmente afetar minha vida cotidiana (BERGER e LUCKMANN, 2002, p.39-40).

O modo como o entrevistado apresenta as experiências de vida do avô e do pai podem também sugerir a representação de um sentimento de identificação, pois mesmo que de maneiras diferentes, todos eles tiveram experiências similares, já que Paulo, assim como o pai e o avô também teve participação em movimentos de caráter político. Nesse mesmo sentido, outra hipótese concentra-se na análise dos silêncios, ao considerar que o informante pouco refere a história de vida das mulheres de sua família e quando o faz, ao falar da irmã pontua que “ela é uma das pessoas dessas que não não ela digamos que talvez não seja não pratique muito as coisas que ela pensa assim do ponto de vista político” (Informação verbal, Entrevista IV). Segundo Pollak (1992, p. 2) é perfeitamente possível que por meio da socialização política ocorra um fenômeno de identificação com determinado passado, como uma espécie de memória herdada.

Partindo dessa lógica, afirmativas do entrevistado como sobre a marca deixada pelo passado do avô paterno e a caracterização de Carlos como sendo um “personagem importante” (Informação verbal, Entrevista IV), demonstram um processo de reflexividade no que se refere à participação política do avô, fazendo com que a trajetória desse antecessor possa também representar a vinculação de um sentimento de admiração. Pereira e Mourão (2012, p.92) salientam que a lembrança dos antepassados pode agir fortemente na estrutura cognitiva dos indivíduos, em razão de que a origem familiar é tida

como uso social por todas as tradições repassadas, agindo como transmissão de saberes. Por consequência, os novos membros dessa linhagem articulam essas ferramentas simbólicas e transmitem-nas através de seus próprios discursos em determinados campos sociais, o que poderia justificar, no caso de Paulo, o protagonismo da trajetória do avô ao longo de seu relato.

Pela mesma lógica, em um estudo sobre o envolvimento político em grupos de extrema-direita, Köttig (2004) identificou que a entrada de uma de suas entrevistadas em um grupo desse gênero demonstrava relação com a identificação e romantização da figura do avô e de sua trajetória de vida, de modo que as interpretações da informante fazem com que “a visão do mundo do avô e o passado transmitido à jovem assumam para ela relevância biográfica” (ROSENTHAL, 2014, p. 31). Nesse caso em específico, segundo Rosenthal (2014), seria o próprio tipo de estrutura biográfica e familiar da informante o que teria criado condições propícias para seu engajamento em movimentos políticos de extrema-direita, atuando conjuntamente com outros elementos.

Ao retomar os anos iniciais da trajetória de vida apresentada por Paulo, torna-se contundente afirmar que em seu cotidiano familiar informações envolvendo o universo político sempre estiveram presentes, um exemplo nesse sentido trata-se de memórias relatadas pelo entrevistado sobre experiências ocorridas quando o mesmo tinha cerca de apenas seis anos de idade. Dentre suas referências, encontram-se desde conversas acerca da participação direta ou indireta dos membros de sua família até o acesso à notícias em mídias impressas ou televisionadas. Por esse ângulo, Pereira e Mourão (2012, p. 98) ponderam que durante o percurso da socialização dos indivíduos, a política pode tornar-se permeada de significações subjetivas, na medida em que o ator social interage através das informações que adquire por meio das experiências vivenciadas.

No que diz respeito ao envolvimento político dos pais, Fuks (2011) assinala que esse aspecto afeta duplamente na participação política dos filhos, tanto de forma direta como indireta, isto porque o fenômeno motiva, nesses casos, a aquisição de informação política, propiciando que um ambiente familiar participativo tenha tendência “a ser politizado, ao estimular conversas e a busca de informações políticas nos meios de comunicação, as quais conduzem ao comportamento mais participativo” (Idem, p. 162). Além disso, a leitura dos dados de Fuks (2011) também revela que variáveis clássicas como a classe social dos pais, a escolaridade e o tipo de escola em que o filho estuda, na

verdade, não possuem relação com a participação política dos filhos e que os fatores que mais importam são a participação dos pais, a exposição à informação e a eficácia política subjetiva. Dialogam nesse sentido as considerações de Rosenzweig (1957 *apud* Alcântara, 2016), que ao definir razões significativas para explicar a entrada dos indivíduos na política, atribuiu entre elas a disposição de “uma certa experiência prévia proveniente do ambiente familiar” (ALCÂNTARA, 2016, p. 107).

Sobre os processos de socialização vivenciados pelos indivíduos sociais, Peter Berger e Thomas Luckmann (1974) sustentam que esse percurso é estabelecido a partir de uma interiorização das regras e dos valores de uma determinada comunidade, com a introdução de um ator no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela. Dentro da socialização ocorrem, segundo os autores, dois processos: a *socialização primária* e a *socialização secundária*. O primeiro acontece durante o período da infância e o segundo, posteriormente, quando o mesmo é introduzido em novos campos do mundo em que faz parte. No que se refere especificamente à *socialização política*, utiliza-se o termo para designar o processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos ou sobre o processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações (SCHMIDT, 2000).

A socialização política compreende “aqueles processos de desenvolvimento através dos quais as pessoas adquirem orientações políticas e padrões de comportamento” (EASTON E DENNIS, 1969, p. 7 *apud* SCHMIDT, 2000, p. 56) Os estudos voltados para a temática da socialização de caráter político possuem como objetivo principal auxiliar explicações sobre aspectos como a formação, a persistência e a mudança das atitudes e orientações políticas prevalentes em determinado sistema e contexto político (SCHMIDT, 2000), além de também contribuir para o entendimento acerca da “interiorização dos códigos necessários ao ingresso na atividade política” (PEREIRA E MOURÃO, 2012, p. 91).

Quando relacionados os referentes conceitos com as disposições apresentadas pela biografia de Paulo, demonstra-se que a internalização de códigos de caráter político pode ser observada como fruto de sua socialização primária proveniente especialmente de seu ambiente familiar. Nesse contexto, informações sobre atitudes e comportamentos voltados para o assunto encontravam-se disponíveis em seu cotidiano ainda na infância, através das informações anteriormente exploradas. Pereira e Mourão (2012)

complementam que a familiarização com a política na primeira infância permite ao indivíduo uma socialização que proporciona um primeiro contato com valores, práticas e hábitos provenientes deste meio, trazendo à tona sentidos e significados das posições e posturas simbólicas adquiridas pelo sujeito, que ocupa em sua infância uma posição singular e confortável pela possibilidade de socialização primária muito próxima de pessoas que tiveram relações com o ambiente político.

No percurso das socializações, os atores transitam por espaços em que aprender sobre significados da política através dos membros da família se manifesta como “uma realidade que é dada a priori para o agente” (PEREIRA E MOURÃO, 2012, p. 98). A política torna-se, assim, permeada de significações subjetivas na medida em que o indivíduo interage através do instrumental simbólico que adquire por meio de suas experiências vivenciadas, incluindo entre elas aquelas provenientes do campo familiar. Berger e Luckmann (2002) ressaltam que a objetividade do mundo institucional se espessa e se endurece para os filhos, ocasionando no desenvolvendo de um senso prático sobre as condições, possibilidades e estabelecimento em postos sociais.

Configura-se, a partir desses pressupostos, de acordo com Berger e Luckmann (2002), uma relação de pertencimento. No caso de Paulo, a sensação do pertencer pode estar vinculada especialmente a partir de sua interpretação sobre as trajetórias dos antepassados. Nesse sentido, ao contar sobre sua própria história de vida, assim como as trajetórias do avô e do pai, mesmo que demarcando informações como a de que não tivessem participado de maneira tão ativa quanto ele dentro do universo político, o entrevistado faz questão de fornecer informações sobre o envolvimento desses atores, fazendo com que sejam os principais personagens referidos ao longo de seu relato.

Paulo teve a sua iniciação no mundo da política através da participação em movimentos estudantis, passando a se envolver, posteriormente, com a militância partidária e filiando-se à um partido político que o próprio entrevistado considera como pertencente ao espectro político de esquerda. Ao realizar um comparativo da vida presente do informante com as experiências de seus familiares, tornam-se perceptíveis algumas similaridades. Em primeiro lugar, destaca-se a participação, tanto do pai quanto do avô em movimentos de cunho sindical e grevista, respectivamente. Em segundo lugar, faz-se a recapitulação de outra tradição familiar continuada: a filiação partidária, sobretudo em agremiações de esquerda, tendo como exemplos o avô, o pai e a figura

materna. As experiências de seus antecessores podem ser tidas como ancoragens referenciais que propiciaram à Paulo o conhecimento, assim como a apropriação de saberes práticos sobre as atividades políticas referenciadas em seu cotidiano.

Ressalta-se que o atual assessor legislativo poderia, ao longo de sua vida, ter feito escolhas em direções opostas às de sua composição familiar. Paulo poderia ter se filiado em partidos políticos de direita, centro ou mesmo ter se classificado como alguém apático ou avesso ou isento ao envolvimento político, sem ter se envolvido com movimentos ou partidos. No entanto, o entrevistado reproduz os saberes disponibilizados ao longo de seu processo de socialização. Seja como fruto dos conhecimentos adquiridos, do sentimento de pertencimento, do deslumbramento com momentos históricos e personagens marcantes, da influência de amigos ou de demais referências, como afirma Köttig (2016) são múltiplos os elementos aqueles a serem postulados como os fenômenos explicativos para as ações tomadas pelos indivíduos em suas escolhas gerais, assim como entre as decisões relacionadas ao mundo político.

Diante da análise desses fatores, os fundamentos principais a serem observados tratam-se do tipo de estrutura biográfica e familiar a que cada sujeito social se encontra inserido, pois através dessas informações são identificadas as condições propícias para o engajamento em determinados tipos de movimentos políticos (ROSENTHAL, 2014, p. 31). Assim, pode-se afirmar que a internalização de códigos de categoria política, encontravam-se acessíveis à Paulo dentro dessa estrutura desde muito cedo, proporcionando ao informante lembranças e ressignificações de momentos ocorridos ainda durante a primeira infância. Posteriormente, novos eventos guiam e interferem na socialização do pesquisado, fazendo com que ele próprio passe a se tornar um ator participativo através do engajamento. Nesse sentido, Berger e Berger (1975) ponderam que é preciso reconhecer que ainda que haja limites para o sucesso absoluto na socialização, uma vez que as crianças não são simplesmente atores passivos desse processo, elas passarão, ao longo de suas vidas, por novos tipos de socialização que ocorrem durante seu desenvolvimento e podem contribuir para fortalecer condições que já haviam sido internalizadas anteriormente, ao longo dos primeiros processos.

Partindo desta perspectiva, demais exemplos envolvendo a análise dos atores e de suas biografias também qualificam fundamentos importantes a serem explorados sobre o envolvimento destes indivíduos no cenário político. Entretanto, faz-se contundente

ressaltar que as trajetórias de vida e os processos de socialização, como aqueles apresentados pela reconstrução de caso feita com um informante deste estudo, não podem ser generalizados, isto porque cada ser humano possui uma história única, com motivações, acontecimentos e contextos que fazem com que adquiram significados que lhes são próprios. A demonstração de exemplos sobre o envolvimento político de outros indivíduos tem como pretensão compreender, como referem os conceitos de Berger e Luckmann (2002), a maneira pela qual campos como o familiar, se inserem como elementos de socialização entre os membros da sociedade.

Em literaturas que permearam campos sobre a cultura política, análises sobre as novas formas de engajamento cívico e a participação política apresentam como resultados comuns elementos que demonstram invariavelmente a apresentação de evidências de que as estruturas, fenômenos e processos associados aos ambientes familiar têm consequências substantivas no comportamento político do jovem e, futuramente, do adulto. Pesquisas nesse sentido reforçam também a tese de que as vantagens asseguradas por fatores estruturais (recursos, oportunidades etc.) só são convertidas em participação política quando há motivação individual (FUKS, 2011).

Da mesma forma, na área da psicologia vocacional posições teóricas têm buscado identificar a orientação profissional dos atores sociais e uma das variáveis exploradas pela teoria da área concentra-se, justamente, nos fatores familiares, uma vez que estes “impõem uma parte importante no processo de impregnação da ideologia vigente” (NEPOMUCENO E WITTER, 2010). Na opinião dos participantes da pesquisa realizada por Nepomuceno e Witter (2010, p. 21), as principais fontes de influência na decisão profissional eram indicadas como sendo a família, colegas, outros familiares, irmãos e professores. Machado (1980) também salienta que a família está normalmente incluída entre uma das mais importantes forças atuantes sobre “a inculcação de valores políticos nos jovens” (Idem, p. 21) e que as outras agências são consideradas como os parentes, amigos, vizinhos, meios de comunicação de massa e grupos secundários de vários tipos, além do próprio governo, quando ocorrem momentos especialmente importantes tais como eleições.

Ao investigar o tema, Pereira e Mourão (2012) exploram a construção social dos sujeitos, o modo como ocorrem os seus aprendizados e as influências sociais que posicionam os indivíduos em espaços políticos. Os autores analisaram a biografia de um

deputado a partir dos conceitos de socialização de Berger e Luckmann (2002) e como resultado, identificaram que a atividade exercida pelo parlamentar fazia parte de uma tradição familiar que vinha sendo reproduzida por muitos de seus antecessores, aspecto que, de acordo com os autores, pode ser capaz de explicar a inserção desse político em um conjunto de práticas familiares que garantiam a coesão, a reprodução e manutenção da identidade política familiar na qual o deputado também é membro integrante.

Assim como uma “empresa política” a família apresentou-se como uma poderosa estrutura de apoio para o jovem aspirante a legislador. (...) Notou-se que o processo de profissionalização política começou muito antes do jovem se lançar na candidatura como deputado estadual, através de um processo de interiorização de saberes que remete com grande força ao ambiente familiar no qual avô, tio e pais já possuíam inserção na política partidária (PEREIRA E MOURÃO, 2012, p. 107)

Durante as entrevistas semi-estruturadas aplicadas com os chefes de gabinete, informações sobre os aprendizados repassados pelo grupo familiar também foram expostos por Francisco e Simone. No caso de Francisco, o informante, atualmente filiado à um partido conservador, reconhece ele próprio sobre seu envolvimento como um fruto proveniente de seu *background* familiar. Afirmativas como “eu sou da minha formação” e “eu me criei com aquela formação” demonstram a interpretação do informante sobre os significados que confere, ao olhar para os seus antepassados, acerca de seu momento presente. Assim como no caso de Paulo, no relato de Francisco o pai e o avô são as figuras referências do núcleo familiar:

Eu sou da minha formação anterior familiar: meu pai era da UDN [União Democrática Nacional], não era nem membro filiado, mas era admirador da UDN. UDN era um partido meio radical, meio extremado de direita assim. Carlos Lacerda e outros né. Eu me criei com aquela formação. O meu avô gostava do PSD [Partido Social Democrático], o pai dele né, o pai do meu pai, gostava do PSD, eram partidos afins. Quer dizer, partidos de centro-direita né. (Francisco, Informação verbal, Entrevista II).

Diferentemente dos demais, para Simone, a personagem de referência preponderante concentra-se na figura materna. A chefe de gabinete afirma que a mãe, extensionista rural, (profissão que desempenha importante papel governamental⁴⁴), tinha o hábito de se envolver com diversos tipos de ações sociais, além de ser integrante do Clube de Mães (Programa Social) e de associações de pequenos agricultores. Simone

⁴⁴ O Congresso Nacional criou, inclusive, uma Lei (12.386) que têm por objetivo reconhecer o valor desses profissionais em função de atuarem diariamente com produtores rurais que contribuem efetivamente para a implementação das políticas públicas desenvolvidas pelo governo do Estado, estimulando a organização social, cultural e a geração de renda, e dividindo-se entre as áreas econômicas, sociais e ambientais (HYASHIDA, 2013).

acompanhava a mãe desde criança durante sua participação nessas atividades fazendo com que, nas palavras da própria entrevistada, isso resultasse em acessos e proximidade com trabalhos de cunho social. Como afirma a informante: “isso era uma coisa que me influenciou bastante”, “de trabalhar com as pessoas assim né para melhorar a vida das pessoas” (Informação verbal, Entrevista I).

Como anteriormente assinalado, para cada indivíduo existem experiências que lhes são próprias. Assim, a estrutura do ambiente familiar de cada ator distingue-se, tal como as suas interpretações em relação à trajetória de seus antecessores. Independente disso, em todos os casos, no processo de socialização política a esfera familiar permite acessos à distintas informações que podem agir como representações simbólicas para a motivação dos atores, ou mesmo para o distanciamento, nos casos aos quais as interpretações sejam de caráter negativo. Fuks (2011, p. 147-148) salienta que o debate acerca do papel familiar na aquisição de conhecimento, na formação das atitudes e no padrão de comportamento político reitera, constantemente, que esse campo é considerado como um dos ambientes definidores nesse processo, fazendo com que a participação dos pais tenha efeito direto para o engajamento dos filhos.

Os conhecimentos aos quais os atores têm acesso através do campo familiar são conceituados também como uma espécie de linguagem. Berger e Luckmann (2002) ponderam que a linguagem usada na vida cotidiana fornece continuamente as objetivações nas quais os indivíduos adquirem sentido e dão significados às suas vidas. O estudo de Kuschnir (2000) descreve a socialização de uma informante que manteve a tradição familiar em cargos políticos. A parlamentar, que havia convivido, desde muito cedo com campanhas, mandatos, partidos, perseguições políticas, disputas e alianças, embora durante a juventude não tivesse contato direto com a profissão do pai, cresceu aprendendo, “aqui e ali a gramática da vida política” (Idem, p. 58). Há, portanto, no ambiente político, assim como em todas as outras esferas, uma linguagem comum, repassada através dos saberes cotidianos dos sujeitos sobre seus espaços, instrumentos, técnicas e teias de relações propiciadas.

Vivo num lugar que é geograficamente determinado; uso instrumentos, desde os abridores de lata até os automóveis de esporte, que têm sua designação no vocabulário técnico da minha sociedade; vivo dentro de uma teia de relações humanas de meu clube de xadrez até os Estados Unidos da América, que são também ordenados por meio do vocabulário (BERGER e LUCKMANN, 2002, p.38-39).

Nos exemplos referenciados por Pereira e Mourão (2012) e Kushnir (2000), os informantes são parlamentares que tem na carreira dos antecessores vínculos que adquirem peso na tentativa de continuação da tradição de atividade profissional. No caso específico de Paulo, no entanto, não havia em seu campo familiar uma tradição voltada para a política em âmbito profissional. Apesar disso, em suas relações familiares, também se encontravam costumes e hábitos comuns, como as conversas sobre o tema, a filiação partidária familiar, o envolvimento em movimentos, o interesse pelos candidatos das campanhas eleitorais ou mesmo a leitura de notícias, mesmo que não fossem, durante a adolescência, as prioridades em termos de ordem (primeiro o futebol, depois o rock'n'roll e apenas por fim o mundo da política). Elementos nesse sentido faziam parte da realidade cotidiana do entrevistado ao longo de seu processo de socialização primária, fazendo com que palavras como sindicatos, greves, movimentos, ditadura, partidos políticos, dentre outras sempre estivessem em situações do vocabulário familiar, ocasionando em sua aproximação com os termos.

Assim sendo, enquanto os informantes de Pereira e Mourão (2012) e Kuschnir (2000) seguiram caminhos voltados para a carreira política, à exemplo de seus pais, o chefe de gabinete também se guiou pelos passos dos seus, apenas por intermédio de vias distintas. O entrevistado não é “filho de chefe de gabinete” assim como os “filhos de parlamentares”, no entanto, também reproduz alguns de seus passos: ao filiar-se em partidos do mesmo espectro ideológico, ao participar da vida política através de movimentos e ao simples interesse pela temática, elemento preponderante para que se efetivem as motivações dos sujeitos na escolha de seus rumos profissionais.

Como afirma Alcântara (2016), a ambição política dos atores pode estar inclusa em variáveis de socialização política que tendem a influir e determinar perfis, como, por exemplo, a frequência com que falava de política em casa quando jovem e a presença ou não de familiares na política, sendo estas variáveis aquelas que “ajudam a medir o efeito que a família como agente de socialização política pode ter exercido” (Idem, p. 116). Para o autor, portanto, “a socialização familiar desempenha um papel importante no sentido de incentivar o indivíduo a entrar na política” (Ibidem, p. 119). No mesmo sentido, Fuks (2011) complementa que os fatores de natureza motivacional atuam como indicadores da participação na vida política adulta dos indivíduos e que possuem propensões socialmente

estruturadas, dependendo, em grande medida, do tipo de família a qual os membros da sociedade fazem parte.

Easton e Dennis (1969 *apud* Nicoletti, 2013) foram considerados como autores fundamentais na demonstração de que a socialização política dos indivíduos é iniciada, via de regra, durante a infância dos atores, permeada por uma rede de instituições que inclui a família. Dentro da instituição familiar afirma-se que seria muito surpreendente se a participação dos pais não se constituísse como um dos mecanismos decisivos da socialização dos filhos, no sentido de que dentro deste ambiente são eles os responsáveis pelo estímulo desse envolvimento (FUKS, 2011). No que se refere à transmissão intergeracional da participação política a partir da análise dos ambientes socializadores, casos como dos entrevistados Paulo e Francisco, assim como dos informantes de Köttig (2004) e de Pereira e Mourão (2012) demonstram que essa preponderância se refere, para além, não somente à participação dos pais, incluindo também a figura do avô como importante personagem nesse processo.

Segundo DaMatta (1987) a palavra “família” vem carregada de valores que podem nortear diversos tipos de representações. Quando falamos, por exemplo, que aquela é uma “família de políticos” ou “família de comerciantes”, uma “família de gente simples” ou uma “família de gente importante”, não estamos considerando os indivíduos membros dessas instituições de modo separado, mas como parte de um mesmo grupo — o grupo familiar. Assim, mesmo com diferentes estilos de vida, todos possuem normas de conduta, hábitos e linguagens próprias do âmbito familiar. Por isso, não seria surpresa se os membros de famílias de comerciantes, por exemplo, contassem ter escutado afirmações no sentido de que atuar na área de comércio seria uma “tradição de família” ou que naquele núcleo todos possuem “sangue de comerciante” ou ainda que a condição de ser comerciante qualifica-se, simplesmente como “coisa de família”.

No que diz respeito à situação biográfica de Paulo, não foram citados antepassados com participação na política em termos de atividades profissionais. Exercer a política como profissão não seria, nesse sentido, considerada ao chefe de gabinete como uma “tradição de família”. Por outro lado, a aproximação do assessor com conceitos, linguagens e saberes sobre o assunto vieram, durante seu processo de socialização primária, especialmente de histórias, conversas e ações de seu cotidiano provenientes do próprio modo de constituição de sua estrutura familiar. Schutz (1967) afirma que toda a

ação individual se encontra sob um conjunto de informações fornecidas por interações humanas e que podem ser repassadas sobre fatos ocorridos ainda anteriores ao nascimento dos atores, através de seus ancestrais.

O autor sustenta que essas considerações constroem um estoque de conhecimento assegurado aos indivíduos, que atua como um quadro de referências que pode influir em suas interpretações, visões de mundo, significados e processos de ação. Assim, no caso de Paulo, mesmo que a atividade profissional em cargos de cunho político não pudesse ser considerada como uma “atividade de família”, o estoque de conhecimentos adquiridos pelo informante durante o seu processo de socialização, propiciaram-no o acesso à informações sobre diversas categorias pertencentes ao universo político. Desta forma, mesmo que a política não estivesse centrada em atividades profissionais ao longo da vida de seus antecessores, a política em si, fosse como código de linguagem, referência histórica ou à nível de informação, sempre se constituiu, de algum forma, como “coisa de família” em seu âmbito familiar.

3.2 Espaços de socialização secundária e indicadores de recrutamento

No processo de socialização secundária, os indivíduos são expostos à espaços que permitem a assimilação de novos códigos e símbolos, fazendo com que adquiram diferentes tipos de aprendizados (BERGER E LUCKMANN, 2002). Nas estruturas dos ambientes socializadores, elementos como a exposição à informação, o interesse por política, a eficácia política subjetiva e a propensão a expressar publicamente opiniões dependem da motivação e da iniciativa dos sujeitos (FUKS, 2011). Partindo disso, a presente seção intenta identificar como os atores pesquisados iniciam sua inserção e envolvimento com a política ao longo de suas trajetórias. Assim, indicadores como o engajamento em movimentos sociais, a participação partidária, a formação educacional, as experiências profissionais e as relações de amizade podem ser explorados a fim de avaliar também sobre o acesso ao cargo de chefia de gabinete.

Acerca do engajamento em movimentos políticos e partidários, alguns assessores contaram sobre suas experiências, como no caso de Paulo, que durante a adolescência se torna membro da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), passando a fazer parte da diretoria da UBES entre os dezessete/dezoito anos de idade. De acordo com o entrevistado, a experiência oportunizou a sua participação em congressos, reuniões e viagens, caracterizando-se como um processo de imersão profunda. Posteriormente,

quando entra para a universidade, passa a atuar também como membro do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e, aos vinte e quatro anos se torna Coordenador Geral do DCE, além de também atuar como representante discente no Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). O informante, como visto, teve um envolvimento ativo como membro da universidade, exercendo papéis de liderança e responsabilidade em mais de uma organização de caráter estudantil.

Antes do envolvimento com movimentos estudantis, o entrevistado já havia iniciado a sua participação partidária como o que conceitua de militância de base, realizando tarefas tais como a distribuição de panfletos, a participação em bandeirações e em comícios, tendo participado, inclusive, da campanha eleitoral de um conhecido político de seu estado de origem. Posteriormente, Paulo decide filiar-se ao partido político do qual já se encontrava envolvido em atividades. Percebe-se que seu engajamento acontece rapidamente e a partir de distintas esferas, dado que entre cerca de dois anos, envolve-se não apenas com movimentos estudantis, como também com partidos — através da filiação e da participação em campanhas políticas. O informante conta ainda que o período lhe oportunizou diversos acessos, ocasionando em seu contato com pessoas reconhecidas dentro da esfera política como alguns nomes de vereadores e ex-candidatos à presidência citados.

Fuks (2011) salienta que em média, um indivíduo na faixa etária de quatorze a dezesseis anos participa muito pouco de atividades políticas típicas da vida adulta, como aquelas associadas ao mundo do trabalho e às eleições, sendo mais provável que sua participação, quando ocorra “seja concentrada em atividades estudantis” (Idem, p. 149). Além disso, o autor também ressalta que esse processo de socialização política não gera efeitos imediatos, onde grande parte ocorre apenas durante a vida adulta. Nicoletti (2013) também assinala que muitos são os indivíduos que passam pelo processo de socialização política somente em um estágio mais avançado da vida, quando ambientam-se em outros espaços, como o próprio ambiente de trabalho. Quanto ao adolescente, este encontra-se em um estágio em que algumas atividades tradicionais não são consideradas ou mesmo facultadas a ele (FUKS, 2011).

Referentes considerações, ao mesmo tempo em que dialogam com a trajetória de vida do entrevistado, por outro lado, não podem ser relacionadas. Em concordância encontra-se o fato de que seu processo inicial de envolvimento participativo ocorre, de

fato, por meio de atividades estudantis. No entanto, por outro lado, não estão em consonância no que diz respeito à faixa etária referida por Fuks (2011), uma vez que, aos dezesseis anos de idade, ainda durante a adolescência, Paulo já participava de campanhas políticas, mesmo que através da militância, atividade referida pelo autor como típica da vida adulta. Além do mais, o informante encontrava-se inserido no ambiente político ainda anteriormente aos seus primeiros contatos no sentido profissional, que se dariam apenas em período posterior.

No caso de Simone, que se considera como uma defensora dos direitos das mulheres, a entrevistada afirma que a mãe dizia que a filha “era feminista desde criança” (Informação verbal, Entrevista I). No entanto, a informante conta que na cidade em que vivia não haviam movimentos sociais. De acordo com a chefe de gabinete, na escola não existiam atividades como grêmios estudantis. Ainda assim, Simone ressalta que durante a adolescência fazia questão de participar de tudo o que pudesse, como grupos de música, de teatro e jornal. Além disso, teve também participação no movimento escoteiro. Sobre essa experiência, a entrevistada pondera que por mais que atualmente não concorde muito com o escotismo ou com o conceito de “Deus, Pátria e Família”, naquele período a participação como escoteira teve importância porque oferecia “batente noção de cidadania de né como pode ser o papel do cidadão de ajudar nas coisas mais diretas, mesmo que seja uma campanha de vacinação, que seja arrecadar alguma coisa né” (Informação verbal, Entrevista I).

A entrevistada assinala que posteriormente, quando inicia um curso de graduação na universidade, sabia de antemão que faria parte de um movimento estudantil e durante o processo participou do Diretório Central dos Estudantes (DCE) como coordenadora, tesoureira e também secretária, fazendo parte de todas as gestões durante o período em que se encontrava na universidade. O envolvimento de Simone com o movimentos estudantil teve como consequência o seu primeiro contato com a parlamentar para quem trabalha, o que resultou na construção de uma relação de amizade entre as duas. O primeiro contato de assessores com políticos nesse tipo de movimento não se considera como um fenômeno incomum. Cerqueira (2013, p. 68) identificou alguns casos, como de um assessor de cargo comissionado que trabalhava na Assembleia Legislativa do Maranhão, filiado ao PCdoB que nunca havia trabalhado lá, tendo exercido o primeiro contato com o parlamentar junto à movimentos sociais.

Eu sempre soube que ia fazer parte do movimento estudantil então assim no primeiro semestre eu já me envolvi com diretório acadêmico, já fui para um Congresso da UNE em Goiânia, tipo no primeiro semestre da faculdade já tava, não conhecia quase ninguém mas já tava metida no movimento estudantil, inclusive foi quando eu conheci a [Patrícia] né, que é a vereadora que eu trabalho hoje (Simone, Informação Verbal, Entrevista I).

Sobre a iniciação de Francisco, o chefe de gabinete informa que sempre teve interesse por política e que ao longo de sua trajetória fez parte de diversos tipos de atividades, como movimentos de rua, movimentos de bairro, tendo participado também como membro da diretoria de um grêmio estudantil. O informante, que se considera como um católico praticante, ressalta que o motivo que o levou a retornar aos movimentos foi sua entrada na Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) quando atuava como gerente. Nessa associação, eram oferecidos diversos tipos de cursos de formação para empresários e um deles era voltado para “chamar o cristão para a sua responsabilidade social e política” (Informação verbal, Entrevista II).

Havia, além disso, a realização de uma palestra, que tinha como pauta o *Compromisso Social e Político do Cristão*, baseada na Doutrina Social da Igreja. O assessor conta que passou a participar da associação de maneira mais ativa e, além de assistir às palestras e aos cursos, também acompanhava o grupo em viagens e participava do gerenciamento. O chefe de gabinete ministrou palestras da associação por diferentes lugares dentro do Brasil e também em outros países, como Uruguai, Paraguai e Venezuela. O entrevistado assinala que o princípio geral da associação encontra-se baseado no argumento de que “não basta tu ser cristão, não basta tu ser empresário, porque tu tem que assumir a tua responsabilidade social, né, e tem que assumir a tua responsabilidade política” (Informação verbal, Entrevista II).

A gente pregava o dever que tinha o cristão de assumir a política. Porque a política, vamos reproduzir um dos papas, o Pio XII, é o meio mais inteligente de se realizar o bem-comum. É pela política, porque é pela política que a gente estabelece os direitos e os deveres. É pela política que a gente faz com que essas coisas funcionem, que a gente diz os direitos e os deveres. A cumprir com os direitos e deveres aí tá tudo ótimo, não cumprir com os deveres aí tem que, ele tem que sofrer algum tipo de sanção. O cara te assaltando na rua ele tem que, não vai dizer “ahhh, coitado do cara, tava com fome, não sei o que lá”. Não, ele tem que sofrer algum tipo de sanção porque ele levou um direito teu né (Francisco, Informação verbal, Entrevista II).

Francisco salienta que ainda faz parte como membro da associação e relaciona sua participação na ADCE com o cargo profissional que exerce atualmente. De acordo com o informante, a base da doutrina social da igreja católica possui o mesmo princípio

que a atividade política: a busca pelo bem comum. Foi durante o seu envolvimento no grupo que o entrevistado conheceu o parlamentar para quem trabalha atualmente: “chegou um pouco depois de mim, mas nós fizemos amizade, uma amizade muito boa e daí quando ele veio ser vereador ele me convidou: ‘vai me ajudar, vai me ajudar’” (Informação verbal, Entrevista II). De acordo com o assessor, não somente ele e o vereador, como todo o gabinete possui essa mesma formação: “Nós somos católicos e somos praticantes, né, Miguel [vereador] e eu e outros colegas aqui, esse gabinete é todo de católico e todo de gente que partiram de movimentos também” (Idem). O propósito do mandato, segundo o entrevistado trata-se de “cristianizar a política”, trazendo “os princípios do cristianismo para dentro da política” (Ibidem).

O informante assinala que grandes figuras da política participaram dos grupos de formação da associação e que mistura o relato sobre o gabinete e a ADCE porque, segundo o chefe de gabinete, “uma coisa é extensão da outra né, a nossa função aqui veio a partir da ADCE, então esse é o nosso caminho. Esse é o nosso guia. Esse é o nosso procedimento” (Informação verbal, Entrevista II). Francisco mostra em uma prateleira, que dentre as obras que usa como base no cotidiano de trabalho “tem da Constituição à doutrina social da igreja” (Idem), além de demais escritos de fundamentação religiosa que são para consultas diárias; “a gente toma, se vale, digamos assim, do que está doutrinariamente escrito aí para poder fazer as coisas adequadamente (...) nós tiramos do pensamento cristão as implicações para a vida prática” (Ibidem).

Na esfera política institucional a trajetória destes indivíduos em movimentos políticos distintos pode possuir reflexos nos processos de seleção, uma vez que a escolha dos cargos em comissão é definida pelo próprio parlamentar. Lopez (2015) afirma que o processo faz parte da politização da gestão política, isto porque politizar pode significar nomear pessoas com base em afinidades partidárias e ideológicas. Referente concepção se estende para o escopo de estratégias de controle político sobre a nomeação de funcionários, retratando “a inclusão de grupos com preferências e orientações ideológicas mais definidas” (Idem, p. 23).⁴⁵ No caso francês, assim como em outros países, Campbell e Laporte (1981) afirmam que os parlamentares procuram por assessores que tenham uma mesma natureza partidária e de orientação política.

⁴⁵ O autor refere ainda que não há relação necessária, ainda que frequentemente possa haver associação entre politização, patronagem e clientelismo político (LOPEZ, 2015).

A própria forma de organizar a seleção competitiva para ingresso nas carreiras da burocracia é uma forma de politização, uma vez que as seleções nunca são neutras em relação aos perfis desejáveis, que se persegue definindo características do processo seletivo (LOPEZ, 2015, p. 23).

Em seu estudo, Cerqueira (2013) identifica que 38,60% dos assessores parlamentares entrevistados pela autora haviam participado e atuado de alguma maneira em movimentos sociais, fossem sindicais, religiosos, culturais e/ou político-partidários. Sobre a experiência prévia em movimentos, um dos informantes afirma que foi justamente a trajetória de militância em movimentos sociais, assim como a política partidária o que de certa maneira o guiou à determinados rumos específicos, fazendo com que chegasse ao cargo que exerce atualmente. Silva (2013) pondera que a vida pregressa de um homem, bem como sua identidade pessoal está intimamente ligada a sua identidade política, afinal, somos todos classificados pela nossa “linhagem, clã, família, metade, clube, associação, etc.” (DAMATTA, 1979, *apud* SILVA, 2013, p. 51).

Além da vinculação dos chefes de gabinete entrevistados com a militância partidária e os movimentos políticos, convém referir a formação educacional destes atores, uma vez que a educação confere-se como outro dos meios socializadores, posto que durante esse processo os atores adquirem novos tipos de saberes e relações. Fator também contundente são as normas institucionais da Câmara Municipal, que exigem o Ensino Superior Completo para a contratação dos chefes de gabinete, sendo o único cargo de assessoria parlamentar em que a formação de curso superior é requisitada⁴⁶.

Em relação aos cursos de preferência, refere-se a graduação em Direito como uma das mais comuns entre assessores (GASTRON, 2001; CERQUEIRA, 2013). Um dos informantes com quem realizei contato inicial mencionou que conheceu o parlamentar para quem trabalha durante a faculdade de direito e que ambos eram colegas e hoje encontram-se formados na área. O chefe de gabinete alertou que possivelmente eu encontraria, ao longo da pesquisa, muitos outros assessores com a mesma formação, uma vez que as funções do cargo exigem tarefas de cunho jurídico e que necessitam de conhecimentos técnicos bastante específicos. Como postulado em capítulo anterior, a formação em direito tem papel fundamental sobre a decisão de quem realiza a formulação

⁴⁶ As exigências de todos os assessores parlamentares em relação à formação educacional se apresentam da seguinte forma: Assessor Parlamentar (Sem exigência de formação requerida), Assessor Especial (Ensino Médio Completo) e Supervisor de Gabinete Parlamentar (Ensino Superior Completo).

de normativos, assim como as demandas trazidas pela população também podem envolver a necessidade de auxílio de caráter jurídico.

O saber jurídico se constitui como uma ferramenta de trabalho amplamente encontrada no mundo da política, tanto entre os parlamentares, quanto entre assessores. Bresser-Pereira (2001) afirma que ainda durante o período imperial a absoluta maioria dos ministros, conselheiros e deputados tinham formação jurídica. Em relação aos assessores, a análise dos dados quantitativos de Gastron (2001) sobre a formação educacional aponta que, dentre os assessores pesquisados⁴⁷, 47% dos assessores de senadores e 44% dos assessores de deputados obtiveram sua formação em direito. No estudo realizado por Cerqueira (2013), a autora identificou que, dentre os 77,2% assessores parlamentares com formação superior, 68,19% dividiam-se entre as áreas do Direito, da Administração ou da Comunicação, expressando assim, “uma composição de profissões que parecem ajustadas aos saberes valorizados no exercício das atividades parlamentares” (CERQUEIRA, 2013, p. 48 - 49).

Albuquerque (2009, p. 31-32) evidencia em sua pesquisa que o trabalho dos assessores parlamentares “é dividido por área de atuação ou área de conhecimento”. Apesar dessa predominância, há ainda um número significativo daqueles cuja formação não se relaciona imediatamente com esses saberes, advindos de campos como enfermagem, fisioterapia, biologia, psicologia, contabilidade e indústria (CERQUEIRA, 2013). No estudo de Cerqueira (2013) identificou-se, inclusive, um ex-jogador de futebol trabalhando como assessor parlamentar. Segundo a autora esses dados podem indicar um recrutamento baseado em outros princípios para além da valorização da formação ou em um uso variado dessas inserções profissionais. Como exemplo, a autora aponta que observou bacharel em administração atuando como digitador, bacharel em direito atuando como motorista e chefe de gabinete formado em pedagogia.

Em capítulo anterior, relações entre a formação educacional e as tarefas desenvolvidas nos gabinetes já haviam sido referenciadas pelos próprios informantes. No discurso de Francisco, formado em administração, o chefe de gabinete pondera que suas atividades tem como referência as funções características dos administradores, sendo elas planejar, organizar e controlar. No mesmo sentido, Margarete, também formada em administração, afirma que o papel que desempenha no gabinete é, sobretudo, de gestora.

⁴⁷ Os dados se referem aos assessores parlamentares argentinos (GASTRON, 2001).

A formação em Comunicação permitiu com que Simone se utilizasse dos saberes de formação para o trabalho em campanhas políticas. Sua formação também se refletiu nas funções exercidas durante a primeira experiência que desempenhou no gabinete, isto porque a assessora trabalhava sobretudo no atendimento e nas redes sociais da vereadora, se envolvendo com funções de caráter político somente em momento posterior. Assim, nas palavras da informante, “a minha formação em comunicação sempre ajudou” (Simone, Informação verbal, Entrevista II).

Apesar de sua importância, a formação educacional não pode ser evidenciada como um critério determinante para as atividades desenvolvidas pelo cargo de chefia de gabinete. Assim como aconteceu com Simone, um assessor pode ser contratado inicialmente para o desenvolvimento de tarefas específicas e, posteriormente, ser promovido ou deslocado para outra posição ou aprender sobre determinadas tarefas ao longo da experiência de trabalho no gabinete. Em razão da não existência de normas que determine especificidades sobre conhecimentos técnicos específicos, os critérios livres de seleção no recrutamento, nesse sentido, refletem a diversidade de perfis entre esses assessores, sendo identificados distintos tipos de formações.

Além disso, mesmo que o trabalho do gabinete apresente necessidades de caráter técnico, os parlamentares podem dividir os assessores e funcionários de acordo com suas preferências, podendo contratar pessoas específicas para as atividades, como os próprios casos de assessores jurídicos e legislativos, formados em direito e selecionados para tarefas de cunho jurídico. Assim, enquanto em um gabinete é possível encontrar um chefe de gabinete que tenha suas atividades consideravelmente voltadas para tarefas envolvendo normativos, no gabinete vizinho, o chefe de gabinete pode se encontrar muito mais envolvido com afazeres relacionados à área da comunicação.

Desta forma, assim como argumenta Albuquerque (2009), as áreas de atuação dos assessores, no gabinete, são complementares. Dependendo da forma de organização dos gabinetes, portanto, a formação educacional desses assessores pode encontrar-se majoritariamente vinculada às suas atividades, como demonstrado através do exemplo de Margarete, que afirma não possuir responsabilidades de caráter jurídico, desenvolvendo sobretudo o papel de administradora, assim como em outros casos, porém, as habilidades podem ultrapassar os saberes obtidos apenas através da formação educacional, misturando-se com o conhecimento acumulado ao longo de outras experiências, como a

própria atuação profissional no cargo de assessoria e em outros contatos prévios com o universo político.

Foram identificados que dois dos chefes de gabinete que encontram-se há mais tempo trabalhando na *Casa* são aqueles com maiores currículos de formação educacional. No primeiro caso, o chefe de gabinete é formado em administração, publicidade e psicologia, tendo três cursos de pós-graduação, um em cada uma de suas áreas de formação, além de uma formação militar com ênfase em direito. No segundo caso, o assessor possui formação em Administração, uma pós-graduação no mesmo curso, outras três formações em economia, contabilidade e jornalismo, além de uma graduação interrompida em engenharia. De acordo com o assessor, a opção por essas áreas se deram pela relação com as funções que o assessor desempenhava quando exercia cargos na Prefeitura. Foram identificados, ao todo, um total de dez cursos de graduação entre as formações dos chefes de gabinete, sendo eles: administração, contabilidade, direito, economia, engenharia (interrompida), filosofia, história, jornalismo, publicidade e propaganda e psicologia.

No que se referem às experiências profissionais dos chefes de gabinete anteriores à conquista do posto de assessoria, identificou-se que em muitos dos casos os informantes haviam participado de campanhas políticas. Um desses exemplos trata-se de Paulo, que em razão da militância partidária foi convidado para trabalhar em uma campanha política em outro estado do país. O entrevistado afirma que a experiência fez com que estabelecesse muitos contatos com políticos e figuras históricas dentro da esquerda brasileira, como símbolos que atuaram no movimento estudantil durante o período do regime-civil militar, ex-membros da Ala Vermelha e do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8) e também ex-líderes dos Caras Pintadas. O assessor pontua que trabalhou nessa campanha durante um ano, mas que resolveu se afastar do cargo por posições discordantes dentro do partido.

Quando retorna ao estado de origem, Paulo conclui a formação no curso de História, faz uma especialização e começa a atuar na bancada do partido ao qual ainda encontra-se filiado, sendo esta a sua primeira experiência profissional na Câmara de Vereadores. O assessor afirma que já conhecia uma das vereadoras do partido através do envolvimento com o movimento estudantil. Atuando também como professor, o informante conhece Dermeval [vereador para quem trabalha], com quem passa a

desenvolver um projeto de criação de um cursinho popular. Quando um dos parlamentares do partido foi eleito deputado, Prof. Dermeval (como é conhecido) é chamado como suplente e convida Paulo para o cargo de chefe de gabinete. O assessor afirma que o mandato tem como centralidade o tema da educação.

Além de Paulo, Francisco, Simone e Margarete também trabalharam em campanhas políticas. Francisco afirma que o seu contato com essa atividade se deu através do trabalho com a área de propaganda. O assessor comenta sobre uma das campanhas em que trabalhou, assinalando que participou mesmo sabendo que o resultado seria negativo, justificando que outros partidos que à época se encontravam no auge, seu envolvimento teria se dado “mais para divulgar as ideias que a gente tem do que para fazer a campanha política” (Informação verbal, Entrevista II). Simone afirma que no período de campanha da vereadora estava em viagem para outro país, mas que participou à distância, através de e-mails e mensagens. A assessora conta que, depois disso, participou de todas as campanhas da vereadora, inclusive na função de coordenação, que significa “pensar toda a campanha, né, desde o material de divulgação até as panfletagens, tudo” (Informação verbal, Entrevista I).

Margarete, que afirma ter sempre sido ligada ao empreendedorismo conheceu o vereador em um grupo de estudos privado. Através desse contato inicial, a entrevistada teve conhecimento sobre a ideia de criação do partido e começou se envolver como voluntária antes de sua fundação. Segundo a informante, um dos objetivos tanto do partido, como do mandato trata-se de empreender na política. Margarete participou na coordenação da campanha e assinala que o trabalho foi remunerado. Nas palavras da chefe de gabinete “acho importante frisar, porque eu não queria ter compromisso de ele me convidar para nada caso ele fosse eleito (...) nossa relação foi 100% profissional, ali naquele momento e aí ele me convidou e eu vim trabalhar” (Informação verbal, Entrevista III). Tanto Simone quanto Margarete afirmaram que tiveram um papel de incentivo no momento de decisão da candidatura:

aconteceu o seguinte, ele não queria ser candidato, e aí eu era do grupo tava pressionando ele para ser (...) E aí eu tinha disponibilidade de ajudá-lo na campanha e aí ele usou isso... “ah tá, eu vou, mas tu tem que coordenar minha campanha”, aí eu fiz todo o trabalho de coordenação (Margarete, Informação verbal, Entrevista III).

(...)

o [partido x] achava que precisava ter uma representação da juventude nas eleições a vereador e a [Patrícia] ficou em dúvida se deveria ser ela, eu apoiei muito achava que ela deveria ser porque ela sempre foi uma pessoa muito abnegada à luta, às questões de militância mesmo né, era uma pessoa que conhecia muito da universidade, muito da juventude, muito política nacional também, então eu fui uma das que insistiu muito para ela fosse e aí ela aceitou o convite para ser candidata a vereadora (Simone, Informação verbal, Entrevista I).

Ao contrário de Margarete, outro dos informantes faz questão de pontuar que todas as suas participações em campanha, fosse coordenando ou auxiliando, nunca eram retribuídas financeiramente. O assessor afirma que tinha emprego e que fazia por amizade, por gostar e por entender que a causa era justa, tendo iniciado sem envolvimento com as campanhas antes dos dezoito anos de idade, em razão de que a família conhecia o prefeito da cidade onde morava. Desde então, sempre se envolveu com os candidatos em período eleitoral, incluindo, posteriormente, as campanhas do vereador para quem trabalha.

Alcântara (2016) assinala que há um maior número de atores políticos que chegam a desempenhar uma atividade através da nomeação do que aqueles que passam por um processo eleitoral. No entanto, as nomeações acontecem, muitas vezes, justamente por consequência do triunfo eleitoral de outros personagens. O autor pondera que tal peculiaridade normalmente é esquecida e recebe pouca atenção por parte dos estudiosos. Na obra *O cotidiano da Política*, de Kuschnir (2000), são demonstrados muitos casos de assessores parlamentares que iniciaram a carreira ajudando de maneira informal em campanhas eleitorais e obtendo a efetivação em um cargo de assessoria a partir da vitória eleitoral do candidato a quem auxiliaram durante a candidatura. Uma assessora entrevistada pela autora relata que depois de ter um problema resolvido pelo vereador começou a trabalhar como voluntária em suas campanhas e mais tarde foi contratada para trabalhar como assessora.

Kuschnir (2000, p. 39) salienta que alguns assessores trabalham visando recompensas futuras e que em muitos casos, existe um “acordo político” estabelecendo que as pessoas trabalham de graça, mas que “o político retribuiria depois de eleito” através da nomeação para um cargo comissionado (como em alguma assessoria) ou mesmo a efetivação nos quadros da administração pública. Referente fenômeno, entretanto, nem sempre acaba por acontecer, vide o caso de um assessor que afirmou ter ajudado uma vereadora a se eleger e que lhe fora prometido um cargo de confiança. No entanto,

posteriormente o informante teria ficado zangado com a ingratidão da parlamentar que nem um obrigado teria dito (PINTO, 2013).

Nesse sentido, a relação dos assessores na atuação em campanhas pode, em alguns casos, evidenciar uma espera pela conquista de um cargo efetivo como recompensa pelo trabalho exercido. A construção dessa relação ocorre, segundo Pinto (2013), a partir de termos como a *lembrança* e a *gratidão* que são intrínsecos ao relacionamento na política. Cerqueira (2013) complementa que alguns dos assessores podem ser contratados como uma manobra assegurada pela intenção de proporcionar um sentimento de segurança aos próprios parlamentares, no sentido de “fidelização do cliente” (Idem, p. 33), sendo um gesto de recompensa ou fidelização das bases, de forma a proporcionar ao contratado uma espécie de poder simbólico ou prestígio, dado que as concepções de política são também fundamentadas no princípio da reciprocidade.

Partindo disso, o sistema de financiamento de campanha também passa a ser considerado como um elemento importante, uma vez que se refere ao nível de gasto permitido pelos candidatos e aos fundos que podem ser públicos, assim como avaliar sua capacidade de captar recursos. Nesse sentido, a própria capacidade da equipe parlamentar se encontra em jogo, pois o êxito em uma campanha eleitoral, representado pela vitória dos candidatos, qualifica-se também como a garantia dos cargos daqueles que irão exercer o trabalho no gabinete. De acordo com Alcântara (2016):

Naqueles sistemas nos quais é permitido o financiamento privado do gasto eleitoral, a capacidade do candidato para conseguir fundos suficientes para financiar sua campanha torna-se a primeira alfândega de pedágio da entrada na política. Por tudo isso, as instituições eleitorais moldam estruturas de oportunidade que filtram, depuram e inclusive ponderam o início de qualquer carreira política e, em grande medida, sua projeção futura. (ALCÂNTARA, 2016, p. 126).

A campanha coloca em risco a continuidade da relação assessor-parlamentar, já que, em caso de uma derrota eleitoral, nenhum dos cargos encontra-se a salvo (RODRIGUES, 2009). Partindo disso, uma das possíveis relações entre a necessidade de continuidade e manutenção de cargos poderia estar vinculada às doações feitas para as campanhas dos candidatos. Dos parlamentares analisados nesta pesquisa, foram encontrados dois casos⁴⁸ de chefes de gabinete que realizaram doações durante as últimas eleições para o vereador com quem trabalham. Na prestação de contas, o nome dos chefes

⁴⁸ Os dados podem ser encontrados na prestação de contas de campanha de cada vereador. Para os fins desta pesquisa, avaliaram-se apenas as prestações da última campanha eleitoral, de 2016.

de gabinete constava cerca de duas ou três vezes, contabilizando um valor total de cinco mil reais.⁴⁹ Dados como esses podem sugerir justamente a necessidade de conseguir ou mesmo manter um cargo, uma vez que, caso o político não seja eleito, a atividade do chefe de gabinete encontra-se em risco.

Pela mesma lógica encontra-se a habilidade do assessor em conquistar apoiadores dispostos a contribuir com as doações ou, simplesmente, com votos. Como afirma Kuschnir (2000) a contratação está relacionada com a posição de mediadores, de pessoas que tenham a capacidade de colocar um bom número de moradores em contato com os vereadores. O momento da campanha torna-se, assim, uma espécie de teste ou de estágio prévio onde o assessor pode mostrar (ou não) se obtém as qualidades necessárias para seguir trabalhando com o parlamentar. A campanha coloca então em risco a continuidade da relação assessor-parlamentar, pois se condiciona como um momento-chave em que suas qualidades precisam ser provadas: a influência na comunidade, a capacidade de disputar e tirar votos de adversários, ao mesmo tempo em que “protege” os votos de seu “chefe” na área (KUSCHNIR, 2000, p. 85 - 86).

As campanhas políticas, por outro lado, não são as únicas experiências profissionais que propiciam aos atores acessos ao universo político. Um dos chefes de gabinete menciona que seu primeiro cargo foi em um Departamento Municipal, através de concurso público. O informante ressalta que foi trocando de postos ao longo do tempo e que conta hoje com cinquenta anos de experiência no serviço público. Além disso, já atuava com política na Prefeitura e posteriormente iniciou o trabalho em um gabinete como funcionário cedido, tendo assessorado até hoje cerca de meia dúzia de vereadores, assim como prefeitos, deputados estaduais e federais.

O mesmo assessor conta que tinha um tio que era muito amigo do vereador para quem trabalha e que teve o primeiro contato com o parlamentar através de uma ação em que o vereador atuou como seu advogado. O chefe de gabinete afirma ainda que trabalhando na esfera estadual e municipal conheceu muita gente e que conhece “toda a Prefeitura”. Os cargos desempenhados, como de diretor na Câmara de Vereadores, permitiram que ao longo de suas funções tivesse mais de quinhentos estagiários e que se tornasse muito conhecido no âmbito legislativo. O informante vangloria-se de que em um

⁴⁹ De acordo com a lei, as doações realizadas por pessoas físicas devem possuir um limite de até 10% do rendimento bruto do doador. As normas de doações de campanhas eleitorais estão dispostas na lei 9504/97.

dos eventos que participou, graças aos acessos, pode conhecer, inclusive, o famoso cantor internacional Mick Jagger. Em outro dos casos, o assessor informante trabalhou como chefe de gabinete para um vereador que veio a falecer dois anos depois do início do mandato. Posteriormente, assessorou o suplente e agora encontra-se trabalhando com outro parlamentar, tendo tido, portanto, duas experiências anteriores.

Para além das atividades profissionais, a própria amizade entre assessores e candidatos também pode ser fruto de recompensa quando o parlamentar conquista a vitória eleitoral. Para Rodrigues (2009), o chefe de gabinete é mais do que um simples emprego no setor público, mas também uma função usada habitualmente para recompensar seguidores e aliados da figura política, onde torna-se possível, em muitos casos, que esses cargos e outros equivalentes sirvam como forma de “recompensa a companheiros, servidores, parentes ou amigos que compõem o séquito de um chefe político. (...) São formas de recompensa de membros do círculo de apoio (Idem, p. 40).

Para Goffman (2002, p. 80 *apud* SILVA, 2013, p. 13), considera-se a afinidade um fator de extrema relevância no processo de trabalho para um ator político, já que “durante uma representação de equipe em andamento, qualquer participante tem o poder de abandoná-la ou interrompê-la por uma conduta não apropriada” (Idem) e é por isso que, “cada um é obrigado a confiar na boa conduta e no comportamento de seus companheiros, e vice-versa” (Ibidem). Nos estudos sobre gabinetes parlamentares, dentre as características definidas como essenciais para a boa convivência no exercer de funções estão a afinidade, fidelidade, lealdade e confiança (SILVA, 2013). A confiança destinada aos assessores e a suas competências e capacidades qualifica-se como aquilo que os torna como peças-chave do processo, pois são eles os responsáveis pela seleção de informação, onde “as decisões cotidianas do gerenciamento do mandato são tomadas pelo *staff*, não pelo parlamentar”. (CARLOMAGNO, 2015, p. 36).

Deste modo, não é incomum encontrar assessores que fizeram amizade com os parlamentares antes que fossem contratados. Sendo a própria relação de confiança considerada como necessária no cotidiano de trabalho, têm-se a amizade, muitas vezes, como um requisito prévio para a conquista do cargo. Albuquerque (2009, p. 30) afirma que os assessores são escolhidos pelos parlamentares justamente “em função das relações de confiança com o indicado e das relações com o próprio partido político a que pertence”. Simone afirma que ela e a vereadora são “amigas antes da política”, confirmando que

possuem uma relação de amizade estabelecida independente da relação de trabalho existente entre elas.

Desta forma, a decisão dos parlamentares ao contratarem chefes de gabinete aos quais tenham uma relação de confiança já anteriormente estabelecida, tornam-se opções mais seguras. Quando não é o caso, ainda assim, dinâmicas nesse sentido podem ser construídas e, no caso de já existentes, reforçadas. Segundo Kuschnir (2000, p. 83), a convivência entre assessores e parlamentares “favorece um ambiente de maior intimidade”. De acordo com um dos parlamentares informantes de Silva (2013, p.99) “depois que o cara trabalha com você há um tempo se estabelece uma relação de confiança”. Dentro e fora do gabinete, a convivência da figura política com os seus funcionários revela uma proximidade que os transforma, para além dos cargos de chefe e funcionário, em amigos e confidentes íntimos (KUSCHNIR, 2000).

As relações de amizade, portanto, se concentram em outra característica valiosa entre os chefes de gabinete, assim como o acúmulo de contatos acumulados ao longo do tempo, que podem representar acessos tidos como facilitadores para a viabilização de distintos tipos de projetos desenvolvidos pelos parlamentares, assim como para a resolução de demandas. A análise da trajetória desses assessores demonstra que no âmbito da política os espaços por onde passam pode propiciar aos participantes a internalização de habilidades e conhecimentos considerados como trunfos para a atuação em determinados cargos públicos. Como referem Berger e Luckmann (2002) a socialização primária e a secundária permitem que os indivíduos possa internalizar regras e valores específicos dos ambiente em que estão inseridos.

Considerações

Em empresas, são procurados como funcionários pessoas de boa educação, aparência e dicção para a representação em locais como recepção, a fim de passar uma boa impressão da instituição. A logística das empresas não se distancia daquela considerada pelos gabinetes, uma vez que torna-se compreensível a procura dos parlamentares em selecionar seus principais representantes levando em consideração a imagem que querem passar de si próprios. Por isso, o chefe de gabinete costuma ser muito semelhante ao político, acontecendo, inclusive, uma espécie de apropriações de

características da figura política seja pelo entrosamento, pelo convívio ou por uma exigência do próprio ofício (SILVA, 2013).

A imagem dos parlamentares refletida na figura de seus assessores, como analisa Silva (2013) diz respeito às similaridades encontradas entre os perfis de chefes de gabinetes e dos políticos para os quais trabalham. Segundo Cerqueira (2013) no desenvolver das atividades esse assessor representa ao eleitor uma homogeneização da figura do político, vinculando sua imagem à imagem de seu chefe. Se por um lado a extensão da figura do vereador pela assessoria se encontra refletida nas próprias atividades desenvolvidas pelo cargo, por outro lado, através de um olhar de maior profundidade para as trajetórias destes atores, torna-se perceptível que muitas das características de semelhanças entre os dois profissionais (político e assessor) podem ser identificadas ainda em período anterior ao recrutamento dos chefes de gabinete.

O vereador Prof. Dermeval atuou em Grêmio Estudantil, participou da gestão do Diretório Acadêmico da universidade e carrega como uma das principais bandeiras de seu mandato políticas voltadas para a pauta da Educação. As similaridades da trajetória do vereador com o seu chefe de gabinete antecedem portanto a entrada do assessor na equipe parlamentar, uma vez que o informante encontrava-se envolvido com movimentos estudantis desde o período de sua adolescência. Quando conhece o vereador, através de um projeto em comum, Paulo já havia participado de diversas atividades relacionadas à bandeira defendida pelo parlamentar, além de encontrar-se inclusive filiado ao mesmo partido político.

Situações similares podem ser identificadas em todos os demais casos demonstrados: assim como Paulo, Francisco fazia parte de um grupo de cunho religioso antes que o parlamentar se tornasse membro da associação. O vereador que tem um mandato amparado em suas convicções cristãs e se considera como um católico atuante na política contratou como chefe de gabinete um profissional que carrega princípios também similares. Margarete e Gustavo [vereador], compartilham da mesma formação educacional em administração, são ambos empresários, participaram de um mesmo grupo de estudos e atuaram ambos como voluntários na fundação do partido ao qual são filiados. Por fim, Simone, que se considera como feminista desde criança, conheceu a vereadora, que atua como ativista pelos direitos das mulheres, através do engajamento no mesmo movimento estudantil.

Assim, uma das variáveis que podem estar relacionadas com o processo de recrutamento destes profissionais trata-se, justamente, do compartilhamento de valores e princípios similares, normalmente vinculados às bandeiras ideológicas e partidárias defendidas pelos parlamentares através de seus mandatos, assim como pelos partidos aos quais se encontram filiados. A importância dessa característica para as competências dos chefes de gabinete justifica-se na observação de que tais valores estão constantemente vinculados às políticas desenvolvidas pelos assessores. Enquanto Francisco utiliza obras com fundamentos do catolicismo para consulta diária, Margarete, que afirma ter sempre se envolvido com a pauta empreendedora trabalha para um gabinete que possui como um dos objetivos melhorar e facilitar a relação dos empreendedores com a cidade.

Ao serem observados os programas dos partidos aos quais são filiados foram identificados que no partido de Simone a defesa dos direitos das mulheres encontra-se referida, assim como consta o incentivo ao empreendedorismo no partido em que Margarete é filiada, sendo Francisco o único caso em que a referência de princípios religiosos é tratada de maneira vaga pelo programa do partido, que refere somente a liberdade ao culto de caráter religioso. No entanto, as pautas tratadas com destaque (feminismo, empreendedorismo e catolicismo) não são as únicas desenvolvidas pelos gabinetes e parlamentares, uma vez que os mandatos também tem a atuação de seus atores voltadas para distintos tipos de assuntos. A priorização da análise das bandeiras referidas decorre da importância conferida pelos chefes de gabinete através dos seus discursos e por se refletirem em manifestações públicas dos próprios vereadores acerca das principais características de seus mandatos.

Demonstra-se, assim, que mesmo com diferenças acerca dos ambientes percorridos, das escolhas profissionais, dos espaços de socialização e dos distintos perfis ideológicos e partidários entre os chefes de gabinete entrevistados, em verdade, suas distinções representam, em certo sentido, proximidades, em razão de que em todos os casos a imagem dos mandatos e das bandeiras defendidas pelos parlamentares encontra-se refletida na própria trajetória dos profissionais que atuam nesses espaços. Nesse sentido, os chefes de gabinete são a extensão não somente das dinâmicas de suas socializações passadas, mas do lugar em que se encontram no presente.

As similaridades de valores partidários e ideológicos compartilhada com os parlamentares, no entanto, não se trata do único indicador a fim de demonstrar possíveis

motivações que possam explicar o recrutamento dos chefes de gabinete. No que se refere à formação educacional, a pesquisa de Cerqueira (2013) identifica que existe entre os assessores um padrão de formação dividido entre as áreas de administração, comunicação e direito. Dentre os sete assessores entrevistados para a presente pesquisa, três deles eram formados em administração e três também tinham formação em áreas da Comunicação (Publicidade e Propaganda e Jornalismo). No caso do curso em Direito, a maioria dos gabinetes conta com pelo menos um assessor (ou o próprio vereador) com referente formação educacional. Entre os chefes de gabinete, dois casos foram também encontrados. Convém salientar, para além, que um dos assessores entrevistados possui uma formação militar com ênfase em direito.

Apesar do baixo número de dados quantitativos para análise mais detalhada acerca do padrão educacional, é perceptível que todas as profissões indicadas por Cerqueira (2013) como parte de um padrão de formação entre as assessorias foram identificadas entre os chefes de gabinete pesquisados. Além disso, durante as entrevistas, os próprios informantes relacionam suas formações com as atividades desenvolvidas por eles, casos como de Simone que afirma que sua graduação teve importância no contato com o público, assim como Margarete e Francisco que destacam sobre premissas do curso de administração constantemente colocadas em prática durante o cotidiano de trabalho. A trajetória educacional, nesse sentido, pode fornecer subsídios importantes para o exercer de funções necessárias dentro do gabinete.

Característica também explorada em suas trajetórias trata-se da experiência profissional. Como demonstrado, entre os entrevistados, experiências prévias como o engajamento político e partidário, o trabalho em campanhas e na esfera estadual e municipal, incluindo passagens pela Câmara de Vereadores, podem conceder conhecimentos acerca dos espaços políticos e de suas dinâmicas, assim como o estabelecimento de redes de relações. Identificou-se anteriormente que os contatos são considerados valiosos para o desenvolvimento das atividades cotidianas dos gabinetes parlamentares. Assim, a experiência profissional, seja através do trabalho desenvolvido em campanhas políticas, em cargos públicos, incluindo a própria experiência anterior como chefe de gabinete de outros vereadores representam acessos que também podem servir como trunfos para o recrutamento destes atores.

A nomeação de caráter discricionário permite que os vereadores contratem chefes de gabinete partindo de seus próprios critérios de escolha, desde que sejam respeitadas as normas institucionais, como a formação de nível superior e a proibição de contratação de funcionários com relações de parentesco. Acerca do segundo item, as regras baseadas na Súmula do Superior Tribunal Federal (STF) poderiam demonstrar um passo em direção ao distanciamento ao recrutamento com base no nepotismo. Apesar disso, autores como Lopez (2014) afirmam que as tentativas para eliminar o nepotismo da gestão pública nunca foram bem sucedidas, uma vez que a Constituição de 1934 já determinava regras similares e no entanto obteve pouca aplicação prática. Ademais, o debate sobre o número exagerado de cargos comissionados existentes no Brasil afirma que esse crescimento de número de cargos expande a possibilidade para ocorrência de nepotismo ou nepotismo cruzado⁵⁰ e que se o nepotismo persiste “é porque as relações familiares, típicas de um Estado patrimonialista não foram completamente superadas mesmo no Brasil contemporâneo” (LOPES, 2014, p.37).

Entre os casos observados, não foram identificadas possíveis relações de nepotismo, sendo o caso de um chefe de gabinete que conheceu o vereador através do tio, que tinha amizade com o parlamentar, o único tipo de relação familiar evidenciada. Por outro lado, além das relações de parentesco, as relações de amizade são também considerados como de caráter personalista na escolha dos cargos. Para Holanda (1994), desde o período colonial brasileiro o favorecimento às relações de sangue e de coração ganha destaque, sendo muita antiga no Brasil a prática do favorecimento de amigos e parentes. Assim, mesmo que entre as normas institucionais sejam proibidas as práticas de nepotismo, as amizades ainda podem ser consideradas como critérios de recrutamento. O debate na literatura da administração pública sobre o assunto é ainda amplo, tendo posições que afirmam que o recrutamento que tem como base relações pessoais fere princípios constitucionais e concepções, por outro lado, de que não se pode afirmar que as escolhas discricionárias tem efeito na eficiência da gestão.

Nesse sentido os dados também apontam que não se apresenta incomum o estabelecimento de relações de amizade ou proximidade entre assessores e parlamentares anteriores ao período de suas contratações. Como demonstrou-se, o peso das relações “de

⁵⁰ Nepotismo cruzado se conceitua como uma troca de cargos entre parentes de agentes públicos para que eles sejam contratados sem concurso. Ou seja, ocorre quando um gestor público emprega parente de outro e como troca algum parente seu é empregado pelo primeiro (LOPES, 2014).

coração” para o recrutamento pode também estar vinculado com uma das características consideradas fundamentais para o desempenho do cargo: a relação de confiança entre assessor/parlamentar, uma vez que são eles os assessores responsáveis por realizar a representação do político em distintos espaços, determinar as funções dos demais funcionários, controlar os gastos do gabinete, falar e escrever em seu nome, contratar e demitir funcionários e que utilizam da sala particular do vereador e respondem seus e-mails, que permanecem abertos para o controle desses assessores.

A discussão sobre o recrutamento de assessorias foi observada por distintos autores, que incluem entre as motivações para a nomeação dos cargos indicadores como vínculos de parentesco ou amizade, inserção na comunidade, retribuição de favores ou ajuda prestada na campanha, indicação do partido, ativismo/ou militância e fidelidade partidária (LOPEZ, 2004; KUSCHNIR, 2000; GASTRON, 2001, CERQUEIRA, 2013). Para Lopez (2004) os conhecimentos técnicos, como sobre regimentos e leis é considerado como um critério quase desprezível para a escolha dos assessores. Kuschnir (2000) sustenta, nesse sentido, que entre os gabinetes parlamentares, são poucas as tarefas que exigem dos funcionários uma formação técnica especial. Gastron (2001) também pondera que, no contexto argentino, a escolha desses profissionais segue ocorrendo com base em critérios fundamentalmente irracionais, como pelo clientelismo político ou pela fidelidade ao líder.

Se, por um lado, as relações personalistas e as trocas de favores tem peso para a tomada de decisão, por outro lado, não há como comprovar, através da análise dos dados trazidos, que aspectos como a trajetória educacional e profissional não sejam levadas em conta como indicadores de motivação ao parlamentar, uma vez que ambos conferem aos assessores habilidades que podem ser utilizadas para o êxito das políticas desenvolvidas durante o mandato. No caso contrário, mesmo que entre os parlamentares sejam avaliadas as competências profissionais e técnicas desses assessores a fim de analisar a melhor escolha para o cargo, não há, de mesmo modo, como afirmar que os indicadores envolvendo as vinculações políticas e as relações pessoais não estejam, ao mesmo tempo, sendo consideradas pelos contratantes.

Carlomagno (2015, p.60), que identificou características de recrutamento dos assessores da área de comunicação, demonstra que o processo de escolha pode conter diferenças entre os próprios partidos, uma vez que enquanto entre os parlamentares do

“partido x” considerava-se mais valiosa a “fidelidade” (trabalho prévio), no “partido y”, os aspectos profissionais eram considerados como os mais valorizados. De acordo com o autor, compreender o tipo de perfil profissional, se existente ou não na área de assessorias políticas, se recrutado por filiação partidária ou por qualificações profissionais é um indicador da profissionalização do campo. Alguns exemplos nesse sentido são também as nomeações de representantes de organizações não governamentais (ONGs) ambientalistas na gestão do ministério de Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente. Por outro lado, o governo petista nomeou um maior número de pessoas vinculadas aos movimentos sociais na burocracia política (LOPEZ, 2015). No caso dos chefes de gabinete analisados, referente processo de politização na seleção também ocorre de maneira similar, isto porque os vereadores costumam contratar para o exercer desses cargos amigos conhecidos através de movimentos, partidos, militância, etc e por encontrarem-se dentre esses ambientes específicos normalmente carregam as mesmas bandeiras ideológicas.

Apesar da falta de dados que sugiram esse indicador como o “principal”, o que pode ser evidenciado através da análise das entrevistas sobre a trajetória dos chefes de gabinete pesquisados trata-se da apresentação de que a passagem por espaços políticos socializadores, seja através do engajamento com movimentos sociais, da participação partidária, da formação educacional ou da experiência profissional são o que transformam as experiências e os acúmulos de conhecimentos e acessos nos indicadores que guiam esses atores para a conquista do cargo, uma vez que, como o recrutamento do cargo não acontece mediante seleções competitivas, como concursos públicos, para a conquista do posto, é preciso que estejam, portanto, inseridos nesses espaços: nas organizações partidárias, nos movimentos sociais, nos cargos públicos, dentre outros tipos de envolvimento referenciados anteriormente.

Michon (2005, p. 6) afirma que no recrutamento de assessores a confiança, considerada necessária para o recrutamento, faz com que sejam recrutados conhecidos especialmente que “pertencem à mesma tendência política dentro da organização” o que contribui em atividades relacionadas ao aconselhamento dos políticos para posições em espaços públicos. Por isso, a “homogeneização da figura” assessor/parlamentar observada no desempenho do cargo por autoras como Silva (2013) e Cerqueira (2013), ocorre para além do espaço do gabinete parlamentar, uma vez que grande parte das similaridades

entre as experiências e os valores (sejam ideológicos/partidários/pessoais), são evidenciadas em período anterior à conquista do cargo, contribuindo como indicadores de seleção, o que não surpreende, assim sendo, que assessores e parlamentares acabem se conhecendo por frequentarem os mesmos espaços.

O caminho inicial de envolvimento de uma pessoa com o ambiente político pode estar demarcado pelas relações do indivíduo com as condições do ambiente social no qual se move e que se referem ao nível social, situação econômica, história dos grupos a que pertence, elementos que constituem a identidade e dotam a comunidade de profundos traços distintos e de valores coletivos (ALCÂNTARA, 2016). A identidade de alguém, ou de algum grupo, se produz simultaneamente em muitos locais de atividades diferentes, por muitos atores diferentes que têm muitas finalidades diferentes (SILVA, 2013, p. 15). Partindo desta perspectiva conclui-se que as condições dos ambientes aos quais os chefes de gabinete se inserem, desde seu processo de socialização primária, passando pelos códigos e valores assimilados através das relações pessoais e do envolvimento em determinados tipos de grupos e espaços são os responsáveis pela formação de uma identidade política específica que tem como reflexo perfis de chefes de gabinetes com trajetórias e atuações distintas, mas que representam, ao mesmo tempo, similaridades, uma vez que todos os informantes apresentam trajetórias que condizem com a imagem do gabinete que representam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na estruturação dos gabinetes os vereadores possuem liberdade para a escolha, assim como para a definição das atribuições de seus funcionários, desde que respeitados os aspectos institucionais exigidos. Referente autonomia tem como resultado distintas dinâmicas estruturais em âmbito municipal, refletidas em definições desde vão desde o número de contratados até as atividades desenvolvidas pelos mesmos, uma vez que, enquanto em alguns espaços os chefes de gabinete são responsáveis por tarefas de caráter normativo, no gabinete vizinho podem não realizar o mesmo tipo de função, centrando suas responsabilidades em outras prioridades. Assim, ao serem observadas as estruturas, pode-se concluir que as formas de organização dos gabinetes parlamentares são constituídas de modo heterogêneo.

Partindo da análise das competências dos chefes de gabinete diversas características acerca dos processos administrativos, políticos e legislativos podem ser

evidenciadas. Nas tarefas de responsabilidade desses assessores, funções como o controle de gastos, o planejamento das tarefas dos demais funcionários, assim como a organização da agenda do parlamentar fazem parte de seu cotidiano de trabalho. Desta forma, suas atribuições demonstram dinâmicas tanto acerca dos procedimentos institucionais, burocráticos e de articulações voltados para a viabilização de políticas públicas, quanto em relação à movimentação e rotatividade dos compromissos existentes, que podem exigir por parte desses funcionários o desenvolvimento de atividades das mais simples às mais complexas a serem realizadas tanto entre os gabinetes, quanto em espaços externos, dependendo das necessidades de cada contexto.

A observação do trabalho desenvolvido pelos chefes de gabinete fornecem subsídios para a compreensão da participação de outros atores participativos nesses processos, como os vereadores, os partidos políticos e a sociedade civil. Por terem como uma das principais responsabilidades o auxílio às tarefas dos parlamentares, podem ser identificados, por consequência, diversas características vinculadas ao próprio político que representam, tais como a importância do atendimento às bases, da argumentação discursiva realizada em distintos espaços públicos e do seu envolvimento em diversos setores (frentes parlamentares, sessões plenárias, eventos, etc). No que se refere ao papel do partido, podem ser observadas algumas de suas características através da rotatividade dos assessores de bancada, das reuniões para decisões importantes vinculadas à projetos, assim como em relação à bandeiras defendidas pela agremiação que tem reflexos nas próprias formulações de políticas desenvolvidas pelo gabinete.

Quanto à sociedade civil, a participação da população demonstra-se como essencial na influência das iniciativas políticas tomadas pelos gabinetes, uma vez que, seja a fim de realizar melhorias sociais e/ou conquistar uma vitória eleitoral, ouvir os problemas dos indivíduos torna-se fundamental para o desempenho das atividades dos gabinetes parlamentares. Assim, como referido anteriormente por Lidec (2008) a ação do gabinete encontra-se distante da noção idealizada da política separada de sua base eleitoral, posto que o contato diário dos atores políticos com a população, seja através das visitas às comunidades realizadas pelos vereadores e suas equipes, como através do atendimento de demandas dentro do espaço legislativo ocorrem com frequência.

Nesse sentido, na análise da mobilização dos gabinetes em torno das demandas populares, diversas características foram evidenciadas, desde pedidos considerados como

insolucionáveis até ideias para projetos de lei que surgem dos membros da sociedade civil. Ademais, verificou-se que durante esse processo a mobilização de membros individuais, assim como de movimentos sociais pode refletir importância na própria formulação de políticas, como quando são convidados reuniões sobre pautas específicas, além de contribuírem com a fiscalização legislativa através de sua participação em audiências públicas e na reivindicação em relação às ações consideradas como prejudiciais, o que pode ocasionar em mudanças de posições por parte dos parlamentares, demonstrando a relevância do apoio popular dentro desses espaços, seja para fiscalizar ou atuar em conjunto, fazendo com que a noção de representação apresente, nesses casos, maior proximidade entre representantes e representados.

Assim, através do contato direto com a população pode ser identificada a importância das atividades realizadas nos gabinetes voltadas especificamente para a resolução de demandas. Como demonstrado, existem casos de parlamentares e assessores que costumam, inclusive, utilizar de seus próprios recursos a fim de solucionar certos pedidos. Além disso, para o atendimento dos problemas trazidos pelos eleitores, existem características consideradas como primordiais nas atribuições dos próprios chefes de gabinete, como habilidades referentes ao trato com os demandantes e ao estabelecimento de contatos. No primeiro caso, porque faz-se necessário que o eleitor concorde em ser atendido pelo assessor e que veja refletida na imagem do chefe de gabinete a própria atuação do parlamentar, além de situações em que os assessores precisam negar determinados tipos de pedidos sem fazer com que o cidadão se sinta menosprezado ou ofendido. Já no segundo caso, a importância do estabelecimento de uma rede de acessos se concentra na finalidade de solucionar os problemas da população, sendo necessário, para isso, o contato constante com distintos órgãos públicos e privados, além de relações com pessoas-chave que atuam nesses espaços.

As demandas trazidas pela população fazem, deste modo, com que esses assessores exerçam papéis fundamentais para a representação dos políticos, assim como para a mediação entre parlamentares e cidadãos, isto porque as atividades desenvolvidas nos gabinetes possuem reflexos na imagem-marca dos parlamentares e de seus mandatos. Por isso, as funções desenvolvidas pela equipe de assessores geram impactos tanto no êxito de trabalho interno, quanto de maneira externa, uma vez que as tarefas envolvem também a formulação de políticas públicas que afetam a vida em sociedade. Nesse

sentido, a importância cargo encontra-se baseada na condição de que o sucesso da imagem do parlamentar e a eficácia de políticas desenvolvidas durante o mandato são, em partes, responsabilidades de sua atuação. O bom desempenho público da figura política, assim sendo, depende muitas vezes da própria execução de ações de bastidores realizadas pelos chefes de gabinete.

Nesse sentido, a confiança demonstrou-se como uma das principais características na sustentação da relação chefe de gabinete e parlamentar. Desde o processo de recrutamento, momento em que os vereadores costumam contratar, normalmente, pessoas com quem já haviam construído uma relação de amizade, até a delegação de tarefas do cotidiano do gabinete. As salas dos vereadores são disponibilizadas aos seus assessores, os seus e-mails são respondidos por eles, as palavras expressas em discursos e proferidas pelos vereadores em distintos espaços são também, muitas vezes, escritas pelos chefes de gabinete. Desta forma, o assessor resolve problemas, se apresenta, escreve, opina e faz, tudo, em nome do parlamentar, caracterizando a confiança na relação assessor-parlamentar como uma característica relevante para o próprio desenvolvimento de atividades do cargo.

Por isso, além da confiança, lógica também importante encontra-se na sincronia de princípios entre os dois atores políticos, uma vez que o chefe de gabinete precisa ter conhecimentos amplos sobre as principais pautas e bandeiras defendidas pelo mandato e que baseiam boa parte das atividades. Nesse sentido, também evidenciou-se que no processo de seleção, os parlamentares costumam contratar profissionais que possuam vínculos ideológicos/partidários similares. Referente aspecto se reflete na demonstração de que dentre os mandatos observados através de quatro casos, aquele que afirma lutar pelas mulheres tem uma chefe de gabinete feminista, o que afirma ter o objetivo de cristianizar a política tem como contratado um chefe de gabinete cristão, o vinculado à pauta da educação possui como chefe de gabinete um professor engajado desde a adolescência na causa estudantil e o gabinete que busca facilitar a relação do cidadão com o empreendedorismo, têm uma chefe de gabinete administradora e empresária.

Desta forma, a importância das bandeiras defendidas pelos partidos e muitas vezes estendidas às pautas dos mandatos dos parlamentares são demonstradas desde os nomes escolhidos para as candidaturas dos parlamentares até a prática de políticas desenvolvidas pelos parlamentares e suas equipes, normalmente refletidas em posições que os próprios

chefes de gabinete afirmam acreditar e se terem se envolvido antes mesmo do acesso ao cargo, aspecto que também fornece pistas sobre a própria importância dos espaços socializadores vinculados às suas trajetórias de vida individuais, uma vez que fornecem à esses profissionais a internalização de códigos, saberes e valores que podem ser, posteriormente, transformados em critérios de recrutamento para a chegada ao cargo de chefia de gabinete.

Através dos dados demonstrados neste estudo pode-se afirmar que as similaridades entre os chefes de gabinete e parlamentares ultrapassam as relações de trabalho estabelecidas no ambiente legislativo, em razão de que as trajetórias destes atores encontram-se, muitas vezes, interligadas. Assim, o encontro entre assessor e parlamentar pode ocorrer através da participação de ambos em ações voltadas para uma mesma causa defendida, fazendo com que, desta forma, não seja incomum que se conheçam através de associações, movimentos sociais e partidários, dentre outros tipos de grupos e que, posteriormente, estabeleçam uma relação de amizade. Como afirma Cerqueira (2013, p. 32) “é observável uma conexão nas redes de relações entre contratantes e contratados em boa parcela dos arguidos”. Nesse sentido, observa-se que, as trajetórias pessoais tanto dos parlamentares quanto dos chefes de gabinete podem representar múltiplos fatores também considerados na escolha do recrutamento.

Diferente do que ocorre em processos de recrutamento através de seleção de caráter competitivo, as normas institucionais relacionadas aos cargos em comissão permitem a livre escolha do parlamentar que, por consequência, pode considerar definir os seus próprios critérios particulares para a contratação dos chefes de gabinete contratados. Os procedimentos institucionais requeridos, nesse sentido, permitem a ocorrência da politização da gestão pública, fazendo com que os parlamentares tenham a liberdade de escolher levando em conta desde as relações personalistas até as habilidades técnicas dos futuros funcionários. No referente estudo evidenciou-se o recrutamento pode ser realizado com base em uma multiplicidade de fatores, sejam aspectos relacionados à formação técnica (formação educacional e profissional), à formação política (estabelecimento de contatos, engajamento partidário/ideológico) ou mesmo às relações de proximidade (familiares e de amizade).

Em síntese, a observação do trabalho realizado pelos chefes de gabinete nos bastidores da política, fornecem subsídios importantes para explicar não somente acerca

de suas competências e atribuições, como também sobre as dinâmicas e estruturas dos gabinetes parlamentares e sobre os papéis desenvolvidos por outros atores participantes desse processo. Referentes fundamentos podem contribuir para o avanço no conhecimento acerca dos processos administrativos, legislativos e políticos desempenhados entre espaços políticos. Como refere Bezerra, avaliar informações nesse sentido podem representar um passo “necessário para o aperfeiçoamento das práticas e instituições políticas” (BEZERRA, 1999, p. 11), uma vez que a importância das competências dos chefes de gabinete tem impactos tanto sobre o processo, quanto sobre a implementação de políticas públicas que regem a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Luiz Eduardo. **A troca das palavras e a troca das coisas: Política e linguagem no Congresso Nacional.** v. 11, n. 2, São Paulo: Revista Mana, p. 329–356, 2005.

AGH, Attila; KURTAN, Sandor. **Democratization and Europeanization in Hungary: The First Parliament (1990 - 1994).** Budapest: Hungarian Centre for Democracy Studies, 1995.

ALBUQUERQUE, Maria dos Remédios Santos. **Competências do assessor parlamentar da câmara legislativa do distrito federal.** (Monografia apresentada para a conclusão do curso de Pós-Graduação em Gestão da Educação Corporativa). Brasília: 2009.

ALCÂNTARA, Manuel. **A profissionalização da política.** Curitiba: CPOP-PPGCP/UFPR, 2016.

ALMOND, Gabriel. *Political Science: The History of the Discipline.* In: GOODING, Robert; KLINGEMANN, Hans-Dieter (Eds.), *A New Handbook of Political Science.* Oxford: Oxford University Press, 1998.

ANGROSINO, M.; FLICK, U. (Coord.). **Etnografia e observação participante.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

AQUINO, Jania Perla de. **Príncipes e castelos de areia: um estudo da performance nos grande** v. 16, n. 39, Porto alegre: ETNOGRAFIA DO ETNÓGRAFO, jan. /ago. 2015. p. 77-103.

AUYERO, Javier. *Los sinuosos caminos de la etnografía política.* n.10, Espanha: **Revista Pléyade**, p. 15-36, 2012.

AUYERO, Javier; JOSEPH, Lauren. Introduction: Politics under the ethnographic microscope. *In New Perspectives in Political Ethnography.* New York: Springer, 2017. 7.

AZEVEDO, Débora. **Referencial Teórico, Fundamentação Teórica e Framework Conceitual em Pesquisa — diferenças e propósitos.** Disponível em: <<https://unisinus.academia.edu/DeboraAzevedo/Papers>> Acesso em 24 de maio 2018.

- BAAKLINI, Abdo. **The Brazilian Legislature and Political System**. Westport: Greenwood Press, 1992.
- BAIOCCHI, Gianpaolo; CONNOR, Brian T. *The ethnos in the Polis: Political ethnography as a mode of inquiry*. *Sociology Compass*. 2º ed., 2018. p.139–155.
- BAKER, James; FIFFER, Steve. *Work hard, study... and keep out of politics*. Illinois (EUA): Northwestern university press, 2006.
- BALANDIER, Georges. **Antropologia Política**. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1969.
- BANDEIRA, Lurdes; BATISTA, Analia Soria. **Preconceito e discriminação como expressões de violência**. Santa Catarina: **Revista Estudos Feministas**, p. 119-141, 2018.
- BARTH, Aharo; BENNETT, Andre; RUTHERFORD, Kenneth. Do We Preach What We Practice? A Survey of Methods in Political Science Journals and Curricula. v. 36, n. 2, Estados Unidos: **Political Science and Politics**, 2003.
- BAUBOCK, Rainer; PORTA, Donatella della; LAGO, Ignacio; UNGUREANU, Camil. *De las 'guerras' metodológicas al pluralismo metodológico?* Espanha: **Revista española de ciencia política**, 2012. p. 11-38.
- BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Ed. Hucitec. 1993.
- BERGER, Peter, LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BERREMAN, Gerard. Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia *in* ZALUAR, Alba (org.) **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 123-174.
- BEAUVALLET, Willy. *Pour une sociologie des auxiliaires politiques et parlementaires: l'exemple de l'Assemblée Nationale*, 2014. p. 163-178.
- BEUVALLET, Willy; MICHON, Sebastien (org). *Dans l'ombre des élus. Une sociologie des collaborateurs politiques*. França: *Espaces politiques*, 2017. p. 258.
- BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das bases. Política, favor e dependência pessoal**. Relume Dumará: Rio de Janeiro, 1999.
- BEZERRA, Marcos Otávio. Políticos, representação política e recursos públicos. v. 4, n. 8, Porto Alegre: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, 1998. p. 182 – 198.
- BLISCHKE, Werner. **Parliamentary Staffs in the German Bundestag**. Legislative Studies Quarterly. Vol. 6, No. 4. p. 533-558, 1981.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Pasquino. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOGDAN, R.; KNOP, S. B. **Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Portugal: Porto, 1994.

BORGES, M. M.; CASADO, E. S. **A ciência da informação criadora do conhecimento Vol. II.** Coimbra University Press, 2009.

BORGES, Maria Cecília. Das funções de confiança stricto sensu e dos cargos em comissão: abordagem constitucionalmente adequada. Minas Gerais: Revista **TECMG**, fev. /març. 2012.

Cabral, João de Pina. Notas críticas sobre a observação participante no contexto da etnografia portuguesa. v. 19, n. 79, Portugal: **Revista análise social**, 1983.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. Revista do Serviço Público, 47(1) janeiro-abril 1996.

_____. Do Estado patrimonial a gerencial. In Pinheiro, Wilhelm e Sachs (orgs.), **Brasil: Um Século de Transformações.** São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-25.

CAMPBELL, Stanley; LAPORTE, Jean. *The Staff of the Parliamentary Assemblies in France. Legislative Studies Quarterly.* V. 6, n. 4, Estados Unidos: **Legislative Studies Quarterly**, 1981. p. 521-531.

CARLOMAGNO, M. C. **Por dentro dos gabinetes: organização e profissionalização das assessorias parlamentares na comunicação em mídias sociais.** (Dissertação de mestrado). Universidade federal do Paraná. Curitiba, 2015.

_____; BRAGA, Sérgio. **O staff parlamentar na Câmara de Deputados brasileira: evidências e framework.** In: 9 Congresso da ALACIP/Associação Latinoamericana de Ciência Política, 2017, Montevideú. Anais do 9 Encontro da ALACIP, 2017.

CARTAXO, Alberto. Acumulação de cargos nas constituições brasileiras: Do Império até a Constituição Federal de 1988. Direto amplo, set. 2017, disponível em: <<https://www.direitoamplo.com.br/2017/09/15/acumula%C3%A7%C3%A3o-de-cargos-perspectiva-hist%C3%B3rica-e-constitui%C3%A7%C3%B5es-brasileiras-do-imp%C3%A9rio-%C3%A9-constitui%C3%A7%C3%A3o-federal-de-1988/>> acesso em: 10 de abr. 2018.

CAVEDON, Neusa Rolita. O método etnográfico em estudos sobre cultura organizacional: implicações positivas e negativas. In **23º Encontro nacional da associação dos programas de pós-graduação em administração.** Foz do Iguaçu, 1999.

CERQUEIRA, Cristiana Silva. **Perfil e percepções de assessores parlamentares na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2013.

CHANDERNAGOR, André. *Un Parlement, pour quai faire?* Paris, 1967. in: Campbell e Laporte, 1981. *The Staff of the Parliamentary Assemblies in France.* Estados Unidos: **Legislative Studies Quarterly**, 1981.p. 521-531.

CHIESA, Carolina Dalla; FANTINEL, Letícia Dias. “**Quando eu vi, eu tinha feito uma etnografia**”: notas sobre como não fazer uma “etnografia acidental”. In VIII Encontros de estudos organizacionais da ANPAD. Gramado, 2014.

CORDEIRO, Manuela Souza Siqueira. O narrador e o etnógrafo: uma leitura de Argonautas do pacífico ocidental, de Malinowski. v. 44, n. 2, Fortaleza: **Revista de Ciências Sociais**, jul/dez, 2013. p. 111-126.

COSSON, Rildo. **A Profissionalização do legislativo e o curso superior de administração legislativa da unisule**. E-legis, Brasília, n. 5, p. 95-111, 2º semestre 2010.

CUEVAS, Hernán; PAREDES, Juan Pablo. *La ciencia política y el campo de los estudios cualitativos interpretativos de la política*. n. 10, Chile: **Revista Pléyade**, 2012. P. 1 - 14.

DA MATTA, Roberto. A Família como valor: Considerações não Familiares sobre a Família Brasileira. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de. (Org.). **Pensando a Família no Brasil. Da Colônia à Modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

_____. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981

_____. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos da Teoria Geral do Estado**, Saraiva, 19º edição, São Paulo, 1995.

DeGREGORIO, Christine. **Congressional committee staff as policy making partners in the U.S Congress**. Western Political Quarterly. 1992.

_____. **Patterns of senior staff use in congressional committees**. Polity, 1995.

DENZIN, Normam; LINCOLN, Yvonna. Introduction: The discipline and practice of qualitative research. In: (Eds.). **The Sage Handbook of qualitative research**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2005. p. 1 – 32.

EASTON, David. (Org.). **Modalidades de Análise Política**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1970.

EASTON, David. *The New Revolution in Political Science*. v. 63, n. 4. Estados Unidos: **The American Political Science Review**, 1969.

EASTON, David; DENNIS, Jack. **Children in political system: origins of political legitimacy**. New York: McGraw-Hill, 1969. p. 440.

ESPÍN, Patricia Garcia. *Etnografía y Ciencia Política: la excepcionalidad del caso español*. Espanha: **Política y Sociedad**, 2016.

FAORO, Raymundo. "Os Donos do Poder, segunda edição." *Porto Alegre/São Paulo: Editora Globo e Editora da Universidade de São Paulo* (1975).

FARHAT, Saïd. **Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis: Companhia melhoramentos, 1996.

FERREIRA, Caio Márcio Marini. Crise e reforma do Estado: uma questão de cidadania e valorização do servidor. *Revista do Serviço Público*, ano 4, v. 120, n. 3, p. 5-33, set-dez 1996.

FERREIRA, Mariana. O clientelismo e os cargos comissionados: impacto na eficiência da administração pública. *Âmbito jurídico*, 2018. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14137&revista_caderno=4 acesso em: 06 de out. 2018.

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. **Política governamental e funções sindicais**. (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1975.

FIGUEIREDO, César Alessandro. (Org.). **Dossiê: Metodologias e Métodos de Pesquisa em Ciência Política**. v. 7, n. 14, Pelotas: *Revista Pensamento Plural*, 2014.

FIGUEIREDO, Rubens. **Marketing político em tempos modernos**. São Paulo: Konrad Adenauer, 2008.

FILHO, Dalson B. Figueiredo; PARANHOS, Ranulfo; et al. O que é, para que serve e como se faz uma meta-análise? Brasília: **Revista de Ciência Política Teoria e Pesquisa**, 2015. p. 205 – 228.

FISCHMANN, Robert M. *Mehodological perspective (with applications to the Spanish case of elections in the aftermath of terrorismo)* Estados Unidos: **kellog institute**. Fev. 2015.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTAINHA, F. D. C. **Da sociologia política à sociologia jurídica, da França ao Brasil: a prática da minienquete como instrumento pedagógico**. Caderno FGV Direito Rio, v. 8, n. Maio/Ag. 2012. p. 5–18..

FORSEY, M. G. Ethnography as participant listening. **Ethnography**, 4, 2010.

FREDERICO, Celso. **Consciência operária no Brasil: estudo com um grupo de trabalhadores**. São Paulo: Ática, 1978. p. 125

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. 48º Ed. São Paulo: Global, 2003.

FUCKS, Mário. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. n. 83, São Paulo: **Lua Nova**, 2011. p. 145-178.

GASTRON, Andrea. *“Dime quién eres... ¡y te diré con quién andas! Un perfil educativo de los legisladores y asesores parlamentarios en la Argentina”*. In II Congreso Nacional de Sociología Jurídica, Córdoba, nov. de 2001, p. 868.

GEERTZ, Cliford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, Clifford. *Estar lá, escrever aqui*. v. 22, n. 3, São Paulo: **Diálogo**, 1989. p. 58-63.

GERALDO, P. H. B. A audiência judicial em ação: uma etnografia das interações entre juristas e jurisdicionados na França. v. 9, n. 2, São Paulo: **Revista Direito FGV**, 2013. p. 635–658.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, A. S. **Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63. 1995

GORARD, Stephen. **Research design: Creating robust approaches for the social sciences**. Sage, 2013.

GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS. Extensionistas rurais - Agentes de mudanças no campo. 05 dez. 2013. Disponível em: <https://seagro.to.gov.br/noticia/2013/12/5/extensionistas-rurais-agentes-de-mudancas-no-campo/> acesso em: 10 out. 2018.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia, Estudos Culturais e Educação: desafios da modernidade. v. 19, n. 3, São Paulo: **Pro-Posições**, set.- dez. 2008

HALL, Peter. TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. São Paulo: **Revista Lua Nova**, nº 58, 2003.

HALL, Richard L. **Participation, Abdication and representation in Congressional Committees**. Washington DC: CQ Press, 1993.

HAMMOND, Susan Webb. **Legislative Staffs**. Legislative Studies Quarterly. Vol. 9, No. 2. p. 271-317, 1984.

_____. **Recent research on legislative staffs**. Legislative Studies Quarterly, 1996, p. 543-576. [online] Acesso em 25.09.2018. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/440461?seq=1#page_scan_tab_contents

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. 3. ed. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26º Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUBER, Robert T; KELLEY, Donald R. **Perestroika-Era Politics: The New Soviet Legislature and Gorbachev's Political Reforms**. New York: M.E Sharpe, 1991.

INGOLD, T. **Anthropology is not Ethnography**. Proceedings of the British Academy, 154, 2008.

IZQUIERDO, Ivan. Memórias. Porto Alegre: Artmed, 3º ed. 2018. p. 124.

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007.

_____. **Antropologia da política: uma perspectiva brasileira.** Centre for Brazilian Studies University of Oxford, 2005.

_____. **Eleições e representação no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, 1999.

_____. **O cotidiano da política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

LIDEC, Patrick Le. *Les députés, leurs assistants et les usages du crédit collaborateurs. Une sociologie du travail politique.* Sociologie du Travail, Elsevier Masson, 2008.

LIMA, Adriana Ribeiro. **Um estudo comparativo no quadro de pessoal efetivo e comissionado no Senado Federal:** Descrição - Evolução, Perfil, Lotação e formas de controle. (Trabalho de Conclusão de Curso). Brasília, 2014.

LESTON-BANDEIRA, Cristina. **The Impact of the Internet on Parliaments:** a legislative studies framework. Parliamentary Affairs, Oxford, v. 60, n. 4, p. 655-674. 2007

LOPEZ, Garcia Félix. A política cotidiana de vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. Paraná: **Revista sociologia e política**, 2004. p. 153-177.

_____. (Org). **Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro.** Brasília: IPEA, 2015

LOPEZ, Garcia Félix; ALMEIDA, Acir. **Representação política local: padrões de atuação dos vereadores em quatro cidades mineiras.** Brasília: Instituto de pesquisa econômica avançada, 2011.

LOPEZ, Garcia Félix; BUGARIN, Maurício; BUGARIN, Karina. **Rotatividade nos cargos de confiança da administração federal brasileira (1999-2013).** Revista do Serviço Público Brasília 65 (4): 439-461 out/dez 2014

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marlí. **A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU. 1986.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas Ciências Humanas e na Educação.** Salvador: EDUFBA, 2004.

MACEDO, Vanderlei Aparecido. **Aplicação de ferramentas de gestão estratégica aos gabinetes parlamentares na câmara dos deputados.** (Monografia) Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados (CEFOP), Brasília, 2011.

MACHADO, Mario Brockmann. **Ideologia, socialização política e dominação.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.

MADONNA, Anthony J; OSTRANDER, Ian. *Getting the Congress You Pay For: The Influence of Staff on Legislative Productivity.* 2014. Disponível em: <<https://www.tonymadonna.com/s/MadonnaOstranderStaff.pdf>> Getting the Congress You Pay For: The Influence of Staff on Legislative Productivity> Acesso em 14 junho de 2017.

MAGNANI, J. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 17, jul. 2002. p.11-29.

MALBIN, Michael J. **Unelected Representatives:** Congressional Staff and the future of representative government. New York: Basic Books, 1980.

MARCON, S. S. ELSEN, I. Estudo qualitativo utilizando observação participante - análise de uma experiência. v.22, n.2, Maringá: **Revista Acta Scientiarum**, 2000.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG. and CASTRO, PA. (org.) **Etnografia e educação: conceitos e usos.** Campina Grande: EDUEPB, 2011. p. 49-83.

MAZZOTI, Alda Juditi; GEWANDSNAJER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa.** 2. ed. Pioneira, 2000.

MICHON, Sébastien. *Les assistants parlementaires au Parlement européen*, Sociologie d'un groupe d'auxiliaires politiques. França: **Le travail de collaboration avec les élus**, 2005.

MIRAGLIA, P. **Aprendendo a lição:** uma etnografia das Varas Especiais da Infância e da Juventude. São Paulo: **Revista Novos Estudos** (CEBRAP), jul. 2005. p. 79–98.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, Baron de la. **Do espírito das leis.** São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 774.

MOURA, Marcia Aline Fernandes. **Participação popular no processo de formação de leis** (dissertação de mestrado) Universidade do Legislativo Brasileiro, UNILEGIS, Brasília, 2008.

MOURA, Solange Ferreira de. (Org.) **Livro didático de fundamento das Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: Editora Universidade Estácio de Sá, 2013.

NAGASAVA, Helene Chagas. **“O sindicato que a ditadura queria” O ministério do trabalho no governo de Castelo Branco (1964-1967)** (dissertação de mestrado). Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 2015. p. 200.

NASCIMENTO, Mayara; ALVES, Francisco Emanuel; MATOS, Lidiane de Oliveira. Antropologia da política: surgimento, possibilidades de análises e recursos metodológico para o estudo do poder e da política. v. 2, n. 10, Rio de Janeiro: **Revista Magistro**, 2014.

NEGREIROS, Regina Coeli Araújo. **Éthos, educação e serviço público: Uma tríade basilar na construção de uma sociedade saudável.** (Monografia) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa, 2014.

NEPOMUCENO, Ricardo Ferreira; WITTER, Geraldina Porto. Influência da família na decisão profissional: opinião de adolescentes. v. 14, n. 1, São Paulo: **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, 2010. p. 15-22.

NETO, Arlindo de Souza; AMARAL, Lilian. Os Imponderáveis da Etnografia Religiosa: Uma Análise Sobre o Trabalho Etnográfico no Campo da Religião. v. 11, n. 29. Ceará: **Revista de humanidades.** Jan-jul 2011.

NEVES, Vanessa Ferraz Almeida. Pesquisa-ação e Etnografia: Caminhos Cruzados. v. 1, n. 1, São João del Rei: **Pesquisas e Práticas psicossociais**, 2006.

NICOLLETI, André. **A presença jovem nas Câmaras de Vereadores dos Municípios que compõe a zona sul nas eleições de 2008: trajetória e participação política. (Dissertação de mestrado)** Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2013.

OLIVA, Afonso Carvalho de. O uso da etnografia como ferramenta para a pesquisa científica no direito: uma possibilidade para o futuro da produção jurídico-científica brasileira. v. 4, n. 1, São Paulo: **Revista do curso de direito**, 2014.

OLIVEIRA, Lilian; NICOLAU, Jairo. **Métodos e metodologias da Ciência Política no Brasil: Uma análise dos currículos de Pós-Graduação. In 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política.** Gramado, 2012.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Vozes, 2014.

OLIVEIRA, Wilson de. In PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. (Orgs.). Como estudar elites. **Antropologia, política e etnografia: fronteiras disciplinares e trabalho de campo.** Curitiba: UFPR, 2015

PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. (Org). **Política no Brasil: visões de antropólogos.** Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ. (Coleção Antropologia da política; 24). Rio de Janeiro, 2004.

PARK, Jai Chang. **Legislative Staff in Korea.** Seoul: Sook Myung Woman's University Press, 1986.

PARKER, J. *Undergraduate Research-Methods Training in Political Science: A Comparative Perspective. Political Science and Politics*, 2010. p.121-125.

PATERSON, B. L.; BOTTORFF, J. L.; HEWAT, R. *Blending observational methods: possibilities, strategies and challenges. International Journal of Qualitative Methods*, v. 2, n. 1, 2003. p. 29-38.

PEASE, Allan; PEASE, Barbara. **Desvendando os segredos da linguagem corporal.** Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

PEGAN, Andreja. **An Analysis of Legislative Assistance in the European Parliament.** 2015. (Diss. University of Luxembourg). Luxembourg, 2015.

PEIRANO, Mariza (Org). **O dito e o feito.** Ensaios de antropologia dos rituais. Relume dumará, Rio de Janeiro, 2002.

_____. **A antropologia como ciência social no Brasil.** Etnográfica, v. IV (2), 2000, p. 219-232

_____. **A teoria vivida e outros ensaios de antropologia.** Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2006.

_____. Etnografia não é método. n. 42, Porto Alegre: **Horizontes Antropológicos**, jul. – dez. 2014. p. 377-391.

PEREIRA, Gardênia; SANTOS, Patrícia. **Antropologia e método etnográfico: uma contribuição para a compreensão das culturas**. Paraíba: NAMID, 2015.

PEREIRA, Jesus; MOURÃO, Pedro Jorge. Os ancestrais e a infância: elementos primários da formação do *habitus* políticos. V. 12, n. 1, Catalão: **Revista Opsi**, 2012. p. 90-106.

PERES, Paulo. **Comportamento ou Instituições?** A Evolução Histórica do NeoInstitucionalismo da Ciência Política, v. 23, n.68. Brasília: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2008.

PINTO, Danilo César Souza. **Homenagens do legislativo: uma etnografia dos processos simbólicos do estado**. 2013. 239 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

POHN-LAUGGAS, Maria. As perpetradoras ocultas: envolvimento feminino no Nacional-Socialismo e sua adaptação biográfica. v. 16, n. 1, Porto Alegre: **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, 2016. p. 86-99.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. v. 5, n. 10. Rio de Janeiro: Estudos históricos, 1992. p. 200-212.

PRAÇA, Sérgio; FREITAS, Andréa; HOEPERS, Bruno. **Rotatividade dos servidores de confiança no governo federal brasileiro (2010-2011)**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 94, p. 94-107, nov. 2012.

ROCHA, Ana Luiza; ECKERT, Cornelia *in* PINTO, Céli Regina; GUAZZELLI, César Barcellos (Org.). **Etnografia: Saberes e Práticas** *in* Ciências Humanas: Pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ROCHA, Everardo P. Guimarães. **O que é etnocentrismo**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária: 1930-1964. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 3ª ed. v.10. O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1986, p. 551

RODRIGUES, Leôncio. **Fontes secundárias de recrutamento político**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

RODRIGUES, Leôncio. **Mudanças na classe política brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

ROMZEK, Barbara S; UTTER, Jennifer A. Congressional Legislative Staff: Political Professionals or Clerks?. **American Journal of Political Science 41(4):1251-1279, 1997**

_____. **Accountability of Congressional Staff.** Journal of Public Administration Research and Theory, Volume 10, Issue 2, 1 April 2000, p. 413–446. 2000

ROSENTHAL, Gabriele. *Als der Krieg kam, hatte ich mit Hitler nichts mehr zu tun. Zur Gegenwärtigkeit des” Dritten Reiches”* In erzählten Lebensgeschichten. Opladen: Leske & Budrich, 1990.

_____. **Biographical research.** In: Seale, Clive (Ed.); Gobo, Giampietro (Ed.) ; Gubrium, Jaber F. (Ed.) ; Silverman, David(Ed.): Qualitative research practice. London : Sage, 2004.

_____. História de vida vivenciada e história de vida narrada: A interrelação entre experiência, recordar e narrar. Porto Alegre: **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, jun. 2014. p. 227-249.

_____. **Pesquisa social interpretativa: uma introdução.** 5ª edição. EDIPUCRS, Porto Alegre, 2014.

RYLE, Michael T. **The Legislative Staff of the British House of Commons.** Legislative Studies Quarterly. Vol. 6, No. 4 (nov. 1981), pp. 497-519

SAGER, Samuel. **The parliamentary system of Israel.** New York: Syracuse University Press, 1985.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. n. 13, Santa Catarina: **Revista política e sociedade**, out. 2008.

SANTOS, Vanessa Silva dos. De Malinowski aos pós-modernos: uma breve reflexão acerca da pesquisa etnográfica na antropologia. n. 1, Salvador: **revista a cor das letras**, 2013.

SCHATZMAN, L.; STRAUSS, A. L. *Field research: strategies for a natural sociology.* New Jersey: Prentice-Hall, INC., Englewood Cliffs. 1973.

SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e política nos anos 1990: um estudo da socialização política no Brasil.** (Tese de doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2000.

SCHUCH, Patric; VIEIRA, Miriam; PETERS, Roberta (Org.). **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. (Série Práticas de Justiça e Diversidade Cultural).

SCHUTZ, Alfred. *El problema de la realidad social: escritos I.* Compilado por Maurice Natanson. Buenos Aires: amorrtu, 2008.

_____. *Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos.* Zahar, 1979.

_____. *The phenomenology of the social world.* Heinemann Educational Books, 1972.

_____. *The structures of the life-world*. Northeastern University, 1973.

SCHWARTZ-SHEA, P. *Is this the Curriculum we Want? Doctoral Requirements and Offerings in Methods and Methodology*. Political Science and Politics, vol. 36, nº 2, pp. 379-386, 2003.

SILVA, Cibelle Celestino (Org.). **Estudos de história e filosofia das Ciências: Subsídios para aplicação no ensino**. Editora livraria da física, São Paulo, 2006.

SILVA, Hélio. **A situação etnográfica**. v. 15, n. 32, Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, jul. – dez. 2009. p. 171-188.

SILVA, Karina Galli Fraga da. O etnógrafo e o jornalista: o olhar e a escuta como ferramentas de trabalho. Mato Grosso: **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 10, n. 1, 2013.

SILVA, Renata Lopes da. **Quem somos eu? Estudo etnográfico sobre processos de construção de personas políticas**. (Dissertação de mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SILVA, V. G. D. **O antropólogo e sua magia**. São Paulo: Edusp, 2000.

SOARES, Gláucio. O Calcanhar Metodológico da Ciência Política no Brasil. In C. O. Martins (org.). **Para onde vai a Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil**. Bauru, EDUSC, 2005. p. 73-104

SOLOMON, David Harris. **The People's palace: Parliament in modern Australia**. Carlton, Melbourne University Press, 1986.

SOUSA, Leilane Barbosa de; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. **Pesquisa etnográfica: evolução e contribuição para a enfermagem**. São Paulo: **Escola Ana Nery, revista de enfermagem**, 2008.

SPRADLEY, J. P. *Participant observation*. New York: Holt, Rinehart and Winston Ed. 1980.

SQUIRE, Peverill. **Legislative Professionalization and Membership Diversity in State Legislatures**. Legislative Studies Quarterly, Vol. 17, No. 1, p. 69-79, 1992.

_____. **Membership Turnover and the Efficient Processing of Legislation**. Legislative Studies Quarterly, Vol. 23, No. 1, p. 23- 32. 1998

_____. **Measuring State Legislative Professionalism: The Squire Index Revisited**. State Politics and Policy Quarterly, Vol. 7, No. 2. p. 211–227. 2007

STIGGER, Marco Paulo. **Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Editorial Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), 2002. p. 278. Coleção Educação Física e Esportes.

THERBORN, Goran. *The Ideology of Power and the Power of Ideology*. São Paulo: Departamento de política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Tradução de Jair Pinheiro. 1980.

TORRENS, Antônio. Representação política, inovações institucionais e novas subjetividades. v. 49, n. 196. Brasília: **Revista de informação legislativa**, out/dez. 2012.

TORRES, Roberto Dutra. Governabilidade, governança e poder informal: um problema central de sociologia política. v. 16, n. 1, Porto Alegre: **Civitas**, 2016. p. 153-171.

URIARTE, Urpi Montoya. **O que é fazer etnografia para os antropólogos**. Revista Ponto Urbe, 2012.

VALADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. v. 22, n. 63, São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2007. p. 153-155.

VEIGA, Luciana; GONDIM, Sônia Maria Guedes. A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. Campinas: **Revista Opinião Pública**, 2001.

VELHO, Gilberto. **O futuro das ciências sociais e a importância de seu passado**. n. 48, Sociologia, problemas e práticas, 2005. p. 11-18.

_____. **O desafio da proximidade**. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. Pesquisas urbanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Observando o familiar**. A Aventura Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar, 1978. p. 36-46.

VIEIRA, Bergson Morais. **A etnografia como metodologia de análise da política: dilemas e perspectivas do trabalho de campo**. v. 2, n. 14, Rio de Janeiro: Revista Magistro, 2016.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. v. 14, Campinas: **Revista temática**, ago/dez 2014. p. 2203-220.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. 4 ed. Cortez editora: São Paulo, 1973.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 2011.

WEFFORT, Francisco Correa. **O que é deputado**. Brasiliense, 1986.

WEISS, Carol H. **Congressional committee staffs (do, do not) use analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

WILLIS, Paul & TRONDMAN, Mats (2008). **“Manifesto pela Etnografia”** In Educação, Sociedade e Culturas, n. 27, p. 211-220.

WINKIN, Y. **A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo**. Campinas, SP: Papius, 1998.

WINZEN, Thomas. **Technical or Political?** An Exploration of the Work of Officials in the Committees of the European Parliament. *The Journal of Legislative Studies*, Vol. 17, Iss. 1, 2011. AGH, Attila; KURTAN, Sandor. **Democratization and Europeanization in Hungary: The First Parliament (1990 - 1994)**. Budapest: Hungarian Centre for Democracy Studies, 1995.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

ANEXO 1
ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. TRAJETÓRIA DE VIDA:

Poderia me contar um pouco sobre a sua trajetória de vida?
Como, por exemplo, de que cidade é naturalizado?
No que os seus pais trabalham? Em que cidades já morou?

2. TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

E em relação a sua trajetória profissional?
Em que curso se formou?
Onde trabalhava antes?

3. RELAÇÃO COM A ESFERA POLÍTICA

Você pode me falar um pouco sobre a sua relação com a esfera política?
Por exemplo, sobre quando começou a se interessar sobre o tema?
Se já participou de movimentos sociais ou estudantis?
Se já foi filiado em algum partido político?
Se já havia trabalhado antes em profissões relacionadas com a arena política?

4. RELAÇÃO COM O PARLAMENTAR

Sobre o parlamentar para o qual trabalha, você já o conhecia antes de trabalhar com ele?
Costumava, por exemplo, acompanhar sua carreira política?
Além disso, você já havia trabalhado para o(a) vereador(a) em questão anteriormente exercendo outros cargos?
Pode me falar um pouco sobre a sua relação de trabalho com o parlamentar?

5. FUNÇÕES DA CHEFIA DE GABINETE

O que é ser um chefe de gabinete?
Você poderia me falar um pouco sobre as funções específicas que exerce?
Além disso, qual a diferença entre as funções da chefia de gabinete e de outros tipos de assessorias parlamentares?
O que você considera como maiores qualidades de um chefe de gabinete?

6. RELAÇÃO COM O ELEITORADO

Você costuma lidar com o eleitorado?
Como funcionam as questões de demandas, por exemplo? É você quem resolve esse tipo de coisa? Como funciona essa questão?
Os eleitores normalmente pedem pra falar diretamente com você?

7. RELAÇÃO COM OS COLEGAS DE TRABALHO

Há uma espécie de colaboração entre os assessores em determinadas funções ou todos possuem tarefas muito específicas?

O seu cargo envolve questões como por exemplo a organização das atividades dos demais assessores?

E como é o ambiente de trabalho do gabinete e a sua relação com os colegas?

Quantos assessores trabalham com você?

8. IMPORTÂNCIA DO CARGO

Faz parte do trabalho do assessor questões como, por exemplo, aconselhar o parlamentar em relação às votações de plenário?

Como é lidar com o exercício de funções mais complexas envolvendo a esfera política?

O que você destacaria como as maiores dificuldades e desafios do seu cargo?

E as maiores contribuições?

ANEXO 2

ESPECIFICAÇÕES DE CARGO EM COMISSÃO

QUADRO: DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS
CARGO: SUPERVISOR DE GABINETE PARLAMENTAR
FUNÇÃO: GERAL
CÓDIGO: 2.1.1.7

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DAS ATRIBUIÇÕES: supervisionar todas as atividades do gabinete do Vereador a quem presta serviços, coordenando e controlando as tarefas e a conjugação do esforço operacional; realizar, a pedido do Vereador, estudos e pesquisas, bem como assessorá-lo amplamente no exame de proposições de origem legislativa ou executiva.

DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS ATRIBUIÇÕES: supervisionar a recepção e o atendimento de pessoas que procuram o Vereador; supervisionar as atividades do gabinete, orientando-as, coordenando-as e distribuindo as tarefas aos funcionários nele lotados; prestar e visar informações relativas as atividades do gabinete; supervisionar a elaboração e datilografia de expedientes, correspondências e proposições em geral, mantendo informado, a respeito, o respectivo Vereador; determinar rotinas internas e cursos de ação para operacionalizar os trabalhos no âmbito do gabinete; realizar, a pedido do Vereador, estudos e pesquisas sobre assuntos abrangidos pela área de competência legislativa do Município; estudar formas de instrumentalizar, em proposições legislativas, a serem concretizadas pelos serviços da Casa, assuntos que versarem sobre necessidades e reivindicações da coletividade, dentro da área de competência da Câmara; operacionalizar esboços de Pedidos de Providências, Indicações, Pedidos de Informações, bem como outras proposições, elaborando a justificativa das mesmas; assessorar amplamente o Vereador na apreciação de proposições, tanto de origem legislativa como executiva; redigir, a pedido do Vereador, pronunciamentos a serem feitos pelo mesmo no plenário da Casa; assessorar o Vereador no exame de proposições que tramitarem em Comissão Permanente e/ou temporária da qual o mesmo faça parte; gerenciar, junto à Administração da Câmara, em nome do Vereador, toda e qualquer reivindicação para atendimento de necessidades do gabinete; cumprir e fazer cumprir as determinações de ordem superior e as normas e procedimentos disciplinares da Casa; requisitar, em nome do Vereador, o material necessário ao funcionamento do gabinete; indicar períodos de férias dos funcionários lotados no gabinete; executar, a pedido do Vereador, periodicamente, relatório das atividades do gabinete; executar outras tarefas correlatas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) horário: 30 horas semanais;
- b) o exercício do cargo poderá exigir a prestação de serviços à noite e aos sábados, domingos e feriados.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- a) escolaridade: curso superior completo;
- b) habilitação funcional: diploma de curso superior devidamente registrado. *(Requisitos alterados pela Resolução nº 2.288, de 2012)*

FORMA DE RECRUTAMENTO: livre escolha dos Vereadores junto aos quais exercerão suas atividades, dentre pessoas que preencham os requisitos para o recrutamento.

ANEXO 3

INSTRUÇÕES
AOS
VEREADORES

LEGISLATURA 2017-2020

SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS
OUTUBRO/2016

Senhores Vereadores,

O Serviço de Recursos Humanos da Câmara Municipal de [cidade x] parabeniza-os pela eleição para vereador do município de [Cidade x].

No intuito de tornar sua chegada a este Legislativo mais organizada e fácil possível, gostaríamos de lhes passar algumas instruções acerca dos procedimentos básicos para a formação do seu gabinete.

Aproveitamos para informar-lhes que os servidores lotados em seu gabinete serão acolhidos em um projeto (PIA – Projeto de Integração e Acolhimento) pensado por este serviço para integrá-los a estrutura organizacional.

Serviço de Recursos Humanos

CÂMARA MUNICIPAL DE [CIDADE X]

A Câmara Municipal de [Cidade x]- é composta de **36 vereadores** e conduzida pela Mesa Diretora - eleita anualmente e responsável pela direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara.

A Mesa é composta pelos seguintes cargos:

- **Presidente**
- **1º Vice-Presidente**
- **2º Vice-Presidente**
- **1º Secretário**
- **2º Secretário**
- **3º Secretário**

COMISSÕES PERMANENTES

As Comissões têm como objetivo discutir e elaborar pareceres sobre os projetos em tramitação. Elas podem ser permanentes ou temporárias.

As Comissões permanentes são:

- **CCJ**: Comissão de Constituição e Justiça;
- **CECE**: Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude;
- **CEDECONDH**: Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana.
- **CEFOR**: Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul;
- **COSMAM**: Comissão de Saúde e Meio Ambiente;
- **CUTHAB**: Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Os serviços administrativos são divididos em diretorias:

Diretoria Geral – DG: Tem por competência superintender os serviços administrativos da Câmara, representar o Presidente, assessorar a Mesa Diretora e as Comissões Técnicas, assinar correspondências e certidões, visar, juntamente com o Tesoureiro, os cheques de retiradas de conta bancária.

Diretoria Administrativa – DA: Administra os recursos humanos envolvendo a folha de pagamento, o ingresso, os concursos públicos e o controle da efetividade, bem como o controle dos processos e correspondências.

Diretoria Legislativa – DL: Tem por competência assessorar a Mesa da Câmara em Plenário, as Comissões, os Vereadores e o Diretor Geral, bem como determinar as providências necessárias à realização das Sessões Plenárias e reuniões das Comissões Parlamentares; efetuar registros, orientar a tramitação dos projetos e demais proposições.

Diretoria de Patrimônio e Finanças – DPF: Tem por competência o controle e a elaboração da proposta orçamentária e a sua execução, os registros contábeis, o controle dos bens patrimoniais, a aquisição de materiais de consumo e permanentes e a contratação de serviços.

Atividades Complementares: Responsável pelas questões ligadas à infraestrutura e logística do Legislativo, tais como os serviços de Portaria, Sonorização, Copa, Limpeza, Telefonia e Elétrica, Setor Gráfico e Reprográfico, Transportes, Manutenção e Engenharia.

FORÇA DE TRABALHO



* Servidores de outros Órgãos, à disposição.

COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA DOS GABINETES

A escolha dentre as opções de Estrutura Complementar será realizada pelo Vereador semestralmente, a partir do primeiro dia útil do mês de janeiro e julho. A opção é imutável até o final de cada semestre do mesmo exercício.

Estrutura A - Podem ser nomeados 06 (seis) Cargos em Comissão:

Cargo	Quantidade	Escolaridade Exigida
Supervisor de Gabinete Parlamentar – CC7	01	Ensino Superior
Assessor Especial de Gabinete – CC6	02	Ensino Médio
Assessor Parlamentar de Gabinete – CC1a	03	-

Estrutura B - Podem ser nomeados 07 (sete) Cargos em Comissão:

Cargo	Quantidade	Escolaridade Exigida
Supervisor de Gabinete Parlamentar – CC7	01	Ensino Superior
Assessor Especial de Gabinete – CC6	01	Ensino Médio
Assessor Parlamentar de Gabinete – CC1a	05	-

Também poderão fazer parte da estrutura:

- Até 05 (cinco) colaboradores (sem qualquer ônus), devidamente identificados com crachá fornecido pelo Setor de Ingressos e Acompanhamento, desde que requerido pelo vereador (Resolução de Mesa 354/2006 – Art.45).

- Até 03 (três) servidores do Executivo Municipal por gabinete, com ônus para a origem. A solicitação deve ser realizada através de requerimento padrão, que pode ser obtido no Setor de Ingressos e Acompanhamento ou nas “Pastas Públicas” do Outlook. A cedência será concretizada somente após autorização do Órgão de origem e publicação no Diário Oficial de [Cidade x]-DOPA. Base legal: Protocolo de Intenções nº 02/2013 (deve ser renovado na próxima Legislatura).

COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA DAS BANCADAS

A estrutura das bancadas pode ser composta pelos cargos abaixo relacionados, no quantitativo equivalente ao número de vereadores por bancada, indicados pelo Vereador Líder da Bancada.

Número de Vereadores por Bancada	Composição
01	01 Assessor Parlamentar de Bancada (Nível Superior) 01 Assessor Especial de Gabinete (Nível Médio) -
02 a 03	01 Assessor Parlamentar de Bancada (Nível Superior) 01 Assessor Especial de Gabinete (Nível Médio) + 01 Assessor Parlamentar de Bancada (Nível Superior)
04 a 07	01 Assessor Parlamentar de Bancada (Nível Superior) 01 Assessor Especial de Gabinete (Nível Médio) + 02 Assessor Parlamentar de Bancada (Nível Superior)
08 a 10	01 Assessor Parlamentar de Bancada (Nível Superior) 01 Assessor Especial de Gabinete (Nível Médio) + 03 Assessor Parlamentar de Bancada (Nível Superior)
Acima de 10	01 Assessor Parlamentar de Bancada (Nível Superior) 01 Assessor Especial de Gabinete (Nível Médio) + 04 Assessor Parlamentar de Bancada (Nível Superior)

CARGOS EM COMISSÃO QUE ATUAM NA ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA

Cargos em Comissão indicados pelo **Presidente**:

Cargo	Quantitativo de cargos
Diretor Geral – CC9	1
Diretor de Patrimônio e Finanças – CC8	1
Diretor Administrativo – CC8	1
Diretor Legislativo – CC8	1
Coordenador de Assessoria de Comunicação Social – CC8	1
Assessor de Relações Públicas – CC7	2
Assessor Jornalista – CC7	7
Chefe do Gabinete da Presidência – CC7	1
Assistente do Gabinete da Presidência – CC4	1
Assessor Parlamentar de Plenário – CC7	14

Demais cargos em comissão, indicados conforme quadro demonstrativo:

Cargo	Quantitativo de cargos	Indicação
Assessor Parlamentar de Mesa – CC7	6	Vereadores integrantes da Mesa Diretora
Assessor Técnico de Comissão – CC7	6	Vereadores Presidentes das Comissões Permanentes
Assessor Parlamentar de Liderança do Governo – CC7	1	Vereador Líder do Governo
Assessor Parlamentar de Liderança da Oposição – CC7	1	Vereador Líder da Oposição

NOMEAÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO

Para realizar a nomeação é necessário que o Vereador protocole o requerimento padrão, que pode ser obtido no Setor de Ingressos e Acompanhamento unas “Pastas Públicas” do Outlook

Conforme OS nº 16/2013, alterada pelo OS nº 17/2014, a nomeação ocorrerá na data de publicação da Portaria no DOPA.

A troca da Legislatura é considerada exceção pela referida OS, sendo que a nomeação poderá ocorrer, até o dia 31 de janeiro, na data de registro de protocolização do respectivo requerimento pela Seção de Protocolo e Arquivo.

*** Não poderão fazer parte da estrutura de gabinete pessoas com as seguintes relações de parentesco, conforme a Súmula Vinculante nº 13 do STF, além do(a) cônjuge e do(a) companheiro(a):

Parentesco consanguíneo		Parentesco por Afinidade – família do cônjuge ou companheiro(a)
Linha reta	Linha Colateral	
Bisavós (3º grau)	Tio (3º grau)	Filho de cônjuge (1º grau)
Avós (2º grau)	Irmão (2º grau)	Sogro (a)
Pais(1º grau)	Sobrinho (3º grau)	Genro/Nora (1º grau)
Filhos (1º grau)		Cunhado(a) (2º grau)
Neto (2º grau)		Neto do cônjuge (2º grau)
Bisneto (3º grau)		Tio do cônjuge (3º grau)
		Sobrinho do cônjuge (3º grau)
		Bisneto do cônjuge (3º grau)

***Primos são parentes de 4º grau, não se enquadram na Súmula Vinculante nº 13 do STF.

DOCUMENTOS PARA INGRESSO NA CÂMARA MUNICIPAL DE [CIDADE X]

(Apresentar os documentos originais)

Para a entrega da documentação,
informamos que: 1- A documentação
precisa estar **COMPLETA**

- 01) * Carteira de Identidade (Registro Geral);
- 02) * Cadastro de Pessoa Física (CPF/CIC) caso não conste no RG;
- 03)** * Título de Eleitor com os comprovantes de votação da última eleição (dois turnos) ou Certidão de Quitação Eleitoral **(Poderá ser obtida no site <http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>)**
- 04) * Certificado de Reservista (isento acima de 45 anos completos, de acordo com a Lei nº 4.375/64);
- 05) * PIS/PASEP (encontrado na Carteira de Trabalho);
- 06) * Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- 07) Certidão de Registro Civil (nascimento, casamento, divorcio, traslado);
- 08) * Comprovante de Escolaridade;
 - 10.1) **Para cargo de nível superior apresentar:**
 - a) Diploma de Curso Superior;
 - b) Identidade Profissional (emitida pelo Órgão de Classe);
 - c) Prova de estar regularmente habilitado para o exercício da profissão, mediante apresentação de Certidão do Órgão de Classe, onde conste que está em dia com a tesouraria e que não está sofrendo pena disciplinar (exceto para os cargos de Supervisor Parlamentar de Bancada e Supervisor de Gabinete Parlamentar);
- 09) * Declaração de Bens (poderá ser cópia da última declaração do Imposto de Renda – item Bens e Direitos);
- 10) * Comprovante de Endereço;
- 11) * Dependentes e ou Familiares (cônjuge, companheiro, filho, enteado, tutelado, entre outros);
 - a) CPF/CIC;
 - b) Certidão de Nascimento;
 - c) Carteira de Identidade (Registro Geral);
- 12) * Declaração e Certidões para satisfazer a Emenda nº 33/11 que inclui o Artigo 19-A na Lei Orgânica do Município de [Cidade x] (Lei da Ficha Limpa). (Conforme parecer da Procuradoria constante no Proc. 0236/12).

FICHA LIMPA

Pessoas investidas nos cargos em comissão ou efetivo, devem apresentar:

- 1)** Declaração de que não se enquadra nos impedimentos previstos na Lei Complementar Federal nº135/10, com a observação de que o servidor que fizer declaração falsa sofrerá sobre sanções previstas em Lei **(Declaração a ser assinada no ingresso)**;

- 2) *Certidão da Justiça Federal quanto a não existência de condenação eleitoral, em decisão transitada em julgado, ou proferida por órgão colegiado, nos últimos 8 anos, expedida, no máximo, há 6 meses (**Poderá ser obtida no site <http://www.trf4.ius.br/trf4/processos/certidao/index.php>**);
- 3) *Certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal (**Poderá ser obtida no site <http://www.trf4.ius.br/trf4/processos/certidao/index.php>**), expedida, no máximo, há 6 meses;
- 4) *Certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral (**Poderá ser obtida no site <http://www.tse.ius.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>**), expedida, no máximo, há 6 meses;
- 5) *Certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual (**Poderá ser obtida no site http://www.tirs.ius.br/site/servicos/alvara_de_folha_corrida_cert2g/**), expedida, no máximo, há 6 meses;
- 6) Certidão de antecedentes criminais da Justiça do Distrito Federal (**para os residentes no DF nos últimos 8 anos**), expedida, no máximo, há 6 meses;
- 7) Certidão de antecedentes criminais da Justiça Militar (art. 125 da CF) quando for o caso de ter atuado em qualquer Órgão Militar nos últimos 8 anos, expedida, no máximo, há 6 meses;
- 8) Certidão negativa do Tribunal de Contas do Estado, onde foi jurisdicionado nos últimos 8 anos, comprovando que não teve as suas contas rejeitadas, expedida no máximo há 6 meses (**Somente deverá apresentar esta certidão o que houver agido na condição de ordenador de despesas nos últimos 8 anos**);
- 9) Certidão do órgão profissional a que for filiado, comprovando que não sofreu decisão sancionatória em decorrência de infração ético-profissional nos últimos 8 anos, expedida no máximo há 6 meses. (**Somente deverá apresentar esta certidão o que possui vínculo com qualquer Órgão Profissional, independente do cargo a ser nomeado**).

OBSERVAÇÃO

1 **Inspeção de Saúde:** após a entrega da documentação haverá o encaminhamento ao caso queira levar os exames para agilizar o processo, os exames necessários são:
Hemograma – VSG – Glicemia – Ureia – Creatinina – EQU – TGO – TGP – Gama - GT - Bilirrubinas

Para Vereadores e Cedidos não é necessário mostrar os exames e nem comparecer no IAPI.

2) **Servidores Cedidos** devem apresentar documento do Órgão de Origem que confirme sua cedência;

3) **Servidores Concursados (efetivos)** devem apresentar-se ao PREVIMPA, para entrega de documentos conforme anexo;

4) **Vereadores** até a 3.^a suplência, devem apresentar Diploma da Circunscrição Eleitoral

EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO

A exoneração de um servidor detentor de cargo em comissão poderá ocorrer:

- A pedido do servidor
- Por solicitação do vereador

Após a exoneração de um servidor, a Seção de Folhas e Registros Financeiros verifica se há valores a receber ou se ficou algum débito (geralmente ocasionado pelo auxílio-alimentação e/ou pelo vale transporte, porque são pagos antecipadamente).

O servidor detentor de cargo em comissão, quando exonerado, faz jus a férias proporcionais e/ou indenizadas, bem como 13º proporcional.

Ocorrendo débito, é aberto um Processo, visando cobrança;

Caso o ex-servidor não quite o débito, são tomadas providências, de acordo com a Resolução de Mesa nº 488/2015.

IMPORTANTE: Para evitar débitos, antes de efetuar uma exoneração, entrar em contato com a Seção de Folhas e Registros Financeiros (Ramal 4160).

ANEXO 4

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Estou realizando uma pesquisa sob supervisão do professor Rafael Machado Madeira, cujo objetivo é identificar o perfil da profissão de chefe de gabinete.

A participação dos entrevistados neste procedimento envolve: uma entrevista, que será gravada, se assim permitido, o acompanhamento do pesquisador em trabalho de campo e um questionário estruturado que tem a duração aproximada de 10 minutos.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Ademais, na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a), prezando pelo anonimato.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora através do telefone: (51) 997880387 ou pela entidade responsável – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS, fone (51) 3320.3681 ou e-mail: csociais-pg@pucrs.br.

Atenciosamente

Nome e assinatura do(a) estudante
Matrícula:

Local e data

Nome e assinatura do(a) professor(a) supervisor(a)/orientador(a)

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

ANEXO 5: REFERENCIAL METODOLÓGICO

O referencial metodológico de pesquisa

A adoção de uma metodologia, ou mais de uma, correspondem aos meios adequados para o desenvolvimento de análises sobre uma determinada temática de pesquisa, a considerar que na própria tradução da palavra advinda do grego — *Methodos*, assim como na literatura, o seu significado mais difundido qualifica-se como sendo “um caminho para se chegar a determinado fim” (GIL, 2008, p. 8). Por consequência, a exegese das escolhas metodológicas torna-se indispensável para a compreensão da estrutura de um trabalho acadêmico, dado que são ferramentas de investigação rigorosas e que permitem especialmente a formulação de explicações e a compreensão das causas e efeitos de determinados fenômenos (MOURA, 2014).

Durante a formulação de uma pesquisa, os cientistas sociais devem considerar que os conhecimentos científicos sobre a vida social permeiam fatores humanos de extrema complexidade. Desta forma, o que importa não são somente os fatos, mas as interpretações dos fatos, assim como as relações entre as interpretações e os fatos, isto porque os fatos sociais são produzidos por seres que sentem, que pensam, que agem, reagem e que orientam as situações em diversos sentidos e de distintas maneiras (GILL, 1999; BORGES E CASADO, 2009; MOURA, 2014). Quando se buscam respostas neste campo, portanto, as explicações dos fenômenos devem levar em conta crenças, costumes, sentimentos, símbolos, linguagens, valores, culturas, motivações e demais aspectos subjetivos encontrados ao se ter os seres sociais como objetos de estudo.

Não pode ser caracterizada como tarefa simples, portanto, a incumbência de desvendar a matéria prima dos antropólogos, sociólogos e cientistas políticos, uma vez que mesmo entre as ações aparentemente mais simples, isolar causas e motivações exclusivas podem envolver múltiplas questões. Pense no ato de comer um bolo, por exemplo. DaMatta (1981) pondera que um bolo pode ser comido porque se tem fome, para comemorar um aniversário, para demonstrar solidariedade a uma pessoa, para revelar que o bolo feito por mamãe é melhor do que o bolo feito por dona Yolanda ou mesmo por todos esses motivos juntos. No ambiente político, ocorre o mesmo: as ações dos atores também são motivadas por aspectos subjetivos relacionados aos próprios indivíduos que nele atuam e às suas experiências, interpretações e histórias de vida.

Logo, quando objetiva-se esclarecer sobre a maneira em que atores específicos — como os chefes de gabinete, envolvem-se, atuam e interagem em ambientes específicos — como dentro o universo político, não podem ser desconsiderados os olhares sobre as interpretações, motivações e sistemas de crenças dos sujeitos pesquisados, dado que esses aspectos permitem uma percepção mais complexa da vida social, na medida em que “valoriza os significados que os indivíduos-sujeitos conferem ao mundo com suas interpretações e condutas” (VELHO, 2005, p. 13). As escolhas metodológicas deste estudo, portanto, justificam-se a partir de considerações como as de Godoy (1995), que assinala que quando a preocupação do pesquisador estiver centrada na “teia de relações sociais e culturais que se estabelecem no interior de organizações, o trabalho qualitativo pode oferecer interessantes e relevantes dados” (Idem, p.63)¹.

Partindo da consideração de que abordagens qualitativas são caracterizadas como ferramentas de obtenção de dados descritivos que procuram “compreender os fenômenos estudados segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo” (GODOY, 1995, p.58), definiram-se dois métodos de pesquisa para a estruturação deste estudo, sendo estes: a narrativa biográfica e a etnografia. No primeiro caso, porque sua utilização possibilita ao pesquisador o desenvolvimento de análises sobre os campos de significados e conjuntos de ações dos pesquisado, centrando-se na ação social a partir das interpretações dos indivíduos (ROSENTHAL, 2004). As trajetórias de vida desses agentes podem permitir também compreender sobre como se transcorreram seus processos de socialização, onde a relevância está em observar os fatos a partir de suas próprias interpretações, dado que a vantagem do método reside “no fato de considerar as interpretações dos sujeitos para a compreensão das diversas facetas da realidade social” (SANTOS, 2013, p. 13).

No que se refere ao método etnográfico, o seu uso permite a observação de bastidores do campo de atuação dos atores através de técnicas e ferramentas que possibilitam uma maior aproximação com o objeto para a obtenção de informações acerca de suas práticas e interações. Bezerra (1999) complementa que a realização de estudos que buscam compreender sobre os bastidores da política contribui

¹ Convém salientar que em pesquisas puramente qualitativas, aspectos como hipóteses estabelecidas a priori, generalizações, manipulação de variáveis e separação do sujeito-objeto não se qualificam como partes integrantes do corpo de pesquisas, isto porque pressupostos qualitativos partem de questões mais amplas. Assim sendo, estes elementos referidos não constituirão como parte do trabalho.

consideravelmente para maiores conhecimentos sobre o modo como a política é efetivamente praticada, pois privilegiam a política em ação sem desconsiderar a reflexão sistemática. Combinadas, a narrativa biográfica e a etnografia oferecem, portanto, importantes subsídios para a compreensão das práticas, ações, interpretações, motivações e interações sobre os sujeitos aos quais pretende-se analisar.

Dentro do universo político, uma analogia de Goffman (2002 *apud* Silva, 2013) referencia o papel de seus agentes participativos. Segundo o autor, o parlamentar é o ator principal de uma peça de teatro, os eleitores são a plateia e os seus assessores, por fim, são a equipe de bastidores. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que as metodologias qualitativas — das quais a narrativa biográfica e a etnografia fazem parte, seriam as cortinas que, ao abrirem-se, fornecem ao pesquisador o acesso àquilo que acontece por entre os bastidores, permitindo a este explorar questões tanto sobre o ambiente, quanto sobre seus atores, sejam eles os principais ou os demais sujeitos que participam de modo direto e indireto do espetáculo. Isto ocorre porque abordagens como estas referidas possibilitam a coleta de dados através do contato e da maior aproximação do pesquisador com seu campo de pesquisa (GODOY, 1995).

Por fim, utilizando da argumentação de Uriarte (2012), a importância da escolha metodológica concentra-se no fato de que esta é considerada como a forma utilizada para que o pesquisador se aproxime do objeto estudado afim de compreendê-lo. O autor exemplifica que, ao estudarmos sobre um objetivo como uma cidade, para explorá-la, podemos utilizar do método de estudo de caso, do comparativo ou mesmo “podemos escolher a trajetória de uma família e contar a sua história na cidade; estaremos usando o método biográfico” (URIARTE, 2012, p. 5), assim como “(...) podemos nos ‘jogar de cabeça’ na vida de uma rua e estaremos utilizando o método etnográfico” (Idem). Nesse sentido, essa pesquisa pretende tanto estudar as trajetórias quanto “se jogar de cabeça” em uma câmara legislativa objetivando compreender as ações dos chefes de gabinete.

O método etnográfico para a compreensão dos fenômenos políticos

Os primeiros estudos voltados para a análise etnográfica dos processos políticos tiveram o seu surgimento na área da Antropologia. Quando, a partir da década de 1930, a disciplina afasta-se da noção etnocêntrica centrada nas sociedades consideradas à época como marginalizadas, abrem-se espaços para contextos urbanos e locais

institucionais tais como “delegacias, hospitais, laboratórios, empresas, fóruns de justiça, *câmara de vereadores* e outros órgãos do campo da política” (grifo nosso, SCHUCH, VIEIRA E PETERS, 2010, p. 11)². Se desenvolve entre a Antropologia, ao longo do tempo, a presença da dimensão política e essa se particulariza, passando a ser considerada como uma subespecialização intitulada de Antropologia da Política³ (BALANDIER, 1969; PALMEIRA E BARREIRA, 2004; KUSHNIR, 2007).

Ao longo do tempo, o recorrente uso do método teve como consequência a sua disseminação em diversos outros campos científicos e os próprios estudos sobre temas envolvendo o ambiente político multiplicaram-se⁴ (VELHO, 2003). O campo da etnopolitologia firmou-se também na Ciência Política, onde, porém, considera-se em momento de progresso, com ainda baixa incidência, ocorrendo em maior parte entre antropólogos e sociólogos do que entre os cientistas políticos (FENNO, 1986; AUYERO, 2006; JOSEPH, 2007, BAIOCCHI E CONNOR, 2008, WEDDEN, 2010; CUEVAS E PAREDES, 2012, ÉSPIN, 2016). Nesse sentido, Auyero e Joseph (2007) ressaltam que, como resultante, tanto a esfera política quanto os seus principais atores permanecem sem protagonismo dentre os estudos etnográficos, sendo qualificado como um campo de pesquisa ainda subestimado. Oliveira (2015) justifica este fenômeno, em parte, como sendo resultante de uma hegemonia da área em abordagens de caráter quantitativo:

No caso da Ciência Política, a sedução e a hegemonia da linguagem estatística e quantitativa e a fixação dos cientistas políticos por modelos formais, por abordagens estatísticas, gráficos, regressões e correlações (...) acabam se tornando ingredientes decisivos para a marginalização das investigações não estatísticas como pré-científicas e inferiores e, evidentemente, para que a etnografia não figure em sua prática de pesquisa como uma das metodologias fidedignas e confiáveis para a investigação da vida política (OLIVEIRA, 2015, p. 188)

Estudos que utilizam a etnografia para a compreensão dos fenômenos políticos possuem baixa incidência também no caso brasileiro, onde a análise etnográfica sobre

² Para mais sobre as transformações ocorridas na disciplina que viabilizaram estudos voltados para temáticas políticas, ver em Swartz, Tuner e Tuden (1966), Balandier (1969), Bezerra (1999), Palmeira e Barreira (2004), Varela (2005), Peirano (2006); Kuschnir (2007), Gusmão (2008), Sousa e Barroso (2008), Schuch, Vieira e Peters (2010), Korsback (2010), Oliveira (2015).

³ A antropologia da política teve o seu termo alterado ao longo do tempo para antropologia política e a chamada etnografia política surgiu sob a rubrica de antropologia da política (BAIOCCHI E CONNOR, 2008).

⁴ Peirano (2008) afirma que surpreendeu-se ao perceber que, em um congresso, reuniram-se geógrafos, educadores, filósofos e sociólogos a se utilizarem da etnografia, demonstrando que a noção de que todos podem fazer etnografia se encontrava realmente difundida.

práticas políticas ganha o estatuto de objeto de investigação apenas durante a década de 1990 (KUSHNIR, 2005; COMEFORD E BEZERRA, 2013). É importante ressaltar que nesse caso, boa parte da produção etnográfica sobre a temática tem sido fruto de contribuições do NuAP (Núcleo de Antropologia da Política), através de cadernos e séries de livros que abrangem a temática produzidos por autores de áreas diversas (CARDOSO E BRINGHENTI, 2017).

Sobre suas contribuições, ao utilizar-se da etnografia política, a ferramenta “pode enriquecer a análise política lançando luz sobre novas dimensões, observando os processos de perto, sob um olhar microscópico localizado na vida cotidiana⁵” (ESPÍN, p. 250, 2016) e, ainda, atuar como uma lupa sobre os fenômenos políticos, ao demonstrar dimensões que não seriam possíveis a partir de uma ótica macro, convidando-nos “a prestar atenção à política diária de grupos sociais cujo comportamento e visões foram menos estudados academicamente⁶” (*Idem*, p. 258, 2016). Para o estudo dos atores e das instituições políticas, portanto, são estes protagonizados como objetos de estudo vistos *sob o microscópio*, ao detalhar-se acerca das experiências e dos processos que ocorrem nessas instituições ou entre os atores em questão e o seu cotidiano (AUYERO, 2006; AUYERO E JOSEPH, 2007, BAIOCCHI E CONNOR, 2008).

Permite-se a partir desta abordagem que sejam respondidas perguntas simplesmente não acessíveis por outros meios “dentro de um prisma microscópico em que seria possível perceber as interações dos agentes políticos enquanto elas acontecem” (VIEIRA, p. 98, 2016), uma vez que a etnografia possui como pressuposto *deixar o objeto falar* (*Idem*). Ademais, suscitam também reflexões sobre a essência da política em si, a partir de sua multiplicidade e das formas simbólicas das práticas de governo, constituindo-se como um dos meios privilegiados para que faça possível compreender acerca da natureza das instituições. (NASCIMENTO, ALVES E MATOS, 2015; RADCLIFFE-BROWN, 1940 *apud* KUSHNIR, 2007). Partindo, portanto, das considerações de que temáticas como a rotina de um partido, de um órgão público ou de um sindicato, assim como as experiências vividas pelos atores políticos em seu

⁵ Original: “la etnografía política puede enriquecer el análisis politológico arrojando luz sobre nuevas dimensiones al observar los procesos de cerca, bajo una mirada microscópica situada en la vida cotidiana.” (ESPÍN, p. 250, 2016).

⁶ Original: “la etnografía política nos invita a prestar atención a la política cotidiana de grupos sociales cuyo comportamiento y visiones han sido menos estudiados académicamente. (ESPÍN, p. 258, 2016)

cotidiano ainda se encontram distantes da agenda política etnográfica (BAIOCCHI E CONNOR, 2008; VIEIRA, 2016)

A narrativa biográfica para o estudo da ação política

A quarta entrevista foi aplicada durante a realização de uma disciplina de Narrativas Biográficas ministrada pelo Prof. Dr. Hermílio Pereira dos Santos na PUCRS. O entrevistado foi indicado por uma chefe de gabinete, sua colega de partido, e a entrevista aplicada teve como base o método de reconstrução de caso biográfico de Gabriele Rosenthal (2014). A entrevista foi analisada ao longo da disciplina com apontamentos e observações do professor e dos colegas presentes.

Após uma conversa com Simone, a chefe de gabinete sugeriu que eu entrasse em contato com Paulo, seu colega de partido e também assessor do gabinete vizinho. À época, me encontrava cursando uma disciplina de narrativa biográfica na qual a avaliação consistia na análise de uma entrevista em que o método fosse aplicado através de uma reconstrução de caso biográfico, partindo das premissas formuladas pela socióloga Gabriele Rosenthal (2014). Como a pesquisa sobre os chefes de gabinete já se encontrava em andamento, considerei oportuno aproveitar a situação e investigar se haveria possibilidade de utilizar a narrativa biográfica e a etnografia em um mesmo estudo. Posteriormente, ao entrar em contato com Paulo, conversamos e marcamos um horário para a semana seguinte, ocasião em que apliquei, pela primeira vez, a abordagem baseada nos estudos de Alfred Schütz.⁷

Alcântara (2016, p. 105) questiona em sua obra sobre o que passa pela cabeça de uma pessoa e o que acontece em sua vida para que ela decida se dedicar à política. O estudo aqui proposto caminha pelo mesmo sentido de reflexão, uma vez que a prática política relaciona-se com os meios de ação dos indivíduos e, para que possam ser compreendidos esses processos, torna-se necessário o uso de métodos de análise que priorizem a ação, pois esse tipo de abordagem permite compreender a construção dos significados e das ações dos atores a partir de procedimentos interpretativos que levem em conta a interação entre as pessoas, dado que os sujeitos compartilham entre si percepções, experiências e conhecimento ao longo de suas trajetórias (SCHÜTZ, 1967).

⁷ Demais informações sobre a situação de entrevista e o seu processo de análise podem ser conferidos no Anexo (X). Além disso, consta também no Anexo (X) o debate teórico sobre o referente método, assim como informações que fundamentam a sua utilização especificamente voltada para estudos de caráter político.

Partindo disto, este anexo intenta elucidar sobre a aplicação da narrativa biográfica especificamente para o estudo de ação dos atores políticos.

Considerado como precursor da sociologia fenomenológica compreensiva⁸, Alfred Schutz (1899 - 1959) centrou suas análises na construção de significados do mundo social e buscou compreender os aspectos envolvidos no sentido do ser humano para a ação. O autor dialoga com Weber (1969), que atribui a importância da ação por considerar que é nela onde “está incluído todo o comportamento humano à medida que o ator lhe atribui significado subjetivo” (*Idem*, 1969, p. 110). No mesmo fundamento, ao buscar compreender os significados das ações dos sujeitos — tanto os objetivos, quanto os subjetivos (ou seja, tanto aqueles que encontram-se na superfície, quanto aqueles que se encontram nas “entrelinhas”), Schutz (1967) referencia a necessidade de, primeiramente, procurar entender a situação biográfica desses atores sociais, assim como os seus fluxos de experiências, pois são estes os fatores que irão condicionar as interpretações dos sujeitos em momentos posteriores (NATANSON, 2008).

Sustentada no argumento de que toda a ação individual se encontra sob um conjunto de informações fornecidas por interações humanas e que podem ser repassadas sobre fatos ocorridos ainda anteriores ao nascimento dos atores, através de seus ancestrais e do mundo dos outros que existe antes mesmo do mundo do eu, Schutz (1967) sustenta que essas considerações constroem um estoque de conhecimento assegurado aos indivíduos, que atua como um quadro de referências que pode influir em suas interpretações, visões de mundo, significados e processos de ação. Para além, os homens também agem através de motivações, que podem encontrar-se tanto no futuro, quanto serem estabelecidas através de suas experiências passadas e da personalidade que desenvolveram ao longo de suas vidas, onde o cotidiano dos agentes, tanto quanto suas trajetórias biográficas consideram-se como fundamentais para compreender as motivações e, por conseguinte, os processos de ações dos indivíduos (*Idem*).

⁸ As obras de Alfred Schutz mantêm um diálogo constante com a filosofia de Henri Bergson, mas o autor se utiliza, sobretudo, da filosofia fenomenológica de Edmund Husserl e da sociologia da ação e compreensão de Max Weber como ponto de partida para a análise da estrutura de significado do mundo social. Para além das influências de Schutz, muitos sociólogos teriam as obras do autor como sua própria influência, tais como Berger, Luckmann, Garfinkel, Goffmann e Giddens. Ver mais em Schutz (1967).

Velho (2005)⁹ defende o estudo da ação social a partir da perspectiva de que o sujeito lida com interações e são vistos não como mônadas isoladas, mas como agentes ativos, que atuam dentro de redes e grupos sociais, num processo contínuo de mudança e reinvenção social. Assim, “opõe-se a modelos teóricos mais estáticos, nos quais os indivíduos desempenham papéis predefinidos dentro de uma estrutura social abrangente, e a mudança social quase sempre aparece como disruptiva” (*Idem*, p.11) Centrada na mesma concepção, a narrativa biográfica foi desenvolvida inicialmente por Fritz Schutze (1983) e incrementada, posteriormente, pela socióloga alemã Gabriele Rosenthal, baseando-se nos estudos de Alfred Schutz (ROSENTHAL, 2014). O método de narrativa biográfica permite compreender os fenômenos a partir dos significados da própria perspectiva individual e leva em consideração que a realidade social constitui-se pelo sentido das experiências do ser humano e de sua interpretação de mundo, posto que os sujeitos sociais não surgem em contraposto ao mundo e reagindo a este, mas sim, como um produtor da realidade a partir da interação com outros indivíduos (WAGNER, 1979; MACEDO, 2004; ROSENTHAL, 2014).

Com foco na análise individual, a técnica metodológica busca refletir sobre a sociedade de que uma história de vida específica é parte, assim como encontrar a coletividade a partir do indivíduo (QUEIROZ, 1988; SANTOS, OLIVEIRA E SUSIN, 2014). Partindo das interpretações de Schutz, contribui para a identificação das ações dos indivíduos, assim como para explorar a perspectiva subjetiva dos mesmos (SANTOS, 2013). Nesse sentido, em uma pesquisa sobre votos, por exemplo, a análise do processo através de *surveys* poderia indicar o ato dos agentes, mas não seria capaz de capturar o processo: o que o conduziu a votar naquele candidato e não em outro, se teve dúvidas, se vendeu o voto ou se teve outras motivações. Os *surveys* não são capazes, nesse sentido, de reconhecer o processo da ação para além do ato.

No entanto, a narrativa biográfica ainda se encontra em processo de divulgação no Brasil, onde não foram encontrados, deste modo, estudos na área das Ciências Sociais que empregassem o uso do método. Por outro lado, em âmbito internacional, pesquisas como as de Rosenthal (2008), Pohn-Lauggas (2016), Köttig (2016) e Sigl (2016) podem ser referidas como alguns dos exemplos que se propuseram à análise dos

⁹ A citação de Velho encontra-se no prefácio de *Sociedade de Esquina*, obra publicada por Whyte Foote no ano de 1943 e considerada como um marco da antropologia urbana. Foi centro de amplo debate sobre metodologia e ética nas Ciências Sociais desde a sua publicação.

sujeitos voltada para o ambiente político. Neste estudo, assim sendo, utilizando-se da ferramenta de reconstrução de caso de Rosenthal (2004; 2017) também pretende-se contribuir com referente lacuna metodológica a partir dos frutos concedidos pela abordagem de narrativa biográfica.

Dentro da perspectiva de análise política, portanto, as contribuições da sociologia fenomenológica também se fazem importantes, pois permitem compreender as ações dos atores envolvidos nesse sistema, servindo como guia para que se identifiquem aspectos como as motivações e interpretações dos sujeitos diante do mundo político, suas experiências de vida e o modo como são narradas, buscando-se responder questões, portanto, sobre as formas as quais esses sujeitos envolvem-se e inserem-se no universo político, dado que uma das vantagens do estudo de caso biográfico é a possibilidade de “entrar na perspectiva do ator” (ROSENTHAL, 2004, p. 48, tradução nossa)¹⁰ e observar as perspectivas subjetivas dos mesmos em distintos tipos de contextos e meios.

¹⁰ Original: getting inside of the actor’s perspective (ROSENTHAL, 2004, p. 48).

ANEXO 6

Entrevista com chefe de gabinete Simone em 2017.

Entrevistadora: Eu vou começar te pedindo pra falar um pouquinho da tua vida assim, tipo no que os teus pais trabalhavam, onde é que tu nasceu, em que lugares que tu já morou, informações gerais...

Entrevistada: Uhum, eu nasci em Arroio dos Ratos que é uma cidadezinha aqui próxima da grande Cidade X, com sete anos fui morar em Torres, onde tem a família da minha mãe. Minha mãe é, era extensionista rural d X, agora é aposentada, então ela sempre tive proximidade com ela dos trabalhos sociais assim né, trabalhava muito com clube de Mães com associação de pequenos agricultores, com geração de renda então acompanhava bastante ela quando eu era pequena então sempre tinha acesso assim à isso né, não digo de agitar as pessoas porque era a profissão dela né mas assim de trabalhar com as pessoas assim né para melhorar a vida das pessoas então isso era uma coisa que me influenciou bastante e o meu pai sempre foi um pequeno empresário assim teve uma empresa de gêneros alimentícios depois teve um restaurante, sempre se virou, digamos assim. Eu fiquei em Torres até meus 21 anos eu acho 20, 2, até 2013... 2003 que aí quando eu passei na universidade passei na PUC, na PUC... Na UFRGS, em publicidade e propaganda e aí vim fazer faculdade, moro em Cidade X desde 2003 com exceção de um ano um ano e meio que eu fiquei fora viajando trabalhando fora e viajando fora do país.

Entrevistadora: E além desse contato com a tua mãe, qual tu diria que foi o primeiro contato assim contigo sobre o universo político? Fazia parte de movimentos sociais? De algum tipo de movimento?

Entrevistada: Ah, em torres eu sempre tive uma pulguinha digamos assim de querer mudar as coisas assim minha mãe dizia que eu era feminista desde criança porque eu não aceitava que eu tinha que lavar a louça e o meu irmão não, porque louça era coisa de mulher e eu sempre brigava e batia o pé e não lavava se ele não lavava também então, sei lá, indignação sempre foi presente comigo, mas como Cidade Y era muito uma cidade pequena, como interior, não tinha movimentos sociais, não tinha não tinha nada assim então eu lembro que na escola não tinha grêmio estudantil, essas coisas não existiam assim, então na escola eu inventei e participei de tudo que podia assim, tipo grupo de música, grupo de teatro, eu participei de tudo assim, jornal

né, aquelas coisas que sempre se inventa na escola assim para tentar dar vazão um pouco para fora da apenas da sala de aula né e uma das coisas que eu consegui me organizar assim foi nos escoteiros, fui bastante tempo escoteira, todas as minhas amigas eram, então são assim amizades que eu fiz desde infância e pré-adolescentes e que eu tenho até hoje as minhas amigas queridas que eu levo comigo e foram tempos importantes porque por mais que hoje eu não concorde muito com né, com o escotismo ou com Deus, Pátria e Família, mas naquele momento foi para mim importante porque me deu um batente noção de cidadania de né como poder ser o papel do cidadão de ajudar nas coisas mais diretas mesmo que seja uma campanha de vacinação, que seja arrecadar alguma coisa né e também se virar no mundo assim né, aprender a fazer uma mesa de taquara. (Risos)

Entrevistadora: E a tua trajetória profissional? Tu se formou em publicidade, tu fez mais graduações ou pós? Tu trabalhou no que antes de chegar até aqui?

Entrevistada: Eu cursei, ahn, quando eu entrei na UFRGS eu já entrei sabendo que eu ia fazer parte do DCE, que eu ia fazer parte do movimento estudantil... já te respondo tudo um pouco assim, do profissional e militante pode tudo ser? Que aí já tudo se confu... porque tudo se confunde um pouco né. Eu sempre soube que ia fazer parte do movimento estudantil então assim no primeiro semestre eu já me envolvi com diretório acadêmico, já fui para um Congresso da Une em Goiânia, tipo no primeiro semestre da faculdade já tava, não conhecia quase ninguém, mas já tava metida no movimento estudantil, inclusive foi quando eu conheci a Vereadora né, que é a vereadora que eu trabalho hoje. A gente se conheceu na universidade, na UFRGS e aí eu profissionalmente cursei cursava publicidade, mas conforme eu ia cursando e ia vendo o que era o mercado e ia aumentando o meu senso crítico, eu fui me dando conta que tipo não era a profissão que eu queria que não queria trabalhar dentro de uma agência de publicidade, que eu gostava muito de comunicação, mas o ambiente de uma agência de publicidade, o espaço, as próprias pessoas, como elas pensavam, não era para mim. Só que eu não tive coragem de largar tudo e mudar então eu acabei empurrando com a barriga e não, levei muito tempo para me formar, que eu não tinha paixão pelo que eu fazia assim. Eu trabalhei boa parte da minha graduação na gráfica da UFRGS dentro da própria Universidade que tinha a ver com uma comunicação, mas também era um trabalho mais assim social também né gostava muito de trabalhar lá, adorava o ambiente da Universidade então trabalhei e estudei na universidade grande parte do tempo. Durante todo esse processo eu fui do movimento estudantil, eu participei do DCE da UFRGS, fui coordenadora, fui tesoureira, fui secretária,

participei de todas as gestões durante todo o período que eu tava na universidade eu fui gestão do DCE. A partir de 2005, 2004/2005 fiz parte de algum, do diretório acadêmico também fui parte, fiz parte do DCE junto com a Vereadora né, a gente foi várias gestões de DCE e ali por 2008 mais ou menos nessa nisso que eu não tava me agradando do curso tava aqui querendo ter uma experiência diferente fui morar na Itália e aí fiquei um tempo na Itália depois acabei indo trabalhar em navio de cruzeiro desses assim aí fiquei viajando a Europa toda com esse monte de países, aí viajei bastante depois voltei pro Brasil, concluí minha graduação, tentei trabalhar numa agência de publicidade, fiquei um ano, tava muito infeliz assim não era o que eu queria e aí a Vereadora me convidou para vim trabalhar com ela. E aí eu não pensei duas vezes larguei tudo aceitei e vim porque era o que eu estava querendo assim, dar uma reviravolta e o mercado já não tava me agradando muito então vim trabalhar com a Vereadora em 2013, eu sempre quis fazer jornalismo me arrependi até a morte de não ter feito, não ter mudado o curso né. 2013 eu entrei na PUC para fazer jornalismo aí eu cursei uns quatro semestres eu acho e agora eu tô trancada porque... ah, é cansativo né trabalhar o dia inteiro e estudar à noite as questões da violência também causam muito medo de voltar à noite pra casa e principalmente a questão financeira que eu não consegui manter porque a universidade é cara enfim então mas é uma coisa que eu quero muito ainda é concluir o curso de jornalismo e depois fazer uma especialização quem sabe inclusive ser professora mais para frente.

Entrevistadora: E quando tu começou que a Vereadora te convidou para trabalhar tu já veio direto para o cargo onde tu tá ou tu trabalhou em algo mais no sentido da tua formação inicialmente?

Entrevistada: Não, eu vim mais para o atendimento pra a parte assim né que fica ali na frente atendendo as pessoas porque eu sempre tive facilidade com me comunicar e atender as pessoas então vim fazer atendimento, fiquei bastante tempo fazendo atendimento, resolvendo as questões... fazer o atendimento não é simplesmente receber a pessoa, fazer o atendimento significa fazer o encaminhamento das demandas das pessoas, então marcar reunião direto com a Vereadora, ou tentar junto a algum órgão específico da prefeitura resolver, por exemplo a gente tem muito procurado por questões sociais, então tentar junto à FASC resolver o problema daquela pessoa ou questões do tipo buraco na rua ou bueiro entupido fazer pedido de providência, então fiquei bastante tempo nisso claro que a minha formação em comunicação sempre ajudou porque a gente está na era da do Facebook enfim né eu não trabalhava especificamente com as redes da Vereadora porque isso a gente tinha sempre teve um

profissional específico de comunicação para trabalhar com alimentar as redes enfim, mas eu sempre até então trabalhava com a parte das das demandas que chegavam por e-mail ou mensagens de Facebook então respondia os e-mails porque grande parte dos e-mails são demandas das pessoas também. Respondia os e-mails, respondia as mensagens de facebook e aí depois de um certo tempo foi mudando a configuração do gabinete foi entrando outras pessoas que foram pegando outras tarefas e eu fui pegando tarefas mais políticas né então hoje o atendimento quem faz é uma outra colega e eu tô nas questões mais gerais de próprio gerir digamos o próprio gabinete né, de manter todo mundo a par das coisas que acontecem porque a demanda é muito rápida e muita demanda então às vezes a gente está tocando uma coisa e quando vê já vem outra e atropela então é muito fácil da gente se confundir ou se perder então eu tento fazer isso de manter todo mundo a par, acompanhar e acompanhar a Vereadora nas questões políticas para tanto ajudar quanto pra ter essa visão do todo.

Entrevistadora: E a Vereadora tu já acompanhava a carreira política dela então antes de começar a trabalhar com ela? Tu chegou a participar de alguma campanha antes, algo nesse sentido?

Entrevistada: É, na verdade nós somos amigas antes de da política né, não entendendo, entendendo o movimento estudantil como político mas não parlamentar a gente sempre sempre sempre juntas enfim, participamos do DCE, sempre fomos muito amigas. Em 2008 o PSOL achava que precisava ter uma representação da Juventude nas eleições a vereador e a Vereadora ficou em dúvida se deveria ser ela, eu apoiei muito achava que ela deveria ser porque ela sempre foi uma pessoa muito abnegada à luta, às questões de militância mesmo né, era uma pessoa que conhecia muito da Universidade, muito da Juventude, muito política nacional também, então eu fui uma das que Insistiu muito para ela fosse e aí ela aceitou o convite para ser candidata a vereadora, nesse período acabei indo viajar e não pude ajudar ajudei a distância só na campanha dela, mandando e-mails e mensagens para os meus amigos quando eu volto ao Brasil ela já era vereadora, então a partir disso eu participei de todas as campanhas dela, ajudei até as duas, três últimas eu coordenei a campanha então que significa pensar toda a campanha né, desde o material de divulgação até as panfletagens, tudo né então eu sempre coordenei as campanhas dela

Entrevistadora: E sobre o teu cargo no caso né... o que que são as funções mais específicas assim, as funções gerais do cargo?

Entrevistada: É, assim, eu acho que uma das coisas que a gente tem que deixar claro que é, cada mandato é um mandato, cada partido é um partido, cada visão é uma visão né, eu posso falar como é aqui no nosso gabinete, não posso falar por todos os chefes de gabinete e todos os vereadores porque são diferentes né. O meu cargo aqui é, primeiro, como a gente tem muita demanda e a Vereadora não consegue, ela faz maior esforço para atender todo mundo para receber todo mundo só que eu tento filtrar um pouco do que que eu posso resolver sem antes, sem passar por ela, porque ela já tem muitas coisas então às vezes tem coisas que eu consigo resolver que não precisem passar para ela para que ela possa se ocupar com outras coisas né, porque o plenário é muito difícil né, ali, tu pensar os projetos tu conseguir articular com os vereadores para que não votem coisas que a gente acredite que são prejudiciais ao povo enfim ou mesmo para aprovar um projeto nosso então eu tento desonerá-la de todas as, de demandas assim, então eu faço bastante atendimento político os atendimentos mais de problemas as gurias encaminham mas quando são atendimentos políticos mesmo que aí gente não está falando da, do buraco na tua rua, a gente tá falando da associação de moradores que quer fazer uma ação maior entendeu, aí a gente quer, que aí é um outro patamar né, se é um buraco na rua é um ofício que a gente encaminha, se é uma reunião com o gabinete do prefeito aí é mais político né, mas tem pessoas que fazem questão de falar com a vereadora com a Vereadora e ela atende todo mundo só que aí é uma questão de agenda às vezes demora um pouco mais, então eu faço esse atendimento. Eu participo de algumas reuniões com a Vereadora, participo de muitas reuniões com ela a maioria das reuniões em que eu pego os encaminhamentos e acompanho os encaminhamentos e dou continuidade aos encaminhamentos então uma reunião determinou que ia ser enviado um ofício ao secretário que teria uma convocação de uma nova reunião, enfim, então eu providencio tudo isso, agora vou te dar um exemplo, a gente recebeu uma demanda na COTAB que é a comissão que a Vereadora faz parte aqui na Câmara de Vereadores, a gente recebeu uma demanda dos síndicos dos condomínios do Minha Casa Minha Vida, então eles chegaram na câmara fazendo uma denuncia sobre inúmeros problemas nos condomínios, a partir daquilo ali a gente viu que não era uma coisa específica de um condomínio ou de outro, mas era um problema muito maior, que tinha a ver com a Caixa Econômica Federal, que tinha a ver com as empreiteiras, que declaravam falência, abandonavam as obras, enfim, então a partir disso se constituiu um grupo de trabalho, que a Vereadora preside, pra acompanhar e propor coisas então a gente fez está fazendo visitas em vários desses condomínios eu acompanho essas visitas e eu tô produzindo, ajudando a produzir um relatório dessas visitas que ao final dos

trabalhos vai apresentar, vai ser apresentado com o que tá acontecendo e quais são as propostas que a gente tem para melhorar isso né então é um pouco isso, dá vazão, ajudá-la a encaminhar as coisas, e além disso é tentar manter a equipe toda do gabinete a par porque a Vereadora nem sempre consegue sentar, explicar as demandas ou pedir para encaminhar então eu também tento distribuir as tarefas digamos assim entre nós e acompanhar a execução das tarefas e manter todo mundo a par do que tá acontecendo nós somos um grande time assim, uma grande equipe, todo mundo tem uma função só que é muito comum de cair uma bomba em nós né, então assim uma semana a gente tá tranquilo de repente o prefeito larga um pacote de ataque aos servidores Municipais, então e aí os servidores entram em greve que foi que aconteceu agora recentemente então praticamente todas as nossas demandas pararam. A gente ficou girado só para isso, nós produzimos duas cartilhas para esclarecer a população sobre o que que tava acontecendo, enfim, a nossa comunicação gerou muito em torno disso, a nossa questão política gerou muito em termos de acompanhar a nossa questão jurídica digamos assim, girou muito em termo de fazer um contra projeto em relação a isso, uma emenda ou luta política para que se retirasse né, esse caso felizmente foi bem vitorioso, a ação do parlamento com a ação da greve dos municípiários fez com que o governo retirasse o pacote então é um pouco isso assim, no geral.

Entrevistadora: E funções como por exemplo, fazer os projetos de lei ou fazer os discursos, também faz parte do que tu faz ou isso é mais com a Vereadora?

Entrevistada: Os discursos a Vereadora nunca escreve, nunca vai com eles prontos, assim né, ela tem bastante experiência então, o que eu faço as vezes é, ela vai participar de alguma reunião, ou tem algum tema, não necessariamente no plenário, mas as vezes assim nas reuniões, nas comissões tipo a COTAB, um tema sobre alguma coisa, bom, a gente não sabe tudo de tudo né, então as vezes o que eu ajudo é fazer uma pesquisa sobre o tema e entregar o material impresso para que ela possa ajudar né, para que ela possa ter embasamento sobre o que que ela tá falando. Nem sempre a gente sabe ou as vezes sabe mas não lembra de quanto foi a verba destinada, então eu ajudo nas pesquisas disso. De discurso não, mais assim na parte de subsídios teóricos né, pras pautas. Muitas vezes tem uma demanda também de um projeto que vai ser votado, que é muito comum assim, nós tentamos fazer sempre um contato coletivo então grande parte dos projetos que a gente faz a gente sempre tenta envolver as partes interessadas. Vou te dar um exemplo, aconteceu um caso de violência e agressão à uma mulher dentro de um táxi. Quando a gente leu aquele caso, que que a gente pensou? O que nós, enquanto município, porque também a gente tá muito restrito a ser município né, tem coisas que a gente não pode

legislar. Em geral a gente não pode legislar onerando né, o município, então os nossos projetos nunca podem dizer que o município vai gastar tanto né, a gente faz as propostas, então nesse caso a gente olhou para aquele caso e falou assim: pô, o que que o nosso mandato feminista que luta tanto pela pauta das mulheres pode fazer em relação aos táxi? então naquele momento que a gente fez? bom eu não sei entendeu, a gente pensou em algumas coisas mas a gente chamou os movimentos de mulheres que a gente conhecia, tinha acesso, fez uma convocatória geral para qualquer movimento de mulheres que quisesse, reuniu com essas mulheres e a partir disso debateu o que que a gente poderia propor de projeto de lei, que aí veio algumas coisas como cotas para mulheres no táxi e e também cotas na no próprio Uber que surgiu nosso projeto como forma de incentivo a ter mais mulheres motoristas porque as mulheres sempre se sentem mais seguras quando tão com outras mulheres né então isso, quando teve o caso dos municipais a gente chama os municipais para pensar que projetos que a gente pode fazer que vão beneficiá-los, então a maioria dos nossos projetos eles são feitos em conjunto com aqueles que tem interesse. Claro que às vezes eu tô olhando e aí eu vejo assim que em tal prefeitura se apresentou um projeto que é super interessante, na hora eu já mando para nós, pro nosso grupo de whats e digo ba, gente, olha isso aqui gente, vamos pensar em algo parecido, vamos propor e tal e o inverso também acontece às vezes chega um projeto a gente não sabe como voltar, se vota a favor, se vota contra, se apresenta uma emenda, se não apresenta, porque a gente não não conhece não tem apropriação sobre aquilo não sabe mesmo então o que que a gente faz? chama os interessados e pergunta: que vocês acham disso? vocês acham que isso aqui é bom? se isso aqui é bom, tem como melhorar? Não tem como melhorar, de fundo é só a espinha dorsal é ruim então nem vamos fazer uma emenda, a gente vai votar contra, a ideia é boa mas isso aqui é ruim então a gente faz uma emenda, então a gente procura, claro, nem sempre dá para fazer as coisas assim de forma tão coletivas mas sempre que é possível a gente faz e aí o meu papel é quando a Vereadora não pode eu vou atrás desses movimentos e... mas quem escreve mesmo assim os projetos né, que elabora e tal é o Fulano que é o nosso advogado que é formado em advogado e que é assessor da bancada então as partes de projeto é com ele especificamente pra botar nos moldes de um projeto, então toda vez que eu tenho uma ideia mirabolante também eu consulto ele, isso é viável? Isso pode? Que que tu acha? não é comigo exatamente.

Entrevistadora: E os projetos é, eles, vocês ficam bastante em função deles? Tipo toda semana tem projeto pra serem votados ou....

Entrevistada: Não, não.

Entrevistadora: Não é algo que ocupa muito tempo?

Entrevistada: O plenário, é, quase tudo gira em torno, os projetos gira em torno do plenário né, então que que acontece, quando a gente apresenta um projeto, ele precisa passar pelas comissões e depois ele vai à votação, então tanto para nós quanto para os outros então a gente tem uma ordem do dia que a gente sabe quais são os projetos que estão priorizados, ou seja, quais são os projetos que estão para votar. Quando a gente pega os projetos ali e vê que tem coisa que é sacanagem, que não é boa, a gente começa a se articular em torno daquilo ali, ou a denunciar ou a chamar o movimento social para vir aqui, tipo os municipais é o melhor exemplo né, quando a gente viu o pacote, chama os municipais porque a pressão do povo ali nas galerias pesa muito na hora da decisão dos vereadores né. Então as vezes tu tem uma pauta que é muito nefasta pra cidade mas aí tu pode denunciar tu pode gritar tu pode se escabelar na Tribuna mas se aquilo não tem eco acaba passando por que os cara tão ali porque tem que saber que também tem muitos interesses né, dentro dos vereadores, tem gente que defende setor imobiliário tem gente que defende o setor empresarial, então o que mais fazem são projetos que votam contra o povo né. A gente não é uma máquina de projeto sabe? que a gente tem tanta demanda, que não é necessariamente a gente se preocupa em apresentar projetos, apresentar projetos, a gente se preocupa de acordo com a realidade responder a um projeto se vale, se tem a ver então eu diria que não, os projetos... sim e não, eles não nos ocupam tanto tempo porque nós temos a luta, a rotina diária mas eles também nos ocupam quando tem projetos que tão em pauta, sejam nossos ou seja um de outros que merecem nossa atenção então aí a gente acaba ficando em cima daquilo ali estudando. Projeto do Uber, por exemplo, foi algo que nos dedicou muito, a gente teve que estudar muito porque a gente era a favor da regulamentação então a gente fez uma proposta de regulamentação então essas são coisas que a gente se debruça muito. O projeto de lei de aumento de IPTU que o prefeito trouxe a gente é a favor do IPTU progressivo então não é que a gente acha que não tem que aumentar IPTU para ninguém, a gente acha que tem que aumentar IPTU para quem tem mais dinheiro e tem que diminuir IPTU para quem tem menos dinheiro né e lutando contra especulação imobiliária que é muito comum, então esse foi um projeto que nos mandou muito porque a gente estudou, teve audiência pública, reuniu com as entidades para saber o que queria dizer aquele projeto e no fim a gente entendeu que ele tinha pouco tempo porque ele chegou muito às pressas e que a gente não podia votar a favor daquele

projeto porque a gente tinha dúvidas em relação ao projeto, que não tavam claras e não tinha tempo hábil de apresentar emendas ou de aprofundar.

Entrevistadora: Tu é uma chefe de gabinete que sempre acompanha a vereadora nas sessões né, pelo que eu vejo assim, e aí como é que funciona essa questão de trabalhar de maneira mais interna, de maneira mais externa? Tu tá sempre acompanhando a Vereadora em todas as atividades que ela faz? Tem dias que tu precisa ficar mais no gabinete porque ela não tá? Como é que funciona essa questão?

Entrevistada: É, eu, a minha, a gente tem um assessor, ele acompanha o plenário porque ele tem a noção jurídica da coisa, então ele está em todas as sessões porque é ele que diz que viavelmente isso pode, isso não pode, isso não sei o que, isso não sei o que. Eu acompanho o plenário porque, politicamente é ali que as coisas acontecem, então se eu tô fora do plenário eu não sei o que que tá se debatendo, eu não sei o que que tá na ordem do dia, o que que vai votar, então, digamos, não é necessariamente a minha tarefa como chefe de gabinete mas eu faço questão de acompanhar porque é onde eu consigo acompanhar politicamente, tentar ajudar também né, então assim, tem dias que vai cair uma bomba então eu também fico ajudando ali o Fulano, quando que a gente pode né enfim, entrar com recurso alguma coisa eu tento acompanhá-la em todas as agendas mais parlamentares assim de atividade parlamentar, de acompanhar uma visita, de acompanhar uma reunião, isso eu tento acompanhar. À noite principalmente a Vereadora tem muita demanda de palestras e atividades que não é atividade parlamentar é uma atividade de... ela é convidada né, então essas eu já não acompanho tanto porque também é cansativo porque é de manhã, de tarde e de noite né então eu tento acompanhá-la sempre mais nas questões parlamentares mesmo para saber e poder ajudar e dar encaminhamentos que são tirados.

Entrevistadora: Eu queria também saber um pouquinho mais sobre essa questão da das pessoas que chegam aqui com demandas, que falou que quando tu pode tu passa para Vereadora, mas que tem vezes que é tu que atende né, aí como é que funciona, se tu pudesse me falar um pouquinho mais essa questão de resolver as demandas que eles trazem, quando, por exemplo é um caso que não tem como resolver? Como é que eles lidam com a questão de falar contigo e não com a vereadora? Esse tipo de coisa sabe?

Entrevistada: Sim, bom, primeiro que as pessoas sempre sabem que vão falar comigo né, eu não digo vai falar com a vereadora e chega aqui a vereadora não tá, então eu pergunto se pode ser comigo porque se quer esperar necessariamente para falar com ela às vezes a agenda demora

uma semana, assim, eu não consigo na mesma semana encaixar, como eu tenho mais tempo eu consigo dar mais encaminhamento mais rápido sobre isso. A Vereadora foi presidente da Comissão de Direitos muito tempo ela fez um trabalho modestia parte muito bom então e ela tem a pauta da moradia é muito é muito forte né a gente tem um projeto de áreas especiais de interesses sociais então que tem a ver com as ocupações urbanas, a gente tem uma pauta muito forte pelos direitos da cultura, os espaços públicos então toda vez que tem muito ataque à Bairro X, por exemplo, ela é bastante referência, então porquê que eu digo isso, por que nos chegam muitas demandas em relação a isso especialmente assim dos Direitos Humanos sabe então isso é muito comum, então assim, digamos, tem essas pautas muito específicas que é a pessoa que é uma pessoa em situação de rua e que não tá conseguindo vaga no albergue pra passar a noite, ou é uma pessoa em situação de rua que quer tentar uma passagem da prefeitura para voltar para sua cidade no interior isso as pessoas ali na frente conseguem encaminhar com uma ligação para FASC, então isso são as demandas mais micro. aí as vezes chegam as demandas mais coletiva né, que é o grupo de moradores da Barirro X incomodados com barulho, ou o sindicato dos professores municipais preocupados com a falta de verbas do FUNDEB, coisas que são muito políticas assim, extrapolam uma reunião aqui. A partir de uma primeira reunião aqui já vira uma audiência pública, já vira, então isso em geral se a Vereadora não tem como eu recebo e depois encaminho para ela remarco né, “não, isso aqui é bom a gente conversar com a Vereadora” ou eu converso com ela e depois eu dou retorno para as pessoas ou se há coisas mais assim, isso, buraco da minha rua eu quero falar com a Vereadora, aí eu recebo por que uma coisa é que a gente sempre tenta colocar para as pessoas é que o problema dela só é resolvido coletivamente problemas individuais, a gente até pode fazer um pedido de providência, alguma coisa, mas é muito difícil, então assim, um bueiro entupido, se tu faz um abaixo assinado, se tu faz uma comissão de moradores, tem muito mais pressão muito mais efeito do que uma pessoa ali né então isso a gente sempre tenta dar esse acompanhamento coletivo. Em geral as pessoas não se importam de falar comigo porque eu sinto que as pessoas querem ser ouvidas que querem ter sua demanda encaminhada querem ver uma solução então assim como eu procuro a gente procura atender todo mundo e mesmo que às vezes a gente não tenha caneta, não tem como resolver entendeu? Uma linha de ônibus que não tá passando em determinado bairro.. nós não somos a Prefeitura. não é nós que vamos dizer para EPTC... é que as pessoas tem dificuldade de entender isso também, acham que o vereador pode, talvez os vereadores da base do governo até tenham mais facilidade para isso mas a gente não tem essa

entrada na prefeitura, não tem essa caneta para dizer. Então em geral as pessoas não se importam de falar comigo quando elas fazem muita questão aí a gente agenda e elas falam com a vereadora às vezes ela começa o atendimento e aí me passa para continuar que ela tem que ir para o plenário alguma coisa isso é bem comum também

Entrevistadora: E o que que tu considera como, assim, o que que um chefe de gabinete deveria ter como maiores qualidades?

Entrevistada: Qualidades? ah, eu acho que o primeiro sensibilidade para entender o problema das pessoas que não têm sensibilidade e ao mesmo tempo centralidade nas coisas porque também se tu é muito sensível tu te envolve muito com o problema das pessoas porque às vezes a gente tá falando da vida das pessoas da casa das pessoas, as pessoas tão perdendo sua casa, significa, as pessoas entram aqui desesperadas que elas vão perder sua casa e vão morar embaixo do viaduto da Borges, com filho, entendeu? então assim ao mesmo tempo que eu acho que a pessoa, que um chefe de gabinete tem que ter empatia para não distrair pessoas ou às vezes tu não tá num dia bom, tu não tá com paciência mas mesmo assim tu tem que ter porque tu tá falando de um problema sério na vida das pessoas e tu também é como um psicólogo, tu tem que ter um certo distanciamento porque senão é pesado, tu vê muitos problemas. Então tu chega em casa, né, então, eu acho que isso é a primeira coisa a segunda coisa é ter honestidade porque é muito fácil se aproveitar das pessoas né. Então as vezes tu promete, não prometer coisas que tu não pode fazer, não não usar as pessoas tipo eu te consigo isso mas depois tu me consegue aquilo eu acho que isso jamais entendeu? isso é desonestidade. honestidade eu acho que acima de tudo né e ter boa vontade né porque às vezes a gente acha que não pode fazer nada ou que é bobagem mas uma pequena coisa que para nós é tão sabe faz tanta diferença para as pessoas porque as pessoas não sabem o poder que tem elas não sabem o quanto elas podem cobrar de um vereador, por exemplo, elas não sabem nem onde fica a câmara de vereadores. Se as pessoas acompanhassem uma sessão plenária ou se elas soubessem dos seus direitos muitas vezes a rua dela não tava escura, a rua dela não tava esburacada, a rua dela não tava com bueiro entupido, a creche dela não tava fechada então eu acho que ter boa vontade também de receber as demandas e encaminhar e sangue frio para uma pessoa de esquerda né, pros que são de esquerda, são indignos com o sistema, tem que ter sangue frio porque às vezes aquele plenário tu vê assim, os caras votando contra o povo assim, votando, ah, é muito indignante, é muito triste, a vontade que tem é de sair gritando xingando chutando mas não dá né, então tem que engolir e ir para casa respirar fundo e saber no outro dia levantar a cabeça e seguir lutando por

que às vezes dá muita raiva mesmo das coisas que é apresentadas e são votadas aqui e ver que vai prejudicar as pessoas e às vezes não tão nem aí sabe. Ao mesmo tempo que dá muita alegria quando tu consegue aprovar uma coisa que tu sabe que as pessoas ficam felizes e tal.

Entrevistadora: E nesse sentido um pouco, quais que são as maiores dificuldades

Entrevistada: em relação ao que?

Entrevistadora: Em relação ao cargo, tipo as funções mais difíceis, as coisas mais complexas, os maiores problemas...

Entrevistada: ah, ahn... Dificuldades.. ah, é tu não ter a caneta né tu saber que o que a pessoa está demandando é justo é o correto e às vezes tu tem que olhar para ela dizer assim nós não podemos fazer nada em relação a isso né. Isso é muito difícil assim, tem coisas que só se consegue na marra, que só se consegue com o povo mobilizado então assim, isso para mim é o mais difícil né, tu receber a pessoa, saber que aquilo ali é justo e tu não pode encaminhar. eu acho que o tempo o desgaste físico e emocional porque se tu leva a sério mesmo, eu te falo por mim né eu dedico bastante tempo aqui então esse fim de ano eu tô muito cansada porque a gente trabalhou muito eu sei que é o meu trabalho e que eu ganho para isso mas a gente trabalha muito se dedica muito né porque antes de ser uma chefe de gabinete eu sou uma militante então não é que eu vim aqui, bato o meu ponto, trabalho minhas oito horas, viro as costas, vou para casa e deixei meu trabalho aqui né, longe disso né então não tem sábado, não tem domingo não tem a noite não tem de seis da tarde acabou meu horário então isso também... o emocional eu acho que é, eu coloco como uma dificuldade porque tu tá lidando com a vida das pessoas né e ao mesmo tempo tu tá na vitrine né, então as vezes a gente erra, a gente é humano né então às vezes assim uma publicação no Facebook que não foi bem pensada ou não se investigou a fundo, nossa tu recebe.. as críticas fazem parte mas é claro que a gente também sente né.

(...)

Entrevistadora: uma questão que tu trouxe que eu queria te pedir para explorar um pouquinho mais... essa coisa das articulações políticas que vocês tem que fazer quando tem algum projeto que é ruim para população e aí vocês tem que tentar convencer os outros parlamentares a votarem contra ou a favor.. como é que funciona para ti essa questão, tu tem contato daí com os outros gabinetes, com os outros chefes de gabinete... tu e a Vereadora que fazem esse trabalho de conversar com os outros parlamentares?

Entrevistada: Eu acho assim o principal aliado numa articulação política é o povo, é quem tá interessado, então se é um projeto sobre mulheres é o movimento de mulheres, se é um projeto sobre moradia, é o movimento da moradia, então esses são os nossos principais aliados para fazer pressão. Eu, o meu papel como chefe de gabinete eu fico mais nessa ponta entendeu? chamando as pessoas, ó fulano, pulam projetos você faz parte do coletivo tá alto faz parte disso vamos fazer uma reunião antes vamos articular então eu fico mais com essa ponta os movimentos sociais e a Vereadora fica a mais na parte da bancada porque a Vereadora é líder da oposição né, então ela não fala só em nome dela, não fala só em nome do PSOL, ela fala em nome da oposição. Então ela faz articulação mais do plenário e e e e política né eu faço mais a articulação com os movimentos sociais mesmo né, os interessados, digamos assim. . porque tu não tem se tu não tem a pressão é difícil que tu consiga barrar ou aprovar alguma coisa sabe porque aqui não é um espaço favorável digamos assim.

Entrevistadora: E aqui dentro do gabinete como é que funciona a relação entre todos os assessores. Tu me falou aquele dia que dependendo do assunto tu organiza uma reunião para todo mundo conversar sobre sobre o que que tá em pauta agora, tu pode me falar um pouquinho mais sobre essa questão dentro do gabinete entre os assessores?

Entrevistada: Cada um aqui tem um papel entendeu? Todo mundo tem uma tarefa específica. Atendimento, comunicação, todo mundo, jurídico né, todo mundo tem uma tarefa específica, mas quando a gente tem demandas que são muito grandes e que, como a greve dos municípios, todo mundo faz um pouquinho de tudo né, todo mundo se envolve, então mesmo mantendo as suas tarefas específicas, porque, mas não necessariamente uma coisa grande, eu procuro reunir todo mundo, a gente procura reunir toda semana. É assim: “Gente! aquela pauta que a gente tinha falado aconteceu isso isso isso, se encaminhou isso, terminou. Parabéns! Fizemos o que a gente podia fazer” ou: “Ba, não deu” então... ou, se desdobrou nisso, então assim, procuro fazer com que todo mundo saiba o que está acontecendo porque mesmo que a pessoa não vai se envolver diretamente, ela vai responder um e-mail sobre aquilo, ela vai responder um telefonema sobre aquilo, ela vai ficar atenta nas matérias que saem nos jornais para replicar na comunicação então eu acho que é importante todo mundo saber de tudo mesmo que aquilo não envolva a pessoa diretamente porque daqui a pouco ali na frente envolve, entendeu? eu não faço parte do atendimento mas aí daqui a pouco as gurias saem, tão no banheiro e eu preciso atender uma pessoa, ou não puderam vir trabalhar... um motivo de saúde, alguma coisa, ou tão numa agenda fora né, eu tenho que saber como é que atendo uma pessoa que que eu tenho que fazer,

qual é o caminhar, eu não posso dizer para pessoa “volta aí outro dia” porque, não é, a pessoa veio aqui eu tenho que dar vazão. Eu procuro, ahn, como chefe de gabinete, ahn, manter todo mundo sabendo de tudo para que todo mundo se ajude ou se precisar para que todo mundo saiba o que tá acontecendo.

Entrevistadora: São quantos o total aqui?

Entrevistada: Tem que contar... dois, porque a gente, se confunde muito entre gabinete e bancada né, então, no gabinete são, dois, quatro, seis... sete ou oito. E depois tem os companheiros da bancada que também ajudam bastante aqui, é porque eu não tenho certeza quem que tá aqui no gabinete e quem que tá na bancada, entendeu? porque as vezes tem gente que trabalha aqui mas tá lotado na bancada e as vezes tem gente que trabalha aqui mas tá lotado na bancada porque, uma questão física, porque tem pouco espaço aqui físico né, tem poucos computadores aqui né, não sei se tu viu, a sala, a estrutura não comporta pro número de funcionários, então as vezes a pessoa tá lotada aqui mas acha melhor trabalhar na bancada. (...)

ANEXO 7

Entrevista com chefe de gabinete Francisco em 2017.

Entrevistadora: Primeiro tu pode me contar um pouquinho sobre a tua trajetória de vida assim, por exemplo, no que os teus pais trabalhavam, onde que tu nasceu?

Entrevistado: Ah, posso, posso! (Risos). Ih, é uma história longa...

Entrevistadora: Se tu morou em bastante lugares.

Entrevistado: Que idade tu acha que eu tenho?

Entrevistadora: Ah, prefiro não chutar (Risos).

Entrevistado: Não, pode dizer, sem problema.

Entrevistadora: Não sei... sessenta... e... quatro?

Entrevistado: Traz uma água mineral pra essa menina aqui, um cafezinho, etc, um prêmio... uma bala, prêmio. (Risadas). Eu fiz oitenta anos agora dia 14 de novembro, tô um pouquinho mais idoso. Por isso que eu digo, não te assusta em fazer uma.. Em fazer uma avaliação qualquer. Porque que tô te dizendo isso.. Fiz questão de te fazer escolher... pra mostrar que eu tenho uma trajetória longa de vida. Eu tenho uma trajetória longa de vida. Sou de família assim.. Muito pobre, é, mas que tive uma boa orientação familiar. Meu pai era oficial da brigada militar.

(Interrupção da secretária para oferecer café)

Entrevistado: Então me deu oportunidade de estudar... em escola pública, sempre estudei. Fui aluno da escola X, quando o colégio era "o" colégio padrão do estado né, então eu tive a.. a sorte, digamos assim, de frequentar uma excelente escola. Fiz vestibular, naquela época tinha o vestibularzinho, pra entrar pro.. Pra entrar pro ginásio né que era o.. Que era o, era o curso secundário, fiquei com excelentes, melhores professores que tinham no estado assim... Que ensinavam que a gente aprendia com eles, então eu tive uma boa formação... uma boa informação, ahn, estudantil. Bom daí terminei o meu curso lá eu entrei pra escola de cadetes da brigada militar. Fui ser cadete da brigada militar, me formei lá, tive formação militar portanto né, é, com certa ênfase em direito que a gente tinha, e fui durante muitos anos oficial da brigada e por uma questão política me afastei, né, porque eu briguei com o governador que era o Brizola né, me afastei, pedi demissão voluntária, não sou aposentado do estado né, pedi

demissão voluntária, podia estar hoje muito bem aposentado. Mas daí resolvi estudar mais, daí resolvi estudar mais. Então eu sou publicitário, eu sou administrador e eu sou psicanalista.

Entrevistadora: Nossa! (Risadas).

Entrevistado: Eu sou psicanalista, estudei bastante. Tenho três cursos de pós-graduação né, em administração, em comunicação e em psicanálise, clínica psicanalítica né. Todas as profissões eu exerci, todas elas eu exerci. Fui professor da PUC durante quinze anos, fui professor da faculdade durante muitos anos, fui professor do curso de pós-graduação do grupo **(04:04 falha no áudio)** dos hospitais, que é um convênio com a PUC né.

(Interrupção de um assessor que pediu para o chefe de gabinete assinar um cheque)

Entrevistado: Ó, isso é uma das atividades do chefe de gabinete, nós aqui somos conhecidos como, o vereador, e, portanto o gabinete, nós denominamos muitas ruas, damos nomes às ruas. Tu ouve falar muito que a gente.. Que na cidade as ruas não tem placa, a gente custa a identificar, nós aqui, a todas as ruas que nós demos os nomes, já são mais de quinhentas que nós demos nomes aqui, todas elas nós botamos as placas, o gabinete, não é a prefeitura. Isso é obrigação da prefeitura né,

Entrevistadora: Sim.

Entrevistado: mas nós botamos as placas, nós pagamos inclusive por isso, é custo nosso. Não temos verba pra isso né, mas é um custo de sacrifício que a gente faz de muito boa vontade, assume de muito boa vontade, pra que a cidade tenha o benefício. Cada placa custa trinta pila. Imagina quinhentas placas. Sabe quanto nos custou isso? Pelo menos uns quinze mil reais. Bom, estava te falando então da minha experiência né, eu tenha essa forma. Fui professor também no curso de psicanálise. Agora estou meio afastado por que... Estou meio inativo digamos assim né, em termos de magistério. Não faço mais nada de magistério. Então tem essa formação e fui empresário também, trabalhei muito tempo em empresas, fui gerente, diretor de empresas privadas né, nunca mais tinha trabalhado no setor público e a minha experiência mais recente foi gerente de marketing pro hospital mãe de deus, aqui e tive minha própria empresa também, uma empresa de, uma loja de presentes femininos. Modéstia parte era a melhor loja de porto alegre, a mais original, não era a maior, mas era aquela que todo mundo recorria quando queria alguma coisa diferente. Bom, então é isso aí, até que um belo dia por convite do Vereador que.. Nunca tinha sido político também, aliás, não é que nunca tinha sido político, nunca tinha sido vereador. É, se elegeu vereador e me chamou. “Vem me

ajudar”, eu digo “ba, tchê, eu já tenho a minha atividade, eu já tenho meu consultório, já tenho meu consultório, já tenho a minha loja”, aquela coisa toda.. “não, não, tu tem que me ajudar, porque tu tem que me ajudar, não sei o que mais.. nem que seja assim tu vem duas horas por semana.”. Daí eu digo bom assim eu vou, só que às duas horas por semana como eu sou muito cdf né se converteram em dez horas por dia né. (Risadas)

Entrevistadora: Mas o senhor é da cidade X então?

Entrevistado: Não, eu sou de Cidade Y, mas me criei aqui né.

Entrevistadora: E, ahn...

Entrevistado: Eu tô vendo que tu é da PUC também né.

Entrevistadora: Sim.

Entrevistado: E o teu curso é de?

Entrevistadora: É de Ciências Sociais, mestrado.

Entrevistado: Aham.

Entrevistadora: E o senhor já tinha alguma relação com a política antes de trabalhar com ela?

Entrevistado: Eu sempre, sempre gostei de política, sempre tive o pensamento político, já quando jovem, vinte e dois, vinte e três anos, eu tinha uma certa participação, mas não partidária.

Entrevistadora: Uhum, mas com movimentos sociais, por exemplo, estudantis?

Entrevistado: Eu segui em movimentos, movimentos de rua, de bairro, etc. Escolar, né, sempre fui, participei de grêmio estudantil, sempre fui membro da diretoria de grêmio estudantil e... Mas depois de certo tempo eu tinha me afastado porque eu saí da brigada militar que eu vim pra vida, que eu vim pra civil porque eu tive então que me virar, porque eu não sabia fazer nada né, só sabia ser milico. Então eu vim fazer. Tive que estudar e também à parte disso eu sou católico, sou católico praticante e me envolvi com movimentos de igreja né e um desses movimentos de igreja que eu me envolvi que é a ADCE, associação dos dirigentes cristãos de empresas, eu na época trabalhava em empresa particular né, eu era gerente né, comecei isso aí até eu era gerente regional da... companhia internacional de seguros quando me associei a ADCE, a associação dos dirigentes de empresas. E lá uma das coisas belíssimas que tinha lá, que tem, tinha não, que tem até hoje, é.. Um curso de, vamos chamar de formação, não é bem formação..De empresários católicos. Levar o cristianismo, a mensagem cristã pra dentro das empresas. Era isso. Tínhamos um curso, eu ajudei a montar,

inclusive depois, quando eu entrei já tinha, depois eu ajudei a reformar e (5:32: incompreensível) um pouco, adaptar mais a... e entre as coisas que nós tínhamos lá era chamar o cristão pra sua responsabilidade social e política. Não basta tu ser cristão, não basta tu ser empresário, porque tu tem que assumir a tua responsabilidade social, né, e tem que assumir a tua responsabilidade política. Nós criamos inclusive o balanço social, não sei se tu já ouviu falar, hoje é uma, hoje é uma obrigação das empresas, mas na época não era, nós trouxemos de fora né o balanço social, nós criamos na ADCE o balanço social, criamos o banco de alimentos, esse tu já deve ter ouvido eventualmente falar né, que é esta coisa assim que o banco de alimentos recolhe as sobras de alimentos de restaurantes, etc, etc e distribui pra entidades. Isso se transformou hoje em um grande banco social que tem não só alimentos, mas tem também equipamentos, eletrônicos, equipamentos, eletrodomésticos, calçado, roupa, sangue, banco de sangue, medicamentos, etc, tudo isso, mas a ADCE, a característica que a gente deu para ela foi de... inicia as coisas, monta, faz, deixa pronto, faz funcionar e entrega para iniciativa privada, né, porque não é a nossa função, o que nós queremos é que o empresário assuma a sua responsabilidade social. E hoje quem assumiu isso, do banco de alimentos por exemplo, do banco social no caso, já é mais amplo né, é a FIERGS no caso, hoje a FIERGS é que assume assim, então a gente.. bom, com essa história nós tínhamos uma palestra que chamava compromisso social e político do cristão, baseado em que? Baseado na doutrina social da igreja não sabe se tu já ouviste falar alguma vez. Confessa, tens alguma religião ou não? Praticas alguma ou não?

Entrevistadora: Não pratico, mas a minha família é católica.

Entrevistado: Então uma das coisas que nós, me deixa ver se tem o índice aqui... Nós tiramos do pensamento cristão as implicações para a vida prática, para a vida social né. A base do pensamento político e a base da doutrina social da igreja é o princípio do bem-comum. Quer dizer.. Bem-comum, que é o bem comum? Não é a soma dos bens de todos os meu bem mais o teu dá o bem comum, não, é conjunto desses bens, quer dizer, eles tem que estar integrados sistemicamente né e aí tem uma coisa interessante. É o teu bem, é o meu bem, mas alguma deduz... alguma coisa se perde no meio desse caminho aí. Tem que fazer, deduzir as renúncias. Exemplo bem claro, tu tá de automóvel, dirigindo... Tu dirige?

Entrevistadora: Não.

Entrevistado: Não dirige? Bom, mas anda de automóvel de vez em quando, de ônibus, a pé, tu vai... foi andando nesse sentido, e aqui tem um cruzamento, aí quando tu vem chegando

aqui, fechou o sinal para ti, tu tá com pressa, tu tá louco de vontade de chegar em casa. Tá atrasada pro teu trabalho. Mas fechou o sinal tu tem que parar. Pra quê? Pra que esse outro que tá aqui possa passar também, então ele tem o direito de ir como tu também tem o direito de ir, mas este é o momento dele, e esse é o momento dele aproveitar o seu direito e esse é o teu momento de renunciar um direito, isto é bem comum, em poucas palavras assim. Então na vida social é assim né, as pessoas têm direitos e dever, tem obrigações e tu precisa renunciar a alguma coisa pra que o conjunto seja harmônico né. Falando em alimentação, o corpo, o corpo é um sistema também, igual a um social, né, igual é um modo de dizer, mas muito semelhante a um sistema social, ahn, ele... As mulheres especialmente gostam de se manter bonitinhas, esbelta, magrinhas, não sei o que lá e tal, tal, tal... então vai numa, num almoço, num churrasco ou qualquer coisa, tá louca de vontade de comer uma carniinha gorda, comer uns doces, tomar um aperitivo, etc e não pode. Não é que não pode, pode. Pode, mas renuncia. É como essa questão do sinal, se eu quisesse atravessar eu atravessava, mas eu renuncio, para que o outro possa estar bem também. Para que eu e ele para que possamos estar bem nós temos que renunciar a alguma coisa. Esse é o princípio. Então essa entidade faz palestras por todo o Brasil, já fizemos inclusive no Uruguai, na Argentina, no Paraguai, enfim, vários países aqui da América Latina, na Venezuela.

Entrevistadora: No caso o senhor ainda faz parte dessa entidade?

Entrevistado: Sim, ainda faço, ainda faço. Não tenho mais a atividade que eu tinha né. Porque antes eu me deslocava daqui até a Cidade X para uma palestra. Pro Espírito Santo para fazer uma palestra. E de graça né. Com o custo da gente. Era uma atividade de sacrifício. A gente pregava o dever que tinha o cristão de assumir a política. Porque a política, vamos reproduzir um dos papas, o Pio XII, é o meio mais inteligente de se realizar o bem-comum. É pela política, porque é pela política que a gente estabelece os direitos e os deveres. É pela política que a gente faz com que essas coisas funcionem, que a gente diz os direitos e os deveres. A cumprir com os direitos e deveres aí tá tudo ótimo, não cumprir com os deveres aí tem que, ele tem que sofrer algum tipo de sanção. O cara te assaltando na rua ele tem que, não vai dizer ahhh, coitado do cara, tava com fome, não sei o que lá, não, ele tem que sofrer algum tipo de sanção porque ele levou um direito teu né. Bom, e nessa brincadeira de política então a gente foi assim, eu era um dos que fazia as palestras sobre política. Lá eu conheci o Vereador.

Entrevistadora: Ele também fazia parte?

Entrevistado: Ele também fazia parte de lá. Lá nós nos conhecemos. E aí ele veio depois de mim. Chegou um pouco depois de mim, mas nós fizemos amizade, uma amizade muito boa e daí quando ele veio ser vereador ele me convidou: vai me ajudar, vai me ajudar. e eu vim ajudar e tô aqui até hoje há sexto mandato consecutivo.

Entrevistadora: Mas o senhor já tinha uma relação, conhecia a trajetória dele antes ou quando o senhor conheceu ele já trabalhava como vereador aqui?

Entrevistado: Não, não, não, é o que eu disse né, nós nos conhecemos lá ele não era vereador ainda, daí ele se candidatou e foi.

Entrevistadora: Mas na campanha o senhor...

Entrevistado: A primeira campanha eu não fiz. Foi depois que ele se elegeu que ele me convidou. Na época até, quer dizer, bem na verdade eu tava fazendo a minha campanha do candidato X. Candidato X não sei se tu conhece. Escreve para Zero Hora de quinze em quinze dias. Brilhante pensador, brilhante pensador, mas ele quis, é, ele era candidato a vereador, eu que ia fazer a campanha dele, mas aí ele decidiu se candidatar a vice-prefeito com a... aquela jornalista, a Deputada X ia se candidatar a prefeita e ele a vice. E eu ajudei a fazer a campanha, sabendo que era ingloria, não tinha condições de ser eleito né. O PT estava muito em auge, era o PT, o PMDB e nós ficava muito afastado. Mas, assim mesmo fiz a campanha, mais para divulgar as ideias que a gente tem do que para fazer uma campanha política né. E daí o Vereador foi eleito vereador. Foi eleito vereador e um ano depois eu vim trabalhar com ele aqui e estou aqui desde essa época, desde 1991.

Entrevistadora: Mas então esse foi o primeiro cargo político mesmo que...

Entrevistado: Sim, primeiro e único.

Entrevistadora: Fora isso, além dessa outra campanha que o senhor participou o senhor participou de outras campanhas?

Entrevistado: ah, sim, sim, antes disso, eu trabalhei em propaganda.

(...)

Entrevistadora: E a sua relação com o partido, quando o senhor se filiou...

Entrevistado: Quando eu comecei a trabalhar com ele eu me filiei ao partido que ele militava né, até porque era aquele com o qual eu tinha maior afinidade. Eu sou da minha formação anterior familiar: meu pai era da UDN, não era nem membro filiado, mas era admirador da UDN. UDN era um partido meio radical, meio extremado de direita assim. Carlos Lacerda e

outros né. Eu me criei com aquela formação. O meu avô gostava do PSD, o pai dele né, o pai do meu pai, gostava do PSD, eram partidos afins. Quer dizer, partidos de centro-direita né.

Entrevistadora: E a sua mãe não tinha relação com política?

Entrevistado: Não, a minha mãe não. Minha mãe também pouca instrução, pouca, naquela época, as mulheres não tinham muita, não tinham muita participação. Raramente uma mulher se candidatava a alguma coisa né. Na época da minha mãe. Então foi pela minha própria. E eu tinha aquele pensamento que obviamente, quando cheguei aos meus quinze, dezesseis dezessete anos, que comecei a ler muito, eu sempre li muito.

(...)

Não sou radical em nada. A não ser num sentido: no sentido de que, no sentido primeiro da palavra. No sentido etimológico da palavra radical. A palavra radical significa que vem da raiz né, e isso quer dizer.. Radical é: vai até a raiz do problema. Então, nesse sentido eu sou radical, eu gosto de chegar até o fundo da questão. Mas politicamente não, politicamente não, essa coisa ou é isso ou é aquilo, quem não tá comigo tá contra mim, nada disso, eu aceito ideias da esquerda, aceito ideais da direita, desde que sejam boas... pro povo né. E brigo aqui dentro da câmara por causa disso, porque eu quero, não quero defender o partido no qual eu milito, não quero defender o vereador para o qual eu trabalho, eu quero defender o interesse do povo. E todos nós que estamos aqui temos que trabalhar é pelo interesse do povo. Infelizmente a coisa não é bem assim, a gente tem visto aí na política nacional, e não é diferente aqui no Estado. E de um modo geral os caras fazem política eleitoral, pra se, assumir posições, assumir cargo. Graças a deus nós temos um grupo bom que não é assim e o Vereador eu posso dizer sem medo de errar que se não fosse assim eu não trabalharia com ele. Ele sabe disso né. Vereador de verdade, sabe? Daqueles que querem... que querem ahh.. realizar o bem com muito sacrifício pessoal as vezes. As pessoas dizem assim ... ahh, o cara ganha uma grana, não sei o que, e por isso quer se manter no na posição. Vou te dar uma dica, sabe quanto ganha um vereador? 14 mil reais. Desses 14 mil, uns 4 saem fora já, com o imposto de renda que é descontado na fonte né e mais um pouco é descontado pro partido porque todos os partidos tem, então uns 4 mil já sai ali, então dos 14 já fica em 10. E com esses 10 o cara é obrigado a ajudar instituições que vem aqui, que o que vem de gente aqui pedir dinheiro... tô falando licitamente, fora os que vêm pedir ilicitamente. É a instituição da igreja tal, é a creche de não sei aonde, a fazenda de drogados não sei aonde, vem e pede

dinheiro e a gente dá, a gente dá, então fica muito pouquinho. Então a vida de vereador não é uma vida boa, para ser bem honesto. É uma vida muito difícil, sacrificada. Para quem quer trabalhar... para quem quer trabalhar.. nós aqui temos o orgulho de dizer que o nosso gabinete é o que mais trabalha, o que mais trabalhou nesses vinte anos de vereança né, nós aqui, independente de partido, nós buscamos fazemos contato com a nossa comunidade né e buscamos as demandas, encaminhamos as demandas pro governo para tentar resolver. Então para te dar uma ideia, ano passado nós fizemos... O número de demandas que nós encaminhamos. Nós buscamos junto a... isso aqui só de 2010 para cá. Tem mais de 11 anos antes disso. 612 demandas, 740 demandas, 1.451, 1.885, 1.695, 1.399, esse ano que nós estamos um pouquinho mais devagar. Mas nós encaminhamos muitas demandas e com uma satisfação a partir daí, porque 70% das nossas demandas são resolvidas. Não é porque nós somos simpáticos com o governo, porque aqui tem governos que são adversários de nós, inclusive da gente politicamente. É porque nós enchemos o saco deles até eles resolverem. Então as nossas demandas de um modo geral são resolvidas. Tem outras que não pode, o cara pede assim, ah, eu quero que mande asfaltar a minha rua, bom, aí tem um processo que não depende da gente, tem que passar pelo orçamento participativo, tem que ser aprovado, não sei o que mais, etc... então, daí não, daí nós não conseguimos atender, por isso que tem uns 30% que a gente não consegue atender.

(...)

Nós ajudamos a levar recolhimento de lixo, conserto de calçada, luz, água, enfim, não tem medida o que a gente faz. Ninguém sabe que nós fazemos isso. Ninguém sabe. Por quê? Porque nós não dizemos. Porque que nós não dizemos? “mas vocês são políticos”, tinha que dizer pra ganhar voto, né. Nosso interesse não é o voto. Nosso interesse não é o voto... (...) nós buscamos isso sim, a alegria a satisfação de cumprir com o nosso dever. Nós ganhamos pra isso. Nós ganhamos salário para isso, não é para ficarmos aqui bonitinho, se arrumando, se enfeitando, ouvindo palestra, não, nós ganhamos para servir o povo.

(...)

Entrevistadora: E como é que é a relação com as pessoas que chegam aqui no gabinete? o pessoal passa direto pra ti, passa pro vereador?

Entrevistado: Depende, tem duas formas, né. As pessoas que vem marcando a entrevista né que é um tipo de atendimento diferenciado porque a gente já tá com aquela reservada para pessoa né e assim mesmo às vezes a gente chega atrasado e não consegue cumprir

adequadamente porque sai de um canto e vai para outro e vem bastante gente aqui, vem bastante gente aqui, mas da maioria que vem aqui, poucos são os interessados mesmo em resolver problemas, poucos, a maioria vem pedir coisas, pedir coisas que às vezes a gente não tem nem condição de atender, eles querem.. Vem de tudo, vem, muitas vezes até a gente consegue atender. A pessoa quer uma internação num hospital, mas nós não estamos aqui para privilegiar ninguém, né, vem uma pessoa pedir aqui e tem dez lá na fila, do hospital, na santa casa, seja lá onde for. E eles vêm aqui porque acham que com o político podem conseguir né e daí quando conseguem eles dizem “viu? esses políticos sem-vergonha, quando eles querem, eles conseguem as coisas, né”. E aqui nós fazemos exatamente o oposto, nós temos um bom relacionamento em todos os meios né. E a gente busca saber se é possível. É possível? tem condição? tem um cidadão aqui que tá numa situação tal, tal, tal, tal... é possível atender? se o cara dizer assim “é”, então vou te encaminhar ele praí. Senão a gente diz assim, não dá, não dá, não tem condição, não adianta nem mandar. a gente diz pra pessoa.. não tem. Eles saem xingando. (Risadas). Xingando.. onde é que já se viu? não teve boa vontade, não sei o que. Outros vem pedir matrícula em escola, outros vem pedir pro filho não servir, tem de tudo que tu possa imaginar né. vem pedir, como é? essas bolsas, como é que chama? Alimentação, como é que chama? Umas sacolas de alimentação... não me lembro como é o nome agora. Muita gente vem aqui pedir eu digo vem cá, tchê, tu tá enganado, isto aqui não é um plantão de assistência social. nós te encaminhamos, né, vamos te encaminhar pra FASQ, lá vão te conseguir um cobertor, vão te conseguir remédio, etc. Mesmo assim nós encaminhamos gente que vem pedir medicamentos, não, te encaminho então pro lugar certo onde tu pode conseguir medicamento grátis, etc. “ah, eu preciso de uns óculos”, vamos te conseguir alguém que tu vai lá fazer se tiver condições eles te fazem os óculos. E assim vai... e vou te dizer mais uma coisa interessante, tu manda as pessoas lá e os caras não vão. Muita gente não vai. Por quê? porque quando chegaram aqui já não queriam o óculos, eles não queriam o medicamento. Eles queriam dinheiro. E daí não resolve o problema deles. Então ele entra no outro gabinete ali e pede dinheiro também. Então.. Tu quer os óculos? Eu vou te encaminhar, para quem faça os teus óculos. Nós temos gente que atende isso também né, por amizade, aqui também, e gente desconhecida, né.

Entrevistadora: Normalmente essa questão de pedido e demanda é contigo, então?

Entrevistado: Mas isso é uma característica que tu vai ver aí na, na, no manualzinho né, aqui cada um tem a sua função, mas todo mundo carrega um piano. Todo mundo ajuda a carregar o

piano. Primeiro se faz um filtro ali porque eles já sabem quem são aqueles que só vem aqui para tentar explorar, né. São os parasitas, mesmo. Mas tem outros que são, tem real necessidade. As pessoas vêm pedir emprego, nós encaminhamos essas pessoas. Nós temos uma funcionária aqui, que ela se dedica a isso né, ela faz os.. os currículo, né, e encaminha para organizações conhecidas nossas, amigos, ou pro próprio SINE né, pra tentar conseguir uma vaga. Claro que nessas situações daí funciona um pouco o prestígio do vereador né. Vai encaminhar pra uma empresa, para um Zaffari, por exemplo, o Zaffari vai olhar com outros olhos né, “pô, foi o Vereador, foi o Carpes que pediram..”. é um pouquinho diferente, mas não é essa a intenção. o cara é, ele quer ser, como é? Embalador, embalador, lá. Não tem nada a ver com **(9:25, falha no áudio)** nem precisa ser encaminhado pra um gerente, um diretor. a maior parte dos encontros nossos é na comunidade. Nós vamos nas comunidades. Nós fazemos reuniões nas comunidades, nós fazemos palestras pras comunidades (...). Então é assim que a gente faz o contato com a comunidade né, ou diretamente ou através de terceiros né, fazemos visitas, palestras, levamos as vezes né, como é que chama? Um toldinho desses... gazebo. Levamos um gazebo pra uma praça e ficamos lá ouvindo o pessoal que vão nos dar as suas demandas e a gente encaminha.

Entrevistadora: E esse contato com a comunidade, quando é que tu faz essa função de sair do gabinete também? Tu acha que, tu diria que a tua função ela é mais dentro do gabinete ou mais fora ou metade, metade?

Entrevistado: Não tem esse divisor. não tem esse divisor, porque quem trabalha num gabinete político ele faz política também, agora mesmo, passei a manhã inteira fora, né, o que que eu fui fazer? Isso aqui ó, fui acompanhar uma discussão em seminário feito pelo, pela, pelo sindicato de engenharia né, sobre o aeromóvel, porque eu tinha dito esse ano, o que é uma coisa gozadíssima, esse ano eu tinha dito no início, nos primeiros dias do ano eu disse pro pessoal: este ano eu vou trabalhar no aeromóvel e vou fazer com que o aeromóvel saia, mas chegou ali por agosto eu enchi o saco literalmente e não conseguia resposta, não conseguia resposta, eu vou desistir dessa porcaria... para minha surpresa recebi o convite então passei a manhã inteira lá debatendo lá né sobre o aeromóvel e me entusiasmei de novo né, eu vou fazer, eu vou ajudar a fazer com que esse aeromóvel saia em Cidade X né já sei até as linhas que vão ser... já tem planejamento de linhas, já tem isso tudo de demanda, já tem quem financie, já tem quem queira executar.

(...)

Eu também faço palestras políticas, no nosso partido, que eu tenho uma atividade partidária também. No diretório metropolitano, a gente faz palestras para formação de jovens. (...) e também outras atividades de convidado, uma solenidade, inauguração, não sei o que, a gente tem que ir né, tem esse lado político também, tem o administrativo e tem o político. E se tem uma coisa que eu aprendi na vida, que graças a deus me fez ter um pouco de sucesso é o seguinte, eu sei delegar... eu sei delegar, quer dizer, eu não faço tudo, eu não executo tudo, a gente discute, fazemos reuniões e etc. Bom, nesta, nessa atividade aqui fulano é o responsável, ele vai assumir, ele vai executar ou ele vai coordenar. Não sei se tu já ouviste falar, saiu aqui a caminhada, caminhos de Cidade X, uma atividade caminhos de Cidade X, tipo de Santiago de compostela, foi feito aqui pelo nosso gabinete. Qual foi a minha atividade nisso aqui? Dois por cento! Dois por cento! Os outros noventa e oito por cento foram executados pela equipe aqui.

(...)

Entrevistadora: e as tuas funções? Por exemplo, projeto de lei, é tu que faz ou depende também?

Entrevistado: bom, o projeto de lei quase sempre é fruto de uma demanda né. Algumas coisas são demandas próprias são por criações próprias nossas, por exemplo, aqui, o vereador é autor da lei do fumo que proibiu o fumo em ambientes fechados em Cidade X, levou cinco anos pra gente fazer isso, cinco anos nós levamos pra fazer com que a lei pudesse ser formalizada e entrasse em vigor, nesse meio tempo nós recebemos pressão de tudo que era tipo, desde companheiros fumantes, né “tirar nosso direito de fumar”, não sei o que e assim por diante até as grandes empresas que queriam fazer lobby né, nós recebemos a visita aqui do membro da direção da Souza cruz, inclusive insinuando coisas né, insinuando coisas... (...) nós fizemos uma parceria que foi um apoio fantástico, com palestra de tudo que é tipo e conseguimos aprovar esta lei. Quer dizer, esta é uma lei que veio de fora pra dentro né. Lei das bolsas de estudos pra estudantes carentes, nós conseguimos aprovar uma lei que concede estudo universitário, não é função do município, mas nós conseguimos fazer pra que o município concedesse benefícios fiscais pra escolas que concedessem bolsas de estudo pra estudantes carentes. (...) e agora um pessoal de um partido político adversário muito radical, governou aqui durante muito tempo até perder o poder, mas são assim eles não procuram o bem do povo né, eles conseguiram acabar com essa lei. Não foi, e isso não foi por demanda popular, foi só por ideologia né. (...)

Entrevistadora: O senhor que faz a parte de redigir o projeto?

Entrevistado: Bom, esses projetos mais complicados sou eu que faço, os mais complicados sou eu que faço. Eu fico estudando, pra as vezes sair um projeto eu vou buscar, a gente vai buscar no exterior a informação, vai buscar em outros estados, em outros municípios né. Transporte turístico, por exemplo, a lei de transporte turístico, nós fizemos a nossa lei aqui, puxa, peguei eu acho que umas quarenta, cinquenta leis, pra nos basear. (...)

Entrevistadora: Os discursos do vereador também é o senhor que faz essa parte?

Entrevistado: Sim, em princípio sou eu que monto o discurso digamos assim, não sou eu que faço, mas eu monte. Eu dou as dicas, eu dou orientação política, a gente discute todos os problemas. (...) também fazemos palestras né, sobre todos os assuntos, quando a gente quer vender uma ideia como essa do fumo, quando nós fomos fazer a lei do fumo, nós fizemos palestra em toda Cidade X, pros formadores de opinião, né, quem são os formadores de opinião? Professores, entidades de classe, advogados, engenheiros, administradores, economistas, contadores, professores, a gente fez palestra para todo mundo. (...) Então, três tipos de escritos vamos dizer assim né, leis, discursos, palestras, editoriais, são coisas que a gente faz aqui... estudo... isso sim, isso tá centrado em mim né, eu que faço pro vereador se manifestar, mas claro que, obviamente, a ideia é discutida antes, eu só dou a forma, mas a ideia é do vereador. (...) A gente tem que gostar, tem que ter vocação, pra fazer política. (...) Nós somos católicos e somos praticantes né, Vereador e eu e os outros colegas aqui, esse gabinete é todo de católico e todo de gente que partiram de movimentos também. (...) O nosso propósito aqui, como eu te disse antes, é pra cristianizar a política. Trazer os princípios do cristianismo pra dentro da política, pra que a política melhore. Conseguimos melhorar a política? Um pouco eu tenho certeza que conseguimos, um pouco, é muito pouquinho ainda, mas conseguimos. As grandes figuras da política, bons políticos, que participaram dos nossos cursos de formação política. E aqui eu já tô misturando o gabinete com a ADCE, que praticamente uma coisa é extensão da outra né, a nossa função aqui veio a partir da ADCE, então esse é o nosso, nosso caminho. Esse é o nosso guia. Esse é o nosso procedimento. (...) Se tu olhar a minha literatura aqui, as que eu uso, tem da constituição à doutrina social da igreja, catecismo da igreja católica, cultura e fé, enfim, uma vasta literatura aqui sobre, de fundamentação religiosa né. Afora as coisas que são que são próprias. E isto aqui é só o de consulta diária, não é o de consulta episódico. Isso aqui é o de consulta diária, a gente toma,

se vale, digamos assim, do que está doutrinariamente escrito aí para poder fazer as coisas adequadamente.

(...)

Entrevistadora: E tu falou que tem que trabalhar muito né, essa questão do tempo... porque é um trabalho integral, o final de semana tu se dedica também a trabalhar, é sempre?

Entrevistado: Nós não temos dia nem hora, nós trabalhamos com muita frequência, sábado, domingo. Com muita frequência. Com muita frequência a gente trabalha sábado e domingo, não só eu, a equipe toda, é uma coisa que nos assoberba bastante, nós temos muito trabalho e a gente... ninguém é obrigado também né, ninguém é obrigado a trabalhar fora de hora, a nossa equipe, a nossa equipe é voluntária. (...) É uma família aqui. (...)

Entrevistadora: E existem assim mudanças desde que tu entrou até o momento de hoje na função específica? Porque eu sei que tem um manual né do, da função específica do chefe de gabinete que eles entregam com as atividades que seriam aquelas que estariam lá.

Entrevistado: É, aquilo ali é burocracia interna. Não corresponde a realidade. É claro que tem que ter alguns pré-requisitos, tem que ter curso superior, enfim, são coisas assim mais burocráticas. Sobre o trabalho em si, sobre a atividade em si não existe. Nós aqui evoluímos, nós evoluímos ao longo do tempo, nós construímos uma tecnologia própria né, nesses anos todos. Eu tenho a satisfação de dizer que o nosso gabinete aqui é consultado pela maioria dos outros gabinetes quando tem decisões importantes para decidir, até de adversários políticos. (...)

No início nós éramos menos, era menos gente, porque a câmara foi crescendo e foi ampliando o quadro de servidores. **(28:29: áudio incompreensível)** Então houve um tempo ali em que eu fazia os boletins, eu fazia os discursos, eu fazia as leis, eu fazia tudo praticamente. Hoje não, hoje eu tenho gente que determinados tipos de projetos é o Fulano que faz, o boletim já é outro que faz, as fotos, quem acompanha o vereador em reportagem já é outra pessoa, quem faz a redação pra mídia já é uma outra pessoa, então eu só supervisiono.

Entrevistadora: então as sessões que tem ali tu não participa de ir até lá com o vereador de vez em quando?

Entrevistado: não, eu vou às vezes lá, mas também, como eu tenho acesso aqui pela... eu tenho aqui e tem também a TV câmara ao vivo né, eu acompanho por aqui. Mas como não é uma coisa que eu sei que é realmente relevante, porque aqui infelizmente na câmara a gente faz muita firula, muita coisa que não é importante, então eu procuro me centrar nas coisas

importantes, por formação e por convicção, eu divido as coisas em três níveis de significância, aquilo que é essencial, aquilo que é importante e aquilo que é acessório, então o que é essencial, eu tô ligado o tempo inteiro.

Entrevistadora: que tipo de coisa mais ou menos?

Entrevistado: um projeto, nós fizemos agora há poucos dias o.. esse aqui é o orçamento da cidade, é um livrão, esse baita objeto aqui ó, isso aqui está estipulado tudo o que o prefeito pretende fazer ao longo do ano que vem, centavo por centavo, só que ele não é livre pra fazer isso, ele tem que submeter a apreciação da casa aqui, da câmara de vereadores. E aqui na casa então tem uma comissão chamada CEFO, centro de economia, finanças, orçamento, etc, que faz a análise desse orçamento, dentro da comissão, a comissão designa um relator, que é um vereador interno, esse ano foi o Vereador, o Vereador é o relator, eu sou o cara que faz o relato. Então eu tive que estudar toda a lei, toda a lei, a proposta do prefeito e mais as 148 emendas que os vereadores apresentaram o que é emenda, o vereador acha que uma coisa não tá boa, que tem que acrescentar isso ou aquilo então cada um apresenta, apresentaram 148, eu tive que analisar as 148 uma por uma, então depois se faz um relatório, que é o parecer. (...) todo mundo apresenta projeto aqui, um, dois, três, três outros projetos para analisar, saber o que... os caras tão propondo alguma coisa e eu tenho que analisar, para saber se tem que ir para frente (...) o pessoal pensa assim, “ah, o vereador tem que estar lá no plenário”, negativo, ali é o lugar menos importante. o importante é isso aqui, ó, é analisando os projetos e fazendo a fiscalização do prefeito, e fazendo o contato com as pessoas na comunidade. Isso aqui é uma barbada, fazer lei é uma barbada. (...) Esse é o nosso dia a dia, independente da do aspecto administrativo, que é importante né, ah, tem que controlar material, tem controle de papel, tem controle de tinta que consome, de luz, o que consome, de jornal, o que consome de funcionário, o custo de cada funcionário, e assim por diante, além desses aspectos administrativos, máquina que estraga telefone, quanto custa um celular né, despesa de gasolina, todas essas coisas administrativas são minha responsabilidade também, só que eu não faço isso, eu delego, eu só controlo, as pessoas que fazem esses outros trabalhos eu chamo e verifico, e isso aqui como é que tá? e isso aqui como é que tá? Mas eu não vou fazer, eu não vou estar fazendo planilha de controle de quilometragem de automóvel e não sei o que mais. Alguém faz e eu só fiscalizo, é para isso que existe o chefe né, (Risadas), o chefe não é pra executar, é para controlar. Quais são as principais funções de administração, quais são as principais funções da administração? Planejar, organizar e controlar, é isso que faz qualquer

administrador em qualquer lugar do mundo. (...) Não tem um vereador novo, o cara que tá em primeira legislatura, nos últimos doze anos não tem um que não tenha passado por aqui, ou para pedir ajuda, que a gente dá ajuda, e depois o cara sai contra nós, no plenário, que a gente é de outro partido né.

Entrevistadora: que tipo de questão normalmente assim eles vem pedir auxílio?

Entrevistado: normalmente questões técnicas. Como é que eu faço pra designar uma... como é que eu faço pra descobrir um projeto de tal natureza? Para fazer um projeto de tal natureza? Eu já fiz discurso para vereador de outros.. Para outros vereadores né, já fiz discurso, já fiz projeto de lei para outros... a nossa ideia é ajudar.

(...)

ANEXO 8

Entrevista com chefe de gabinete Margarete em 2017.

Entrevistadora: vou começar te pedindo para falar um pouquinho da tua trajetória de vida, assim... o que que os teus pais trabalhavam, onde que tu nasceu, em que cidades que tu já morou...

Entrevistada: Tá, eu sou natural de Cidade Y, é uma cidade do interior. Eu morei Até os 17 anos, os meus pais os dois são administradores o meu pai tem uma empresa ele é empresário e a minha mãe é, trabalha na parte financeira de uma empresa, é, deixa eu ver... aí eu vim pra Cidade X, comecei a fazer faculdade de administração, comecei a fazer estágio, eu estudava de noite e trabalhava de dia aí eu fiz, que mais? fiz dois intercâmbios para falar inglês essas coisas assim, tipo, me aperfeiçoei em línguas, daí falo inglês e espanhol aí fiz um trainee e comecei a trabalhar com consultoria, então antes de me formar eu já tava com carteira assinada nessa empresa e aí eu trabalhava com auditoria, gestão de riscos e implementação de controles internos e melhoria de processos e aí foi essa assim a minha principal trajetória, eu fiquei quatro anos nessa empresa e é isso.

Entrevistadora: os teus pais, eles foram filiados a partidos? Eles tiveram algum envolvimento?

Entrevistada: Não, a minha família não tem nenhum envolvimento político, zero.

Entrevistadora: E como é que começou o teu interesse por política?

Entrevistada: Foi porque eu sempre fui ligada bastante à empreendedorismo assim, muito embora eu tivesse em uma empresa, eu queria um dia ter o meu negócio e eu tive. Eu depois de ficar quatro anos nessa empresa eu montei um negócio, então eu tive um ano de uma empresa de consultoria com mais dois sócios e eu conheci o (vereador) num grupo de estudos que a gente fazia parte juntos. Ele era o diretor financeiro desse grupo de estudos que é de trinta pessoas mais ou menos, é privado assim, a gente que pagava e mantinha o grupo funcionando e aí ele foi passar pra minha cadeira da diretoria financeira e aí a gente se conheceu e ele começou tipo assim... “ah, tu não sabe que tu é isso, mas tu é isso”, e aí ele me falou do partido novo e aí eu comecei a ser voluntária antes mesmo de acontecer a fundação do partido.

Entrevistadora: mas antes disso tu não tinha sido filiada a nenhum outro partido? Participado de movimentos, nada do gênero?

Entrevistada: não.

Entrevistadora: Foi a tua primeira relação com política foi no partido?

Entrevistada: foi.

Entrevistadora: E tu ficou no partido quanto tempo até ele.. Não tinha sido eleito ainda no caso..?

Entrevistada: Na verdade o partido nem existia quando eu entrei né, a gente era um movimento de voluntários militando pela fundação do partido.

Entrevistadora: aí quando ele se ele se elegeu tu já veio direto trabalhar com ele então?

Entrevistada: Não, na verdade, quer dizer, sim, é que aconteceu o seguinte, ele não queria ser candidato, e aí eu era do grupo tava pressionando ele para ser, e aí como eu tava, eu tinha terminado, a gente fechou a empresa e eu continuei atendendo uns clientes que eu tinha sozinha assim... e aí eu tinha disponibilidade de ajudá-lo na campanha e aí ele usou isso... “ah tá, eu vou, mas tu tem que coordenar minha campanha”, aí eu fiz todo o trabalho de coordenação, recebi por isso, acho importante frisar, porque eu não queria ter compromisso de ele me convidar para nada caso ele fosse eleito, então tipo assim nossa relação foi 100% profissional, ali naquele momento e aí ele me convidou e eu vim trabalhar.

Entrevistadora: Foi à primeira campanha que tu trabalhou no caso?

Entrevistada: Foi. Nunca tinha feito.

Entrevistadora: E em relação às funções gerais do teu cargo? Tu pode me falar um pouquinho assim? O que tu faz aqui?

Entrevistada: Tá, como a gente, a gente tá empreendendo na política né, o partido novo, o Vereador Y é o primeiro eleito aqui no estado, pelo Novo, então a gente fez todo um trabalho de, a gente começou pela equipe menor, então uma das minhas funções foi mapear todas as tarefas que tinham que ser desempenhadas no gabinete. Então a gente desenhou o que que seria a função de cada funcionário e hoje o meu papel é muito mais de gestora do que do que efetivamente tá tocando dia a dia, assim, eu não faço legislativo por exemplo, então o meu trabalho é organizar o trabalho dos outros né, e me certificar de que tudo está acontecendo. Ah, eu tenho algumas tarefas relacionadas à comunicação, então a parte de, a gente presta alguns serviços, tipo de informativos, a gente manda e-mails para os nossos apoiadores com prestação de contas mensais, a gente faz um boletim do empreendedor, que é uma, um serviço que a gente presta pras pessoas que querem saber o que que tá tramitando na casa, eu faço isso. Eu cuido da parte de eventos do mandato e cuido da FREPED, que é a Frente Parlamentar do Empreendedorismo e da Desburocratização, então, eu organizo as pautas, as agendas, essas coisas assim.

Entrevistadora: Mas questão de projeto de lei, por exemplo, não é tu que faz?

Entrevistada: Não, eu não faço. Eu nem sou advogada, eu sou administradora e to fazendo o mestrado em engenharia de produção.

Entrevistadora: E aí quem é que faz essa parte aqui?

Entrevistada: A gente tem um advogado que ele é o assessor legislativo e que acompanha o plenário.

Entrevistadora: E a parte dos discursos também não fica contigo, tipo escrever discursos?

Entrevistada: Não, na verdade a gente não escreve discurso para ele, ele faz, ele muito é o próprio vereador assim, que elabora.

Entrevistadora: E tu tem contato com o pessoal que chega aqui para ser atendido ou isso é tudo com a secretária ou com o próprio vereador?

Entrevistada: Na verdade a gente não tem muitos casos de atendimento aqui. A gente não é um gabinete que faz muito pedido de providência, por exemplo. A gente tem muito assim, daí reuniões para receber as demandas das pessoas, mas aí é tudo uma coisa assim, não é chega aqui e atende, a gente marca a reunião e aí eu recebo.

Entrevistadora: Daí como é que funciona essa reunião?

Entrevistada: A gente escuta as pessoas e entende se faz sentido. Porque a gente não atende demandas individuais assim, então a gente entende que o vereador tem que atuar e legislar para toda Cidade X, então a gente não vem aqui, ah, um amigo que quer usar a influência... tipo, pedir para gente usar a influência para fazer alguma coisa por ele, tipo ah, tu tá com um problema de, sei lá, de ter uma licença do meio ambiente, eu não vou resolver o teu problema. A gente vai conversar com a SMAM para entender porque que tudo está ficando atrasado. Então é nesse sentido a nossa atuação assim, é mais macro.

Entrevistadora: O que tu considera assim as maiores dificuldades do cargo no sentido de funções mais complexas ou que demandam mais trabalho?

Entrevistada: O que eu acho mais difícil é a falta de informação que a gente tem para tomar decisões. Hoje a transparência não funciona, a gente tem poucos dados, por exemplo, uma das coisas que eu acabo fazendo, assim, ajudando é na parte de orçamento. O Vereador ele participa da CEFOR, embora a gente tenha um economista no gabinete que faça a parte dos pareceres e que levante dados, na parte de orçamentos, como eu tenho experiência com empresa e, enfim, trabalhei na iniciativa privada com isso, análise de orçamento. Aí tem lá as contas e eu não consigo descobrir com o que que esse dinheiro foi gasto nas gestões anteriores, então isso

dificulta muito, aí a gente faz um pedido de informação e acaba que a gente gera um problema para alguns profissionais porque eles não tem sistematizado lá e dá uma trabalhadeira para eles conseguir a informação que a gente quer, então o que mais eu acho difícil é isso, é trabalhar com pouca informação. Eu gostaria de ter mais disponível, assim.

Entrevistadora: E no sentido de acompanhar o Vereador no mandato dele, tu, quando ele faz atividade externa, por exemplo, tu tá tu tá sempre junto ou tu faz mais a atividade no gabinete? Como é que funciona essa questão?

Entrevistadora: Não. A gente se divide muito das competências de cada um então, por exemplo, eu acabo ficando mais com a parte de educação e empreendedorismo, assim tudo que diz respeito à empreendedorismo, iniciativa privada e educação, aí tem os outros guris que ficam, um responsável pelas coisas mais, por exemplo, tributárias, o outro fica com transportes e mobiliário urbano, então a gente se divide conforme chegam os eventos para ir a pessoa que tem mais capacidade para atuar naquele assunto, que diz respeito ao evento. E daí nas coisas sociais e de comunidade aí é mais eu que vou.

Entrevistadora: E como é que... Tu pode me dar alguns exemplos desse tipo de evento em comunidade ou de alguma coisa que tenha participado nesse sentido? Como é que é a mediação?

Entrevistada: Ai, assim, é bem legal, a gente foi agora sexta passada, a gente foi numa escola de educação especial lá na restinga porque os professores gostariam que a gente conhecesse a realidade e as dificuldades as quais eles estão enfrentando, então a gente foi lá, foi bem legal assim conhecer e esse contato e entender como que a gente pode através da nossa atuação melhorar a situação dessas pessoas né, então a gente foi e foi uma conversa né, foi realmente uma visita, teve também por exemplo associação de moradores de um bairro que nos chamou e a gente foi escutar as demandas deles e tudo mais, muito embora a gente não seja os representantes das ideias deles a gente foi escutar e tentar entender também para criar uma empatia e poder considerar todos os lados para gente tomar decisões aqui dentro, porque aqui tem que ser racionais né. A gente não toma só a decisão meramente política, porque “ah, essa posição me favorece”, tem que ter um argumento lógico para as coisas que a gente faz, então é importante a gente estar em contato e é isso que a gente faz, assim, a gente vai realmente, quem nos chama a gente vai ouvir.

Entrevistadora: E para essas tomadas de decisões vocês costumam fazer reunião conjunta com toda a equipe no caso?

Entrevistada: A gente tem reunião, a gente se organiza, isso é bem legal, a gente tem um sistema de gestão, a gente tem um planejamento estratégico e identificadores e metas. Então todo mundo aqui no gabinete tem suas metas e indicadores que são atualizados mensalmente. A gente faz reunião de equipe toda terça-feira e uma vez por mês a primeira reunião do mês depois do fim né, fechou ali dia 31, a da próxima semana vai ser sobre indicadores. Então a gente... Todo mundo apura se cumpriu as suas metas, porque não cumpriu e a gente apresenta para todos.

Entrevistadora: Aí que tipo de meta costuma ter na tua função assim?

Entrevistada: Na minha função, por exemplo, são os eventos... eu tenho que ter eventos e pautas da FREPED, a frente parlamentar, mensais, tem uma meta que eu tenho que cumprir. Tem eventos do mandato, tem, me deixa ver, a lista de transmissão... eu cuido da parte do, assim, essa parte de comunicação diretamente com apoiadores e não por exemplo fazer card de facebook, artigo, eu que faço, então tipo... crescer nossa lista de transmissão, as prestações de contas enviadas, os boletins do empreendedor enviados todo mês, que mais... as horas de capacitação da equipe também é uma meta minha, deixa eu ver, não me lembro de todas agora, mas essas são algumas assim.

Entrevistadora: e o que que tu considera como as maiores contribuições do teu cargo?

Entrevistada: Ah, com certeza é uma coisa é, a gente chama na administração fazer o burro tocar assim, é tipo realmente fazer com que as coisas funcionem e fluam, então as vezes tem um colega que está fazendo uma coisa e tu tem que conectar com outro, dar uma ideia de dizer, ah, procura o fulano, então é uma coisa realmente assim de ficar... sempre ter certeza de que as coisas tão fluindo e acontecendo da forma como a gente planejou.

Entrevistado: E para isso tu diria que que tipo de habilidade não poderia faltar em um chefe de gabinete?

Entrevistada: Gestão, tem que saber gestão.

Entrevistadora: Teria mais alguma coisa no sentido da função como ocorre para ti aqui que tu poderia me explicar um pouquinho mais para eu entender melhor? Assim, como é que funciona o geral?

Entrevistada: Em que sentido assim tu quer dizer?

Entrevistadora: É porque eu preciso entender como é que funciona a profissão, como se tu fosse explicar para mim como tu trabalha. Como é que é o trabalho do dia a dia aqui? O que que tu diria que é um dia do teu trabalho aqui?

Entrevistada: Por exemplo, um resumo, é que muda bastante, mas assim, ah, segunda-feira, tá deixa eu pensar... os guris tem a reunião legislativa, que normalmente eu participo. E, daí, deixa eu ver, eu vou te dizer o que que eu tenho para fazer agora no meu turbo list tá. Ó, por exemplo, tenho que fazer a prestação de contas de novembro, daí eu tenho que fazer toda a prestação de contas de 2017, que vai ser um relatório de gestão super mega completo, com gráficos e tal para mandar tipo para todo mundo que quiser ter acesso. Eu to cuidando, to fazendo todo o site do vereador também, eu tenho que testar um sistema novo pro gabinete, que é o My Gov. Tipo... a gente tem um sistema aqui que a gente usa que é de gestão de demandas e de CRM que é fazer a gestão dos contatos que não tá funcionando muito bem então eu to com outro já que eu tenho que testar. Ahn, uma reunião do FREPED, que eu to organizando, que vai ser uma reunião de balanço do ano então eu tenho que fazer um relatório de tudo o que a gente fez esse ano pra apresentar pros outros vereadores e dizer que, tipo, dizer o que que a gente vai fazer ano que vem. A gente vai fazer um planejamento estratégico ano que vem, então eu tenho que fazer toda a, como eu posso dizer, eu sou responsável por mediar isso, então eu tenho que fazer toda a estrutura e ficar dois dias de imersão total só planejando 2018. Então eu tenho que fazer tudo isso, armar esse dia para gente ter as pautas e ver direitinho tudo o que tem que fazer. Que mais... tá, daí isso é o que tá na minha lista agora. Então assim muda muito, então a gente fez uma pesquisa do lixo, aí eu vou em reunião do DMLU, e aí para tipo assim, para apresentar a pesquisa do pessoal do DMLU pras associações.

Entrevistadora: Isso tu acompanha o vereador ou tu vai sozinha?

Entrevistada: Não, eu vou sozinha. Daí a gente faz apresentação do boletim do empreendedor pras associações, para dizer por que é importante, porque que é legal, daí a gente vai lá, apresenta, diz que faz, que que não faz, ensina eles a usar... que mais? É muito diferente assim, muda muito...

Entrevistadora: As sessões do plenário tu acompanha ou não?

Entrevistada: Não, é o nosso assessor legislativo.

Entrevistadora: E quando tem essa questão do, ele vai lá e aí apresenta um projeto de lei, é a equipe toda que discute antes sobre esse tema que tá em pauta? Ou da própria questão das pautas do dia da sessão vocês discutem ou isso é só com o vereador e o assessor legislativo?

Entrevistada: Então, a gente faz isso na sexta-feira, na reunião de equipe. Aí a gente divide o trabalho e vê como cada um pode auxiliar, tipo, ah, tem que fazer uma pesquisa disso, tem que fazer, sei lá, vamos marcar uma reunião, tipo a gente apresentou o projeto dos FoodTrucks,

então a gente foi falar com a vigilância sanitária, daí marcou reunião com vários, com todos os *Players* desse mercado e daí, enfim, o legislativo escreve a lei e apresenta pros outros vereadores e assim, é assim, a gente tipo, é bem na sexta-feira que se distribui, ah, eu cuido também da assessoria de imprensa. Daí a gente faz reunião quinzenalmente. É isso, assim, é bem organizado, não tem muito.

Entrevistadora: São quantos funcionários aqui?

Entrevistada: Cinco. (...)

ANEXO 9

Entrevista com chefe de gabinete Paulo em 2017.

Entrevistadora: Eu te peço pra me falar um pouquinho se tu puder da história do teu pai da tua mãe, do teu nascimento até os dias de hoje...

Entrevistado: Só isso? (Risos)

Entrevistadora: Só isso (Risos)

Entrevistado: um memorial? Interessante esse método pois é na realidade é mas teria que ser na ordem cronológica?

Entrevistador: quem decide isso é tu a entrevista ela é aberta justamente pra que o entrevistado tenha liberdade para....

Entrevistado: Não, é que eu sou professor de história né daí a gente sempre eu já por mais conservador que isso seja a gente acaba sempre pensando numa certa linha do tempo, mas o que é interessante assim em relação à essa atividade né porque ahn de certa maneira a atividade de chefe de gabinete pra mim não é uma não foi uma um objetivo em si. Né? Foi algo que decorre de uma de uma militância política né e de uma militância política que tem em geral apesar de eu ter só trinta e quatro anos já tem um certo tempo né porque talvez eu tenha pego uma já uma geração anterior eu comecei a participar da militância em noventa e nove assim que era um outro período um outro momento da história do Brasil em que a questão do partido político era muito mais presente talvez na vida dos jovens e a questão que talvez da inclusive dos partidos da dentro da esquerda era muito mais evidente isso assim foi tendo um processo cada vez maior de questionamento dessas estruturas partidárias e tal então naquele momento foi um uma decisão né de participar dos movimentos sociais do movimento estudantil e também num partido político né com o PT depois de depois de 2003 com a posse do lula e tal e das primeiras na fundação do PSOL em 2004 2005 então essa trajetória é uma trajetória essa trajetória de militância do movimento estudantil e dos movimentos sociais e na política partidária de certa maneira é meio que me levaram a determinadas experiências que me fizeram chegar aqui na câmara né então mas voltando assim talvez assim do meu nascimento eu não lembro muito mas eu sou de 82 então eu nasci do último governo ali da ditadura militar. O meu pai era bancário, era do banco do Brasil na realidade logo em seguida que eu nasci aí a gente viveu em uma cidade do interior

chamada Cidade Y. Pela posse dele no banco, a minha mãe foi muito jovem casada e era ela talvez seja das últimas gerações de donas de casa assim uma mulher que não necessitou trabalhar, ou seja, trabalhava em casa e nos cuidava e fazia todo o trabalho doméstico que é bem pesado assim né. E eu acho que eu tive uma dentro dessa questão de ter um pai bancário naquele contexto eu tive uma foi interessante né porque os anos 80 é um ano de são anos de muita efervescência e de certa maneira eu vivi isso criança assim óbvio com a lógica de criança que hoje acaba ganhando mais sentido né pela questão da diretas já toda a questão da participação, inclusive, do meu pai em movimentos de greve uma certa um certo grau de politização de uma sociedade que tava saindo da ditadura e indo pra democracia né aquela questão das eleições de 89 e tal isso eu me lembro de criança assim e depois de um tempo eu vou a gente volta pra Cidade X e o que pra mim acho que talvez a grande experiência que agora até. Eu to voltando a dar aula, em escola pública e tal, a questão de ter estudado em escola pública também que é uma experiência que uma escola pública no centro de Cidade X. Que me deu uma ampliação de horizontes enormes do ponto de vista de convivência entre com pessoas diferentes com pessoas de bairros diferentes e com expectativas de vida diferentes e ao mesmo tempo na vivendo a mesma situação que é a crise da educação pública e dos professores também greves essas coisas então ahn é um ambiente que que de fato assim comparando com o quadro atual que acho que a gente vive numa sociedade mais despolitizada parece ser né ahn eu tive uma experiência que de certa maneira me ajudou assim a pensar a ideia da disputa né política como uma forma de intervir na na sociedade e tal num contexto bem ou seja como uma coisa mais prática do que algo longe assim é o que me fazia que fazia sentido pra mim e aí depois de um tempo eu vem a militância e tal a questão do movimento estudantil já num movimento secundarista e depois num movimento universitário também e dentro da de uma corrente política que é a corrente política que originou o PSOL mesmo dentro do PT ou seja a esquerda que a gente chamava de esquerda do PT e de pessoas que hoje são mais conhecidas né a deputada e tal outros que também é vereador então eu conheço essas figuras desde 98 99 e aí o que acontece só que aí a minha experiência é uma experiência muito mais de formação num primeiro momento como estudante e tal e com uma ideia de além de atuar ter uma profissão né que é uma coisa que que é importante e digamos assim isso me fez óbvio ter o diploma universitário que que é o padrão na realidade pelo menos acho que aqui na assembleia também de pra ser chefe de gabinete tem que ter o diploma universitário daí já é um tipo de distinção né social também né porque pode ser

acadêmica mas acaba sendo distinção social porque de certa maneira determinadas desigualdades se expressam ali também porque por exemplo uma pessoa de ensino médio não pode ser chefe de gabinete isso é algo sei lá que deveria ser pensado e eu me formei em história e atuei como professor né inclusive ahn essa atuação como. Professor é logo em seguida nos cursinhos populares né em escola pública foi o que eu conheci o próprio Vereador né o Vereador na realidade é uma pessoa que participou comigo num projeto chamado emancipa que é um cursinho popular pra universitário a gente coordenou junto por uns três quatro anos e aí ele também militante acabou assumindo aqui em 2015 como suplentes né que daí o Deputado foi pra assembleia e aí ele me convidou e eu resolvi assumir essa bronca aqui de ajudar de participar com ele como chefe de gabinete assim e o que é interessante é que é um desafio de um mandato vinculado à essa ideia da educação e tal porque acaba tendo isso né a política ainda mais a câmara de vereadores ela acaba sendo pela própria dinâmica talvez da política municipal que muitas vezes não tem muito conteúdo assim né ela acaba sendo setorizada daí tipo não se buscam os conteúdos mais transcendentais atuando em determinadas pautas e a gente veio a gente vem desde 2015 aqui trabalhando com essa centralidade no tema da educação mesmo né não sei se tem alguma outra pergunta pra....

Entrevistador: eu vou fazer algumas perguntas ahn pra ti explorar um pouquinho mais das coisas que tu mesmo me trouxe tá? Ahn essa questão de tu criança vivendo na no que tu chamou de uma efervescência né, épocas de diretas já e tal e da relação do teu pai com isso tu pode me falar um pouquinho mais sobre essa época sobre esse período?

Entrevistado: pois que na realidade é o seguinte ahn isso talvez seja uma experiência individual né. Mas eu me lembro na realidade não só o meu pai mas a minha família o meu avô os irmãos dele sobretudo naquele período de férias de verão eu me lembro que existia muito muita conversa sobre política de alguma forma a história os causos e as pessoas conversando sobre isso me chamavam a atenção desde criança assim óbvio que me chamava a atenção não por muito tempo né porque eu era criança e nenhuma criança presta atenção nisso mas eu acho que eu prestava mais do que do que a média e depois eu acho quando e aí tem alguns eventos assim que eu me lembro que que que geram essas questões sobretudo por exemplo quando teve a primeira eleição em 89 no Brasil eu tinha seis sete anos aquele negócio de também entrar na TV esse tema ter horário gratuito de TV e foi uma eleição muito marcante né porque tu tinha candidatos muito fortes assim então as pessoas conversavam daquilo tinha o próprio Brizola que

aqui no estado era muito muito forte também era uma figura de referência pra minha mãe pros meus pais ahn pro meu pai que até foram filiados dentro do PDT ou seja e aí tu tem o Lula que também é aquele negócio do operário radical assim naquele momento o Collor com também como um personagem assim andando de jetski aquela coisa toda do cara jovem e eu me lembro que aquilo ali me gerava alguma coisa assim com o negócio das pessoas podendo talvez aquela curiosidade pô mas esse cara vai ser presidente e as pessoas tão vendo ele todo dia aqui na TV e parecia era algo que eu achava interessante essa ideia dessa democracia assim tipo na casa de todo mundo na minha casa e as pessoas tendo que escolher e debatendo sobre aquilo de alguma forma parecia que eu também tinha que escolher em algum momento eu tinha que escolher um projeto e apesar de depois eu questionar eu questiono muito isso né dessa questão do ter que escolher uma pessoa né porque talvez a grande escolha seja projetos né que acho que isso que que esvaziou muito a política também né porque ficou muito centralizada em pessoas e pouco em projetos programas né os partidos políticos hoje em dia nessa crise então tinha eu acho que nisso eu acho que a minha infância foi foi legal digamos assim porque foi um foi um momento que me gerou certa curiosidade outra coisa que eu vejo assim e aí comparando mais com o pessoal da gurizada atual ahn na minha casa também depois de um tempo sempre teve jornal assim seja em casa assim assinatura de jornal ou correio do povo ou zero hora porque por mais manipulado que seja isso também é uma forma de chegar as notícias não só daquela maneira da televisão né do fato assim muitas vezes só espetacularizado não que a imprensa escrita não faça isso mas tinha aquele negócio de buscar ler compreender e tal e isso também foi uma coisa que de certa maneira me ajudou na minha politização né porque tava ali né eu lia o jornal obviamente eu lia o futebol primeiro aquelas coisas depois aquelas notícias de rock depois de um momento mas eu chegava em algum momento na na política né sobretudo né numa fase ali teve uma fase bem assim desse negócio de tentar buscar entender o mundo que também tinha bastantes bastante esse negócio do noticiário das privatizações do governo () Brito ou seja tinha uma certa o jornal sempre tinha uma boa manchete que gerava uma curiosidade pra mim e de certa forma isso também foi que é uma dádiva né porque hoje vários bairros em Cidade X não tem nem tu não consegue nem comprar jornal né

Entrevistador: e tu falou que o teu pai também era envolvido com

Entrevistado: é, mas o meu pai já é um envolvimento assim muito próprio daquela época não era um militante ninguém na minha família talvez o meu avô tenha se

envolvido um pouco antes o meu avô paterno, mas depois ele morreu eu nunca consegui trocar uma ideia muito com ele sobre isso mais são histórias, mas ninguém era militante assim como como depois eu me tornei isso é interessante era uma política meio assim de acompanhar e tal com uma certa atenção mas nada de participar porque aquela coisa também do cada um tem que cuidar da sua vida e da sua formação e do seu trabalho e a política era importante mas não ao ponto de ser uma atividade

Entrevistador: e essas histórias do teu avô eram mais ou menos sobre o que?

Entrevistado: o problema é que essas histórias do meu avô que é um personagem importante mas que agora uma dificuldade é que ele é da geração anterior ou seja da geração que teve problemas com a ditadura e tal e ele tinha uma militância no partido comunista que depois até que ele faleceu que eu descobri mais coisas e no sindicato dos bancários aqui em Cidade X mas é deu muitos problemas pra ele assim então não problemas talvez de tortura de prisão mas de depoimentos no DOPS ele foi tem uma história assim que ele foi transferido da agência do banco aqui de Cidade X do centro ali na Uruguai daí ele foi transferido do Banco do Brasil em 64 65 pra o interior de Alagoas que era uma forma que eles faziam o Banco do Brasil tinha eles não determinados casos eles não demitiam a pessoa eles transferiam assim tipo como uma maneira da pessoa depois pedir demissão assim se desligar e aí eles viveram acho que o meu pai e ele e a minha avó acho que viveram uns três quatro anos no interior de Alagoas e aí isso deixou uma marca assim também de política ser uma coisa que até pela geração mesmo da ditadura uma coisa que tu te até te envolvia pra debater discutir mas não a ponto de participar porque participar pode te dar esse tipo de problema óbvio com a democracia a gente vive outro momento né mas e aí o meu pai é dessa geração dos anos 70 que é a geração mais do desbunde né que a gente chama as pessoas mais não eram exatamente politizadas a ponto de fazer coisas até por pela própria realidade da ditadura né casou muito jovem e tal que isso acho que é um pouco geracional também

Entrevistador: e aí o teu pai foi transferido pra Cidade X

Entrevistado: não o tá o meu pai ele é tipo o meu avô é uma história lá dos anos 60

Entrevistador: não, mas do banco que tu tinhas.

Entrevistado: aí o meu pai também é a trajetória do meu pai também é aquele negócio da trajetória da história né porque o meu pai era bancário numa agencia em Camaquã e aí ele os bancários ele pegou bem a questão dessa da a questão da reestruturação produtiva, da tecnologia então uma agencia que sei lá tinha 60 funcionários começou a entrar os computadores e sei lá agora deve ter quinze daí como a minha família não era

da da região ali de Cidade Y ele foi um dos primeiros a ser colocado à disposição daí ele foi trabalhar em Cidade Z e aí a gente veio morar em Cidade X isso em 91 eu tinha oito anos

Entrevistador: e como é que foi essa transição de cidade assim?

Entrevistado: pois é acho que foi fácil porque eu era criança né ou seja me deu novas possibilidades assim e aí também sei lá eu saí de uma cidade do interior que eu tinha tido umas experiências de criança e depois caí no centro de Cidade X numa escola pública no centro de Cidade X tu tem que se adaptar muito rápido e de certa maneira eu me adaptei assim tanto é que até essa semana eu fui num numa cidade do interior e eu fiquei imaginando como é que as pessoas vivem pela tranquilidade que chega a ser demasiada mas achei relativamente tranquilo talvez a minha irmã tenha achado mais problemas assim porque acho que com essa idade oito nove anos a gente faz amigos e cria interesses assim muito rápido

Entrevistador: e o teu curso tu é formado em história tu pode me falar um pouquinho também sobre como foi essa parte da tua vida? Um pouquinho mais?

Entrevistado: pois é ahn é que daí também aí já entra um pouco a questão do é que tem uma passagem assim que é uma coisa relativamente interessante pelo menos pra mim que foi que com 19 anos eu passei no vestibular e isso no início de janeiro de 2002 na segunda tentativa e aí eu passei e aí foi o ano que naquele ano que a gente estava recuperando ali a última grande greve que teve de 2001 então o primeiro semestre começou em junho e aí eu tinha dezenove feito dezoito dezenove de certa maneira eu até talvez a história da política me dava uma ideia de tentar ser o mais independente possível eu comecei a trabalhar antes de começar a estudar efetivamente eu entrei no IBGE fiz um daqueles concursos pra trabalhar como agente de pesquisa né que é temporário de dois anos daí eu tava trabalhando e aí no fim em junho julho () foi em junho julho de 2002 começou as aulas as aulas começaram em junho e aí eu fiz um mês de aula e aí eu fui convidado até por uma questão de militância me mudar pro Cidade H daí no Cidade H lá pra participar da campanha e aí lá eu tive contato até pessoal com da campanha do candidato que hoje é senador e daí lá participei e tal eu fiquei um ano lá daí no fim como próprias questões políticas e tal e outras questões né que é difícil assim se adaptar ainda mais na idade que eu tinha e aí o candidato toma uma posição lá de defesa do projeto do lula e tal e a gente acaba tomando outra posição eu acabei voltando em 2003 daí eu começo a estudar em 2003/2 depois dessa experiência de um ano na Cidade H assim me achando mais adulto e tal e aí começo a

estudar mesmo e aí faço o curso até 2008 daí faço o curso em 11 semestres o curso noturno de história da UFRGS que pra mim foi bem difícil e nisso participando e tal da do PSOL já né e também da militância dentro da universidade então eu participei do DCE tive uma experiência como representante discente no CEPE centro de ensino pesquisa e extensão em 2005 e aí depois em 2006 2007 eu tava no DCE eu fui coordenador geral no DCE da UFRGS em 2007 que foi um ano interessante foi o ano da das cotas e tal foi um ano bem polêmico dentro da universidade daí finalmente eu me formei em 2008

Entrevistador: então tu já tava na militância antes de entrar na universidade e como é que foi o começo onde se iniciou essa

Entrevistado: é que antes inclusive que eu acabei não falando é que até eu participei como eu comecei a participar com 16 17 anos essas evoluções são muito rápidas em meses eu comecei a participar do movimento secundarista inclusive eu fiz parte um ano e meio de um uma diretoria da união brasileira de secundaristas que foi a tipo as primeiras experiências de viajar participar de congressos reuniões assim com 17 18 anos então eu tive um nesse meu início assim de militância eu tive um uma imersão assim profunda que até me levaram a sair de Cidade X sair da casa da minha mãe dos meus pais e tal da minha mãe com 19 anos eu tenho 34 faz sei lá eu tinha 19 34 uns quinze anos que eu saí de casa dentro dessa geração canguru aí foi meio cedo daí foi meio isso assim só que daí logo em seguida essa experiência da Cidade H foi interessante pra mim porque eu voltei com a uma que eu vi como a vida é difícil mesmo né as coisas são mais lentas mais graduais do que do que um jovem de vinte anos um guri de 20 anos pretende essa importância da minha formação né eu comecei a estudar e tal né e aí apesar da militância sempre estudando porque daí depois eu me formei em 2008 em 2009 já entre num curso de especialização lá de história do Brasil na FAPA e aí até tive a minha primeira experiência na câmara aqui em dois mil e fiquei na câmara em um primeiro período de setembro de 2009 até ahm janeiro fevereiro de 2011 na bancada assim que naquela época era o deputado X e a Deputada X que eu conheci conheço desde 2001 e milito militei com ela bastante na UFRGS também e aí depois eu vou ser professor e aí tem toda essa trajetória professor de cursinho popular depois na rede estadual também depois na militância né, sobretudo nessa militância no cursinho popular daí eu fiz mestrado também e estamos aqui vivendo essa ressaca de dois anos de foi interessante que eu que a proposta de do Vereador combinou com essa questão da vida pessoal porque eu recém tinha acabado o Mestrado trabalhando em escola dando

aula em cursinho foi uma correria assim enorme então também foi uma maneira de eu voltar a minhas origens assim não abandonando completamente a sala de aula, mas voltar pra cá e é mais ou menos isso assim então tipo que eu diria assim até talvez como uma introdução a tua próxima pergunta ahn as minhas experiências de como trabalhar aqui no gabinete como chefe e tal uma que esse termo chefe de gabinete é uma coisa que a gente fala muito mais pra fora do que internamente né porque é uma ideia de tentar formar uma é uma equipe de trabalho né e aí tentar ser o mais horizontal o mais democrático possível e é uma experiência muito vinculada a essa questão da política como uma como uma militância né que talvez uma coisa que eu enxergo aqui assim que por vários partidos e várias a política é uma carreira assim mais como se fosse um podia estar trabalhando em outro lugar e estou aqui como uma carreira daí muitas vezes se servem mais os vereadores do que se pensa num projeto de mandado de política mesmo a ser feita no município esses minhas experiências anteriores também me fazem enxergar a política de uma maneira mais coletiva mais como em um mandato como parte de uma caminhada né não como ah construir a figura de um vereador e tal pra depois ele ser deputado e não sei o que como um não sei se talvez as pessoas vão ser sinceras mas como de fato acontece assim com outros com outros colegas aqui né

Entrevistador: e voltando pra tua experiência prévia como é que se deu a tua entrada no PT que tu falou que era do PT antes né?

Entrevistado: sim eu fui filiado no PT acho que de do ano 2000 até dois mil e final de 2003 pois é pra mim era é que era outro momento né assim a campanha do Olívio por exemplo de 98 foi uma campanha que mobilizou assim a campanha do lula em 98 não mobilizou muito mas a do Olívio dividiu o estado assim né ou seja foi muito polarizado e tal projetos e naquela campanha eu já participei como um militante assim de base assim sem ser filiado ou seja essa negócio de distribuir panfleto bandeiraço essas coisas todas participar dos comícios e tal e logo em seguida 99 eu começo a participar mais do movimento estudantil começo a conhecer as correntes políticas que atuam diferentes elaborações e aí atuar mais de uma maneira que a gente chama mais orgânica ou seja mais contato coletivo mesmo e aí a filiação no PT vem como uma decorrência disso ou seja digamos que do ponto de vista ideológico eu já estava naquele movimento e foi só a chancela assim desse processo e talvez tenha a ver com aquilo que eu te falei antes né aquele era o momento que as estruturas partidárias ainda acho que faziam mais sentido ahn do ponto de vista da da participação na política tu ser filiado num partido do que hoje conversando com com se tu fizer uma conversa com alguém de 18 anos ou 17

como eu tinha que nem hoje talvez os problemas políticos no Brasil ou descrédito do próprio regime político leva acho que talvez uma consideração que eu não concordo né que é inclusive colocar essa questão da forma coletiva do partido e tal do próprio programa como necessária né como se todos todas as instituições fossem levar pra uma pra uma pro mesmo caminho o PT mal ou bem prometia ele fez parte do movimento histórico que depois no governo ele acabou não cumprindo pelo menos da nossa opinião né e aí eu acho que naquele momento era muito mais ahn era muito mais colocada na que uma decorrência da participação política era se filiar a um partido político agora tem N outras possibilidades de participar da política sem um partido só que eu acho que mesmo isso é aquém né sei lá é uma questão acho que geracional isso

Entrevistador: E aí como é que se deu a tua transição pós-PT?

Entrevistado: Porque daí é o seguinte daí tu começa a ter eu comecei a ter mais contato com teoria política com agora até to relendo tudo assim, mas é daí também tem um amigo meu que é sociólogo que a gente andou brincando sobre isso porque daí a gente é de uma geração do auge assim de ser de esquerda assim pensando historicamente ser de esquerda do auge do neoliberalismo do discurso do fim da história e tal mas tu convivendo com um país completamente com fome miséria desemprego e com os problemas do capitalismo só que essa essa dualidade fez com que a gente eu pelo menos eu e uns outros a gente buscasse as fontes então a gente vai ler direto Marx não vai entender mas achava que entendia tudo Lenin Trotsky e a gente acaba entrando também numa esse mov essa corrente política que a gente que eu atuo desde então ela tem uma visão crítica do que foi o próprio socialismo real e tal dessas experiências de ditadura que se consolidaram no leste europeu e tal então pra mim combinava muito essa ideia do socialismo com a democracia e tal e e a ideia de que de fato a gente tem que confrontar as elites ou seja fazer uma revolução e todas essas ideias mais gerais pra mim tem sentido até hoje e naquele momento tinha então o caminho de do início do governo lula do da própria formação do governo desse personagem por exemplo que agora o cara mais forte do Brasil que naquele momento dele sair ser candidato do PSDB e ser pelo próprio lula colocá-lo na presidência do banco central outras fuguras que foram colocadas no governo a própria dinâmica né do do da carta ao povo brasileiro aquilo tipo pra mim era algo que não tinha sentido eu me esforçar tanto e debater tanto e militar tanto por um projeto que que era que não era nosso porque era de colaboração de classes então pra mim foi um continuidade de um de uma batalha ou seja se ganhou

uma eleição mas infelizmente o projeto não o projeto que a gente apostava não foi vencedor né

Entrevistador: e essa parte da tua trajetória na cidade H, como é que foi lá?

Entrevistado: é que na realidade foi interessante porque deu pra pegar uma bem assim bem do ponto de vista bem do ponto de vista particular pro coletivo uma que o cidade H tem toda essa questão de ser o antigo centro do Brasil de ser a antiga capital uma cidade de seis milhões de habitantes ou seja aquela questão das favelas do pessoal do crime organizado mas uma cidade com muita cultura com muita efervescência cultural política né e também com uma experiência assim de esquerda bem distinta do que do que é Cidade X porque eu saí de Cidade X num lugar que o PT o PT ficou 16 anos na prefeitura o PT era hegemônico aqui na cidade de certa maneira tinha um governo de estado e tal no Cidade H era outra experiência porque digamos que o PT nunca conseguiu ser forte no cidade H na própria experiência do Brizola do trabalhismo e tal naquele momento inclusive um dos motivos que é um motivo indireto mas que ajudou em 98 o garotinho era o principal nome da política do cidade H estava no PSB se não me engano na época apesar dele ter sido uma mais uma das crias do Brizola lá da política e no cidade H o garotinho e no arco de alianças do lula do PT na época os caras decidiram internamente dentro do PT por um candidato da esquerda partidária que era o Vladimir Palmeira e aí o diretório nacional fez uma intervenção no diretório estadual do Rio pra não ter a candidatura própria ou seja impediu a candidatura do Vladimir em 98 e ahn se colocou como vice a Benedita do garotinho, a Benedita da silva então é um lugar em que tinha muita confrontação interna dentro do PT entre os projetos deles do PT de São Paulo e um PT mais independente mais de esquerda né que chamava de esquerda petista e parte da da linha híbrida da linha do Henrique era uma também uma tomada de apesar de a gente era uma corrente regional na época digamos ter algum tentáculo ter um conhecimento ter uma experiência com outras formas de da esquerda do PT ou seja das correntes e tal de conhecer uma realidade diversa que pra mim foi assim foi ahn uma grande experiência apesar de talvez eu não era algo que num primeiro momento me gerou muito estranhamento assim então foi legal porque eu convivi com o próprio Vladimir Palmeira que é um cara que que pra mim eu tinha lido naquele livro do Zuenir Ventura 68: o ano que não terminou que é o grande o símbolo do movimento estudantil em 68 no Rio e aí junto com ele tem a própria figura do Candidato que era o último grande líder estudantil né e o presidente do dos caras pintadas de 92 eu conheci um cara que era dirigente também lá que era muito importante que era militante também mais

velho esses caras eram da turma da ditadura, da ala vermelha daí esse cara me apresentou um dia a famosa () dos assaltos que era se eu não me engano era da do MR8 da UDN lá ou seja conheci pessoas históricas assim dentro da esquerda brasileira assim mas que já estavam em outra fase assim mais moderadas digamos e acabaram boa parte delas ahh permanecendo no PT né então assim dessa questão foram foi um aprendizado assim

Entrevistador: e a tua trajetória como professor tu pode me falar um pouquinho?

Entrevistado: minha trajetória como professor, pois é daí minha trajetória como professor ela é daí também tem um pouco essa questão da militância porque daí em 2006 2007 se envolve na dentro da UFRGS na no apoio a política de cotas né e coloca digamos entra nessa batalha a partir do movimento estudantil que era uma posição bem complicada internamente foi uma foi algo pra lá de polêmico e ali me dá uma tomada de consciência da ahh eu e outros colegas né claro da importância que tem esse tipo de medida mais que pode parecer paliativa mas que é uma experiência essencial pra pra determinados indivíduos e coletivos e aí junto com isso eu to em contato com o pessoal que tinha cursinhos populares aí tanto o próprio a minha irmã já tinha dado aula acho que num no cidade popular aí a gente conhece o pessoal do do alternativa cidadã e daí a gente eu saio da UFRGS e venho em 2008 um ano depois e a gente começa a desenvolver um projeto já de cursinho popular 2009 daí depois acabo vindo pra cá e tal isso é um projeto que acontece paralelamente na câmara a gente milita nesse projeto 2011 ahh a gente consegue de certa maneira estruturar uma ONG pra fazer um cursinho popular e pegar o financiamento e tal e aí eu consigo trabalhar basicamente com isso 2012 ahh eu faço concurso pro estado e começo a dar aula no estado até o final de 2014 quando eu volto pra cá e na realidade eu fiz outro concurso em 2014 e agora fui chamado né no município então é uma experiência basicamente assim de combinação de escola pública com essa de cursinho popular.

Entrevistador: e o teu mestrado foi em história também?

Entrevistado: o mestrado foi em história

Entrevistador: tu pode me falar um pouquinho sobre essa fase também?

Entrevistado: pois é o mestrado foi uma maneira de sei lá isso p pensando né bem tem muita gente que me questiona porque que eu não o mestrado em educação ou doutorado em educação, mas foi uma ideia de tentar continuar minha graduação assim do ponto de vista mais teórico ao mesmo tempo agregar do ponto de vista profissional e com um tema que eu acho que que num canto assim até hoje que é a relação do Brasil com a

américa do sul com a américa latina e talvez com um país que me encanta assim pelas diferenças e tal dele e depois de 2005 2006 também pelas suas lutas que eu fiz o mestrado que era pra estudar a relação econômica e política entre Bolívia e Brasil e Bolívia e a questão do do da nacionalização do gás Evo Morales lá e a questão da Petrobras e tal então né foi um mestrado também muito histórico coisas que eu gostava mas também essencialmente de economia política assim então é algo também que acaba sendo muito politizado assim sofri críticas por isso mas de certa maneira pude () das minhas escolhas né daí foi uma experiência bem interessante mais ainda muito pautada por uma realidade de estar morando sozinho e de ter que me sustentar e tal e das dificuldades de fazer pesquisa num país como o Brasil né tendo que trabalhar aquela coisa toda

Entrevistador: e o Vereador tu falou que conheceu em um desses projetos

Entrevistado: sim desde 2012 daí ele começou a daí a gente começou a trabalhar juntos desde 2011 no emancipa já daí eu o conheci daí ele era uma pessoa de biologia precisava ele é um cara que já tinha ele é um pouquinho mais velho do que eu e ele já tinha uma experiência maior e tal inclusive em cursinhos e tal e precisava de alguém nas áreas exatas e a gente acabou coordenando juntos essa esse projeto acho que até 2014 daí gente fez uma dupla assim bem legal

Entrevistador: então tá tem mais alguma coisa que tu gostaria de me contar?

Entrevistado: pois é deve ter né é interessante que a gente quase nunca tem essa oportunidade de falar sobre si mesmo né

Entrevistador: a tua irmã a tua irmã tu falou que ela trabalhou no resgate popular também me fala um pouquinho da tua irmã que tu não falou ainda

Entrevistado: é que a minha irmã na realidade eu acho ela é uma pessoa assim ela participou, mas muito como parte de uma formação mais pessoal dela profissional e ela é uma das pessoas dessas que não ela digamos que talvez não seja não pratique muito as coisas que ela pensa assim do ponto de vista político né então ela é uma pessoa mais voltada pra vida profissional e ela é professora né de português, literatura né e depois ela vai enfrentar ela fez de uma outra maneira essa questão da vida acadêmica dela ela se dedicou muito sempre a isso né então ela fez se graduou foi professora depois ela passou no mestrado depois virou professora do estado e daí ser professora de estado contratado e depois ela acho que daí ela se formou no mestrado e daí entrou direto no doutorado e ai no meio disso ela foi chamada no IF. (...)



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br